



revista
pígrafe

ISSN 2318-8855

2018 v.6 n.6





Revista de Graduação em História
Edição Seis
Ano 6 | Novembro de 2018
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios e resenhas na área de História, que tenham sido desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, almeja-se que haja um espaço para a apresentação de traduções de textos essenciais às disciplinas de graduação, bem como entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO

EDITORIAL

Anna Maria Greco Carvalho
Bruna Maria dos Santos
João Gabriel Covolan Silva
Júlia Reis Romualdo
Letícia Oliver Fernandes
Lucas da Costa Mohallem
Luís Felipe Vilhora Correia Neves
Matheus de Paula Silva
Pedro José Carvalho

CONSELHO

EDITORIAL

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Diagramação: Anna Maria Greco Carvalho, Luís Felipe Vilhora Correia Neves, Luiz de Lucca Neto.

Capa: Vinícius Veneziani de Souza Oliveira

Foto da capa: *Hubble's High-Definition Panoramic View of the Andromeda Galaxy. NASA, ESA, J. Dalcanton, B.F. Williams, and L.C. Johnson (University of Washington), the PHAT team, and R. Gendler*

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Edmund Chada Baracat

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe

revistaepigrafe@usp.br

www.facebook.com/RevistaEpigrafe

Twitter - @RevistaEpigrafe

| | |
|---|-------------|
| EDITORIAL | _006 |
| ARTIGOS | |
| <i>O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na primeira república</i> José Roberto Silvestre Saiol | _015 |
| <i>Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70</i> Ercílio da Silva Martins | _043 |
| <i>Identidade romana no império bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade</i> Guilherme Welte Bernardo | _067 |
| <i>As formas de escravização presentes na lei das doze tábuas (século v a.c.)</i> Ana Carolina Sodré Ferreira | _105 |
| <i>Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental (1975-1988)</i> Elisa Ferreira Teixeira | _125 |
| <i>A atividade cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)</i> Ulysses de Paiva Faleiros Neto | _149 |
| <i>Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932</i> Bruna Oliveira da Silva, Graziela Mazzeo Madeira | _165 |
| DOSSIÊ | |
| <i>Apresentação do Dossiê História Social do Tempo</i> João Paulo Pimenta | _195 |
| <i>Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos</i> Roberta Quirino | _199 |
| <i>Uma Carta aberta ao futuro Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Iadimir Maiakóvski (1918)</i> Ana Carolina Lebre dos Santos | _225 |
| <i>Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida, de Teodoro II Láscaris</i> Hermano do Amaral Pinto Neto | _243 |
| <i>O tempo em Night Journey de Martha Graham</i> Maria Clara Laet de Almeida e Silva | _263 |
| <i>O sagrado, o profano e seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)</i> Celso Vieira Jr. | _283 |
| <i>O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985): Antiutopia, ovários e uma história social do tempo</i> Juliana C. Zanezi | _305 |

RESENHAS

CANCELLI, Elizabeth. O Estado Novo em Marcha para o Oeste. Editora CRV, 2017. **_337**
Thays Fregolent de Almeida

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. **_347**
Carlos Eduardo Nicolette

ENTREVISTA **_359**
Heloísa Liberalli Bellotto

EDIÇÃO SEIS

Luís Felipe Vilhora Correia Neves

João Covolan

Comissão Editorial da Revista Epígrafe

O ofício de historiador em tempos de crise

O ainda inconcluso ano de 2018 vem marcado por debates acirrados em que o próprio ofício do historiador e sua função social de produtor e disseminador do conhecimento históricos são postos em xeque. A questão já foi colocada em editorial desta Revista,¹ mas faz-se necessário sublinhar outra vez – e quantas forem necessárias – as condições que se têm imposto aos historiadores e professores brasileiros, quão mais diante do tenebroso horizonte que se configura aos olhos da comunidade historiográfica e da sociedade, bem como sua posição nos debates que, de um modo ou outro, mobilizam o conhecimento histórico.

Persistem as dificuldades no campo da Pesquisa e da Educação. Afetada por um projeto que corta o seu suporte financeiro em prol de outros setores de intervenção do Estado, julgados prioridade por critérios utilitários, a estrutura que sustenta o meio acadêmico brasileiro sofre com o achatamento de seu orçamento e o desmonte de seus polos estratégicos, materializados nas universidades públicas. Tais condições, se não inviabilizam completamente as atividades de pesquisa e docência, a tornam pouquíssimo convidativa aos seus profissionais e impedem o seu avanço. Historiadores não vivem apenas de papéis manchados e poeira de arquivos.

O recente incêndio do Museu Nacional de Arqueologia e Antropologia, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, é trágico exemplar do descaso por parte das autoridades competentes com as instituições de pesquisa e divulgação do saber. Vinculado à Universidade Federal do Rio de

¹ MOHALLEM, Lucas; SOUZA, Jean G. de. Editorial. *Epígrafe*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 5-9, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/epigrafe/issue/view/10657>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Janeiro, o Museu universitário possui reconhecimento internacional e age não apenas na divulgação do saber através da atividade museológica, mas também na sua produção. Foram consumidos pelo fogo – entre fósseis, múmias e livros raros – milhões de itens (base das pesquisas desenvolvidas pela instituição), além do que se pode chamar, valendo-se do conceito de Pierre Nora, um *lugar de memória*:² o próprio museu, antigo Palácio de São Cristóvão. O incêndio é simbólico quanto à relação brasileira com o próprio passado.

A participação da Comissão Editorial desta Revista, coincidentemente à semana do referido incêndio, em uma reunião junto a membros dos periódicos discentes *Revista Cantareira* (Universidade Federal Fluminense) e *Revista Hydra* (Universidade Federal de São Paulo) dentro do XXIV Encontro Estadual da Associação Nacional de História (ANPUH-SP), realizado no campus da UNIFESP em Guarulhos, confirma a convicção no ataque às Ciências Humanas no Brasil. Especialmente nas áreas financiamento e avaliação – concernentes a órgãos públicos subordinados às três esferas do poder – dos periódicos discentes, essenciais à formação de pesquisadores, fazem-se sentir o desinteresse pela divulgação das investigações em Humanidades.

Ainda se avoluma tal ataque com o avanço de projetos antidemocráticos que visam cercear a livre produção de conhecimento e a docência. Ao movimento de revisionismo conservador e até negacionismo da História das últimas décadas somaram-se, por meio de bandeiras resvaladas no moralismo, projetos de pretensa “despartidarização” do ensino e pesquisa históricos. Frente a isso, uma chave para o conhecimento histórico – a liberdade de pensamento, debate e ensino – se vê gravemente ameaçada, e o próprio conhecimento, deslegitimado.

É em meio a essa efervescência que a Revista Epígrafe tem o prazer de publicar sua sexta edição – pela primeira vez em sua trajetória, numa conquista gratificante, lançando seu segundo volume dentro do período de um ano. Fazemo-lo assumindo, como de costume, a posição que cabe aos estudiosos da História: responsáveis por um quinhão essencial do conhecimento humano, comprometidos com a ética e com a metodologia de pesquisa e estudo e, apesar das oposições, engajados democraticamente no debate interno ao meio acadêmico e em sociedade, qual seja,

² NORA, Pierre (dir.). Présentation. In:_____. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. v.1, p.x.

cumprir sua função de evitar que se repitam os erros do passado e compreender, com base nos tempos de que viemos, os tempos a que vamos. Urge, assim, discutir brevemente a posição social do historiador e sua função em sociedade.

Embora hoje institucionalizado, possuidor de um local particular dentro das sociedades ocidentais, o ofício do historiador não foi sempre tal qual o concebemos hoje, tampouco ocupou-se das mesmas funções ou valeu-se dos mesmos métodos. Não cabe abrir retrospectiva sobre a relação dos seres humanos com o seu passado ao longo do tempo – embora seja esse um dos temas do dossiê deste volume –; ater-se-á, aqui, à moderna acepção do ofício, em processo de cristalização desde meados do século XIX.³

Foi naqueles meados que a inspiração cientificista prevaleceu como modo de lidar com o passado. Embora já não se use a noção de *fato histórico* vigente nas obras de historiadores como Langlois e Seignobos, herdamos dos mesmos, e de tantos outros, um patamar comum, construído aos poucos, no qual os investigadores do passado podem dialogar e compreenderem-se entre si; um valor comum que vigorou na constituição da comunidade historiográfica e que segue vivo. Tal patamar é a metodologia histórica. Independe do objeto estudado o fato de que um historiador adota, diante de um problema, uma metodologia para o estudo do passado a partir dos vestígios a nós legados propositalmente ou não, os quais permitiram a sobrevivência ao tempo de outras vivências humanas que não as contemporâneas ao pesquisador.

A metodologia, calcada no compromisso com a postura crítica diante de um vestígio ou documento, é, portanto, um dos elementos que dissociam a pesquisa histórica de outra forma de discurso. Existe entre os historiadores um acordo tácito que privilegia a extremada análise crítica dos documentos como forma de aproximação de alguma verdade histórica. Foi esse rigor crítico, esse chão comum, que permitiu o reconhecimento e o diálogo entre pares, bem como a construção coletiva do saber histórico e, por extensão, a institucionalização do ofício – donde a importância do debate. Passou-se a reconhecer valor social nesta determinada forma de relação

³ PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

com o passado, caracterizando uma *cultura histórica*⁴ em que um certo grupo de estudiosos estaria apto a dissertar sobre a relação entre os tempos passados e o presente.

Daí advém a função social dos historiadores: da capacidade de responder às questões do presente embasados em seu conhecimento do passado e em seu compromisso com a ética particular dos historiadores, filtrada pela própria comunidade historiográfica – esta seara vasta, permeada por incontáveis visões e dissidências, mas a andar pelo mesmo piso. Há, pois, um valor no discurso próprio dos historiadores que, embora sob contestação, deve voltar a se afirmar pelas matrizes primeiras do ofício, ou seja, na capacidade mobilizar o conhecimento histórico com propriedade.

O negacionismo e as acusações recentes de enviesamento dos historiadores, contudo, parecem inaugurar novo capítulo na cultura histórica ocidental, inclusive em seu matiz tupiniquim. No calor dos debates, a palavra dos historiadores, estruturalmente ameaçada e institucionalmente abalada, parece perder sua potência diante da mobilização frequentemente inapropriada do conhecimento histórico. Como enfrentar o silenciamento? Como um grupo de indivíduos pode ensinar a toda uma sociedade o que foi o passado e o que se pode aprender dele?

Diante dos enredos complexos e falaciosos, arraigados na memória social e na posição social de quem os enuncia, talvez uma das melhores respostas ainda seja a de Eric Hobsbawm. Diante de jovens estudantes da Universidade da Europa Central, em Budapeste, em 1993,⁵ o historiador discorreu sobre a apropriação indevida de uma falsa história por discursos ideológicos e políticos:

[...] para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos [fatos e ficção] é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não. A questão pode ser resolvida inequivocamente com base em evidências, na medida em que se disponha de evidências confiáveis, o que, às vezes, é o caso. (HOBSBAWM, 1998, p.17)

⁴ *Cultura histórica*, de acordo com Jacques Le Goff, é a “relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. revista. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p.49.

⁵ HOBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.12-21.

Sem concessões às ideologias, quaisquer que sejam, os historiadores possuem as ferramentas necessárias para, na discussão, desmistificar visões sobre o passado que não condizem com o que se sabe a partir das evidências. Condizente ou não com as preferências ideológicas de um indivíduo, há algo de objetivo, por seu método, no discurso crítico do historiador.

É como espaço de debate e publicação de História que a Epígrafe se coloca diante de sua leitora ou leitor, não se limitando a trazer à tona os primeiros escritos de jovens historiadores, mas possibilitando também a mobilização do conhecimento histórico, meticulosamente construído, para o debate democrático. Pelo debate se constrói e se dissemina o conhecimento; através dele se desmistifica o passado. O saber, fruto deste processo, tem seu compromisso primeiro com as regras do ofício do historiador, e não deve ser levemente deslegitimado; o sabor desse fruto, amargo ou doce a quem dele prova – pesquisador ou leitor –, não pode ser arbitrariamente negado, por discordante que seja de qualquer discurso. Como lutar, então, pela preservação do saber histórico? Como resistir aos descaminhos que se impõem? Fazendo e disseminando História.

O presente volume, fruto do trabalho da Comissão Editorial da Revista junto a autores e pareceristas, assume os referidos compromissos. Comemoramos, além da publicação, a integração de seis novos membros à Comissão, grata em tempos tão tortuosos. Ademais, a atuação da mesma Comissão ao longo do semestre para além das atividades editoriais, reafirmando a missão de disseminação do saber e debate, se mostrou frutuosa: além da participação já citada no **XXIV Encontro Estadual da ANPUH-SP**, a Epígrafe promoveu três eventos bem-sucedidos no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A 24 de abril deste ano, deu-se o **Pré-Lançamento da 5ª Edição**, com presença da Profa. Dra. Stella Franco (FFLCH-USP), autora da Introdução ao **Dossiê Relatos de Viagem**; a 8 de maio, promoveu-se a fala do Prof. Dr. Rafael Bethien (Universidade Federal do Paraná) "Qualis periódico na área de História: Analisando os meios e os fins de uma avaliação institucional" no evento **Condições Atuais de Publicações em Humanidades**", realizado através de uma parceria entre a Revista Epígrafe e o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP; na esteira das discussões sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1988), ocorreu a 19 de setembro a mesa **Memória e Ditadura: Experiências Docentes**, que contou com a presença da Profa. Dra. Zilda

lokoí (FFLCH-USP) e do Prof. Dr. Marcos Silva (FFLCH-USP), com mediação do Prof. Dr. Lincoln Secco (FFLCH-USP).

Para o presente volume, programou-se também evento de lançamento com a presença do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta (FFLCH-USP), autor da Introdução ao **Dossiê História Social do Tempo** e docente da disciplina de História Social do Tempo na USP, em que se estuda as concepções de tempo em diversas sociedades. Neste dossiê está o texto de Ana Carolina Lebre dos Santos, intitulado *Uma Carta Aberta ao Futuro: horizontes de expectativa e Revolução em "Carta Aberta aos Operários", de Vladimir Maiakóvski (1918)*, onde a autora analisa as expectativas do poeta russo após a Revolução de Outubro em 1917, inaugurando um horizonte temporal inédito, dentro dos parâmetros da própria reconfiguração do conceito de Revolução, que se dá na Modernidade.

Também para o dossiê, o texto de Roberta Quirino Pinto, *Who Watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos*, ressalta a importância da temporalidade dentro da estrutura narrativa do quadrinho. Tomando o tempo como protagonista invisível, múltiplos aspectos temporais perpassam Watchmen, o quadrinho analisado pela autora. A temporalidade histórica de sua confecção, características do personagem Dr. Manhattan/Jon Osterman, ou a relação material com o relógio, objeto de mensuração do tempo, se encontram presentes em sua análise. No mesmo eixo temático, Maria Clara Laet de Almeida e Silva, em *O Tempo em Night Journey de Martha Graham*, busca compreender a coreografia desta dançarina e coreógrafa estadunidense que recria, em 1961, a tragédia de Edipo Rei, de Sófocles. A autora privilegia na análise como os estratos de tempo presentes na obra -- isto é, estruturas temporais próprias da Antiguidade Grega e das tragédias daquele tempo, além de aspectos da época de produção da coreografia -- se relacionam. Já Hermano do Amaral Pinto Neto, em *Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida, de Teodoro II Láscaris*, contextualiza a época, marcada pela Quarta Cruzada que tomou Constantinopla, com a produção intelectual de Teodoro II, tratando de questões variadas como a existência humana, a glória imperial, e a influência que o pensamento parmediano e aristotélico tiveram nos seus escritos, apresentando, deste modo, influência da intelectualidade da Antiguidade Clássica, ao mesmo tempo que conserva os preceitos cristãos típicos de seu espaço e seu tempo. Juliana Zanezi direciona sua

análise em três eixos no texto *O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985): Antiutopia, ovários e uma história social do tempo*. São eles os tempos biológicos dos seres humanos, focando nas mulheres; os usos do passado e da História por Margaret Atwood; e a estruturação de uma distopia anti-utópica de Gilead, um sistema político que objetifica as mulheres e estipula seus valores em relação às suas características propriamente biológicas, contextualizando o movimento literário distópico, no período pós Guerra Fria do qual o Conto faz parte. Ao fim do dossiê, a presença de diferentes temporalidades na fotografia de uma partida de futebol em Liverpool, de 1971, é tema de *O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia "futebolística"* de Peter Robinson, de Celso Vieira Jr.

A edição ainda conta com artigos sobre: o debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica durante a Primeira República brasileira; a imprensa militante e a luta armada na Argentina das décadas de 1960 e 1970; a identidade romana no Império Bizantino, a partir de perspectiva que privilegia a noção de alteridade; uma análise das Leis das Doze Tábuas em vista das formas de escravidão da sociedade romana do século V a.C.; uma perspectiva comparada das trajetórias de Paulo Freire e Abdias do Nascimento, com suas respectivas experiências e saberes constituídos a partir de suas vivências na África Ocidental; a estrutura produtiva cafeeira de Ribeirão Preto no início do século XX; e perspectivas a respeito do Movimento de 1932, estudadas a partir dos jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Diário de Notícias*. Vêm a público também duas resenhas de Carlos Eduardo Nicolette e Thays Fregolent de Almeida – respectivamente para as obras *As Memórias da Viscondessa*, de Mariana de Aguiar Ferreira Muaze e *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*, de Elizabeth Cancelli.

Aproveita-se para agradecer à entrevistada desta edição, Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto. Referência da Arquivística e da Diplomática no Brasil, a professora possui formação e doutorado em História pela Universidade de São Paulo, com estudos concentrados no século XVIII da província de São Paulo e o governo do Morgado de Mateus, além de bacharelado em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) e especialização em Arquivística pela Escuela de Documentalistas de Madri, na Espanha. À professora a gratidão desta Comissão Editorial pela entrevista.

Encerramos esse editorial citando a *Carta Aberta aos Operários*, de Maiakóvski, estudado em artigo do dossiê do presente volume: “A ninguém é dado saber que imensos sóis hão de iluminar a vida futura”.⁶ Aos historiadores compete, contudo, debruçarmo-nos sobre o passado para, em vista do que foi, prepararmo-nos todos – historiadores e leitores – para enfrentar criticamente as noites e dias vindouros.

A todos uma boa leitura!

Novembro de 2018

⁶ MAIAKÓVSKI, Vladimir. *Carta Aberta aos Operários*. In: SCHNAIDERMAN, Boris. *A poética de Maiakóvski*, São Paulo: Perspectiva, 1984. p.119-120.



artigos

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República¹

José Roberto Silvestre Saiol*

Resumo: Este trabalho investiga os debates envolvidos no processo de negociação social e política que se fazem presentes durante a elaboração de documentos legislativos voltados para a área da assistência psiquiátrica no contexto brasileiro da Primeira República, considerando-se dois espaços sociais específicos e sua respectiva documentação: os *Anais da Câmara dos Deputados*, relativos aos anos de 1903 e 1926; e as atas da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (SBNPML) referentes ao recorte temporal privilegiado (1910-1927). Como resultados da pesquisa, foi possível observar os modos específicos como os debates legislativos para a assistência psiquiátrica aparecem de modo diferenciado nos dois espaços analisados: a circulação e influência de médicos psiquiatras na dinâmica específica da produção de um registro legislativo no âmbito da Câmara dos Deputados; a existência de continuidades e descontinuidades entre os projetos de lei analisados; a presença constante nos debates de matérias relativas ao federalismo e à hierarquia dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na implementação de mudanças na Assistência a Alienados; nas atas da SBNPML e nas notícias dos *Anais Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal* observa-se a falta de controvérsias, apesar da presença do tema legislativo nesta sociedade científica.

I. Apresentação

O objetivo deste trabalho é analisar os debates em torno da elaboração de documentos legislativos para a área da assistência psiquiátrica no contexto brasileiro da Primeira República,

¹ Este trabalho integra uma pesquisa financiada pelo CNPq, por meio de uma bolsa de iniciação científica, iniciada em agosto de 2014 e concluída em julho de 2015. Está integrado ao projeto de pesquisa mais amplo da minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Teresa A. Venancio (DEPES/COC/FIOCRUZ) "Atores, ideias, práticas psiquiátricas e construção social da diferença (1903-1970)", assim como o Grupo de Pesquisa do CNPq "O físico, o mental e o moral na história dos saberes médicos e psicológicos", no qual se insere, mais especificamente, na linha de pesquisa "História da psiquiatria e de outros saberes sobre o psíquico: políticas públicas, instituições e terapêuticas".

* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: joseroberto_hist@hotmail.com.

realizados em dois espaços sociais, a saber: os debates entre parlamentares e as discussões de propostas para a legislação psiquiátrica que circularam na Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal,² buscando observar os principais atores sociais envolvidos, suas propostas e argumentos de trabalho.

A relevância desta investigação está justamente na originalidade de seu objeto, tendo em vista que a historiografia sobre a história da psiquiatria no Brasil, majoritariamente circunscrita ao período da segunda metade do século XIX até meados dos anos 1930,³ não tem abordado este tipo de acontecimento histórico que são os debates e a negociação social e política daí decorrente para a produção das versões finais dos documentos legislativos em que diferentes concepções e correntes políticas podem estar postas em jogo.⁴

Neste sentido, o presente texto apresenta o resultado da análise do processo de tramitação dos projetos de decretos voltados para a reorganização da Assistência a Alienados, contidos nos *Anais da Câmara dos Deputados*, relativos aos anos de 1903 e 1927, e a análise das atas da SBPNML referente ao recorte temporal privilegiado.

Para dar conta desses objetivos, o trabalho se concentrou na busca e análise de dois tipos de fontes primárias, a saber: os debates legislativos registrados nos *Anais da Câmara dos Deputados*; e

² A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal foi fundada durante uma reunião na Academia de Medicina, no Rio de Janeiro, em 17/11/1907, por um grupo de 40 médicos, dentre os quais destacam-se nomes como os de: Miguel Couto, Juliano Moreira, Fernandes Figueira, Carlos Eiras, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Carlos Seidl, Ulysses Vianna Filho, Antonio Austregésilo, com o propósito de, segundo seus fundadores, trabalhar em prol da maior difusão do estudo dos “ramos do conhecimento médico” que a nomeavam, assim como “fazer uma grande propaganda em favor da melhora da sorte dos alienados” e daqueles que a eles se dedicavam. Cf. CERQUEIRA (2013).

³ Ver: VENANCIO & CASSILIA (2010).

⁴ Num primeiro momento, a opção por trabalhar com essas fontes justificou-se por se tratarem de documentos ainda pouco explorados pela historiografia. Além disso, embora cientes das limitações impostas por um trabalho construído apenas a partir deste material, nos restringimos a ele tendo em vista os limites de um projeto de iniciação científica com duração de apenas um ano. Assim, optamos por deixar o trabalho com os periódicos da imprensa leiga para o ano seguinte. Contudo, o tema dos debates legislativos sobre a assistência aos alienados acabou não aparecendo com a frequência que esperávamos nas páginas de alguns dos periódicos de maior circulação da Primeira República, o que nos obrigou a reformular o tema da pesquisa, ampliando-o às representações da Assistência aos Alienados divulgadas pela imprensa leiga da época.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

as atas da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, as quais se encontram publicadas no periódico da referida instituição⁵.

Para nos auxiliar na operação metodológica destas fontes, lançamos mão de alguns trabalhos. Como mencionamos, privilegiamos aqui a análise dos *Anais da Câmara dos Deputados*. Encontramos a sugestão para o trabalho com este tipo específico de documentação em Pinsky (2006). Nele, a autora demonstra como este tipo de publicação concede-nos o acesso às discussões dos mais variados projetos legislativos, mesmo as mais polêmicas. Outro trabalho que nos forneceu contribuições relevantes intitula-se “Notas sobre os historiadores e suas fontes”, no qual Tânia de Luca discute as diferentes acepções das noções de “documentos” e “fontes históricas”, oferecendo-nos uma distinção bastante precisa em relação a tais noções. Segundo a autora, “documentos” são vestígios do passado independente de seu suporte ou natureza; por outro lado, as “fontes” são o conjunto de documentos mobilizados pelo historiador no decorrer de sua pesquisa.⁶ O terceiro trabalho é a dissertação de mestrado de Márcia Pazin, onde a autora realiza uma “pesquisa de Tipologia Documental em acervo histórico, utilizando como modelo o caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo” (PAZIN, 2005: 05).

Guardando-se os devidos cuidados teórico-metodológicos – afinal, trata-se do estudo de uma instituição diferente da qual estamos debruçados, inclusive em regime político e temporalidade distinta –, acreditamos que Pazin (2005) propõe questões pertinentes que ajudam a nortear o processo de leitura e análise dos *Anais da Câmara dos Deputados*. Somos incitados pela autora a nos questionarmos acerca do contexto de produção e tramitação da documentação produzida dentro deste espaço social, bem como a observar o que esta documentação revela sobre a estrutura e funcionamento da instituição. Outra contribuição relevante deste trabalho é apresentar um

⁵ Trata-se dos *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (ABPNML)*, que a partir de 1918, passariam a se chamar *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria (ABNP)*.

⁶ LUCA (2012). p. 19.

“Glossário de formatos, espécies e tipos documentais da Assembleia”, no qual constam verbetes com as definições dos tipos documentais e o histórico de utilização de cada um dos termos⁷.

Apesar de densa, a documentação consultada não é ampla, devido à impossibilidade de consulta a alguns volumes dos *Anais da Câmara dos Deputados* disponíveis para pesquisa na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Nesta publicação consta a transcrição de todas as seções legislativas. A princípio acreditávamos que tais documentos nos concederiam acesso às contendas em torno da elaboração das leis para a assistência psiquiátrica – o que de fato é possível observar em relação a outras matérias, tais como a inclusão do divórcio no código civil. Entretanto, no que concerne a documentação levantada, quase não há polêmica ou contenda em relação aos projetos propostos para a assistência psiquiátrica. Se por um lado tal fato frustrou um pouco nossas expectativas, por outro demonstrou que esta oferece informações importantes acerca do processo de elaboração das leis. Além disso, dada a diferença de nomenclaturas existente entre os projetos de lei⁸ e as leis efetivamente aprovadas, passamos a cotejar o conteúdo dos projetos de lei com o conteúdo das leis publicadas. Finalmente, cabe destacar que privilegiamos a análise da documentação relativa aos debates parlamentares em torno da promulgação dos decretos de reorganização da assistência, e também da concessão de novos regulamentos a ela no período compreendido entre os anos de 1903 e 1927, por considerarmos que se trata de um momento de intensas transformações na assistência a alienados.

O levantamento das atas da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (SBNPML), relativas ao recorte temporal aqui privilegiado, foi realizado a partir da consulta à dissertação de mestrado de Cerqueira (2014), na qual a autora investiga a atuação da SBNPML no processo de institucionalização da psiquiatria no Rio de Janeiro, por meio das atas da Sociedade entre 1908 e 1933. Tal trabalho disponibiliza referências detalhadas acerca de um amplo conjunto documental, reunidas em uma tabela que está dividida em “atas consultadas” – onde são

⁷ PAZIN (2005). p. 05; 11.

⁸ Cf. glossário supracitado, a definição de **Projeto de lei** diz tratar-se de: proposta escrita de uma norma que deve ser apresentada a uma câmara ou assembleia legislativa para ser discutida e votada, e posteriormente, transformada em lei. PAZIN, op. cit., pp.124.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

apresentados detalhadamente o tipo de sessão, a data e o local da reunião – e “referências”, onde são apresentadas as coordenadas para a consulta direta às atas publicadas relativas a tais sessões. Após o levantamento, foi realizada a leitura e análise do material encontrado.

II. Os debates legislativos no interior da Câmara dos Deputados

Segundo levantamento prévio, o conjunto de leis de reorganização da assistência psiquiátrica ou de concessão de novos regulamentos a ela, compreendidas no período entre 1903 e 1927, é composto de cinco registros legislativos. Entretanto, em minha pesquisa nos volumes disponíveis para consulta dos *Anais da Câmara dos Deputados*, encontrei referências apenas a debates em torno das questões que vão originar dois destes atos legislativos: o Decreto nº 1132 de 22/12/ 1903 que reorganiza a assistência a alienados e o Decreto nº 5.148-A, de 10 de janeiro de 1927.

II.1. O projeto n. 316 e o projeto n. 303 (1903)

O primeiro registro analisado aqui é o projeto nº 316, de 1903, que “Reorganiza a Assistência a Alienados (com pareceres das Comissões de Instrução e Saúde Pública, de Constituição, Legislação e Justiça e de Orçamento)”, que, depois de finalizado seu processo de tramitação, veio a ser promulgado como Decreto⁹ nº 1132, de 22 de dezembro de 1903.

O decreto nº 1132, que reorganiza a assistência a alienados, sancionado pelo então presidente Rodrigues Alves (1848-1919) e pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores (1902-1906) J.J. Seabra (1855-1942), determina o recolhimento a um estabelecimento de alienados os indivíduos que, por moléstia mental, congênita ou adquirida, comprometessem a ordem pública ou a segurança das pessoas. Determina ainda que a reclusão só seria efetiva caso a alienação fosse comprovada. Uma resolução bastante interessante deste registro é que, a partir de então, os enfermos de alienação

⁹ Cf. glossário supracitado, **Decreto** é um ato administrativo que pode ser expedido pelos poderes Judiciário, Legislativo, ou Executivo, com força obrigatória, destinado a assegurar ou promover a ordem política, social, jurídica ou administrativa, podendo ainda ter por objetivo regulamentar uma lei, fixar normas administrativas, nomear, promover ou demitir funcionários. PAZIN, op. cit., pp. 113.

mental poderiam ser tratados em domicílio, “sempre que lhe[s] for[em] subministrados os cuidados necessários”.

Observamos ainda que, pela primeira vez, um decreto passa a dispor sobre a guarda provisória dos bens dos alienados. Pelo Art. 4º “salvo o caso de sentença, no qual logo será dada curatela aos alienados, a autoridade policial providenciará, segundo as circunstâncias, sobre a guarda provisória dos bens deste, comunicando imediatamente o fato ao juiz competente, a fim de providenciar como for de direito.” Pela primeira vez também, verificamos uma determinação que prevê a possibilidade de solicitação de um novo exame de sanidade ou a denúncia da falta desta formalidade por parte do próprio alienado. Além disso, o decreto proíbe a reclusão de doentes mentais em cadeias públicas ou entre criminosos.

Neste registro legislativo também é possível perceber as exigências a serem preenchidas pelos estabelecimentos destinados ao tratamento das doenças mentais. Pelo artigo 13, tais estabelecimentos deveriam ser dirigidos por profissionais devidamente habilitados e residentes nos respectivos estabelecimentos, funcionar em edifício adequado que possibilite aos alienados a prática de exercícios ao ar livre, possuir seções em que estejam devidamente separados os doentes mentais por sexo e pela natureza da moléstia mental. Pudemos verificar também que novas especialidades profissionais foram integradas ao pessoal da Assistência aos Alienados no Distrito Federal, a saber: médicos alienistas, um pediatra, um médico para o pavilhão de doenças infecciosas e um chefe dos serviços *Kineso-therapicos*¹⁰. Prevê também a punição dos infratores desta lei com penas de prisão e multa.

A determinação que mais salta aos olhos é a instituição de uma Comissão de Inspeção composta por um procurador da república, um curador de órfãos e de um profissional de reconhecida competência responsável pela fiscalização de todos os estabelecimentos de alienados, públicos e particulares existentes no país. Esta determinação se parece bastante com aquela do Decreto nº 10244/1889 que previa a nomeação das comissões que julga convenientes para a

¹⁰ Ao que parece, a grafia atual do termo seria “cinesioterápicos”. Segundo o Dicionário Priberam, “Cinesioterapia” é um tratamento feito através da realização de movimentos do corpo, ativos ou passivos.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

fiscalização e melhoramento do serviço da Assistência. Em 1903, entretanto, devido às circunstâncias de sua promulgação, ela me parece possuir um caráter permanente e regulamentado. O registro legislativo de 1889, por outro lado, tem sua definição e ação um pouco vagas, informando unicamente no terceiro item do artigo segundo que, ao Conselho de Assistência¹¹ era permitida a nomeação das comissões, tal como mencionado acima. Mas o dito item não discorre sobre sua composição e suas competências, tal como ocorre no Decreto nº 1132.

Seguindo Azevedo (2012), o Relatório da Comissão de Inquérito que investigou o escândalo de 1902¹² propôs a criação das comissões de inspeção permanentes cujo dever seria o de inspecionar regularmente as instituições asilares para alienados e avaliar seu estado em relatórios que seriam enviados ao Ministro dos Negócios Interiores todos os anos. Para o autor, isto representava uma tentativa do governo republicano de controlar e regular a prática alienista no Brasil (Azevedo, 2012: 11; 16). Isto se reflete na legislação, na medida em que, por exemplo, o decreto de 1903 já mencionado prevê que, em caso de criação e reforma de alguma instituição destinada ao tratamento de alienados, tal comissão deveria emitir um parecer sobre o projeto. Além disso, os diretores destes estabelecimentos deveriam enviar mensalmente uma relação com o nome dos enfermos internados no mês anterior.

O projeto de lei que dá origem ao referido decreto é mencionado em oito sessões da Câmara dos Deputados: (1ª) 23 nov. 1903; (2ª) 26 nov. 1903; (3ª) 27 nov. 1903; (4ª) 28 nov. 1903; (5ª) 30 nov. 1903; (6ª) 01 dez. 1903; (7ª) 02 dez. 1903 e, finalmente a (8ª) em 03 dez. de 1903. Contudo, ele entra

¹¹ Em meu relatório final (expediente 2013-2014), propus a hipótese de que, apesar de instituído sob o regime imperial (1889), o Conselho de Assistência para a Casa do São José, Colônia de São Bento e Asilo do Conde de Mesquita constituiria uma espécie de “embrião” do que no ano seguinte, no contexto da república, viria a ser a Assistência Médica e Legal de Alienados.

¹² O escândalo de 1902, constantemente reiterado pela historiografia e detalhadamente estudado por Azevedo (2012), diz respeito a um grande desfalque ocorrido nas contas do Hospício Nacional de Alienados da capital federal que tomou conta das páginas dos jornais diários naquele ano. Sua grande repercussão resultou na mobilização imediata do governo central num esforço de investigação encarnado na figura de uma comissão de inquérito que, após a apresentação de seus relatórios, daria origem às comissões de inspeção implementadas pela lei n. 1132 de 1903, que reorganizava a Assistência aos Alienados.

na pauta de debates em apenas três delas, a saber: na 1ª, na 5ª e na 8ª – entre as quais o material mais farto encontra-se disponível na 1ª sessão.

A 23 de novembro de 1903 tem lugar na Câmara dos Deputados a 138ª Sessão, na qual estava presente João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921)¹³, relator da Comissão de Instrução e Saúde Pública (CISP) cujo parecer¹⁴ acompanha o projeto de lei nº 316/1903. Posto em discussão o referido projeto, são apresentados os pareceres das três citadas comissões.

O primeiro parecer submetido à apreciação da Câmara dos Deputados, datado de 31 de agosto de 1903, é o da Comissão de Instrução e Saúde Pública, elaborado a partir das considerações dirigidas à dita comissão pelo presidente da república, à época Rodrigues Alves, para a “decretação das providencias necessarias para que possa ser reorganizada a Assistencia a Alienados e levados a effeito os melhoramentos materiaes que são de mister para a boa execução do mesmo serviço”¹⁵.

Antes, contudo, de propor tais melhoramentos, a comissão levantou uma “questão preliminar”, a qual estaria provocando controvérsias: “é da competência da União prover a manutenção do tratamento dos alienados no Districto Federal ou em qualquer dos Estados da União?”¹⁶. A resposta da comissão a esta pergunta é negativa, com a ressalva de que, desde a proclamação da república, esta era a situação no Distrito Federal, “facto é esse explicável mais por circumstancias [sic.] especiaes, inherentes á natureza do serviço e ás suas relações de dependências de outros, municipios, administrados pela União, do que por qualquer outro motivo”¹⁷. Segundo a comissão, seria o desconhecimento destas “circunstâncias especiais” – as quais não são claramente explicadas

¹³ “Em abril de 1883, após concurso no qual obteve o primeiro lugar, foi nomeado lente da cadeira de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual havia sido introduzida nesta instituição naquele mesmo ano. [...] Foi nomeado, em 24 de outubro de 1884, facultativo clínico do Hospício de Pedro II, e em 27 de fevereiro de 1887 tornou-se diretor do serviço sanitário deste estabelecimento, substituindo Agostinho José de Souza Lima. [...] Em 18 de fevereiro de 1890 foi nomeado diretor geral da Assistência Médico Legal de Alienados, e em 27 de fevereiro de 1897 tornou-se inspetor geral de Assistência a Alienados, ocupando este cargo até 1899”. [...] - João Carlos Teixeira Brandão. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 07 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/branjcteix.htm>>.

¹⁴ Cf. glossário supracitado, **Parecer** é uma opinião técnica ou científica sobre um ato, servindo de base para a tomada de decisão. PAZIN, op. cit., pp. 152.

¹⁵ Anais da Câmara dos Deputados, doravante ACD, Nov. 1903, pp. 804.

¹⁶ ACD, Nov. 1903, pp. 805.

¹⁷ Idem.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

– que estaria determinando a “má vontade” no Corpo Legislativo contra aquela instituição, expressa “ora na recusa dos meios orçamentarios solicitados, ora em projectos de lei, destinados a fazer reverter, para as instituições de caridade a administração da Assistencia a Alienados.”¹⁸

Para a comissão, isso esconderia a questão principal de vista: se, por um lado o afastamento do alienado do convívio social promovido pela autoridade pública garantiria a tranquilidade social, por outro, constituiria uma violação de um direito do alienado, o que demandaria, por parte do poder público, uma reparação. Em outras palavras, tal violação, apesar de legítima – pois visa a tranquilidade social – deveria ser suavizada garantindo ao alienado o bem-estar compatível com a sua “situação moral”.

Ainda segundo a comissão, tanto no Distrito Federal quanto nos estados da União, a reclusão dos alienados seria um encargo das autoridades responsáveis pela garantia da ordem pública, e às autoridades judiciárias caberia o dever de zelar pelos seus direitos, tarefa impossibilitada pela falta de uma legislação específica sobre o assunto. Esta falta justificaria a intervenção dos governos na administração dos asilos. No Distrito Federal, tal “anomalia” seria agravada pela subordinação da polícia ao Executivo. Com esta hierarquia, o Executivo acabava interferindo na administração de “um serviço meramente local”¹⁹. Para a comissão, o serviço da assistência dependeria de uma “aprendizagem gradual e progressiva, inconciliável, portanto, com as surpresas administrativas que as contingencias políticas geram”²⁰. Parece-me, portanto, que na ordem do dia, o que estava em jogo era a questão da hierarquia entre as diferentes instâncias governamentais em relação ao serviço da assistência psiquiátrica.

O tom da narrativa, que constantemente remete ao “estado de ruína e de descrédito” da Assistência a Alienados, parece se referir ao já mencionado escândalo de 1902. Neste sentido, o parecer da “Comissão de Instrução e Saude Publica” (CISP) é elaborado em cima de comparações feitas entre o relatório da Comissão de Inquérito que investigou o dito escândalo, e o daquela

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

nomeada em 1896, época em que, segundo a CISP, a situação da assistência era digna de “encômios”²¹. Possivelmente, é este relatório de 1896 que dá origem ao Decreto nº 2.467, de 19 fev. 1897, que “dá novo regulamento para a Assistencia Medico-legal a Alienados”.

Parece-me ainda que os problemas identificados pela CISP em 1903 estão no regulamento de 1899 (Decreto nº 3.244 de 29 mar. 1899). Entre eles, estariam: (1º) a atribuição a um único funcionário de tarefas que, nos regulamentos anteriores, eram realizadas por vários. Exemplo disso é que no regulamento de 1897 era conferida a um médico específico a direção do museu anatomopatológico, disposição alterada no regulamento de 1899, que passou a atribuir ao diretor do Hospício esta função; (2º) a supressão de “lugares técnicos” teria estabelecido no serviço deficiências insanáveis. Observando as tabelas com os vencimentos dos funcionários da Assistência a Alienados, contidas nos regulamentos de 1897 e 1899, verificamos neste último a supressão de funções como a de contador, ajudante de farmacêutico e oftalmologista. Muito mais amplo é o quadro de funcionários anexo ao decreto 1.132 de 1903, que conta, apenas no Hospício Nacional, com 22 funções, contra 10 do regulamento de 1899 e 14 do regulamento de 1897; (3º) a falta da exigência de especialização para o cargo de diretor [tanto da Assistência a Alienados quanto dos asilos a ela subordinados, me parece], o que teria colocado “a testa dessa instituição” indivíduos sem especialização e “incapazes de a estudar e muito menos de a compreender”²². O regulamento de 1897 confere “a superintendência administrativa e scientifica de todos os estabelecimentos da Assistencia” a um médico “competente em psiquiatria”²³. O regulamento de 1899, por sua vez, além de suprimir o cargo de diretor da Assistência como já mencionado, e atribuir a superintendência do serviço ao diretor do Hospício Nacional, exige apenas que o cargo seja ocupado por um médico; (4º) a acumulação de doentes no hospício – tema vastamente explorado pela literatura especializada – que, de acordo com o parecer da CISP, prejudicaria a separação dos doentes mentais e, conseqüentemente, o seu tratamento.

²¹ Elogios.

²² ACD, Nov. 1903, pp. 805-806.

²³ Decreto n. 2.467 de 19 fev. 1897, pp. 01.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

Mais interessante ainda é a insistência da CISP na criação de uma lei que visasse à regularização da situação dos alienados, entendidos a partir de então como sujeitos de direito. Neste sentido, a narrativa do parecer discorre, principalmente, sobre os possíveis abusos ou “sequestros” sofridos pelos doentes mentais, especialmente em asilos e casas de saúde privadas – classificadas pelo parecer como “estabelecimentos industriais”²⁴ –, recorrendo-se ao exemplo de experiências internacionais – são citados os casos da Bélgica, da França, da Itália e da Inglaterra²⁵ – para evidenciar a necessidade de uma legislação capaz de salvaguardar os direitos dos alienados; garantia esta que, mesmo alcançada nos países mencionados, não extinguiu completamente os casos de violação destes direitos.

Outra questão levantada pelo parecer da CISP é a da entrada e saída de pessoas das instituições asilares. Para esta comissão,

a Assistencia é destinada ao tratamento e á reclusão dos alienados, em estado agudo da molestia, ainda curáveis; e á reclusão, unicamente, dos que, apesar de incuráveis, continuem agitados e por essa circumstancia não possam permanecer em liberdade ou no seio das famílias. É até por esse caráter que a Assistencia se distingue dos estabelecimentos de caridade.²⁶

Cabe notar que esta determinação exclui do público alvo das instituições asilares não apenas os inválidos ou mendigos remetidos pela polícia, mas também os “dementes inofensivos”.

O último ponto levantado pela comissão diz respeito aos encargos relativos à internação de doentes mentais estrangeiros. Se, à época, tal despesa estava a cargo do poder público, para os membros da CISP era necessário que o Brasil, seguindo a tendência adotada por outros países, procedesse imediatamente após a internação do doente mental com o pedido de repatriação do

²⁴ ACD, Nov. 1903, pp. 806.

²⁵ Apesar de reconhecer a importância da análise comparativa com esta legislação internacional, não foi possível realizá-la nos limites deste trabalho.

²⁶ ACD, Nov. 1903, pp. 807.

mesmo, bem como com a solicitação de uma indenização pelas despesas feitas e fazer com o alienado.

As matérias a serem consideradas, portanto, na elaboração de tal lei seriam de ordem profissional, sobretudo na demanda por funcionários devidamente habilitados para o tratamento a alienados, da ordem dos procedimentos de entrada e saída dos alienados e do seu tempo de permanência em instituições asilares e, finalmente, da ordem da garantia dos direitos dos alienados. A CISP conclui o parecer indicando que este seja levado à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para que seja formulado um projeto de lei que leve em consideração a garantia da liberdade individual e da gestão dos bens dos alienados. Assinam o parecer: o presidente interino, Malaquias Gonçalves²⁷, o já citado relator, Teixeira Brandão, Satyro Dias (1844-1913), Valois de Castro (1855-1939), Germano Hasslocher (1862-1911) e Sá Freire (1870-1947).

A sessão da Câmara dos Deputados tem continuidade com a leitura do parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ). Nele, a dita comissão informa que considera a matéria de direito civil e penal e, portanto, da competência do Congresso Nacional legislar sobre a reclusão de alienados e a administração de seus bens tanto no distrito federal quanto nos estados da União. O parecer versa, portanto, sobre o processo e as formalidades de internação dos doentes mentais e a assistência a eles devida, sobre os requisitos de funcionamento das instituições asilares, atribuindo à União a superintendência do serviço "em tudo quanto interesse á pessoa e á fortuna dos alienados contra as possíveis explorações de seu infortúnio"²⁸ e, finalmente, organiza o serviço no Distrito Federal.

A redação do texto do projeto de lei apresentado pela CCLJ é a mesma do Decreto n.º 1.132/1903, já apresentado aqui. Assinam o parecer na Sala das Comissões, a 08 de outubro de 1903: o presidente Paranhos Montenegro, Ângela [sic.] Pinheiro, Frederico Borges, Teixeira de Sá (1835-1920) e Hossannah de Oliveira. Anexa ao parecer, segue a "Tabella de vencimentos do pessoal

²⁷ Os personagens citados sem referências sobre nascimento e morte assim o foram por conta da ausência de informações a este respeito.

²⁸ACD, Nov. 1903, pp. 808.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

da Assistência aos Alienados”, cuja redação é a mesma do decreto efetivamente aprovado. Além dos nomes acima citados, assina também a dita tabela o relator Luiz Domingues (1860-1922).

Na continuidade da sessão, verifica-se a leitura do parecer da Comissão de Orçamento. Tal parecer reforça o coro dos demais, reconhecendo a necessidade de reorganização da Assistência, sobretudo por conta de uma visita realizada ao Hospício Nacional na companhia do Ministro J.J. Seabra, reafirmando os prejuízos causados ao serviço por conta da deficiência de pessoal, das condições “deploráveis” dos edifícios e da superlotação. A dita comissão declara ainda sustentar o parecer da CCLJ, propondo, contudo, algumas alterações na tabela de vencimentos apresentada “afim de estabelecer-se a uniformidade”²⁹. Na prática, tais alterações propõem uma série de reduções nos valores dos vencimentos de alguns cargos, como por exemplo no de médico alienista, cujo vencimento na tabela do projeto da CCLJ é de 6:000\$000, e que na tabela proposta pela Comissão de Orçamento cairia para 4:800\$. Nenhuma destas alterações, entretanto, verificam-se no texto final aprovado na forma do decreto nº 1.132, tendo elas sido revogadas em votação durante a segunda discussão do projeto, em sessão de 30 de novembro de 1903.

Outra sugestão de alteração no texto do projeto de lei, proposta pela Comissão de Orçamentos que não foi contemplada no texto final da lei, referente ao seu art. 12, sugere que a comissão de inspeção seja composta por um procurador da república, um curador de órfãos e pelo diretor do Hospício Nacional (em substituição ao profissional de reconhecida competência como consta no texto publicado). Assinam o parecer o presidente Cassiano do Nascimento (1856-1912), o relator Laurindo Pitta, Urbano Santos (1859-1922), David Campista (1863-1911), Francisco Veiga e Anizio de Abreu, em data de 23 de novembro de 1903. A este parecer, opõe-se um voto em separado³⁰ assinado em 09 de novembro de 1903, pelo relator Cornelio da Fonseca (1894-1908)³¹. Este informa que seu parecer leva em conta apenas a tabela dos vencimentos apresentada no projeto de lei

²⁹ ACD, Nov. 1903, pp. 810.

³⁰ Voto alternativo de parlamentar ao do relator de determinada matéria. Ocorre quando o autor do voto em separado diverge do parecer dado pelo relator. Ver destaque para votação em separado. Definição obtida no website do Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/voto-em-separado>>

³¹ <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/4>

proposto pela CCLJ. Verificamos que a determinação deste voto em separado acaba sendo mantida na redação do texto final do decreto nº 1.132.

A sessão tem continuidade com a leitura da “Mensagem e Exposição de Motivos a que se Referem os Pareceres Supra”. A primeira mensagem é do presidente Rodrigues Alves, dirigida ao Congresso Nacional em 03 de agosto de 1903, e que solicita, por parte daquela casa, a decretação das providências necessárias para a reorganização da Assistência a Alienados, bem como a realização dos melhoramentos materiais necessários para a boa execução do serviço. Tal mensagem tem origem em outra, dirigida pelo Ministro J.J. Seabra ao presidente Rodrigues Alves, solicitando exatamente que este último envie ao Congresso Nacional um pedido de reorganização da assistência a alienados, bem como dos já mencionados melhoramentos materiais necessários.

O que é interessante na mensagem do ministro J.J. Seabra é que ela é quase completamente composta pelo texto de um ofício dirigido a ele pelo diretor do Hospício Nacional à época, Juliano Moreira³². E é a partir das demandas apresentadas neste ofício, bem como também daquelas apresentadas no relatório da Comissão de Inquérito nomeada para investigar o escândalo de 1902 que o projeto de lei é construído. Podemos verificar neles, portanto, a solicitação de aumento das verbas, do número e da variedade de profissionais e especialistas contratados para o trabalho no serviço da assistência e, ainda, uma espécie de orçamento em que constam as reformas necessárias tanto no Hospício Nacional quanto nas colônias de alienados, cujo valor total da despesa estimava-se em 729:130\$. É este planejamento de orçamento que dará origem a outro projeto de lei, o projeto

³² “Juliano Moreira (1873-1933), baiano de Salvador, é frequentemente designado como fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. [...] De 1903 a 1930, no Rio de Janeiro, dirigiu o Hospício Nacional de Alienados. Neste, embora não fosse professor da Faculdade de Medicina do Rio, recebia internos para o ensino de psiquiatria. Aglutinou ao seu redor médicos que viriam a ser, eles também, organizadores ou fundadores na medicina brasileira, de diversas especialidades: neurologia, psiquiatria, clínica médica, patologia clínica, anatomia patológica, pediatria e medicina legal, tais como Afrânio Peixoto, Antonio Austragésilo, Franco da Rocha, Ulisses Viana, Henrique Roxo, Fernandes Figueira, Miguel Pereira, Gustavo Riedel e Heitor Carrilho, entre outros. [...] Como ele mesmo descreveu, foram estas as mudanças: instalação de laboratórios de anatomia patológica e de bioquímica no hospital; remodelação do corpo clínico, com entrada de psiquiatras/neurologistas e outros especialistas (de clínica médica, pediatria, oftalmologia, ginecologia e odontologia); a abolição do uso de coletes e camisas de força; a retirada de grades de ferro das janelas; a preocupação com a formação dos enfermeiros; o grande cuidado com os registros administrativos, estatísticos e clínicos, entre outros. Sua atuação institucional incluiu a organização da “Assistência aos Alienados”, mais tarde Serviço Nacional de Assistência aos Psicopatas, tendo redigido, em 1903, uma proposta de reforma do Hospício Nacional e insistido junto ao governo para a aprovação da legislação federal de assistência aos alienados, promulgada em 22/12/1903”. Consultado em: ODA & DALGALARRONDO (2000: p. 178-179).

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

nº. 303/1903, que autoriza o Governo “a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 729:130\$, suplementar a verba Obras [...] para as instalações, reparos e outras despesas com o Hospício e as Colônias de Alienados”³³. Tal projeto acaba aprovado em votação e enviado à Comissão de Redação na mesma sessão, em 03 de dezembro de 1903, quando é aprovado o projeto de reorganização da assistência, ambos em 3ª discussão – o mínimo necessário, segundo Márcia Pazin³⁴. Após a leitura do projeto nº 303, o presidente da sessão anunciou a ordem do dia seguinte e ela foi encerrada às 16h30min.

O ano de 1903 parece ter inaugurado, portanto, uma série de transformações na assistência psiquiátrica, pelo menos no que concerne ao plano das propostas legislativas. Existe uma breve contenda levantada durante a terceira discussão do projeto n.º 316, no dia 03 dez. 1903, acerca de um erro numa soma de valores contidos numa das tabelas de vencimentos. O tom desta contenda parece evidenciar, por um lado, uma certa urgência na promulgação da lei de reorganização do serviço da assistência – principalmente se levarmos em conta a velocidade da tramitação e sua aprovação no apagar das luzes do ano de 1903 – e, por outro, a existência de um grupo bastante minoritário “acusado” de tentar obstruir o processo de tramitação da lei, embora as demais fontes consultadas não permitam verificar tal hipótese.

II.2. O projeto nº 295 e o projeto 218-A (1926)

Em relação ao ano 1926, onde procurávamos informações acerca da tramitação do projeto que deu origem ao Decreto nº 5.148-A, encontramos no volume 10 dos *Anais* apenas uma nota sobre a então denominada Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Ciências Afins³⁵ (SBNPCA). Em sessão de 01 de outubro de 1926, foi aprovado, com substitutivo, o projeto nº 295/1926, que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Neurologia e Psiquiatria e o “Ermitage” de Petrópolis³⁶.

³³ ACD, Dez. 1903, pp. 63.

³⁴ PAZIN, op. cit., pp. 46.

³⁵ Ver nota 2.

³⁶ Conforme define o parecer da Comissão de Justiça, o “Ermitage” seria estabelecimento hospitalar, sistema de pavilhões isolados para convalescentes de todas as enfermidades, e, à época, alvo das mais elogiosas referências tanto pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, quanto por vários cientistas. Cf. ACD, Out. 1926, pp. 20.

Tal projeto teria origem em outro, de nº 73/1925, proposto por Antonio Austregésilo³⁷, e que solicitava que a SBNPCA fosse assim declarada. Assinam o parecer da Comissão de Justiça, em 30 de setembro de 1926, o presidente Manoel Villaboim (1867-1937), o relator Horacio Magalhães, Getulio Vargas (1882-1954), João Elycio, Annibal B. Toledo, Rego Barros, Raul Machado e José Gonçalves.

O volume 12, por sua vez, contém, em sessão de 22 de outubro de 1926, os pareceres das comissões de saúde e finanças acerca do projeto de lei nº 218-A que, a princípio, reorganiza a Assistência a Psicopatas, alienados ou não, no distrito federal e nos estados. É este projeto de lei que dá origem ao Decreto nº 5.148-A, de 10 de janeiro de 1927, sancionado pelo presidente Washington Luis (1869-1957) e pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Augusto de Vianna do Castello (1874-1953), que reorganiza a Assistência a Psicopatas no Distrito Federal.

Segundo o parecer da Comissão de Saúde, o projeto de reforma da lei de assistência a psicopatas teria sido apresentado pelo deputado Afrânio Peixoto³⁸. O texto faz referência à reforma de 1903 e à atuação de Juliano Moreira a época, mas aponta que a evolução da matéria e a “míngua” dos recursos oficiais acabaram resultando na estagnação e no retrocesso do serviço da assistência psiquiátrica. Destaca ainda que a lei que rege a dita matéria estaria fora dos moldes modernos – *da profilaxia mental* –, o que demandava novas bases legais para o funcionamento regular do serviço. Aponta ainda para a necessidade de remunerar adequadamente o pessoal da Assistência a Psicopatas, bem como a de instalações adequadas ao serviço, declarando, portanto, que a reforma na lei da assistência seria urgente.

É interessante notar como a argumentação do parecer atrela à situação das instituições asilares a questão do progresso e da civilização culta e próspera, oferecendo, sempre que possível, exemplos de experiências bem-sucedidas no exterior, sobretudo na Europa. Assinam o parecer, em 13 de

³⁷ “O Professor Antonio Austregésilo foi o pioneiro da neurologia brasileira, criando a primeira escola neurológica no Rio de Janeiro em 1912. Ele foi também o primeiro a estudar os distúrbios do movimento no Brasil, tendo publicado vários artigos nesta área, particularmente nas consagradas revistas *Revue Neurologique* e *L'Encephale*, incluindo a descrição de um sinal sucedâneo de Babinski e a primeira descrição mundial de distonia pós-traumática”. In: TEIVE *et al* (1999: p. 898).

³⁸ “Afrânio Peixoto (Júlio A. P.), médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 17 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de janeiro de 1947”. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

setembro de 1926, o presidente Zoroastro Alvarenga, o relator Antonio Austregésilo, Clementino Fraga (1880-1971), Freitas Merlo, Galdino Filho (1879-1961), José Lino e Berbet de Castro (1894-1966).

Na continuidade da sessão, tem lugar a leitura do parecer da Comissão de Finanças que, na esteira dos demais vistos até aqui, reforça a necessidade da completa remodelação da assistência psiquiátrica, mencionando inclusive as reclamações dos “mais ilustres psiquiatras” que habitualmente eram deixadas no esquecimento. É aos esforços de Afrânio Peixoto que o parecer atribui a chegada da matéria à Câmara dos Deputados. Desta forma, a comissão emite um parecer favorável à aprovação do projeto nº 218-A/1926, levantando ainda a necessidade de melhoramentos nas instalações do Hospício Nacional e dos Asilos Colônias.

Em consonância com o parecer anterior, a Comissão de Finanças atrela a dimensão retrógrada da assistência ao estilo arquitetônico de alguns de seus prédios, “velhas casernas”, cuja reformulação era necessária, uma vez que seu aspecto seria incompatível com a evolução da matéria, fazendo referência, inclusive, a experiências estrangeiras como a do “*open door*” inglês e a grande reforma do hospício “*Las Mercedes*”, na Argentina, e mesmo à experiência de São Paulo com a colônia para alienados de Juquery.

Tudo isso é incompatível com a evolução feliz que se tem operado nos tempos modernos, determinando a supressão de todo meio de contenção mecânica, substituída pelos calmantes do sistema nervoso, pelo isolamento passageiro e pela vigilância permanente feita por enfermeiros educados para esse fim especial, em um gabinete de calma e tranquilidade que se consegue nos asilos modernos, graças aos novos sistemas de tratamentos humanitários e científicos, que fez compreender que, não só o enclausuramento ao qual estavam sujeitos os doentes mentais era desnecessário, mas lhe era prejudicial³⁹.

³⁹ ACD, Out. 1926, pp. 297.

Neste sentido, a Comissão de Finanças propõe alguns acréscimos ao projeto para que ele inclua transformações nos edifícios e asilos da Assistência, estendendo a eles o projeto de renovação do serviço da Assistência Psiquiátrica. São eles: (1º) o art. 23, que autoriza o governo a “despender até a quantia de dois mil contos de réis para a remodelação do Hospício Nacional e aumento dos pavilhões dos asilos-colônias de alienados, por conta da verba especial destinada na Receita Geral da República à assistência hospitalar”⁴⁰; (2º) o art. 24, que inclui o diretor geral da assistência a psicopatas no conselho administrativo da Assistência Hospitalar do Brasil. No entanto, ambos os complementos são vetados.

Só podemos conhecer a razão do veto no caso do primeiro complemento. Uma mensagem do presidente Washington Luis (datada de 10 de janeiro de 1927), lida em sessão de 20 de maio de 1927⁴¹, explica as razões de seu veto a dois artigos do projeto de lei, entre eles, o art. 23 – mas que, no projeto que chegou às suas mãos, constava como art. 25. De acordo com o presidente, a lei de reorganização da Assistência a Psicopatas não poderia, tal como pretendia o projeto, dispor de uma parte considerável dos recursos da verba de assistência hospitalar, uma vez que isso iria contra as disposições da lei orçamentária de 1925 (lei nº 4.984 de 31 de dezembro de 1925), cuja aplicação das verbas não poderia ser alterada por uma lei especial, uma vez que tais recursos teriam como finalidade “fazer face às despesas com a manutenção e desenvolvimento da assistência hospitalar no Brasil”.⁴²

O art. 9, por sua vez, que atribui ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores a suprema inspeção de todos os estabelecimentos públicos ou particulares destinados ao tratamento de psicopatas, representado por comissões de inspeção formadas em todos os estados da União. O argumento mobilizado por Washington Luiz para o veto é o de que, uma atribuição como esta colidiria com as prerrogativas que a Constituição assegurava aos estados, esbarrando assim na questão do federalismo, crucial à época.

⁴⁰ ACD, Out. 1926, pp. 298.

⁴¹ ACD, Mai. 1927, pp. 230.

⁴² ACD, Mai. 1927, pp. 231.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

De volta ao projeto nº 218-A/1926, e mais precisamente ao parecer da Comissão de Finanças, verificamos que existem, entre a Tabela de Vencimentos do projeto e do decreto efetivamente aprovado (5.148-A/1927) diferenças nas quantias descritas. Suas ementas, tal como o leitor deve se lembrar, também são distintas e apresentam ainda pequenas alterações no texto do projeto de lei, que se verificam promulgadas no decreto de reorganização. Assinam o parecer o presidente Júlio Prestes (1882-1946), o relator Nabuco de Gouvea, José Bonifácio (1904-1926), Gilberto Amado (1887-1969), Oliveira Botelho (1868-1943), Bianor de Medeiros, Camillo Prates, Homero Pires, Wanderley Pinho (1890-????), Manoel Duarte (1877-1944), Prado Lopes e Salles Junior.

O que se pode inferir disso é que, diferentemente do projeto de reforma de 1903, o processo de tramitação desta lei contou, em certo sentido, com um número maior de intervenções até a produção final do texto enviado para a publicação. Contudo, a impossibilidade de consultar os demais volumes dos *Anais da Câmara dos Deputados*⁴³ acabou barrando nosso acesso a tais intervenções. Cabe destacar ainda que a reforma na lei de assistência psiquiátrica de 1927 marca uma espécie de mudança no paradigma da gestão e tratamento da doença mental no país, mudança esta inserida no contexto da profilaxia mental, campo no qual ainda precisamos aprofundar nossos estudos para oferecermos mais informações relevantes.

III. As atas da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal

As atas da SBNPML eram publicadas no interior dos *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (ABPNML)*, que a partir de 1918 passariam a se chamar *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria (ABNP)*, periódico criado em 1905 pelo então diretor da Assistência a Alienados, Juliano Moreira, tendo se tornado o órgão oficial de divulgação da SBNPML a partir de 1907, ano de sua fundação⁴⁴. Um aspecto cuja consideração é indispensável no processo de análise desta documentação são as condições materiais de produção e publicação dos *Anais*. Isso implica diretamente na forma como as atas se apresentam: resumos das sessões, nos quais,

⁴³ Estão indisponíveis para consulta – ou por conta de sua inexistência, ou de seu estado de conservação precário – os volumes 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 do ano de 1926.

⁴⁴ Cf. CERQUEIRA, op. cit., p. 28.

inevitavelmente, perdem-se detalhes das comunicações e dos debates entre os membros. Segundo Cerqueira (2014), o tamanho de cada uma das seções do periódico varia frequentemente de um número para o outro, de acordo com o espaço e os recursos disponíveis para sua impressão. Consequentemente, os resumos e matérias prioritárias tratadas nas atas também variam. Cerqueira levanta, inclusive, a hipótese de um possível processo de editoração das atas, para sua adequação ao espaço disponível na revista⁴⁵.

A análise das atas da SBNPML revelou que o assunto prioritário mais recorrente nas reuniões era a apresentação de casos clínicos. Essa opção possivelmente está ligada à hipótese levantada por Cerqueira (2014) de que haveria, na Sociedade, uma orientação para a formação de um novo perfil profissional de médicos alienistas, cuja atuação não deveria se restringir apenas aos cuidados médicos, mas também incluir o desenvolvimento de pesquisas científicas acerca da matéria psiquiátrica⁴⁶. Os demais temas eram tratados com uma frequência significativamente menor, e diziam respeito à organização interna da própria SBNPML (eleições, associação de novos membros, etc.), impressões de viagens a instituições psiquiátricas de outros estados ou países, solenidades, entre outros.

Contudo, no que diz respeito à temática das propostas legislativas para a Assistência a Alienados, as atas no recorte consultado ofereceram apenas uma ocorrência, que diz respeito, na verdade, não à assistência psiquiátrica, mas sim ao exercício das perícias médico-legais no interior dos tribunais. Já nas edições não consultadas no decorrer desta pesquisa, tomamos conhecimento, por meio do trabalho de Cerqueira (2014.), de algumas ocorrências do tema da legislação psiquiátrica. Uma delas é a publicação, nos *ABPNML*, de um artigo do professor da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Intitulado "Legislação sobre assistência a alienados", o artigo de 1906, publicado pouco antes de sua morte, criticava as limitações da lei que, à época, regia o serviço da Assistência, o decreto n.º 1.132 de 1903. Este artigo foi rebatido por Juliano Moreira, um dos idealizadores do projeto da lei. Para

⁴⁵ Cf. CERQUEIRA, op. cit., p. 28-33.

⁴⁶ Cf. CERQUEIRA, op. cit., p. 14.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

ele, apesar de suas limitações, era necessário levar em conta seus efeitos positivos para a assistência a alienados⁴⁷.

Nesses textos, o que se pode observar são dois projetos nacionais para a assistência a alienados em disputa: um descentralizador, advogando pelo direito e princípio constitucional federativo de cada estado legislar a partir de suas particularidades com base na experiência estadunidense, defendido por Nina Rodrigues; e outro centralizador, baseado na defesa de uma lei geral inspirada no modelo francês, defendido por Juliano Moreira. Tal disputa coloca em questão mais do que apenas os modelos assistenciais, mas antes, a necessidade de uma tomada de posição quanto ao federalismo, aspecto fundamental para se pensar as prerrogativas do Estado, em suas diferentes instâncias de atuação, frente à assistência⁴⁸.

Em síntese, os argumentos mobilizados por Nina Rodrigues em sua crítica à lei de 1903 estavam ligados ao fato de que, na forma assumida pelo decreto, em muitos momentos a Assistência a Alienados se confundia com o Hospício Nacional. Para o médico,

a fórmula de uma lei que se propõe a crear em todo o paiz a protecção legal aos mentecaptos, a marcar para os Estados o typo ou o modelo dos serviços technicos da assistencia aos loucos, não se compadece com o theor do Decreto n. 1132, de 22 de dezembro de 1903, que numa associação lamentavel traz uma mistura no mesmo pé de igualdade, as linhas geraes da legislação penal e civil, relativa aos alienados, prescripções technicas para os estabelecimentos destinados ao tratamento das moléstias mentaes, detalhes do serviço local da assistencia do Districto Federal, e até minudencias do regimento interno do Hospicio Nacional de Alienados. [...] Apenas em 23 artigos, acreditaram os legisladores brasileiros poder condensar todo o plano

⁴⁷ Sobre as ocorrências da matéria legislação psiquiátrica no interior da SBNPML, ver: CERQUEIRA (2014: p. 153-156).

⁴⁸ Tomamos conhecimento dos textos onde essas posições são defendidas a partir da dissertação de mestrado de Ede Cerqueira. Ver: CERQUEIRA (2014). Cabe esclarecer que não se trata de um debate propriamente dito, uma vez que Nina Rodrigues vem a óbito pouco tempo depois de publicar seu artigo de críticas à lei de 1903, e a resposta de Juliano Moreira tenha sido publicada apenas um ano mais tarde. Cabe ressaltar ainda que o mesmo texto de Juliano Moreira encontra-se publicado no periódico *Brazil-Médico*, ano XXI, n. 23, pp. 221-233, de 15 de junho de 1907, tendo sido consultado por nós nesta edição.

grandioso da criação da assistência e da proteção legal aos alienados da República (RODRIGUES, 1906: 303).

Além disso, Nina Rodrigues enfatiza uma série de ambiguidades e imprecisões no texto da lei, bem como seu caráter inconstitucional:

Por conseguinte, desde que, só pelas suas atribuições constitucionaes de formar o direito pátrio, póde a União influir nos serviços de assistência a alienados dos Estados, porquanto o encargo de provêr e organizar a assistência pública é confiada pela Constituição aos governos estaduaes, torna-se claro que a União não poderá encontrar, no mecanismo federativo que foi applicado ao governo da República, meio legal de regular e fiscalisar por si a execução das medidas de assistência a insanos dos Estados, missão essa evidentemente confiada aos poderes estaduaes e em particular á sua magistratura (RODRIGUES, 1906: 307).

Para o autor, um modelo centralizador como o consagrado pela lei de 1903, além de violar as prerrogativas constitucionais dos estados, não daria conta do problema da assistência de maneira eficiente, assim como das particularidades de cada um dos estados da união.

Em seu texto de resposta às críticas de Nina Rodrigues, Juliano Moreira, por sua vez, argumentava que, embora o decreto de 1903 possua alguns problemas, este teria sido importante para colocar em evidência a causa dos alienados. Afirmava ainda a impossibilidade de uma obra jurídica perfeita, enfatizando que o próprio crítico não teria se “aventurado em propor um projeto de lei” (MOREIRA, 1907: 222). Para o então diretor do Hospício Nacional, o “impulso inicial” para a reforma definitiva dos costumes em matéria de assistência a alienados no contexto brasileiro compensaria o pouco mérito do decreto como obra jurídica:

a lei em questão, mesmo sem pretensões a ser perfeita, attingiu o melhor de seu escôpo: <communicar a todo o paiz o movimento generoso em favor dos alienados>, tem o <intento de garantir os alienados contra as reclusões carcerárias tão em vigor, a intenção positiva de crear uma fiscalisação inexistente até aqui para os estabelecimentos públicos; o sentimento nitido da necessidade de uma

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

discriminação nas múltiplas formas de assistência a alienados; assim como de serem discriminados das responsabilidades pelo ônus da assistência aos loucos> (MOREIRA, 1907:221).

Em suma, o argumento de Juliano Moreira se constrói a partir da defesa de uma lei geral para a assistência a alienados que ofereça aos estados da federação as diretrizes básicas para sua organização. Todavia, para uma compreensão mais ampliada de seus argumentos, há que se levar em conta, como vem sendo enfatizado aqui, sua participação bastante ativa no processo de elaboração desta lei, bem como as melhorias materiais realizadas no Hospício Nacional após a sua promulgação.

Já no ano de 1908, a autora afirma que, em uma das reuniões, o Dr. Juliano Moreira teria proposto uma comissão de médicos e advogados para a elaboração de um projeto de reforma do decreto de 1903. O tema da legislação apareceu ainda em outras duas ocasiões: uma em 1912, quando a questão da execução da legislação psiquiátrica foi posta em pauta pela comunicação apresentada por Faustino Esposel; a outra em 1925, quando se decide pela elaboração de um novo projeto para o regulamento da Assistência a ser apresentado ao governo. Novamente, era Juliano Moreira que estava à frente do projeto.

Existe, contudo, outra seção no interior dos *Arquivos* destinada às notícias nacionais e internacionais no campo da ciência psiquiátrica. Nela, pudemos encontrar durante a análise breves informes acerca da promulgação do decreto n.º 5.148 A de 10 de janeiro de 1927, que reorganizava a Assistência aos Psicopatas no Distrito Federal, seguido por sua transcrição⁴⁹.

A dita seção oferece ainda informações sobre o âmbito regional. É o caso, por exemplo, da menção ao Decreto n.º 2.215, de 11 de março de 1927, que reorganizava e renomeava a colônia de alienados do estado do Rio de Janeiro, que passou a se chamar Hospital-Colônia de Psicopatas de Vargem Alegre, buscando, assim, adequar o serviço às demandas mais modernas da ciência

⁴⁹ *ABNP*, ano IX, II-III trimestre, 1927, p. 159.

psiquiátrica⁵⁰. No volume seguinte, nova menção é feita a este registro legislativo, desta vez descrevendo em detalhes a reorganização proposta pelo decreto⁵¹. Ao fim e ao cabo, a análise das atas da SBNPML e das notícias dos ABNP não revelaram detalhes dos debates no interior da Sociedade acerca das propostas legislativas para a assistência psiquiátrica, mas demonstram a presença do tema legislativo nesse espaço científico.

IV. Conclusões

Nossos esforços se concentraram na investigação dos debates envolvidos no processo de negociação social e política de tramitação e promulgação das leis voltadas para a assistência psiquiátrica no Brasil, no período compreendido entre 1903 e 1927. Pudemos observar assim, de que maneira foram construídos e votados os projetos de lei que regulamentaram a assistência no Brasil, no âmbito da Câmara dos Deputados. Verificamos também que médicos envolvidos em sociedades científicas dedicadas à matéria psiquiátrica circulavam também nos espaços da Câmara, ocupando inclusive cadeiras como deputados⁵².

Vimos também que os projetos de lei propostos nos anos que delimitam nosso recorte temporal preveem a implementação de uma série de mudanças significativas no serviço da assistência. O projeto nº 316 de 1903 coloca na ordem do dia a importância de uma legislação voltada para a garantia dos direitos dos alienados, encarados a partir de então como sujeitos de direito, e que deveriam receber, por parte do poder público, uma reparação pela violação de seu direito à liberdade em nome da “tranquilidade social”. Cabe notar que algumas das propostas levantadas por este projeto estavam, em certo sentido, colocadas na legislação psiquiátrica do período imperial. Tais continuidades evidenciam-se, por exemplo, na proposição de comissões de inspeção dos asilos da Assistência, visando assim garantir a execução correta das determinações

⁵⁰ *ABNP*, ano IX, II-III trimestre, 1927, p. 165.

⁵¹ *ABNP*, ano X, I trimestre, 1928, p. 38-39.

⁵² Como o leitor deve se lembrar, atuaram na elaboração do projeto de lei de 1903 os médicos Juliano Moreira e Teixeira Brandão, este último, à época deputado e relator da CISP; já no ano de 1926, tiveram atuação de destaque Antônio Austregésilo – tanto na proposição do projeto de lei nº295, quanto como relator da Comissão de Saúde do projeto de lei nº 218-A – e Afrânio Peixoto, que teria apresentado à citada Comissão de Saúde o projeto da lei de reforma da assistência psiquiátrica.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

legislativas. O projeto nº 218-A de 1927, por sua vez, cujo processo de tramitação contou, em certo sentido, com um número maior de intervenções até a produção final do texto enviado para publicação, parece inaugurar uma espécie de mudança no paradigma da gestão e tratamento da doença mental no Brasil, agora sob o prisma da profilaxia mental.

Cabe destacar ainda que uma das questões centrais no debate de ambos os projetos de lei é a que versa sobre o federalismo e sobre a hierarquia dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na implementação de mudanças na Assistência a Alienados em diferentes momentos da Primeira República.

No que se refere à circulação de ideias sobre a legislação psiquiátrica na sociedade científica analisada, não observamos a existência de controvérsias ou de debates acirrados, mas sim a divulgação de propostas que já parecem acordadas para a referida assistência. A única exceção é a posição de Raimundo Nina Rodrigues que, como se sabe, foi um dos principais atores sociais envolvidos no processo de consolidação da medicina legal e da psiquiatria como especialidades médicas. Tendo se debruçado mais de uma vez sobre o tema da legislação para a doença mental⁵³, Rodrigues, em seu texto dedicado à crítica da lei de 1903, defende uma posição diversa daquela dos demais membros da Sociedade, insistindo na necessidade de se respeitar o pacto federativo e nos problemas decorrentes da confusão entre o Hospício Nacional e a Assistência a Alienados.

V. Referências Bibliográficas

⁵³ Outra obra importante do autor sobre essa matéria foi publicada em 1901, sob o título “*O alienado no direito civil brasileiro*”. Nele, o professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia reitera a importância das contribuições que os especialistas em alienação mental têm a oferecer aos legisladores, assim como busca propor algumas diretrizes para a inclusão da matéria no código civil brasileiro. Apesar da proximidade temática, não fizemos referência direta a esta publicação porque uma reflexão detalhada acerca da condição civil do alienado excede os limites desse trabalho. Ver: RODRIGUES, Raimundo Nina. *O alienado no direito civil brasileiro – Apontamentos médico-legais ao projeto de código civil*. Bahia: Prudencio de Carvalho, Editor, 1901. Tomamos conhecimento também de outra publicação sobre a matéria legislativa que será oportunamente consultada: BRANDÃO, João Carlos Teixeira. *Questões relativas à assistência médico-legal a alienados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

AZEVEDO, Roberto Cesar Silva de. *O desfalque, o inquérito e as comissões de inspeção: a assistência a alienados no Brasil (1902-1925)*. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica. Departamento de História. Rio de Janeiro, 2012.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Online. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>.

CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal: Debates sobre ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. 234 f.

_____. "A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e o seu papel na institucionalização da Psiquiatria (1907-1928)". Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364941724_ARQUIVO_TextocompletoAnpuh2013Ed e.pdf

LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. *Revista Eletrônica Métilis*. História e Cultura. UCS, v. 11, p. 13-21, 2012.

LUCA, T. R. de; Martins, A. L. *Imprensa e cidade* 1. Ed. São Paulo, Editora UNESP, 2006. V. 1. 136p.

MOREIRA, Juliano. "A lei federal de Assistência a Alienados e a crítica do professor Nina Rodrigues". *Archivos Brasileiros de psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, n. 1. P. 77-97, 1907.

_____. "A lei federal de Assistência a Alienados e a crítica do professor Nina Rodrigues". *Brazil-Médico*, ano XXI, n. 23, pp. 221-233.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, n. 4, Dec. 2000.

PAZIN, Produção Documental do Legislativo no Império – Gênese e Tipologia: O Caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

O debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica na Primeira República

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Legislação sobre assistência a alienados. *Archivos Brasileiros de psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, 1906. pp. 299-385.

SAIOL, José Roberto Silvestre. "Legislação psiquiátrica no início da República: entre o protagonismo do Hospício Nacional de Alienados e a interiorização da assistência". In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: entre o local e o global*. Nova Iguaçu, 2016. pp. 01-09.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed. (atualizada) – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIVE, HÉLIO A G. et al. Professor Antonio Austregésilo: o pioneiro da neurologia e do estudo dos distúrbios do movimento no Brasil. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo, v. 57, n. 3B, Sept. 1999.

VENANCIO, Ana Teresa A.; CASSILIA, Janis Alessandra Pereira. A doença mental como tema: uma análise dos estudos no Brasil. *Espaço Plural* (Unioeste), v.22, p. 24-34, 2010.

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70¹

Ercilio da Silva Martins*

Resumo: Neste artigo buscamos analisar a relação de duas das maiores organizações guerrilheiras atuantes nas décadas de 1960 e 70 na Argentina. São elas: Os *Montoneros*, expressão peronista de maior poder nas guerrilhas; e o *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo*, a guerrilha de maior vulto entre a esquerda marxista. Ambas mantiveram durante praticamente toda sua existência uma produção jornalística significativa, na qual expuseram suas posições políticas. Os *Montoneros* tiveram os seguintes periódicos durante sua existência: *El Descamisado*, *El Peronista*, *La Causa Peronista* e *Evita Montonera*; e o PRT-ERP teve o *El Combatiente* e o *Estrella Roja*. É através da análise desse material, que realizamos esse trabalho, buscando a compreensão das perspectivas ideológicas e teóricas expressas nessas publicações; as suas leituras dos eventos políticos da época; as suas críticas às posições de outras organizações e partidos; as suas autocríticas e as citações diretas que elas fizeram. As duas organizações tinham como elemento comum a adesão à estratégia de guerrilha; porém, carregavam diferenças que as posicionam, muitas vezes, em campos opostos do cenário político de então. Essa oposição deixou de ser significativa, quando tiveram pela frente inimigos em comum: a repressão violenta do governo de María Estela Martínez de Perón e a subsequente Ditadura Militar (1976-1983), que foi uma das mais violentas dentre os seus pares latino-americanos.

Palavras-Chave: Guerrilha; Esquerda; Peronismo; *Montoneros*; *PRT-ERP*.

¹ Agradecimentos: a Dr^a Stella Maris Scatena Franco Vilardaga, que me guiou enquanto orientadora na pesquisa de Iniciação Científica da qual este artigo é fruto, fez as primeiras revisões deste texto e me apoiou em todo o processo; e a todas as outras pessoas que direta ou indiretamente colaboraram no desenvolvimento da pesquisa e do presente artigo.

*Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Contato: ercilio.martins@usp.br.

Introdução

A Argentina nas décadas de 1960 e 70, acompanhando a efervescência política dominante em toda a América Latina, viu nascer a expressão armada de um conflito político-social, que não encontrava mais espaço efetivo de ação nas esferas legais. Na radicalização do momento, tudo tomava o grave tom do lema do *Partido Revolucionario de los trabajadores* (PRT): "*a vencer o morir!*". Esse artigo abarcará o período de 1968/1976, sendo os cinco primeiros anos uma análise do desenvolvimento e construção do PRT-ERP e dos *Montoneros*, que executaram suas primeiras ações nesse momento. A partir de 1973 temos a consolidação e momento de maior força dessas guerrilhas, com o ápice dos aspectos que mais nos interessam nesse trabalho: a relação travada entre as duas. Pois se inicia um amplo diálogo nos jornais estudados entre o marxismo *perretista* e o peronismo *montonero*. O objetivo do artigo é então, traçar a trajetória da relação entre as duas organizações, inseridas no contexto das lutas sociais nas propostas de esquerda que buscaram na classe trabalhadora seu sustentáculo, e tiveram como um dos principais mecanismos de atuação a própria produção jornalística que será nossa fonte de análise. Esse material foi onde as organizações expressaram oficialmente seus pontos de vistas ideológicos, suas leituras do contexto e onde abriram debates com as demais organizações políticas da época; sendo então, fonte que nos permite fazer a análise proposta.

A primeira publicação dos Montoneros, foi o semanário *El Descamisado*, ele foi produzido de maio de 1973 até abril de 1974, tendo 47 publicações que chegaram à tiragem de até 100.000 exemplares (ESQUIVADA, 2009, p.20). Foi dirigido por conhecidos militantes dos Montoneros: Dardo Cabo e Ricardo Grassi. Em seu último número se publicou uma foto de um policial assassinando um manifestante que marchava rumo à Casa Rosada, o que provocou o fim do semanário. O jornal seguiria sendo publicado, mas com novo nome e nova direção em *El Peronista*, dirigido por Miguel Lizaso, que durou apenas 2 meses com seus 6 números. Embora existam poucos números de *El Peronista*, ele cobre um momento central para a organização, que é a expulsão dos Montoneros da Praça de Maio em meio ao discurso de Perón nas comemorações do dia do trabalhador de 1974, e todo o reflexo traumático disso na organização.

Novamente o jornal dos Montoneros seria censurado e recomeçaria com novo nome e direção. Dirigido por Rodolfo Galimberti surgiria *La Causa Peronista*, que durou de julho a setembro de 1974. Esse jornal teve apenas 9 números publicados, sendo posteriormente proibido, pouco antes dos Montoneros entrarem na clandestinidade.

Evita Montonera é o próximo e último jornal oficial dos Montoneros, produzido de dezembro de 1974 até agosto de 1979. Foi um jornal muito diferente dos anteriores, pois era uma publicação inteiramente clandestina e dirigida diretamente pela cúpula dos Montoneros. Nos anos finais da

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

organização, com o exílio de grande parte dos militantes, a impressão foi feita a partir de outros países da América Latina. Teve publicação bastante irregular, tendo enfrentado dificuldades devido à nova realidade política Argentina, já com a morte de Perón e o governo de María Estela Martínez de Perón e, sobretudo, a partir do golpe militar de 1976.

O PRT-ERP teve como primeiro jornal o *El Combatiente* que foi publicado de março de 1968 até novembro 1981, tendo sido fundado por decisão do IV Congresso do Partido com intenção de divulgação de suas ideias e cooptação (SANTILLI, 2012). Foi distribuído clandestinamente durante todo esse período, com exceção de junho a setembro de 1973, em que o jornal circulou legalmente, duplicando suas vendas, devido a abertura e legalidade durante o curto governo de Héctor José Cámpora.

A organização dos jornais, segundo Luis Mattini, era centralizada em torno de seu principal líder, Mario Roberto Santucho (MATTINI, 1996, p.67), que estava por trás de muito do que foi escrito e publicado com ajuda de uma equipe de militantes, entre eles sua esposa, Ana María Villarreal. Em algumas edições aparece como diretor outro importante militante, Pedro Cazes Camarero.

Os jornais eram distribuídos através de um processo de venda e com objetivo de criação de vínculos entre os militantes e os possíveis interessados no jornal. O mecanismo de venda deveria ser oportunidade de diálogo entre o militante e o comprador, buscando mais que simplesmente entregar o jornal; e sim, atrair para a organização, na construção de um círculo de simpatizantes do Partido. Essa lógica de distribuição é amplamente discutida no *El Combatiente* de número 76, em que Santucho evidencia e critica uma postura que estaria acontecendo largamente, de distribuição gratuita e sem o processo de diálogo e convencimento, do jornal.

Seguindo em uma lógica de separação entre partido e exército, o ERP também teria um jornal específico que foi o *Estrella Roja*. A primeira publicação é de abril de 1971 tendo alcançado 93 números até fevereiro de 1977. Enquanto o *El Combatiente* seria direcionado para um leitor mais politizado, *Estrella Roja* pretendia alcançar as mais amplas massas do povo argentino (SANTILLI, 2012). Nele foram publicados muitos debates e discussões teóricas, posicionamentos oficiais da organização, leituras do contexto, mas a preocupação era sempre de ordem mais prática e dizia respeito à posição específica da guerrilha. Era também um veículo que serviu de informativo para as operações militares que foram feitas. As últimas páginas trouxeram sempre um boletim das ações realizadas pela guerrilha nos meses anteriores.

Agora, faz-se necessário apresentar com mais detalhes as organizações que tratamos neste artigo.

A origem do PRT-ERP está na união de duas organizações oriundas de distintos meios

políticos. O primeiro, chamado *Frente Revolucionario Indoamericano Popular* (FRIP), era um grupo indigenista com inspiração em Víctor Raúl Haya de la Torre, líder histórico do *Partido Aprista Peruano* (APRA), e no marxismo de José Carlos Mariátegui. Era uma pequena organização de Santiago del Estero, encabeçada por Francisco René Santucho, fundada em 1961. Jérémy Rubenstein categoriza o regionalismo da FRIP como a busca de um nacionalismo não europeu, encontrando no indigenismo mais que uma reivindicação identitária e cultural, uma expressão política (RUBENSTEIN, 2005, p. 12). A esses elementos se somava a influência da Revolução Cubana, expressa sobretudo naquele que despontaria como principal líder da organização: Mario Roberto Santucho. Em 1961 ele realizou uma viagem a Cuba para receber instruções militares e, com seu regresso, iniciou o grupo, envolvendo-se em revoltas camponesas na província de Tucumán, onde travaria os contatos iniciais com a segunda organização, *Palabra Obrera*.

O *Palabra Obrera* foi um grupo trotskista liderado por Nahuel Moreno, pseudônimo de Hugo Miguel Bressano Capacete, surgido no período imediatamente posterior ao primeiro governo peronista. Diferentemente da frente anterior, tinha sua ideologia firmemente assentada no marxismo-leninismo clássico. Embora *Palabra Obrera* tenha em alguns momentos defendido a guerrilha como via ao socialismo, logo se tornou crítica a essa estratégia política. Mas os críticos foram sobretudo os dirigentes da organização. Uma fração minoritária, no entanto, continuou a defender a guerrilha armada, ao ponto de, posteriormente, se desligar da organização. E foi justamente esta ala minoritária que travou os primeiros contatos com a FRIP de Santucho.

O congresso de unificação entre o PO e a FRIP ocorreu em maio de 1965, formando o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), que adotava a concepção leninista de organização na conformação de um partido que se colocasse à frente da luta popular. Assim, a necessidade de um partido dirigente iria se sobrepor à estratégia de guerrilha, na concepção de que para se desencadear a luta armada, antes era necessário constituir um partido revolucionário. A discussão sobre partido e luta armada eram os temas centrais nos debates que envolveram tanto a unificação quanto a ruptura dessas duas organizações (WEISZ, 2006, p. 41).

Todo o período de unificação foi marcado por um intenso conflito entre os militantes oriundos de uma FRIP radicalizada, que exigia ações políticas mais diretas frente à oposição através de um apelo de cautela e manutenção da legalidade pelos oriundos do PO. Esta situação levou à forte fragmentação da organização, em 1967. Os vários e profundos conflitos internos culminaram em sua definitiva ruptura.

O PRT, após a saída de Moreno e seus aliados, seguiu liderado por Mario Roberto Santucho, mas o marco conceitual político provocado pelo trotskismo continuaria mesmo após a ruptura (WEISZ, 2006, p. 13). O PRT não parecia mais em nada com aquele pequeno grupo indigenista que

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

fora a FRIP. Continuará uma organização de cunho leninista com sua ideologia firmemente alinhada ao pensamento marxista. Muitos dirigentes egressos do antigo PO seguiram com Santucho e influenciariam essa organização a prosseguir dentro da esquerda tradicional, embora adotando a estratégia de guerrilha. E logo no ano seguinte, no IV Congresso do PRT, realizado em fevereiro de 1968, funda-se o *El Combatiente* como órgão oficial da direção do novo Partido que surgiu da ruptura com a ala morenista, e onde iniciamos a nossa pesquisa.

A criação do *Ejercito Revolucionario del Pueblo* como a ala guerrilheira do PRT acontece no V Congresso realizado em 1970, seguindo preceitos organizativos leninistas, de separação entre o grupo militar e o grupo político. E em 1971 surge o jornal que deveria ser o veículo de informação oficial do ERP, o *Estrella Roja*.

Todos esses primeiros anos correm dentro de uma ditadura militar iniciada com a deposição de Arturo Illia em 28 de junho de 1966. Uma junta militar outorgou o poder nesse ano ao general Juan Carlos Onganía, que ficaria no poder até 1970, quando foi substituído pelo general Roberto Marcelo Levingston, que por sua vez governou até 1971, quando o sucedeu Alejandro Agustín Lanusse, último presidente desse período ditatorial argentino. É nesse contexto que surge o PRT-ERP e em que ele inicia suas ações guerrilheiras, do mesmo modo que as alas peronistas, tendo o governo militar como inimigo.

Os *Montoneros* tiveram sua primeira aparição na história em maio de 1970, com o sequestro do general Pedro Eugenio Aramburu. Através de um comunicado, reivindicavam a ação para essa organização até então desconhecida. Com a alegação de que o regime pretendia recolocar Aramburu no poder para sustentar uma vez mais uma falsa democracia e a entrega da Argentina ao imperialismo, eles sequestravam esse antigo inimigo do peronismo, um dos líderes do movimento que retirou Juan Domingo Perón em 16 de setembro de 1955, e presidiu a Argentina nos anos seguintes.

A complexidade da organização *Montoneros* está na conjunção de elementos ideológicos que ela congregou. Tem-se o elemento do cristianismo militante, que se aproximou dos ideais de esquerda através da Teologia da Libertação, e que no contexto latino-americano se radicalizou com a visão de que a guerrilha seria a solução para o problema da pobreza, que muito os tocava, inspirados pela figura de Camilo Torres, sacerdote colombiano que morreu em 1966 com as armas em punho enquanto praticava a guerrilha armada em seu país. Somado a isso tem-se o socialismo trazido pelo caso cubano, não os levando a uma aproximação com o comunismo marxista clássico, ou à ortodoxia do Partido Comunista Soviético, e sim à ação revolucionária imediata através do *foquismo*, inspirado pela estratégia de Che Guevara. E, por último, o elemento do peronismo, explicado pelo fato de as massas populares, a grande maioria dos trabalhadores, enxergarem em

Perón seu representante e salvador. Por esta razão vão seguir esse clamor e defender o peronismo enquanto via ao socialismo. O fato de Perón ter sido deposto em 1955 e substituído por um regime militar claramente reacionário, somado ao imenso apoio popular de que ele gozava, fez com que parcelas da esquerda fizessem uma autocrítica e enxergassem na resistência peronista um caminho revolucionário (ZAMORANO, 2005, p. 100).

Os *Montoneros* foram um produto de vários grupos fundadores espalhados pelo território argentino: o Grupo de Córdoba, composto por estudantes católicos da Universidad Nacional de Córdoba; o Grupo de Santa Fé, composto por estudantes da Universidad Nacional del Litoral e da Universidad Católica de Santa Fe, e unificados com a Acción Sindical Argentina (ASA) de Santa Fe; o Grupo Reconquista, composto por estudantes, seminaristas e missionários cristãos, com apoio de padres, como Rafael Yacuzzi, todos ligados a lutas populares (esse grupo conformaria uma célula guerrilheira no norte de Santa Fé); o Grupo de José Sabino Navarro, fervoroso peronista que, em 1968, fundou uma pequena célula armada, que se uniu no ano seguinte à célula de Gustavo Lafleur. Além destes, os dois grupos principais, os Comandos Camilo Torres, de Buenos Aires e de Córdoba, compostos, respectivamente, por missionários ligados ao padre Carlos Mugica e por estudantes do Liceo Militar General Paz.

Todos esses grupos mantinham uma relação próxima, coincidiam em suas origens, imbuídos de um cristianismo que, através do debate sobre a questão social, se aproximavam de um nacionalismo revolucionário identificado com o peronismo. E, de dezembro de 1969 a maio de 1970, realizaram várias ações conjuntas, como assaltos a bancos, destacamentos policiais e propriedades militares, em busca de dinheiro e armas. Mas, sobretudo nesse período, os grupos discutiram a possibilidade de unificação em uma organização político-militar de amplitude nacional, o que se realizou sob o nome de *Montoneros*, que logo se colocaram a planejar a primeira ação da organização, que se realizou em 29 de maio de 1970, qual seja, o sequestro do general Aramburu.

Embora os *Montoneros* tenham surgido em 1970, seu primeiro jornal apareceria apenas em 1973, com a publicação do primeiro número de *El Descamisado*. Ele surge então já no final da Ditadura Militar, que havia convocado a eleição da qual saiu vencedor para a presidência o candidato peronista Héctor José Cámpora, marcando o retorno dessa ala política depois de muitos anos de exílio.

Cámpora governaria apenas de maio a julho de 1973, quando renunciou e convocou novas eleições abrindo espaço para a vitória eleitoral do próprio Juan Domingo Perón, que fez um governo de políticas que abrigou até setores da direita argentina abrindo uma disputa e um enfrentamento com sua militância de esquerda.

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

Esse mandato de Perón foi interrompido em julho de 1974 pela sua morte, deixando no poder sua vice María Estela Martínez de Perón, intensificando o conflito com a guerrilha em um período marcado por uma ampla perseguição a toda a esquerda nacional, inclusive a peronista. Em março de 1976 ocorreu um golpe de estado por parte dos militares que ocuparam o poder.

A análise deste artigo se encerra no ano de 1976, pois as organizações guerrilheiras estudadas são duramente atacadas desde o governo Perón, intensificando-se com María Estela Perón e chegando na ditadura militar subsequente já completamente enfraquecidos. Os principais líderes e uma grande quantidade de militantes são assassinados ou presos já no decorrer desses anos, e a barbárie repressiva do regime militar de 1976 completa a destruição dessas organizações (COGGIOLA, 1984, p. 79). O que se segue a partir daí, nas palavras de Vera Carnovale, é uma "história de agonia", um partido destruído que organizaria pequenas discussões de reconsideração política e autocrítica, para a dissolução definitiva poucos anos depois (CARNOVALE, 2011, p. 17).

Relação PRT-ERP e Montoneros

Nos jornais das duas organizações, para os anos iniciais da década de 1970, observa-se a existência de uma relação amistosa entre elas. E, ao menos para o ano de surgimento dos *Montoneros*, até 1973, podemos sustentar que os contatos travados foram respeitosos, e em alguns momentos houve relações de bastante proximidade, como confirmam as afirmações de um ex-membro dessa organização que posteriormente se dedicou a estudos daquele período histórico: Roberto Perdía (PERDÍA, 2013, p. 22). O enfrentamento com a ditadura, inimigo em comum, inevitavelmente criava vínculos entre elas. As práticas e o discurso revolucionário, ainda que de origens diversas, tinham muitos pontos de encontro. Mas sobretudo, qualquer divergência ideológica, nos parece, ficava em segundo plano diante de razões de ordem prática. Alguns números do *El Combatiente* fazem menção a encontros rotineiros dos blocos do PRT com os da esquerda peronista, em manifestações de apoio a greves em portas de fábrica, e nessas situações a união diante da causa comum parece ter predominado, ainda que a causa comum, nesse caso, fosse apenas imediata. Como é exemplo, o *El Combatiente* de 8 de abril de 1968, em que se notícia a agitação conjunta feita por diferentes organizações revolucionárias (PRT, *Acción Revolucionaria Peronista*, e outras) no Congresso da CGT (*Confederación General del Trabajo*). A relação entre as lideranças de ambas as organizações não foi de conflitos, e os militantes estariam misturados naquelas lutas em

comum, às vezes compartilhando os mesmos núcleos de estudos políticos, sem grandes questionamentos sobre os elementos que os diferenciava (POZZI, 2005).

Para esses primeiros anos, existiu um momento que podemos marcar como de grande aproximação do PRT-ERP com as guerrilhas peronistas. No ano de 1971 Santucho e muitos outros dirigentes do PRT foram presos. Todos cumpriam suas penas na penitenciária de Rawson, que naquele momento era uma prisão quase exclusiva de guerrilheiros. Nela também estavam muitos militantes e dirigentes dos Montoneros, FAR (*Fuerzas Armadas Revolucionarias*) e FAP (*Fuerzas Armadas Peronistas*). Esse convívio em cárcere de todos esses militantes provocou um estreitamento dos laços entre essas organizações e propiciou a elaboração de um plano da fuga em conjunto.

Toda a fuga decorreu parcialmente bem, alguns militantes presos conseguiram a liberdade, incluindo importantes dirigentes; porém, no dia 16 de agosto do mesmo ano, como ato de represália, as forças militares armaram a simulação de uma nova tentativa de fuga, para através desse pretexto, executarem vários dos militantes envolvidos no evento do dia anterior que não haviam conseguido escapar. Entre eles, Ana Maria Villareal, esposa de Mario Roberto Santucho. A farsa da suposta tentativa de fuga foi logo revelada e esse evento entrou para a história como o massacre de Trelew. E para além dos sucessos e falhas dessa ambiciosa ação, fica patente esse momento como um marco de união entre PRT-ERP, *Montoneros*, FAR e FAP.

Embora a prática leve a essas possibilidades de união esporádicas e não tenha havido conflitos, queremos elucidar como apareceu, nas análises feitas, a divergência em nível teórico. Nos números 56 a 59 de *El Combatiente*, foram publicadas quatro notas de esclarecimento sobre a leitura que o partido adotava para com o peronismo. A posição exposta era de que a conjuntura internacional, com a deterioração do imperialismo inglês e a ascensão do estadunidense, permitiu um governo "*bonapartista*"² apoiado na classe trabalhadora e fundamentada no controle sobre ela. Tal como expresso no jornal:

² É um termo marxista que faz referência aqui a uma liderança política que busca aparentar estar fora da divisão de classes e de seus conflitos. Uma forma de dominação política que se separa dos partidos políticos tradicionais e passa a ser representada pelo exército ou por alguma liderança carismática; porém, com objetivo último de resguardar a sociedade

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

Nosotros creemos que el peronismo fue un movimiento histórico que intentó un proyecto de desarrollo capitalista independiente, a través de un gobierno bonapartista que controlara a la clase obrera para apoyarse en ella (*El Combatiente*, N° 56, 29 de maio de 1971, p. 7-11).

Porém, essa definição se complexifica e dá o tom da relação que o partido terá com os *Montoneros*, quando eles nos dizem que o peronismo enquanto fenômeno social tem variantes, ele não é um, existem "peronismos" diversos. E ainda existe, segundo o jornal, uma luta de classes interna a ele. O peronismo teria representado uma primeira etapa na formação de uma consciência de classe; porém, longe de permitir uma perspectiva política para essa classe. Aponta-se que as variadas correntes que tentaram organizar uma força realmente popular, que atendesse aos interesses da classe trabalhadora efetivamente, dentro do complexo movimento peronista, fracassaram. Nas páginas de *El Combatiente* encontramos a seguinte explicação:

En síntesis, el peronismo que constituyo en su tiempo una etapa de la formación de la conciencia proletaria ha sido ya superado en ese terreno por la aparición creciente de una nueva conciencia, auténticamente proletaria (*El Combatiente*, N° 56, 29 de maio de 1971, p. 7-11).

No que toca diretamente a relação entre Perón e as organizações guerrilheiras peronistas, e marca em definitivo a visão que o PRT-ERP expressou sempre em seus jornais sobre os *Montoneros*, dentro do ponto de vista da discussão teórica, essas notas publicadas entendem que o militante da esquerda peronista está no mesmo campo de luta que os marxistas, do mesmo lado, porém equivocado em seus objetivos. Em que o uso da violência, que é utilizado, é o método mais revolucionário possível. Porém, está a serviço de objetivos que nada têm de revolucionário, como é para eles a luta pelo retorno de Perón e a construção de um governo burguês. A crença da ascensão de Perón como ponto de partida para transformar o regime social é tratada como o grande equívoco, é o grande divisor entre a guerrilha marxista e a guerrilha peronista, pois:

burguesa em momentos de efervescência popular.

(...)el gobierno bonapartista de Perón se formuló un plan de desarrollo capitalista independiente para frenar el proceso revolucionario que planteaba las contradicciones del régimen capitalista en nuestro país y en el mundo (*El Combatiente*, N° 56, 29 de maio de 1971, p. 7-11).

E, para o PRT-ERP, Perón iria atuar mais vezes como freio da luta revolucionária, através de seu chamado para a pacificação nacional, desviando as lutas populares para farsas eleitorais, colocando em prática a lógica de desmobilização típica de um governo "*bonapartista*".

Mas ressaltamos que essa crítica ao peronismo é válida pelo ponto de vista teórico, que como apontarei à frente de maneira mais clara, esteve submetida a uma interpretação que buscou a conciliação por finalidade estratégica e prática e, não o conflito motivado por desacordos teóricos. Principalmente, porque a ala do peronismo da esquerda guerrilheira será apontada como propensa a superar o próprio Perón e se somar aos setores, considerados por eles, verdadeiramente revolucionários.

Por isso, no plano prático, observamos que há uma relação pacífica e de cooperação entre as guerrilhas do PRT-ERP e dos *Montoneros*. Ao menos é assim até o ano de 1973, em que encontramos um interregno dessa situação. A principal reivindicação *montonera* era o retorno do peronismo, e como sabemos, nesse ano isso de fato ocorre. Enquanto para o PRT-ERP a conquista eleitoral de Cámpora não significa vitória alguma, no máximo, nas palavras de Santucho esse acontecimento político serviria para "oxigenar o Partido" (MATTINI, 1995, p. 131). E ainda:

(...) el programa del FREJULI³ es reactivar el capitalismo y mediante la llamada "pacificación" detener el proceso de guerra revolucionaria que se desarrolla en nuestra patria (*El Combatiente*, N° 76, março de 1973, p. 2.).

A questão das eleições vai ser amplamente discutida dentro do PRT-ERP, acarretando em algumas divisões internas. Uma parcela considerava que o Partido deveria formar uma conceituação

³ Aliança eleitoral argentina formada em 1972 que triunfou nas eleições presidenciais de março e de setembro de 1973, com as candidaturas de Héctor José Cámpora e Juan Domingo Perón.

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

aprofundada sobre a situação e ter uma prática específica e bem definida de ação frente a esse novo dilema. Outra parcela, que foi a opinião que predominou e é a que veremos expressa nos jornais da organização desse período, acreditava que tudo era somente uma farsa eleitoral, que tudo seguiria igual e o caminho da revolução era ainda o mesmo: as armas.

Houve ainda uma parcela minoritária do Partido que considerava a vitória eleitoral de Cámpora uma grande conquista, e que todos deviam apoiá-lo nesse governo. Esse grupo, diante do posicionamento oficial do Partido, acabou por se desligar dele e formar o *ERP-22 de Agosto*, que atuou em conjunto com os peronistas nas manifestações de apoio ao presidente eleito. Essa organização ainda foi a responsável pela chamada "*operação Mercurio*", que consistiu no sequestro e execução do *Contra-Almirante* Hermes Quijada, militar envolvido no Massacre de Trelew.

Em 8 de abril o presidente eleito pediu uma trégua para todas as organizações guerrilheiras atuantes na época, argumentando ser inadmissível a continuidade dos operativos militares. A resposta do ERP veio em um artigo publicado no *Estrella Roja* de número 20 intitulado "*Por qué el ERP no dejará de combatir, Respuesta al Presidente Cámpora*". Nesse texto, a organização esclarece sua posição de não considerar a eleição da FREJULI um ganho do ponto de vista de uma leitura marxista; porém, em respeito à vontade popular, não se atacaria o governo.

Ud. Presidente Cámpora habla en su discurso del 8 del corriente de "unidad nacional". Entre otros conceptos habla de constituir entre "pueblo y FF.AA. una unidad indestructible ante cualquier acechanza". Habla de unidade nacional entre el ejército opresor y los oprimidos, entre los empresarios explotadores y los obreros y empleados explotados (...) En estas circunstancias, llamar a la tregua a las fuerzas revolucionarias es, por lo menos, un gran error. Por el contraio, los verdaderos intereses de la clase obrera y el puble exigen redoblar la lucha en todos los terrenos (...) (*Estrella Roja*, nº 20, 14 de maio de 1973, p. 3-4.)

Sendo a posição oficial da guerrilha do PRT-ERP de que a negação da abertura das eleições e a vitória eleitoral de Cámpora são conquistas reais, eles prosseguiram com as ações durante todo esse período, o que vai se chocar diretamente com os interesses dos *Montoneros*. *Os Montoneros*,

por sua parte, empenhados em conseguir que Cámpora cumprisse uma das promessas que o governo dele significou, de pacificar a Argentina, suspende todas as suas ações de guerrilha; porém, sem depor armas. Isso visava, até o presidente peronista assumir, a garantia de que Lanusse passaria de fato o poder, dado que qualquer ato de violência poderia ser pretexto para o acirramento dessa questão; e após ele assumir, a manutenção da ordem era a garantia da segurança desse governo, que era visto como o início da revolução nacional, socialista e peronista almejada pelos *Montoneros*.

A negação da suspensão das ações por parte do PRT-ERP nesse momento, cria o primeiro desentendimento entre as organizações. Mas ainda podemos dizer que mesmo frente a isso, a relação nunca chegou a um conflito direto. Não houve ofensas ou acusações de nenhum dos dois lados, nem qualquer ação de violência real. Esse desentendimento aparece nos jornais, no máximo, com o claro apoio dos *Montoneros* à nova organização surgida da ruptura do PRT-ERP. No momento em que antes poderia surgir uma saudação a companheiros do ERP, agora se reverencia e se reconhece o *ERP-22 de Agosto*. No *El Descamisado* de 08 de maio de 1973, lamenta-se a morte de Víctor José Fernández Palmeiro, militante do *ERP-22 de Agosto*, e seus feitos em vida são exaltados (ele foi participante da execução do *Contra-Almirante* Hermes Quijada; do sequestro de Oberdan Sallustro; e da fuga da penitenciária Rawson). No *El Descamisado* de 29 de maio do mesmo ano cumprimenta-se a nova organização pelo apoio que vem prestando ao presidente Cámpora e nas fotos que ilustram esses jornais surgem as imagens das manifestações peronistas com as bandeiras *montoneras* ao lado das bandeiras do novo aliado. Acompanhando as imagens, legendas como as que se seguem:

Junto con la poderosa movilización del pueblo peronista, también se unieron a la fiesta otras organizaciones, como el ERP 22, cuya bandera ondeó en la multitud. Un estandarte recordaba, además, al desaparecido combatiente Víctor Fernandez Palmeiro (*El Descamisado*, nº2, 29 de maio de 1973, p. 9.).

Do ponto de vista teórico, os *Montoneros* também teceram críticas ao marxismo *perretista*. No *El Descamisado* de número 4 se publica uma entrevista com Roberto Quieto, da FAR e Mario Firmenich, dos *Montoneros*, em que se expõem através da fala desses importantes dirigentes a

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

posição das guerrilhas peronistas em relação ao PRT-ERP. Nela fica claro que o ponto de distanciamento, a razão do desacordo é o mesmo que o apresentado pela organização marxista, só que agora pelo lado oposto. Para a guerrilha peronista, o erro do ERP é ignorar a experiência nacional argentina que obriga qualquer anseio revolucionário que se queira efetivo a se atrelar a Perón, e ao Movimento Peronista.

Por eso les decimos que para ser revolucionarios en nuestro país es necesario asumir la experiencia histórica de nuestro pueblo, que es el peronismo; por lo tanto aquellos que lo enfrenten o lo ignoren quedan al margen de la historia real y no pueden autodeterminarse revolucionarios. Cuando el ERP o cualquier otro sector llama a la unidade revolucionaria debe tener en cuenta que la única posible es en torno del Mov. Peronista como Mov. de Liberación Nacional y Social cuyo Jefe y Conductor es el Gral. Perón (*El Descamisado*, nº4, e 12 de junho de 1973, p. 4.).

E completam a crítica com um convite à reflexão:

Por eso nosotros queremos invitar públicamente ante el Pueblo argentino a los integrantes del ERP a reflexionar y confrontar frente a las masas su posición. Apelamos como único criterio de verdad, el criterio de las masas, porque para un revolucionario no hay ninguna verdad fuera del Pueblo (*El Descamisado*, nº4, e 12 de junho de 1973, p. 4.).

A resposta do PRT-ERP a essas críticas veio no *El Combatiente* de número 81. Nele se questiona a forma como os *Montoneros* articulam a figura de Perón como chefe da luta revolucionária, com isso distorcendo fatos e negando a mobilização independente da classe trabalhadora, rebaixando o papel desempenhado pelas guerrilhas a algo subsidiário dentro do movimento peronista, removendo o caráter independente das organizações. Contrapõe-se também ao não reconhecimento de nenhum processo de luta que não seja encabeçado por peronistas, argumentando que a luta de classes não se dá simplesmente entre peronistas e antiperonistas.

Nesse texto-resposta do PRT-ERP, eles apontam como erro tático crucial dos *peronistas revolucionários* o fato de reduzirem a guerrilha ao trabalho de desgaste do inimigo como forma de

alcançar a real estratégia de Perón; enquanto na visão *perretista* a guerrilha é vanguarda do próprio processo revolucionário, encabeçando-o. Apontam que mesmo as ações das guerrilhas peronista tiveram esse aspecto autônomo e com finalidades próprias, não teriam sido meras ações de desgaste. Para o PRT-ERP, a guerrilha tem uma função em si mesma, desempenhando um papel concreto, e não era mero melindre que abria o caminho para uma suposta estratégia a ser executada por um grande líder. Dentro dessa lógica, o processo da revolução já havia se iniciado com o próprio acionar guerrilheiro (*El Combatiente*, nº 81, 16 de julho de 1963, p. 7-10.).

O PRT ainda nesse jornal diz reconhecer que as organizações da esquerda peronista estão, de fato, defendendo os interesses da classe trabalhadora dentro do Movimento Peronista, tentando imprimir um rumo progressista ao Governo de Cámpora. Porém, afirmam novamente que essa tentativa, e essa crença na possibilidade de dar um rumo progressista a esse governo é o grande erro dessas organizações, pois alegam que isso não poderia ser levado a cabo nas estruturas do Movimento Peronista tal como ele é, e no governo da FREJULI, pois a defesa dos interesses da classe trabalhadora poderia ser feita apenas por uma estrutura partidária orientada dentro da ideologia de sua classe. Argumentam que não se pode defender os interesses da classe trabalhadora em um Movimento policlassista dirigido pela burguesia e a burocracia. Apontam ainda que o próprio Perón é claro nesse aspecto ao dizer: "somos *justicialistas*", e não socialistas (*El Combatiente*, nº 81, 16 de julho de 1963, p. 7-10.).

Por fim, ressaltam a condescendência de Perón com tendências fascistas (*Juventud Sindical, Confederación Federal Universitaria*) nos acontecimentos de Ezeiza⁴, a quem ele teria dado o palco principal. Teria concedido também a permissão para que gritassem palavras de ordem antissocialistas, e possivelmente teria permitido até mesmo o próprio ataque armado contra os *Montoneros*. E que Perón, após o incidente, não condenou os atos e não ouviu nenhum membro da esquerda peronista, apenas se reuniu com os elementos da direita iniciadores do ataque.

⁴ O Massacre de Ezeiza foi um enfrentamento entre organizações armadas peronistas que deixou vários mortos e feridos.

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

Com isso o PRT-ERP já começa a sinalizar para o caráter repressivo que vai tomando o governo peronista, o que se confirmará no governo do próprio Perón. O Partido ainda finaliza com uma chamada para que se desperte para o erro político e ideológico de defender o peronismo que, segundo eles, estaria minando a capacidade de luta contra esses inimigos de classe. Faz em seguida uma chamada para a unidade das organizações armadas populares. E ressalta que a discussão a respeito das diferenças políticas existentes entre eles e essas organizações deve ser fraternal, limpa e aberta.

El Ejército dirigido por nuestro partido y el propio Partido han levantado permanentemente la consigna UNIDAD DE LAS ORGANIZACIONES ARMADAS. Porque entendemos que en el desarrollo de la guerra revolucionaria las organizaciones armadas se han ganado en la lucha el carácter de vanguardia combatiente de nuestro pueblo y que, en consecuencia, la unidad de las mismas es uno de los puntos por los que pasa necesariamente la construcción de un Ejército Popular Revolucionario de masas (...) también muy valiosa es la discusión, fraternal y pública, frente a las masas y con las masas, de toda diferencia política existente (*El Combatiente*, nº 81, 16 de julho de 1973, p. 7.).

Na leitura *perretista* existe uma lógica de conflitos de classe interna ao Movimento Peronista, em que elementos da burguesia tentam confundir e separar os setores revolucionários. E apresenta-se dois peronismos diversos: primeiro os setores de esquerda como FAR, FAP, *Montoneros*; a tendência revolucionária da *Juventud Peronista*; o Peronismo de Base, e os trabalhadores peronistas; de outro lado estão os setores burgueses peronistas, setores da direita fascista, Lopes Rega, Osinde, e o próprio Perón. Ou seja, o peronismo nessa visão transcende ao próprio Perón, existindo uma vanguarda peronista que é progressista e popular e deve caminhar para a superação da necessidade de um líder e guia, e de uma burocracia como controladores desses setores vanguardistas.

O PRT-ERP se coloca como inimigo e crítico severo do segundo grupo peronista citado, e aberto à unidade e ao diálogo amistoso com o primeiro. Mas enquanto os *Montoneros* chamam por uma unidade interna ao Movimento Peronista, apontado como policlassista, a aproximação efetiva entre esses setores se torna impossível, dado que a unidade para o PRT é construída em torno de

uma vanguarda revolucionária, tendo por baliza o caráter popular, e a filiação a uma única classe, que é a trabalhadora, dentro das definições marxistas, orientados por um partido.

Até o final de 1973 a situação segue dessa maneira. Não há resposta agressiva do PRT-ERP ao apoio e reconhecimento dos *Montoneros* ao grupo que rompeu com o Partido. Há apenas uma total impossibilidade de concordância, e onde antes havia confluência de intenções diante do inimigo comum que era a ditadura militar, que superava qualquer desentendimento de caráter ideológico ou estratégico, agora havia interesses distintos e conflitantes. O peronismo concretizado no poder colocava as duas organizações em locais opostos: o PRT-ERP continua em suas ações em busca da revolução pelas armas, e os *Montoneros* viviam seu momento de glória diante da crença de que a revolução já havia se iniciado por vias parlamentares. Bastava seguir protegendo o novo governo peronista, na legalidade.

Porém, mesmo nesse momento, ressaltamos que sobretudo para o PRT-ERP a divergência era teórica, mas a estratégia prática levava a buscar uma conciliação com esses setores peronistas. Concordamos com Eduardo Weiss (WEISZ, 2006, p.135) para quem o PRT herdou de sua relação com o *morenismo* uma tradição teórica e conceitual rigorosa; porém, a isso se cruza um forte elemento pragmático. A luta armada é o centro e é privilegiada acima das divergências possíveis daqueles que são considerados dentro do espectro da esquerda revolucionária, e os *Montoneros*, embora apontados como equivocados, são colocados nessa categoria. Demonstração disso nos jornais do PRT-ERP apareceram com frequência, como exemplo, no *Estrella Roja*, nº 20, de maio de 1973, temos a publicação de um comunicado dos próprios *Montoneros*; e na chamada deste comunicado, a organização peronista é referenciada pelos *perretistas* como "*organización hermana*". Ainda em outros números desse periódico aparecem com frequência, nos boletins de ações executados pelas guerrilhas, as ações de maior envergadura executadas, também, pelas guerrilhas peronistas.

No *El Combatiente* de número 76 o PRT-ERP estabelece uma sequência de prioridades. Dentre elas está o estreitamento dos laços com todas as organizações populares buscando os pontos de convergência:

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

Establecer y ampliar estrechos vínculos fraternales entre todas las organizaciones políticas obreras, populares y progresistas. (...) impulsar un trabajo unitario en torno a los puntos de convergencia frente al enemigo común (*El Combatiente*, nº76, março de 1973, p. 4).

Essa defesa da busca da união com esses setores é justificada também por uma interpretação teórica exposta no *El Combatiente* de número 33. Nele, através de uma leitura marxista se conclui que são necessárias três condições para iniciar uma luta armada contra o regime burguês. São elas: o estancamento ou retrocesso das forças produtivas, a existência objetiva de classes revolucionárias e que os setores intermediários não tenham acolhida dentro do regime. Então, passa-se a explicar os motivos que os levam a crer que cada um desses pontos está posto na Argentina da época, justificando o porquê de a organização acreditar que todas essas condições se mostram maduras e a guerrilha deve ser a estratégia da esquerda revolucionária. Aqui nos interessa o segundo ponto, sobre a existência objetiva de classes revolucionárias, em que é exposto nesse número do jornal:

Si nuestra mirada se dirigiera solamente dentro de la izquierda "marxista" leninista trotskista tendríamos que reconocer que estamos muy solos. Pero sabemos que existen otras organizaciones que aunque no se reclaman marxistas y mucho menos trotskistas, son revolucionarias. Revolucionarios cristianos, peronistas, maoistas etc., etc., que se plantean llevar adelante la guerra revolucionaria contra el régimen y para instaurar una sociedad socialista, no para las calendas griegas, sino que se lo plantean como una tarea actual. Con esas organizaciones aunque no sean marxistas, ni leninistas y trotskistas existen las posibilidades de crear una fuerte dirección revolucionaria (*El Combatiente*, nº 33, 6 de agosto de 1969, p. 4).

Aqui vemos um chamado à unidade feito em 1969 e que será repetido constantemente. Essa visão não sofreu mudanças durante todos os anos seguintes da década de 1970, e é o teor que marca em definitivo a forma como o PRT-ERP se relacionará, na prática, com os *Montoneros*. Exorta-se constantemente para que se recuse conflitos teóricos que levem à inimizade entre organizações consideradas revolucionárias, organizações que aderiram à guerrilha como caminho de construção de um governo popular. Com essas organizações o debate deve ser respeitoso. A crítica é defendida

como necessária, porém deve ser sempre colocada em um "bom tom", buscando a conciliação. Ainda nesse sentido o PRT cita o discurso unitário da *Mensaje a los Argentinos*, de Che Guevara, chamando para a unidade as guerrilhas peronistas:

(...) aún cuando las ideologías cambien, aún cuando uno se reconozca comunista, o socialista, o peronista, o cualquier otra ideología política en determinado país, solamente caben dos posiciones en la historia: o se está a favor de los monopolios o se está en contra (...) Todos los que luchamos por la liberación de nuestros pueblos, luchamos al mismo tiempo (...) somos inimigos del imperialismo (*El Combatiente*, nº 81, 16 de julho de 1973, p. 10.).

A situação conflituosa iniciada com as eleições de Cámpora, dado que o grupo *Montoneros* estava se adequando à legalidade exigida pelo governo peronista eleito e o PRT-ERP seguia suas ações guerrilheiras, não durou muito. Logo nos primeiros meses do governo Perón, foram estabelecidas alianças com setores de direita da Argentina. A repressão foi ampliada e as ações de milícias anti-socialistas/comunistas passaram a perseguir todas as organizações de esquerda (com aparente anuência ou participação de importantes membros do *justicialismo*). Estas milícias que tiveram conhecida ligação com figuras importantes do próprio governo de Perón, como é o caso da *Aliança Anticomunista Argentina*, conhecida por *Triple A*, organizada por José López Rega, ministro do Bem Estar Social nos governos de Cámpora, Perón e María Estela Martínez; e por Alberto Villar, delegado-chefe da polícia federal argentina. O massacre de Ezeiza havia iniciado uma fratura entre os setores ligados à guerrilha peronista e aos setores conservadores do movimento, e essa fratura só se aprofundaria com a experiência do governo Perón.

O ponto alto desse conflito é o primeiro de maio de 1974, em que *Montoneros* se retiraram da comemoração do dia do trabalhador na *Plaza de Mayo* devido a conflitos com Perón. Fato que ocorreu depois de serem apontados como "esos estupidos que gritan..." (*El Peronista*, nº3, 4 de maio de 1974. p. 10.) E de elementos estranhos e infiltrados ao Movimento Peronista, pelo próprio Perón. Saíram gritando palavras de ordem como: "esta lleno de gorilas el gobierno popular".

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

Y pese a todo esto fue una asamblea popular. Histórica luego de 18 años de proscrición, pero también la más dolorosa. Algo que daba continuidad al Movimiento desde el gobierno y en la lucha desde el llano, se ha roto este 1º de Mayo en la Plaza: el pueblo no fue consultado por Perón; no nos preguntó qué opinábamos de 11 meses de gobierno (...) Pero vayamos al principio. Esto fue una asamblea popular, aunque el General no se puso de acuerdo con su pueblo (*El Peronista*, nº3, 4 de maio de 1974).

Com a posição crítica ao governo que a organização *Montoneros* passa assumir, embora nunca abandone o peronismo e a defesa de Perón como líder, a crise maior da relação com o PRT-ERP iniciada nos primeiros meses do governo Cámpora se ameniza. E a tendência a partir daí foi de uma progressiva aproximação dos pontos de vista, dado que em julho de 1974 Perón morre e assume sua vice María Estela Martínez de Perón. Ela era uma figura muito malquista pelos *Montoneros*, pela sua conhecida relação com os setores mais conservadores do Movimento Peronista, sobretudo com López Rega que passar a ter o caminho totalmente livre para as ações de sua milícia, a *Triple A*. Tudo isso leva ao retorno da ação guerrilheira, e a volta definitiva a clandestinidade dos *Montoneros*, em setembro de 1974, evento que os coloca novamente no mesmo campo de lutas que o PRT-ERP.

A antipatia em relação a María Estela Martínez foi clara desde sua indicação como vice de Perón. Os *Montoneros* se colocaram oficialmente contra, em texto publicado no *El Descamisado* de número 13 assinado pelo dirigente Dardo Cabo. Embora sempre tenham buscado respeitar a decisão final vinda de Perón, como é possível notar no trecho abaixo:

La noticia de la confirmación de la fórmula Perón-Isabel nos agarró cuando nos sentamos a escribir. (...) Isabel, ha sido la compañera del general, le debemos el afecto por todos estos años que con cariño ha llenado la vida de nuestro Jefe. No es por ella, que no entendemos, es por una respuesta que todos estábamos previendo del general para este asunto de la candidatura. (...) Nosotros no estamos de acuerdo, pero callamos disciplinados, y confiados, y vamos a cumplir (*El Descamisado*, nº13, 14 de agosto de 1973).

E, como afirmado anteriormente, com a morte de Perón, María Estela Martínez assumiu o poder diretamente, levando à crise interna dos *Montoneros* e sua decisão de retorno à clandestinidade e à guerrilha.

La muerte del General Perón no sólo ha sumido en el dolor al conjunto de los trabajadores y el pueblo argentino, sino que significa en la práctica la desaparición del único hombre capaz de congeniar a las diversas fuerzas de la Nación que, aun teniendo diferencias entre sí, coinciden con el objetivo común de liberar a nuestra Patria (*Causa Peronista*, nº1, 9 de julho de 1970).

Essa nova situação da relação entre *Montoneros* e PRT-ERP, aberta com o retorno da organização peronista à luta guerrilheira avança ainda mais com o golpe militar de 1976, que os leva finalmente ao diálogo para uma efetiva unidade entre os dois grupos. Esses diálogos ocorrem em reuniões secretas entre alguns dirigentes durante o mês de junho de 1976, os articulistas do acordo pelo lado do PRT-ERP eram Mario Roberto Santucho e Domingo Menna. Entre os *Montoneros* estavam Roberto Perdía, que descreve o momento da seguinte maneira:

Por un lado nos sentíamos repitiendo el gesto de Perón, de unir a todos en el combate contra la dictadura, cuya acción nos demandaba integrar esfuerzos. Comenzamos a elaborar las bases de la organización para Liberación de Argentina, a semejanza de la OLP palestina, una federación de organizaciones (PERDÍA, 2013, p. 479).

Porém, a história dessa tentativa de união é curta, pois o mês de julho seria o mais duro da história do PRT-ERP. Neste mês, Domingo Menna foi sequestrado por militares que o levaram para o *Campo de Mayo*, onde foi torturado e assassinado. No mesmo dia do sequestro de Menna, dia 19 de julho, Mario Roberto Santucho foi morto em uma operação de militares juntamente com outro dos principais dirigentes do PRT, Benito Urteaga. As negociações com os *Montoneros* morreram com esses dirigentes. Houve mais algumas tentativas de contato que não obtiveram sucesso, pois os canais de comunicação estavam prejudicados. As duas organizações se encontravam cercadas pelo

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

aparato de repressão, as últimas tentativas de contato nunca chegaram a seus destinos (PERDÍA, 2013, p. 480).

Considerações finais

Tal como pudemos analisar nessa pesquisa, a relação entre *Montoneros* e PRT-ERP passou por diversas etapas, variando conforme os elementos da conjuntura política nacional. Seu período mais crítico foram os primeiros meses do governo peronista de 1973. Porém, nunca houve conflitos diretos ou agressões. Atentemos ao fato de que estamos falando de duas organizações guerrilheiras com milhares de militantes armados, e nunca houve nenhum incidente grave. A efetiva unidade nunca ocorreu; porém, muitas ações conjuntas foram feitas: unidade de ação que executou o General Juan Carlos Sánchez, conhecido por envolvimento em torturas de militantes de esquerda; a ação de ocupação e fuga da penitenciária de Rawson e uma grande quantidade de outras ações menores.

Para finalizar, observamos que a relação entre PRT-ERP e *Montoneros* foi definida por dois elementos. O primeiro é o pragmatismo. As críticas teóricas, embora rigorosas, foram sempre perpassadas por critérios de ordem prática, que os levou a convocações de unidade, ou, ao menos, a manter uma relação amistosa. O pragmatismo está evidente no teor das colocações que fomos encontrando nos jornais, que foram os veículos de informação oficiais dessas organizações, e na história das próprias organizações, nas posições que efetivamente tomaram e que motivaram suas ações. O segundo elemento é um conjunto de semelhanças que colocam essas duas organizações muito próximas, apesar da grande diferença das duas linhas, marcada pela adesão ao peronismo pelos *Montoneros*, e a crítica a essa adesão, pelo PRT-ERP. Mesmo com esta diferença crucial, observa-se uma série de semelhanças. Elas estão dentro do campo de influência que pesou sobre toda a esquerda latino-americana em algum grau e de algum modo, que é a Revolução Cubana e os posicionamentos de Ernesto Che Guevara, e essa influência é marcante e definidora de ambas.

Fontes

PRT-ERP, jornais:

El Combatiente (Número de publicações: 290 (de março de 1968 a novembro de 1981))

Estrella Roja (Número de publicações: 93 (de abril de 1971 a fevereiro de 1977)).

Montoneros, jornais:

El Descamisado (Número de publicações: 47 (de maio de 1973 a abril de 1974));

El Peronista (Número de publicações: 6 (de abril de 1974 a maio de 1974));

La Causa Peronista (Número de publicações: 9 (de julho de 1974 a setembro de 1974));

Evita Montonera (Número de publicações: 25 (de dezembro de 1974 a agosto de 1979)).

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

CAVIASCA, Guillermo. *Dos caminos: ERP - Montoneros en los setenta*. Buenos Aires: El Río Suena, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del trotskismo en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: R y R, 2006.

_____. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El estado terrorista argentino*. Buenos Aires: Argos Vergara, 1983.

ESQUIVADA, Gabriela. *Noticias de los montoneros*. La historia del diario que no pudo anunciar la revolución. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *História do Tempo Presente*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70

GERMÁN, Gil. *La izquierda peronista (1955-1974)*. Buenos Aires: CEAL, 1989.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón. Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.

HILB, Claudia y LUTZKY, Daniel. *La nueva izquierda argentina: 1960-1980. (Política y violencia)*. Buenos Aires: CEAL (Centro Editor de América Latina), 1984.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

LANUSSE, Lucas. *Montoneros. El mito de sus 12 fundadores*. Buenos Aires: Vergara, 2005.

LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MATTINI, Luis. *Hombres y Mujeres del PRT-ERP*. Buenos Aires: De la Campana, 1995.

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983 – Do golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: Edusp, 2007.

PERDÍA, Roberto. *Montoneros*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2013.

POZZI, Pablo A. *Historias del PRT-ERP: ¿Cuál es la mejor arma que tiene la gente en las armas?* Buenos Aires: Imago Mundi, 2005.

_____. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP: la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

_____. *Historias de "perros": entrevistas a militantes del PRT-ERP*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa -Omega, 1984.

RUBENSTEIN, Jérémy. *Une histoire du PRT-ERP, depuis ses origines intellectuelles aux "moines rouges" guérilleros (1956-1972)*. Paris: Université Panthéon - Sorbonne, 2005.

SANTILLI, Sandra. *La prensa clandestina: un estudio de caso sobre el PRT-ERP*. In: Revista Razón y Palabra, v. 79. México: Universidad La Salle, 2012.

WEISZ, Eduardo. *El PRT-ERP: claves para una interpretación de su singularidad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperac, 2006.

ZAMORANO, Eduardo. *Peronistas revolucionarios*. Buenos Aires: Editorial Distral, 2005.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade¹

Guilherme Welte Bernardo*

Resumo: A identidade romana dos bizantinos é frequentemente minimizada pelos historiadores, seja compreendendo-a por meio da cristã, seja enxergando-a como uma “fachada” de uma identidade perene helênica, desconectando essencialmente os bizantinos dos antigos romanos. O próprio uso do termo “bizantino” para se referir àquela civilização é moderno e surge da negação de sua reivindicação identitária, originando-se em antigos conflitos medievais. Essas perspectivas, contudo, estão sendo amplamente contestadas e uma reavaliação da romanidade bizantina parece estar em curso. O presente artigo visa contextualizar e apresentar os problemas que cercam essas discussões e os caminhos que as têm norteadas, abordando temas como a “origem” do Império Bizantino e seus problemas de periodização, a negação de sua romanidade e a imputação de nomenclaturas artificiais, o “bizantinismo” enquanto problema de alteridade e os significados políticos dessa identidade, destacando a tese de Anthony Kaldellis de Bizâncio como o estado-nação medieval dos romanos.

Palavras-chaves: Império Bizantino; Identidade Romana; Historiografia.

Introdução

Comentando os problemas da historiografia gibboniana sobre Bizâncio, Steven Runciman, renomado historiador britânico do século XX, afirma que Edward Gibbon (1737-1794), autor de *The*

¹ Este artigo é uma versão revisada do trabalho de conclusão de curso desenvolvido em 2017 na Universidade Veiga de Almeida (UVA) sob orientação da Prof.^a Dr.^a Patrícia Domingos Woolley Cardoso, a quem sou enormemente grato. Também sou grato aos pareceristas da Revista Epígrafe que fizeram críticas construtivas a este artigo, ajudando-o a tomar esta forma final.

* Graduado em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). E-mail para contato: g.welte@outlook.com.

History of the Decline and Fall of the Roman Empire (1776-1778), foi influenciado mais por seu “clima intelectual” do que pelas limitações de fonte então disponíveis (RUNCIMAN, 1976, p. 105). Todo historiador contemporâneo compreende com naturalidade as implicações dessa afirmação. É possível dizer que o contexto intelectual de uma época integra um dos elementos que constituem o lugar social do historiador, uma vez que “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2008, p. 47). Consequentemente, a maneira como o passado é estudado está sempre condicionada a paradigmas e a tensões contemporâneos ao historiador.

O Império Bizantino tem sido estudado e interpretado ao longo do tempo por meio das lentes ocidentais. Cabem ao Ocidente os créditos por lançar as bases do ramo multidisciplinar de estudos sobre Bizâncio. Já no século XVI, o humanista alemão Hieronymus Wolf foi o responsável por realizar a primeira grande coleção de fontes históricas bizantinas, o *Corpus Historiae Byzantinae*, publicado em 1557, relativamente pouco tempo após o fim do império. Infelizmente, esse interesse veio carregado de preconceitos gerados por conflitos de longa data que foram acentuados e difundidos, criando artificialidades que permanecem até os dias de hoje e que se apresentam como verdadeiros desafios para os historiadores.

Estudos recentes têm reinterpretado a partir de uma nova abordagem esse império milenar e sua identidade. Neste presente artigo, buscou-se oferecer um panorama geral sobre o contexto desses problemas e as principais novas perspectivas em resposta a eles.

Identidade imputada

Define-se frequentemente o que chamamos de Império Bizantino como a continuação histórica do Império Romano Oriental até o ano de 1453, quando, já extremamente enxuto, sua capital foi conquistada pelo Império Otomano. No entanto, os termos “Império Bizantino” e “Império Romano Oriental” são construções historiográficas modernas que, ainda que úteis, possuem problemas se empregados sem a devida reflexão terminológica.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

De acordo com Kaj Sandberg, é extremamente negligenciado entre historiadores e classicistas o fato que nunca existira uma divisão formal do Império Romano entre um “Império Romano Ocidental” e um “Império Romano Oriental”, seja no simbólico ano de 395,² que marca a morte de Teodósio I, ou posteriormente no século V. As duas administrações regionais formavam um único corpo social e político governado por dois imperadores corregentes (SANDBERG, 2008, p. 200-202).³ Para Lucy Grig e Gavin Kelly, sobrestimar esta divisão “[...] ignora não somente a continuidade retórica da unidade, mas também o fato de que o império estivera dividido pela maior parte dos cem anos anteriores” (GRIG e KELLY, 2012, p. 17, tradução nossa). Desde já, essas conclusões nos obrigam a questionar a definição de Bizâncio como a continuação desse “Império Romano Oriental” e não do próprio Império Romano. Embora o recorte seja útil para entender o contexto imperial naquela região, não se pode estender sua aplicação e afirmar com base nele que Bizâncio é a continuação de uma coisa que não existiu. Sandberg lembra que termos como esse são convencionais e refletem a árdua tarefa de organizar os dados históricos, mas, “[...] embora artificiais em teoria, na prática, convenções desse tipo influenciam percepções dos processos históricos e, de fato, os próprios caminhos que os estudiosos selecionam e apresentam seu material” (SANDBERG, 2008, p. 199, tradução nossa).

Quando a cidade de Roma foi conquistada em 476, o Império Romano passou a ter novamente um único imperador, o que já acontecera anteriormente em alguns momentos após 395, especialmente nas décadas de 450 e 460. Segundo Sandberg, “É bem claro que todo o Império, pelo menos formalmente, foi governado a partir de Constantinopla durante esses interregnos” (SANDBERG, 2011, p. 208-209). Se esse evento for contextualizado desta forma, o que observamos em 476 é a perda das províncias ocidentais do Império para outros povos, não a apocalíptica e anacrônica “Queda do Império Romano”, como descrita muitas vezes em obras historiográficas e

² A não ser quando indicado, todas as datas neste artigo são d.C.

³ Segundo Sandberg (2008, p. 206-207), a unidade não era uma ficção vazia se vista a partir dos documentos legais e administrativos. Funcionários-chaves como os *praefecti urbi* de Roma e os *praefecti praetorio* respondiam a ambos os imperadores. A unidade do Império foi um aspecto proeminente e onipresente em todo discurso político mesmo após o fim da dinastia teodosiana. Além disso, ao longo do século V, alguns imperadores ocidentais foram apontados pelos imperadores em Constantinopla, demonstrando essa unidade.

infundida na cultura popular. A continuidade do Império no Oriente não afetava a romanidade do mesmo, pois esta já não era mais dependente da cidade de Roma e dos povos itálicos originais.⁴ Como afirma Jeroen W. P. Wijnendaele, "[...] de um ponto de vista constitucional, esse chamado Império Bizantino ainda era o Império Romano. Assim era para os seus habitantes como para os seus vizinhos" (WIJNENDAELE, 2011, p. 44, tradução nossa). Após dominar Roma e depor o jovem Rômulo Augústulo,⁵ considerado um usurpador no Oriente, Odoacro escreve a Zenão, o imperador em Constantinopla, a fim de colocar-se sob sua autoridade (LAFFERTY, 2013, p. 4). Também os demais logo firmaram alianças com o imperador em Constantinopla, considerando-se como reis clientes dentro de uma relação de suserania (LOUTH, 2005, p. 93). John Moorhead afirma que "Por mais dramáticos que esses eventos tenham sido, eles não constituem uma separação definitiva dos caminhos entre o Ocidente pós-romano e o que nós podemos chamar agora de 'Oriente Bizantino'" (MOORHEAD, 2005, p. 118, tradução nossa). O autor cita com alguns detalhes atividades de trocas comerciais, apontamento de cônsules para o Ocidente, a forte presença de diplomatas no Mediterrâneo, longas viagens diplomáticas na corte de Teodorico, a enxurrada de médicos orientais no Ocidente, atividades de intelectuais ocidentais em Constantinopla, manuscritos latinos sendo copiados em Constantinopla e, gregos, em Ravena, e acrescenta que

[...] apesar do advento dos novos detentores de poder no Ocidente, os novos governantes estavam lá afiados para representar a si mesmos como de algum modo subservientes aos imperadores romanos que ainda governavam em Constantinopla. Teodorico, o Ostrogodo, escreveu ao imperador Anastácio que "nosso reino é uma imitação do seu... uma cópia do único Império", e Sigismundo, o Burgúndio, informou que, enquanto dava a aparência de governar seu povo, acreditava ser ele

⁴ Segundo Wijnendaele (2011, p. 42), a sobrevivência do Império Romano apartado de seu povo e território central original era possível porque cada vez mais quem o dominava eram os provinciais da Gália, das províncias danúbias e do Oriente grego. Segundo o autor, esse é um fenômeno singular na história ocidental, mas é precisamente o que aconteceu com o Império Romano de Diocleciano em diante. O foco da gravidade do Império muda, e Roma e os povos de língua latina não mais detêm o domínio de seu governo.

⁵ "Significativamente, a deposição de Rômulo Augústulo causou notavelmente pouca agitação entre as fontes contemporâneas. Foi, nas palavras do historiador italiano Arnaldo Momigliano, a 'silenciosa queda de um Império'" (LAFFERTY, 2013, p. 3, tradução nossa). Cf. MOMIGLIANO, 1973.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

mesmo meramente um soldado do imperador. Nesse e em outros aspectos, o Ocidente pós-romano permanecia firmemente uma parte do mundo romano (MOORHEAD, 2005, p. 119, tradução nossa).⁶

Sob essa ótica, torna-se evidente que a tradicional definição dada no começo do texto é problemática se esses elementos forem negligenciados. Assim, as seguintes questões poderiam ser levantadas: “Bizâncio” deve ser compreendido como um período da história romana? Se sim, isso significaria falar de um Império Romano que perdurou até 1453, tornando-o um dos mais longevos impérios da história. Por que, então, empregar o termo “bizantino” para essa sociedade?

Os chamados bizantinos se autodenominavam romanos (*Ῥωμαῖοι*) e chamavam seu estado de Império dos Romanos (*Βασιλεία τῶν Ῥωμαίων*) ou România (*Ῥωμανία*). Yannis Stouraitis nos lembra que “bizantino” é um *terminus technicus* acadêmico desenvolvido no começo da modernidade que não corresponde à autodesignação normativa dessa sociedade. Segundo o autor, essa abordagem impõe ao historiador moderno o viés latente de que a identidade coletiva dessa sociedade deve ser chamada e, portanto, entendida de maneira diferente (STOURAITIS, 2014, p. 175). Isso remete a uma discussão antiga entre perspectivas que interpretam a relação entre Roma e Bizâncio em termos de continuidade ou descontinuidade.

A primeira perspectiva enxerga uma ruptura tão grande nos rumos do Império que não é mais possível chamá-lo e entendê-lo como romano. Embora tenha ganhado contornos mais definidos no século XIX, o descontinuísmo possui bases intelectuais anteriores a profissionalização da disciplina. Em 1916, o historiador belga Paul Van Den Ven (1879-1973) colocou as seguintes questões a partir de perspectiva descontinuísta:

[...] é evidente que o assunto em questão não é meramente a escolha judiciosa de um nome, mas sim uma consideração da própria essência das coisas sob esse nome. O Império Romano é realmente o Império Romano no século XV, apesar de suas numerosas transformações? Ele poderia ter permanecido por um período tão longo

⁶ Para a ideia de continuidade e transformações lentas na Antiguidade Tardia, cf. MOORHEAD, 2013. Complementarmente, cf. BROWN, 1989; CAMERON, 2012.

a mesma criatura viva cuja natureza não muda em diferentes períodos de sua vida? As transformações pelas quais passou, no quarto século e posteriormente, não permearam tão profundamente que é apropriado dar-lhe outro nome que corresponda à sua nova natureza? [...] (VEN, 1916, p. 306, tradução nossa).

O argumento sobre a descontinuidade é antes de tudo uma idealização do que Roma ou o Império Romano são. Para ser romano, é preciso cumprir certos requisitos, como ter sua centralidade no Ocidente, falar latim e ser pagão. Não cumprindo, esse império oriental, helenófono e cristão é uma outra coisa e, como tal, deve ser chamado e entendido de forma diferente. Ele é o reflexo de uma época em que historiadores e outros intelectuais estavam fixados em demarcações essencialistas e obcecados pelas origens das coisas.⁷

A perspectiva continuísta ecoa a Edward Gibbon, que, embora sustentasse certo desdém a Bizâncio, termina sua famosa obra com a queda de Constantinopla em 1453. O historiador irlandês J. B. Bury (1861-1927) pode ser considerado o defensor mais pertinaz dessa visão. Para os historiadores que a sustentam, é possível falar de um Império Romano que perdurou até 1453, mesmo que mudanças profundas tenham ocorrido nesse meio tempo:

Em seu *A History of the Later Roman Empire from Acadius to Irene (395 A.D to 800 A.D.)*, Bury expressa visões robustas sobre questões de periodização e terminologia. Ele alegava que a história do Império Romano tardio foi “constantemente incompreendida” e, seu caráter, “deturpado” devido ao uso de “títulos incorretos e enganosos”. Na visão de Bury, o “fato essencial” de que “o velho Império Romano não deixou de existir até o ano de 1453” foi obscurecido “ao aplicar o nome ‘bizantino’ ou o nome ‘grego’ ao Império em seus estágios tardios”, especialmente porque os historiadores que usaram esses termos foram “não muito consistentes ou muito precisos quanto à data em que o ‘Império Romano’ termina e o ‘Império Bizantino’ começa”. De fato, como o Império Bizantino nunca existiu, pode-se afirmar

⁷ Para uma discussão sobre periodização, cf. BESSERMAN, 1996; LE GOFF, 2017; TOUGHER, 2017.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

que “bizantino é uma palavra perigosa quando usada em um sentido político” (TOUGHER, 2017, p. 40-41, tradução nossa).

Mesmo escrevendo no final do século XIX, Bury soa vanguardista em suas propostas. Relativamente recente, essa perspectiva vem impactando o campo de diferentes formas. Os estudos que trabalham com a ideia de “continuidade” avançaram, possibilitando uma leitura mais ampla da sociedade bizantina. É possível dizer que atualmente a ênfase se deslocou para o processo que transformou a antiga Roma no Bizâncio medieval, explorando as conexões entre as duas civilizações por meio das continuidades e descontinuidades.⁸ Ademais, o termo “bizantino”, apesar das críticas de Bury, permanece como uma ferramenta útil de delimitação para se estudar o Império Romano em sua fase medieval, helenófona e cristã ortodoxa.⁹

A periodização demonstra as dificuldades intrínsecas dessa delimitação. Qualquer recorte escolhido para marcar o “nascimento” do Império Bizantino é simbólico.¹⁰ Como não existiu o “início” do Império Bizantino, não há consenso:

A historiografia francesa tende a argumentar que Bizâncio começa com Constantino, mas há também a visão de que Bizâncio propriamente só começa no século VII, com a ruptura provocada pelo nascimento do Islã e as concomitantes conquistas árabes iniciais nas quais grande parte dos territórios orientais do Império foi perdida. Isso também está associado a uma reformulação do Império Bizantino ao longo de linhas mais obviamente gregas e com significativa mudança institucional. Outros argumentaram que a era crítica da transformação foi o prolongado reinado do

⁸ Cf, por exemplo, as seguintes abordagens, não necessariamente concordantes ou sobre a mesma temática: CAMERON, 2012; KALDELLIS, 2007, 2015b; LEE, 2013; STOURAITIS, 2014, 2017.

⁹ Recentemente, Gill Page (2008, p. 6) propôs “romanos bizantinos” como uma alternativa ao famigerado termo. Anthony Kaldellis (2015a), o principal revisionista na questão identitária bizantina, não vê necessidade em seu abandono, mas diz que é preciso que entendamos melhor ao que ele se refere.

¹⁰ Para Bizâncio como um clássico problema de periodização, cf. TOUGHER, 2017, p. 39-41.

próprio Justiniano I (527-565) e que no decorrer do período de seu governo a antiga Roma deu lugar a Bizâncio medieval (TOUGHER, 2017, p. 40, tradução nossa).¹¹

Embora úteis para demarcar o início de transformações importantes, essas datas e acontecimentos conjecturais não devem conduzir a uma leitura anacrônica de que Constantino ou Justiniano estavam fundando um novo império. Ambos foram, até o último momento de suas vidas, imperadores romanos.

Para entendermos porque não chamamos os bizantinos de romanos, é preciso compreender o processo de ruptura entre o Ocidente e o Oriente causado por conflitos políticos e religiosos no início da Idade Média. Alguns eventos são importantes, como a querela iconoclasta no século VIII; a intervenção carolíngia contra os lombardos na Itália por Pepino, o Breve (714-768); a forjada “Doação de Constantino”, com claro intuito de excluir os bizantinos da península e estabelecer um poder temporal ao Papa de Roma; a coroação de Carlos Magno como imperador em 800 pelo papa Leão III; os conflitos sobre as missões entre os eslavos no século IX; a disputa em torno da elevação de Fócio I a Patriarca de Constantinopla em 858, o que alimentou ainda mais o conflito sobre o *filioque*; a correspondência de Luís II com Basílio I em 871, reacendendo o discurso que o poder imperial origina-se da Igreja de Roma e não “do senado e do povo”; a restauração imperial em 962 por Oto I e os conflitos sobre os territórios no sul da Itália e o título imperial; a troca de excomunhões mútuas entre o patriarca Miguel Cerulário e os legados papais em 1054; o desastroso “Massacre dos Latinos” em Constantinopla em 1182; e a incursão dos cruzados por Bizâncio, somada ao também desastroso saque de Constantinopla em 1204.¹²

As relações entre Ocidente e Oriente passaram a ser de um grande estranhamento. As tentativas de recriar o Império Romano no Ocidente e o progressivo desdém ao imperador em

¹¹ Cf. as referências dadas pelo autor: CAMERON, 2014, p. 5; HALDON, 1990; CAMERON, 1985.

¹² Para uma síntese das relações, cf. BALARD, 2006; NICOL, 1967. Para Carlos Magno e Bizâncio, cf. BARBERO, 2004, p. 89-101. Para Luís II e Bizâncio, cf. RICHÉ, 1993, p. 179-189. Para o contexto do Massacre, cf. NICOL, 1992, p. 104-123. Para o Papado e Bizâncio, cf. SIECIENSKI, 2017, p. 195-326.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

Constantinopla foram refletidos na maneira como os ocidentais passaram a caracterizar os orientais. Segundo Han Lamers,

Chamar os bizantinos de gregos ao invés de romanos tem uma longa história no Ocidente latino, regressando ao século IX. Após o Papa Leo III ter coroado Carlos Magno como Imperador dos Romanos em 800, os latinos começaram a minar as reivindicações romanas dos bizantinos. Enquanto os próprios bizantinos nunca pararam de chamar a si mesmos de romanos, as fontes ocidentais, da Idade Média em diante, refletem um viés anti-bizantino que negava seu legado romano chamando-os de gregos. A ideia por baixo era que a coroação de Carlos Magno não implicou numa divisão do Império Romano (a *divisio imperii*) nem numa renovação do Império ocidental (a *renovatio imperii*), mas numa transferência do *imperium Romanum* dos gregos ao Ocidente (o *translatio imperii*) (LAMERS, 2016, p. 65, tradução nossa).

Os olhares conflituosos mútuos ficam bem explícitos na troca de correspondências (e de ofensas) entre o papa Nicolau I e o imperador Miguel III em 865. Este último enviara uma carta ao papa, infelizmente perdida, chamando a língua latina de “bárbara” e “cita”. Em sua resposta ao “Imperador dos Gregos”, Nicolau insinua que é melhor que ele então comece a se intitular “Imperador dos Bárbaros” (FÖGEN, 1996, p. 19-22). Numa missão em Constantinopla em 968, o embaixador italiano Liutprando de Cremona relata que, “como para o aumento de suas calamidades”, chegara à cidade uma carta do papa João XIII se referindo a Nicéforo II Focas como “Imperador dos Gregos” e a Oto I como “Augusto Imperador dos Romanos”. A ira foi tanta que os mensageiros papais foram lançados à prisão (CREMONA, 2007, p. 267-269).

Um problema de alteridade

Segundo Han Lamers, os historiadores italianos do século XV adotaram a prática de chamar os bizantinos como “gregos” e assim perpetuaram essa tradição ocidental. Em alguns casos, os bizantinos pré-carolíngios eram coletivamente chamados de romanos, mas de modo geral o que prevalecia era a denominação de gregos (LAMERS, 2016, p. 65-66). O interesse dos humanistas era

de creditar a si próprios como verdadeiros herdeiros da herança romana, que seria latina, não grega. “Durante o século XV, a ideia de que os italianos eram os justos herdeiros culturais da Roma Antiga era citada e adotada, com diferentes ênfases, por humanistas importantes tais como Salutati, Bruni, Valla e Sabellico” (LAMERS, 2016, p. 67, tradução nossa).¹³

No século XVII, os alemães começaram a se interessar por Bizâncio. Podemos pensar em duas prováveis motivações: a ameaça do poderoso Império Otomano na Europa Central e Meridional (em 1526 anexaram a maior parte de Hungria e em 1529 cercaram Viena) e os conflitos denominacionais entre os protestantes e o catolicismo romano (REINSCH, 2016, p. 44). Por volta de 1551, Hieronymus Wolf, humanista de profundo conhecimento do grego e do latim, estabeleceu-se como secretário da biblioteca de Johann Jakob Fugger. Os Fuggers, que estavam envolvidos em trocas comerciais entre os impérios Otomano e Habsburgo, possuíam interesse em extrair da história bizantina algo que pudesse oferecer vantagem em relação aos otomanos. Wolf foi então encarregado de traduzir algumas obras, embora seu desdém pelos bizantinos fosse claro. Segundo Diether Reinsch, no *Praefatio* escrito em 1559 para uma parte do *Corpus* publicada em 1562, o humanista alemão

[...] não se cansou de apontar para a sua atualidade política e para a possibilidade de lê-lo para aprender com os erros cometidos pelos bizantinos, que são pintados por Wolf nas cores mais sombrias. Os imperadores no exercício de seu ofício, assim Wolf informa seus leitores como resultado de sua leitura, eram completamente desinteressados e estupidamente mesquinhos quando as despesas necessárias eram necessárias, mas pródigos em gastos não necessários. As guerras civis eram a ordem do dia; altos funcionários e oficiais militares eram perniciosos e tomavam decisões arbitrárias; o clero era ignorante e brigava por vaidades; as pessoas eram arrogantes e fracas; todas as fileiras sociais perpetraram os crimes mais odiosos. Os turcos, ao contrário, mostraram fidelidade, bravura e clemência; suas virtudes foram louvadas

¹³ Os intelectuais bizantinos que migraram para o Ocidente foram recebidos como gregos. Isso, no entanto, não se dava de forma negativa, mas positiva e apreciativa. “Embora Petrarca tivera uma visão predominantemente negativa sobre os gregos de seu tempo, a geração de Guarino de Verona e Leonardo Bruni era filelena e admirava profundamente Manuel Crisoloras em particular” (LAMERS, 2016, p. 72, tradução nossa). Para o autor, isso ajuda a explicar porque eles aceitaram essa identificação e deixaram de lado estratégias alternativas para apaziguar as diferenças, como dar ênfase a herança romana compartilhada. (LAMERS, 2016, p. 72).

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

mesmo por seus inimigos. De tudo isso, assim afirmou Wolf, deduziu que os turcos eram muito mais dignos de soberania do que os bizantinos. Em vez de sentir pena deles, ficou surpreso que essa escória humana criminoso [*faex ac sentina*] pode manter-se firme por tanto tempo e não fora subjugada antes. (REINSCH, 2016, p. 51, tradução nossa).

Wolf foi o primeiro a cunhar o termo “bizantino” (em referência à antiga Bizâncio, cidade sobre a qual Constantinopla foi edificada), uma vez que caracterizá-lo como “romano” estava fora de questão, e, gradualmente, “grego” significava somente aquilo relativo à história e à cultura da Grécia Antiga, às quais Wolf nutria muito mais apreço (STATHAKOPOULOS, 2014, p. 204; REINSCH, 2016, p. 46). Aqui, assim como com os italianos, temos, para usar a expressão de Shaun Tougher, uma “imposição retrospectiva” de um rótulo temporal unificador estranho àquela sociedade (TOUGHER, 2017, p. 39-40), além dos reducionismos que transformam Bizâncio, uma civilização milenar, num corpo monolítico pouco interessante a não ser para servir de exemplo aos ocidentais. Nos séculos XVII e XVIII, os franceses, por meio da corte do Luís XIV, foram os responsáveis por difundir o termo ao retomarem o projeto iniciado pelos Fuggers e realizarem até aquele momento a maior empreitada de reunião e tradução (para o latim) de manuscritos bizantinos, conhecidos como *Corpus Scriptorum Historiæ Byzantinæ* ou *Byzantine du Louvre*, publicados a partir da década de 1640 até 1711. Du Cange (1610-1688) foi uma figura chave nesse reavivamento francês e na consolidação tanto do termo quanto do campo (STATHAKOPOULOS, 2014, p. 205).¹⁴

Assim, Bizâncio se apresenta como um curioso problema de alteridade. Segundo Dimiter Angelov, a partir das Cruzadas, diversos estereótipos baseados em percepções romanas da Antiguidade em relação aos gregos foram usados em relação aos bizantinos. Eles foram assim considerados como pérfidos, traiçoeiros, servis, afeminados e indispostos a guerra. Esses estereótipos persistiram nas tradições intelectuais ocidentais após o fim do Império, entrelaçando-se posteriormente com as percepções modernas iluministas. Com o advento do iluminismo, o Império foi sintetizado como sinônimo de autoritarismo, decadência, superstição e vaidades, em

¹⁴ Para Du Cange e Bizâncio, cf. SPIESER, 2000.

suma, o mundo pelo qual se opunham (ANGELOV, 2013, p. 7-9).¹⁵ Ainda hoje, entradas obscuras em dicionários e no vocábulo político e intelectual continuam manifestando essa essencialização.¹⁶ Angelov define “bizantinismo” como “[...] um entendimento negativo e essencialista de uma civilização medieval que a coloca em categorias analíticas rigorosas a partir de um ponto de vista ocidental e moderno” (ANGELOV, 2013, p. 6, tradução nossa). Assim, ele imputa uma imagem distorcida:

O bizantinismo, tal como o balcanismo, é um conceito de “alteridade” pelo qual Bizâncio é transformado num “outro” aleijado do constructo cultural da Europa. Como tal, o bizantinismo, tal como balcanismo, envolve a estereotipificação e categorização de um mundo que reside nas fronteiras do que o Ocidente vê como seu próprio território cultural. O bizantinismo, tal como o balcanismo, categoriza o “outro” como uma imagem imperfeita e incompleta do eu, encaixando-se assim no constructo cultural comum da civilização europeia como um tipo de autorreflexão caricaturado. Quanto a isso, os constructos bizantinistas diferem do orientalismo de Said, pois eles lidam com variações de um tipo único, mas não procuram diferenciar entre dois tipos diferentes (ANGELOV, 2013, p. 7, tradução nossa).

Entender as relações entre Bizâncio e o Ocidente vai além de simplesmente reconhecer o uso impróprio de títulos ou periodizações: estamos falando de um caso aberrante de imputação de uma essência carregada de preconceitos que são anteriores mesmo a literatura especializada. “Bizâncio, bem como o bizantinismo, são assim designações de dentro da semiosfera ocidental estabelecidas

¹⁵ Para um apanhado enciclopédico dos estudos ocidentais sobre Bizâncio até o começo do século XIX, cf. VASILIEV, 1952, p. 3-42. Cf. também HAARER, 2010, e toda a *Part IV: The World of Byzantine Studies* em STEPHENSON, 2010b. Para percepções iluministas, românticas e pós-românticas, com foco especial nas percepções nacionalistas dos estados emergentes dos Balcãs, cf. MISHKOVA, 2015.

¹⁶ Para exemplos, cf. ANGELOV, 2003, p. 7-11; CAMERON, 2006, p. 3-5. Quanto aos dicionários, não precisamos ir longe, pois as entradas em nossos dicionários lusófonos repetem as mesmas definições. Por exemplo, o Novo Dicionário da Língua Portuguesa define *bizantinice* como “[...] 2. Asneira, tolice, bobagem” e *bizantinismo* como “[...] 2. Fig. Interesse por discussões frívolas ou insignificantes, sem resultado prático, como as questões tratadas pelos teólogos bizantinos; [...]” (HOLANDA, 1975, p. 209-210). O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa coloca na entrada *bizantino* a seguinte definição: “[...] 2. [Figurado] Fútil, pretencioso [...]” (BIZANTINO, 2018). Para outros usos e apropriações de Bizâncio, cf. BODIN, 2016; STEPHENSON, 2010a.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

como uma realidade histórica, mas tomando características imaginárias” (BODIN, 2016, p. 17, tradução nossa). O escopo disso é surpreendente:

Como um discurso de “alteridade”, o bizantinismo evolui e reflete sobre os piores sonhos e pesadelos do Ocidente sobre si mesmo. Assim, Bizâncio foi rebaixado em uma espécie de ramo inferior da árvore evolutiva da história, na qual o Ocidente – o Ocidente idealizado – nunca evoluiu, mas poderia. Durante o iluminismo, Bizâncio se tornou a encarnação da cultura e da política das quais o Ocidente queria libertar-se. Bizâncio representava também a união repulsiva do estado e da igreja, ou o domínio do primeiro sobre o último, ao qual o Ocidente não queria retornar. Durante o século XIX, o bizantinismo se tornou o princípio ideológico do imperialismo e do absolutismo que o Ocidente, por enquanto, sacudira – ou ainda estava tentando sacudir – em troca do ideal do Estado-Nação liberal. Durante meados do século XX, o bizantinismo foi chamado a explicar a existência da ideologia comunista, uma espécie de renúncia ao fato de que Marx e Engels vieram realmente do Ocidente. Agora que o comunismo desapareceu, o bizantinismo como uma série de legados históricos de formação foi responsabilizado pelo terrível contraste entre a paz e a prosperidade no Ocidente e o desastre político e econômico na maioria dos Balcãs. E é improvável que este seja o último rosto do bizantinismo (ANGELOV, 2013, p. 14, tradução nossa).

À vista disso, podemos ter uma ideia do contexto político, cultural e intelectual que esteve por trás da historiografia ocidental no decorrer desse tempo. Sabemos que os bizantinos afirmavam que eram romanos, o que torna “Bizâncio” um conceito problemático, já que o “Império Bizantino” nunca existiu. Muitos passos importantes foram dados em direção a uma leitura mais crítica, e um dos aspectos mais fascinantes que foram estudados nos últimos tempos é como a identidade romana pode migrar para o mundo helênico e manter ao longo de toda a Idade Média sua coesão, embora seus novos detentores fossem consideravelmente diferentes daqueles que a originaram.

Os romanos da Nova Roma

Como notado por T. L. W. Berkers, há quatro principais teorias sobre a identidade bizantina. A primeira teoria, mais antiga e notória entre historiadores gregos como Apostolos Vakalopoulos e Peter Charanis, enxerga Bizâncio como uma manifestação medieval da identidade nacional grega. Como o termo “heleno” ganhou uma conotação negativa relacionada ao paganismo, os gregos medievais teriam escondido sua identidade por baixo do rótulo romano.¹⁷ A segunda teoria, muito difundida, pode se dizer, por historiadores de origem eslava como Dimitri Obolensky e Cyril Mango, descreve Bizâncio como um império medieval multiétnico cujo principal elemento era a fé ortodoxa.¹⁸ Afastando-se dessas duas, a terceira teoria, proposta na última década por Anthony Kaldellis, busca restaurar a conexão entre Bizâncio e Roma. Para o autor, a romanidade era a identidade do Império, ou melhor, a identidade nacional de Bizâncio: Kaldellis propõe a ousada tese de que Bizâncio era uma espécie de estado-nação medieval dos romanos.¹⁹ A quarta e mais recente, proposta por Yannis Stouraitis, propõe uma abordagem etnocultural onde grupos étnicos são definidos por certos atributos, como um nome coletivo e um mito de origem comum. Para o autor, essas teorias anteriores falharam em reconhecer que as fontes disponíveis pertencem a uma elite letrada, sendo impossível tratar de forma geral sobre a identidade de todos os cidadãos (BERKERS, 2017, p. 4-6).²⁰ A tese de Gill Page sobre as transformações da identidade bizantina entre 1200 e 1420 é também digna de nota. A autora entende essa identidade como romana e de caráter étnico, indo na contramão das outras teorias.²¹

Será discutida especialmente nesta parte do artigo a terceira teoria, sendo a quarta notada enquanto resposta à terceira. Como Anthony Kaldellis restaura o caráter romano dos bizantinos em

¹⁷ Cf., por exemplo, VAKALOPOULOS, 1968; CHARANIS, 1972.

¹⁸ Cf., por exemplo, OBOLENSKY, 1971; MANGO, 2008.

¹⁹ Cf. KALDELLIS, 2007, 2012, 2017.

²⁰ Cf. STOURAITIS, 2014, 2017.

²¹ Cf. PAGE, 2008. A obra da autora é inovadora, dando voz a muitas fontes primárias. Anthony Kaldellis (2009), representante da terceira teoria, realizou uma resenha crítica da obra, dialogando com sua tese.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

sua análise, dando ênfase ao processo de romanização que transformou gregos e outros em romanos, será impossível falar sobre identidade bizantina a partir de agora ignorando seus trabalhos. Além disso, sua tese nos ajuda a complementar o que já foi levantado neste artigo. Assim, será apresentada aqui uma breve introdução a suas obras sobre o tema, ressaltando também as críticas que elas vêm recebendo nos últimos anos.

Publicada em 2007, *Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition* de Anthony Kaldellis é um dos mais proeminentes trabalhos lançados nos últimos anos sobre identidade bizantina com um forte caráter revisionista. Apesar de ser um trabalho mais amplo, cujo foco é o helenismo, o segundo capítulo ("*The world a city*": *Romans of the East*) apresenta um estudo inovador do processo de romanização do mundo grego, abordando os motivos que gradualmente limitaram o alcance da identidade helênica perante a ordem política romana e como esta foi convertida à língua grega na Antiguidade Tardia sem diminuir o poder coerente e normativo de sua identidade. Seu estudo se propôs a ser "[...] a primeira descrição moderna de Bizâncio como România" (KALDELLIS, 2007, p. 44, tradução nossa). Além disso, o capítulo apresenta uma tese polêmica sobre a disposição de Bizâncio como um "estado-nação medieval", rejeitando a tese de que Bizâncio seria um "império multiétnico" com uma ideologia ecumênica universal.²²

Segundo Kaldellis, no começo do século IV, uma simbiose entre "Roma" (comunidade histórica e política) e "Grécia" (idioma e conhecimento) já estava em curso, e ao final da Antiguidade Tardia a romanização do Oriente grego estava completa com todos reconhecendo os direitos de Roma como uma comunidade política normativa.²³ Sua obra propõe uma releitura das origens da integração dos gregos na sociedade romana e seus mecanismos de funcionamento e perpetuação, defendendo que o oriente também passou por um processo de romanização, embora sem obliterar aspectos locais.

²² Para uma crítica a ideia de um império multiétnico, cf. também KALDELLIS, 2014, p. 137-139; CAMERON, 2014, p. 38-40.

²³ Segundo Kaldellis (2007), esse processo limitou drasticamente o alcance do helenismo, que ficaria num limbo até ser revivido a partir do século XI em diferentes contextos, mas sem derrubar a identidade romana.

A língua e os costumes gregos, especialmente a *paideía*, não foram abandonados, mesmo porque isso nunca fora exigido. Na prática, o grego era a língua administrativa do Oriente desde a República e era visto já nos tempos do imperador Cláudio (10 a.C.-54 d.C.) como uma língua romana ao lado do latim (KALDELLIS, 2007, p. 49, 54-55, 66-67). O processo de romanização permitiu que fosse criada uma ampla comunidade de “novos romanos”, o que aos poucos fez com que Roma deixasse de ser em Roma. “Em muitos textos da antiguidade tardia – gregos e latinos, cristãos e pagãos – Roma é aclamada a *patria* comum de todos os povos. Roma foi A Cidade, uma cidade tornada um mundo” (KALDELLIS, 2007, p. 48, tradução nossa).

Kaldellis trabalha com a premissa de que os bizantinos eram de fato romanos, reforçando o argumento de que o Ocidente lhes negou essa nomenclatura por motivos políticos e identitários, algo enraizado pelos historiadores ocidentais e comprado pelo nacionalismo grego. Nesse sentido, Kaldellis retoma alguns argumentos de Bury de que a periodização arbitrária dificulta nosso entendimento sobre essa sociedade:

Ao fazê-lo, ambos os lados perpetuaram o viés medieval ocidental contra o império oriental, segundo o qual os bizantinos eram apenas gréculos, não verdadeiros romanos. Roma pertence ao Ocidente, é instintivamente assumido, e ao mundo de língua latina, e assim outras “essências” tiveram que ser imaginadas para Bizâncio, como, por exemplo, ortodoxia grega, ortodoxia ecumênica, despotismo oriental ou mesmo helenismo medieval. Para muitos historiadores ocidentais, Roma também pertence à Antiguidade e qualquer coisa mais tarde do que isso pode, na melhor das hipóteses, constituir uma “recepção”, apesar do fato de que *somente* no caso de Bizâncio estamos lidando com uma continuidade política, social e cultural de Júlio César a Constantino XI Paleólogo. Mas a existência de um estado e comunidade política únicos com uma história contínua durante mais de dois mil anos derrota a especialização acadêmica. Periodização, nesse caso arbitrária, requer novos nomes tais como “Bizâncio”, e novos nomes sugerem uma diferente “essência” (KALDELLIS, 2007, p. 43, tradução nossa).

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

Além disso, a perspectiva de Kaldellis difere das demais por não definir a romanidade bizantina em termos religiosos nem por laços étnicos (no sentido de uma crença numa ascendência comum), mas sim por meio do que ele acredita ser um consenso social de pertencimento a uma única comunidade política histórica, definida por leis, instituições, religião, língua e costumes (KALDELLIS, 2007, p. 43-44). Rejeitando a interpretação que liga a concessão de cidadania a todos os homens e mulheres livres pelo imperador Caracala em 212 à persuasão de uma “obrigação cívica”, o autor move o foco para aspectos mais sutis, como a forma como as pessoas se sentiam em relação ao Império:

A romanização esteve completa quando os povos anteriormente conquistados tomaram consciência de um “consenso em relação ao direito de Roma em manter a ordem social e estabelecer uma cultura política normativa”. Até lá, a maioria dos súditos da România bizantina carecia da necessidade, do vocabulário e das categorias mentais para afirmar uma identidade que não estivesse integrada à ordem romana. Eles aceitaram a reivindicação transmitida por Roma que a autoridade era legítima somente quando servia o bem-estar dos provinciais. Foi, afinal, uma concepção expansiva e igualitária da comunidade romana e de Roma como pátria comum de todos os povos, conjugada talvez com o mito de Alexandre, o Grande, como apóstolo da fraternidade do homem, que inspirou o acima mencionado édito de Caracala, ele próprio o rebento de uma dinastia provincial. [...] Etnicidade era irrelevante já que a comunidade era agora definida por consenso, lei e costume. E como muitas fontes testificam, após 212 havia apenas uma lei em todo o império (KALDELLIS, 2007, p. 48, tradução nossa).

A crença nesse coletivo, segundo Kaldellis, não pode ser vista como uma mera ficção do sistema, pois era uma realidade constantemente promulgada por documentos oficiais que definiram, individualmente e coletivamente, identidades romanas. A influência na moral e na mentalidade dessas ficções de longa duração presentes em toda a história romana contribuiu para a manutenção da ordem social dos romanos. O Império foi criado pelas armas, mas era mantido por meio de um consenso, como qualquer estado-nação moderno, sem ignorar os mecanismos de controle social e

manufatura do consentimento operativo presentes em ambos (KALDELLIS, 2007, p. 50-51). Segundo o autor:

Estes novos romanos, da Grã-Bretanha até a Arábia, acabaram por compartilhar o mesmo calendário, pesos e medidas, cunhagem, censo e impostos, monumentos públicos, rituais de fidelidade, festivais, jogos e culto imperial, acampamentos e exércitos, tribunais e leis, oportunidades sociais políticas, arquivos públicos, *paideia* e língua(s), todas as quais foram efetivamente implantados pelas autoridades, de modo a lembrar constantemente a população provincial de sua participação cada vez mais igual na *politeia* e provocar sua participação ativa. Crucialmente, os provincianos *sabiam* que eles todos pertenciam à mesma comunidade global precisamente pelo fato de que eles compartilhavam todas essas coisas. "Ralis, desfiles, festivais: todos visam consolidar a unidade simbólica de um povo e sua subserviência a um conjunto dominante de objetivos." Marcos ao longo de estradas padronizadas criavam uma vasta rede imaginária que ligava a periferia ao centro político e ideológico. O grau de uniformidade (e, portanto, previsibilidade) no trabalho era surpreendente: os mesmos festivais eram celebrados da fronteira do Eufrates à Grã-Bretanha; os campos militares eram construídos de acordo com as especificações com tamanha regularidade invariável que os portões eram construídos mesmo quando eles se abriram diretamente em ravinas íngremes. E, na antiguidade tardia, é até mesmo possível falar de uma organização "nacionalizada" de jogos e aclamações de circo, que promoviam a ideologia imperial e traziam cidadãos para as lealdades transínicas de todo o império, reforçando "a identificação com uma sociedade provincial e imperial mais ampla". Somente no final do século XIX ou início do século XX que as nações modernas alcançaram esse nível de uniformidade (KALDELLIS, 2007, p. 51, tradução nossa).

Assim, Kaldellis defende que a sociedade bizantina deve ser considerada como um estado-nação pré-moderno onde a romanidade funcionava como uma espécie de identidade nacional. Embora isso possa causar certa estranheza num primeiro momento, é importante notar que o debate sobre a possibilidade de nações ou estados-nacionais anteriores à modernidade nunca foi fechado

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

e parece ter se reaquecido nos últimos anos.²⁴ Assim, é preciso ter isso em mente antes de desconsiderá-la como um mero anacronismo, valendo antes uma melhor análise teórica e conceitual da proposta do autor. Recentemente Kaldellis fez uma apologia conceitual de sua tese, afirmando que:

Muitos bizantinistas, como muitos historiadores da pré-modernidade, negam axiomáticamente a existência de nações pré-modernas e estão comprometidos com o que é às vezes chamado de escola modernista da formação da nação, que foi pioneira nos anos 60, 70 e 80 por historiadores e antropólogos da modernidade tais como Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e outros, que viam os estados-nação exclusivamente no contexto de seu surgimento moderno. Stouraitis, por exemplo, refere-se a isso como “o axioma sociológico ainda válido e preponderante sobre a modernidade das nações e identidades nacionais”. Na realidade, no entanto, este modelo é embaraçosamente desatualizado e sofre ataque de muitas direções, tanto empíricas (estudiosos estão aduzindo um número crescente de povos pré-modernos que correspondem definições de nação neutras de período) assim como teóricas (os modernistas confundem os processos específicos pelos quais *algumas* – não todas – nações modernas emergiram como definições trans-históricas da nacionalidade). A doutrina modernista foi até destronada da *Very Short Introduction ao nacionalismo* de Oxford (KALDELLIS, 2017, p. 200-201, tradução nossa).

É importante notar que esses estudos sobre nações pré-modernas não têm como objetivo destituir a modernidade de ser, de fato, a era das nações, dos estados nacionais e do nacionalismo (alguns consideram este um fenômeno exclusivamente moderno); antes, o que se busca é afirmar que é possível encontrar outros tipos de nações ou estados-nação em períodos pré-modernos. Kaldellis caminhou recentemente por esse mesmo caminho:

²⁴ Cf, por exemplo, DELANTY e KUMAR, 2006; GAT, 2013; GROSBY, 2005; ICHIJO e UZELAC, 2005; SCALES e ZIMMER, 2005.

É suficiente para agora que Bizâncio seja reconhecido como *algo parecido com* um estado-nação porque isso por si só refuta a visão de que ele era *totalmente diferente de* um estado-nação. Estados-nação exigem, portanto, um sentido de comunidade política, “por mais tênue que seja”, e “algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres de todos os membros da comunidade”; além disso, um território controlado por um estado e valorizado por associações religiosas ou históricas; e “uma medida de valores e tradições comuns entre a população ou, pelo menos, sua comunidade ‘central’.” Bizâncio cumpre facilmente esses requisitos, com sua única língua dominante, religião, aparelho estatal e cultura homogênea (KALDELLIS, 2012, p. 394, tradução nossa).²⁵

Segundo o etnossimbolista Anthony D. Smith, o problema de se falar em nações pré-modernas reside numa questão conceitual do que significa uma nação ou um estado nacional. Nesse sentido, Smith propõe que seja buscada uma definição mais neutra desses conceitos, que o desatrem da nação e dos estados-nação enquanto fenômenos modernos ligados a contextos específicos, que não serão necessariamente encontrados em outros períodos históricos. Smith, por exemplo, dá o seguinte tipo ideal de nação como geralmente anunciado:

- (1) a nação é uma comunidade geograficamente limitada, com fronteiras reconhecidas, dentro das quais os membros residem, e com um claro centro de autoridade;
- (2) a nação é uma comunidade legal, isto é, seus membros têm direitos e deveres comuns como membros sob um código único de lei;
- (3) como resultado, a nação é uma comunidade de participação em massa, com todas as classes participando na política e na sociedade;
- (4) a cultura da nação é igualmente uma cultura de massa e pública, com elementos culturalmente distintivos inculcados por meio de instituições educacionais em massa;
- (6) a nação e seu estado fazem parte de um sistema internacional mais amplo de

²⁵ As citações entre aspas fazem referência a SMITH, 1991, p. 8-15.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

estados nacionais, dos quais são membros soberanos; (7) a nação é uma comunidade humana que deve sua concepção e legitimação ao nacionalismo, a ideologia (SMITH, 2005, p. 34-35, tradução nossa).

Segundo o autor, sociedades da Antiguidade como o Egito Antigo falham facilmente em cumprir os requisitos exigidos nessa definição. No entanto, se esse tipo ideal fosse redefinido com base em parâmetros desassociados da visão de mundo do nacionalismo, poderíamos ter uma alternativa que talvez consiga abranger uma sociedade como essa:

- (1) a descoberta e a forjamento de uma autoimagem comum, incluindo um nome próprio coletivo, que simboliza “nós” em oposição aos outros que nos rodeiam;
- (2) o cultivo de memórias, mitos, símbolos e tradições distintas da comunidade de cultura histórica formada com base em uma ou mais categorias étnicas e comunidades;
- (3) a ocupação, residência e desenvolvimento de uma pátria ancestral comum com fronteiras claras e reconhecidas;
- (4) a criação e difusão de uma cultura pública distintiva para os membros da coletividade;
- (5) a observância de costumes comuns distintivos e o enquadramento de leis comuns para os membros (SMITH, 2005, p. 39, tradução nossa).

Esses pontos alavancados são somente um exemplo da possibilidade de se abrir conceitualmente o termo para algo mais neutro e menos ligado a mecanismos modernos. Para Smith, o conceito atual é fruto de uma ideologia (cívico-territorial) e de um meio (a Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX) e tem dificuldade de se encaixar em outros casos modernos de formação nacional, como o asiático e o islâmico, como apontado por outros especialistas (SMITH, 2005, p. 36-37).²⁶ Além disso,

O nacionalismo, como Walker Connor repetidamente declara, é um fenômeno de massa; ele apela “ao povo”. Mas assim, ele continua, também é a nação. Se for esse

²⁶ O autor faz referência a TØNNESSON e ANTLÖV, 1996; SULEIMAN, 2003.

o caso, se não podemos falar de uma nação até que a grande maioria de sua população participe em sua vida política, o que nas democracias significa direito a voto, então não podemos realmente identificar nações até pelo menos depois da Primeira Guerra Mundial, porque as mulheres não foram emancipadas na Europa e na América até depois de 1918. Do que devemos chamar as sociedades desses estados antes dessa aurora libertadora? Devemos descartar suas autodenominações nacionais como uma simples retórica ilusória? As pessoas não podem sentir que pertencem a uma “nação” sem participar de sua vida política? E o que, nesse contexto, constitui uma grande maioria? Quais das muitas classes de cidadãos de segunda classe, estrangeiros naturalizados, refugiados e semelhantes? Devemos dizer que porque uma minoria significativa da população não recebe direitos de cidadania iguais, não podemos descrever essa comunidade em particular como uma nação? (SMITH, 2005, p. 37, tradução nossa).

O caso de Bizâncio é singular, pois existem elementos que podem nos soar familiares num primeiro momento, em especial porque a modernidade possui bases teóricas oriundas da herança romana, mesmo que revisadas e expandidas. Para Kaldellis, por exemplo, a ideia de “participação popular” existe em Bizâncio por meio de mecanismos próprios.²⁷ Além disso, esses romanos podiam ver seus impostos sendo utilizadas para o bem-estar das províncias, em prédios de utilidade pública e instituições de caridade; o dinheiro servia até mesmo para subsídios de projetos locais, auxílio-desastre, compensação para cidadãos capturados pelos bárbaros etc. Isso representa uma das características da noção de “[...] *koinon*, o ‘compartilhamento’ da *politeia* [...]” (KALDELLIS, 2007, p. 50, tradução nossa), o que alimentava a ideia de uma mesma comunidade global, uma unidade fraternal de pessoas, somada a um estado cuja ideologia estava enraizada na ideia de servir a um interesse comum de todos os cidadãos. O próprio imperador é entendido como subordinado à política que ele governa.²⁸

²⁷ Para alguns paralelos com o pensamento moderno, cf. KALDELLIS, 2015b, p. 96-117.

²⁸ Segundo o autor, o imperador realizava um juramento de ofício como todos os outros. Para os romanos, um rei deveria ser rei de algo, de um “[...] corpo corporativo que habilitava magistrados para agir com autoridade, nesse caso a *res publica*. Em teoria, um imperador poderia ser e às vezes era deposto por falhar com seus deveres em relação aos seus

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

Essa noção de *politeía* é trabalhada melhor por Kaldellis em *The Byzantine Republic: People and Power in New Rome*, publicada em 2015. Essa é uma obra tão ou mais provocante quanto a anterior, retomando algumas propostas de Hans Georg Beck.²⁹ Segundo Kaldellis, a partir do século IV, o termo grego *politeía* foi usado para traduzir o latino *res publica*. O termo perde completamente o sentido que possuía na antiguidade grega, sendo totalmente colonizado por Roma (KALDELLIS, 2015b, p. 20). Para os romanos e os bizantinos, essa “república” não era entendida como uma fase da história romana como a periodização moderna induz, mas como um tipo de sociedade que ao longo do tempo foi governada por diferentes regimes. As fontes bizantinas evidenciam que os escritores do período intermediário viram a *politeía* dos romanos se alongando do tempo da monarquia até os imperadores bizantinos. A “República” é referida como o governo dos cônsules (KALDELLIS, 2015b, p. 29).

Esse trabalho é sem dúvidas importante por buscar entender as dinâmicas internas daquela identidade, tendo como objetivo “[...] reabilitar a dimensão romana de Bizâncio e a identidade romana dos próprios bizantinos” por meio da apresentação de “[...] um argumento original em relação à natureza do que chamamos de ‘Império Bizantino’ como uma sociedade política” (KALDELLIS, 2015b, p. ix, tradução nossa). Os capítulos III e IV tentam demonstrar como a “soberania popular” funcionava em teoria e na prática na *politeía*, e Kaldellis oferece um grande leque de exemplos realmente impressionantes, valendo a pena ressaltar aqui um deles:

Em 532, o povo da Cidade tentou derrubar o regime do imperador Justiniano em uma das revoltas mais violentas da história romana, a revolta de Nica. Ela foi, sem dúvidas, provocada por um confronto entre as facções e as autoridades urbanas, mas logo adquiriu um caráter geral à medida que a população tomou parte com suas queixas contra o regime, incendiando o *praetorium* (o que se espalhou rapidamente). Deve-se notar que, eventualmente, a maioria ou todo o senado se juntou ao levante, mas não o orquestrara, e os imperadores rivais proclamados pela multidão,

súditos” (KALDELLIS, 2007, p. 49, tradução nossa).

²⁹ Cf. BECK, 1970, 1978.

primeiramente Probo, que fugiu (a multidão havia cantado Πρόβον βασιλέα τῆ Ῥωμανίᾳ), e depois Hipátio (também um sobrinho de Anastásio), estavam indispostos, embora Hipátio houvesse começado a se animar. Foram as pessoas, por iniciativa própria, que o proclamaram imperador no hipódromo, o que indica que elas acreditavam que tinham o direito de fazer isso. Nenhuma fonte contesta essa crença. Justiniano fez concessões para pacificar a multidão, destituindo oficiais impopulares cuja deposição fora exigida e aparecendo no hipódromo para negociar com a população. Quando tudo parecia perdido, ele considerou escapar, até que, de acordo com Procópio, foi encorajado por sua esposa Teodora, a quem o historiador geralmente apresenta como uma inimiga dos modos e ordens da *politeia* romana livre. De qualquer forma, essa foi a única insurreição popular na história bizantina que falhou (KALDELLIS, 2015b, p. 121, tradução nossa).

Kaldellis acredita que é a crença na legitimação popular do imperador (o que incluía igualmente certa forma de legitimação pelo Senado, Exército e mesmo a Igreja) que sustenta o mecanismo do poder imperial. Em sua aclamação, os imperadores eram geralmente recebidos com gritos de *Áxios!* ("Digno!") pela multidão, mas caso esta gritasse *Anáxios* ("Indigno!") era um sinal de futuras dores de cabeça, pois "[...] dava legitimação à revolução e apontava a suspensão da ordem legal" (KALDELLIS, 2015b, p. 164, tradução nossa). Assim, o jogo político envolvia a noção de popularidade dos imperadores e de "opinião pública" (KALDELLIS, 2015b, p. 125).³⁰ O autor compreende que as recorrentes guerras civis bizantinas são como uma forma de "eleição" onde potenciais líderes competiam pelo favor da população. "Esta interpretação da guerra civil bizantina explica o seguinte fato notável: nenhum estado na história jamais teve mais guerras civis que não mudaram em nada a estrutura ou a ideologia da política" (KALDELLIS, 2015b, p. 138, tradução nossa).

³⁰ Para esse tipo de manifestação além da capital, cf. KALDELLIS, 2015b, p. 150-159.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

Kaldellis também busca por meio desse enfoque na *politeía* destronar o velho modelo que interpreta Bizâncio pelo viés puramente “teocrático”.³¹ Aqui sua motivação é a mesma: restaurar o lugar da romanidade na análise da sociedade bizantina. Segundo o autor,

A palavra “teocracia” é muito lançada para lá e para cá no campo, assim como “absolutismo” e similares (o debate agora é entre usar “teocrático” ou “teocêntrico”). Quando o imperador bizantino é introduzido e definido na maioria dos livros e artigos, é, em primeiro lugar e muitas vezes exclusivamente, em relação a Deus, não a *politeia* que ele governava. Em muitos estudos, a *politeia* está completamente ausente, não apenas como um conceito, mas como um elemento crucial da ontologia política bizantina. Então, quando estabelecemos a “ideia”, cujos elementos são extraídos de um conjunto particular de textos (sobretudo panegíricos e algumas fantasias apocalípticas), ao lado do modelo de política bizantina que eu apresentei nos capítulos anteriores, encontramos uma lacuna quase intransponível. A república monárquica romana não pode ter sido a mesma teocracia imperial ortodoxa. As duas não podem se referir à mesma sociedade – e ainda assim se referem (KALDELLIS, 2015b, p. 166, tradução nossa).

Para Kaldellis, a chamada “ideia imperial” (a visão teocrática de Bizâncio) é uma interpretação teológica *ex post facto*. Ela surge depois da *res publica* e assim estava em constante contradição com a mesma. Ela “[...] foi uma tentativa da corte de melhorar retoricamente a posição vulnerável na qual ela se encontrava ao gerir uma república turbulenta” (KALDELLIS, 2015b, p. xiii, tradução nossa). Há, assim, uma profunda contradição entre a visão sacra e intocável do imperador e os constantes motins para derrubar imperadores impopulares.³² “Precisamos da república para explicar o que o povo estava fazendo, porque a ‘ideia imperial’ não explica” (KALDELLIS, 2015b, p. 171, tradução nossa).

³¹ Cf., por exemplo, RUNCIMAN, 1978.

³² Além disso, Kaldellis aponta que os imperadores que levaram a ideia imperial ao limite foram alvo de chacota por historiadores. Miguel Pselo, por exemplo, “[...] zombou de Romano III por acreditar que, como Deus lhe dera o trono, ele o apoiaria em seus diversos esforços, militares e dinásticos. Pselo também tentou recobrar a razão de Constantino IX, que concluiu que como ele era protegido por Deus, não precisava de guardas (isso levou a atentados contra sua vida). Esses

Kaldellis tenta fechar essa lacuna da seguinte forma: a maioria dos bizantinos acreditavam, embora em contextos diferentes, em ambos os conjuntos de crença, mesmo que não pareçam estar em comunicação um com o outro. Desse modo, o imperador era apontado por Deus, mas se ele fosse um "tirano" indigno do seu cargo na *politeía*, os cidadãos acreditavam ter todo o direito de depô-lo. A crença em coisas contraditórias como essas se dá quando cada uma delas é vantajosa em determinado contexto. Isso não é exclusivo dos bizantinos, nem sequer é um caso isolado. Uma lógica situacional parecida é utilizada pelo patriarca Fócio (séc. IX): dependendo do contexto, os bárbaros poderiam ser descritos como pagãos selvagens ou nobres figuras dignas de imitação. Como mostra Kaldellis, o mesmo Fócio, aliás, apresenta num tratado em forma de carta uma visão radicalmente secular quanto a origem dos estados (KALDELLIS, 2015b, p. 182-184).

As teses de Bizâncio como um estado-nação medieval e o lugar do povo na *politeía* bizantina foram relativamente bem recebidas, influenciando outros pesquisadores,³³ mas não foram isentas de críticas. Até o momento, as críticas mais substanciais foram tecidas por Yannis Stouraitis e John Haldon, que trataram, respectivamente, das duas obras trabalhadas acima, *Hellenism in Byzantium* e *The Byzantine Republic*.

Publicado em 2014, *Roman identity in Byzantium: a critical approach* é um longo artigo em resposta à tese de Kaldellis. Yannis Stouraitis considera que as fontes utilizadas foram essencialmente escritas pela elite letrada e possuem um discurso homogeneizante, não sendo possível concluir que as massas analfabetas e provinciais possuíam a mesma visão quanto a elas mesmas. Essa crítica é, na verdade, muito similar a outras sobre a potencial existência de nações pré-modernas: enquanto talvez seja possível identificar ideias nacionais em alguns textos, não é possível, por falta mesmo de evidências, descobrir como as massas populares se identificavam.³⁴ O autor também apresenta uma

imperadores são apresentados como delirantes, mas também é possível dizer que eles estavam apenas levando a ideia imperial a sua conclusão lógica, isto é, ao ponto de 'crença' real" (KALDELLIS, 2015b, p. 171, tradução nossa).

³³ Cf., por exemplo, BERKERS, 2017; FERNANDES, 2016; OLSON, 2011; ST-PIERRE, 2017.

³⁴ Cf., por exemplo, BREULLY, 2005, p. 84.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

tese alternativa, rejeitando tanto o modelo multiétnico quanto o de estado-nação. Para Stouraitis, é importante considerar que ser romano pode ter tido pesos diferentes entre os diversos grupos e nas diversas regiões do Império. Embora a elite letrada compartilhasse de uma noção de identidade romana, esta se dava em termos de aliança com a hierarquia constantinopolitana e sua cultura política:

Dentro desse quadro, a integração das elites étnicas à classe dominante romana representa o fator crucial que os impediu de instrumentalizar ideologias étnicas e lealdades regionais para promover políticas de separatismo político. No entanto, isso dificilmente impediu a diversidade etnocultural de permanecer um discurso social saliente dentro do império, como demonstra o uso sistemático de etnônimos nas fontes. A categorização etnocultural das populações provinciais mediante etnônimos certamente não representa a evidência de autoidentificação étnica em massa das pessoas comuns de forma subjetiva. No que diz respeito às massas analfabetas ou semianalfabetas, a autoidentificação deve ter se referido primariamente às microculturas regionais, enquanto que as noções de pertencimento a uma coletividade mais ampla de marcadores culturais compartilhados podem ter definido, apenas secundariamente, a identidade de segmentos das populações provinciais (STOURAITIS, 2014, p. 182, tradução nossa).

John Haldon elogiou as intervenções feitas por Kaldellis, mas ofereceu críticas pontuais ao modelo "republicano" proposto. No artigo "*Res publica Byzantina? State formation and issues of identity in medieval east Rome*" de 2016, o autor coloca em questão se o "povo" intervindo autonomamente na política refletia uma plena consciência das ideias republicanas em todos os envolvidos ou somente numa fina camada letrada da elite; além disso, o autor aponta que os interesses de um emaranhado de grupos são submersos numa consciência republicana, perdendo-se assim as motivações por trás de cada exemplo específico de oposição (HALDON, 2016, p. 8). Haldon também discute a problemática em torno dos conceitos de "ideologia" e "estado" (HALDON, 2016, p. 9-15) e critica a marginalização da análise socioeconômica na obra de Anthony Kaldellis (HALDON, p. 15-16). Sua conclusão é que

Como uma demonstração de como conjuntos de ideias e conceitos continuaram a desempenhar um papel fundamental na autoidentidade da elite; de como as práticas e pressupostos político-culturais preexistentes (romanos, “republicanos”) criaram o espaço metafórico dentro do qual as ideias sobre rebeliões legitimadas poderiam ser mantidas e colocadas em prática; como uma demonstração de como tais ideias poderiam impactar as atividades políticas da elite e, por vezes, outros grupos que poderiam pertencer ao “povo”; e como uma demonstração da inadequação das noções até então dominantes de uma “ideologia imperial” difusa, o argumento da república bizantina é persuasivo. Mas conflitos ou tensões socioeconômicos, competição por controle e acesso a recursos (seja em relação a dinheiro, mão-de-obra, terra ou influência política ou ideológica – incluindo religiosa) são deixados de lado. No final, a ideia de que “o povo romano” era o árbitro definitivo de quem governava e de como se governava não é, para mim, convincente (HALDON, 2016, p. 15-16, tradução nossa).

Até o momento, Anthony Kaldellis fez duas principais apologias e atualizações da sua tese. Publicado em 2012 numa obra colaborativa, *From Rome to New Rome, from Empire to Nation-State: Reopening the Question of Byzantium's Roman Identity* retoma a discussão sobre Bizâncio como um estado-nação medieval e oferece alguns esclarecimentos conceituais. O artigo *The Social Scope of Roman Identity in Byzantium: An Evidence-Based Approach*, de 2017, é uma resposta direta à crítica de Stouraitis. Kaldellis buscou examinar uma gama maior de fontes de diferentes naturezas para reforçar sua tese. Além disso, o autor preferiu falar agora de uma “[...] ampla comunidade romana definida por critérios étnicos [...]” (KALDELLIS, 2017, p. 174, tradução nossa). Assim, ele realiza uma redefinição ou atualização teórica e conceitual de sua tese, embora não ataque sua antiga definição:

Para argumentar que a identidade romana em Bizâncio era nacional e não étnica, eu, em publicações anteriores, dependi de um modelo específico de etnia que está lentamente perdendo terreno entre os estudiosos. [...] Mas, embora muitos estudiosos ainda tenham essa definição de etnia, a maioria parece ter se deslocado para uma mais flexível, segundo o qual um grupo étnico pode ser identificado também com base em seu nome comum (ou etnônimo), cultura compartilhada,

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

língua comum e religião, pátria, consciência de sua diferença em relação aos grupos vizinhos (por exemplos, romanos vs. búlgaros ou bárbaros em geral), instituições políticas comuns, sensação de ter uma história comum, parentesco percebido além da família ou qualquer combinação parcial, mas significativa desses fatores. Nenhuma definição rígida cobrirá todos os grupos étnicos na história: alguns fatores serão inevitavelmente mais importantes para um grupo do que para outros. Em muitos contextos históricos, essa definição torna a etnicidade e a identidade nacional quase equivalentes e, de fato, alguns teóricos não acreditam que haja sempre muita diferença entre as duas (KALDELLIS, 2017, p. 175, tradução nossa).

Além da análise de outras fontes, Kaldellis afirma que a definição de elites empregada por Stouraitis é imprecisa e que é impossível tratar grupos tão díspares de modo homogêneo. Como exemplo, o autor questiona: “Os generais analfabetos tinham a mesma visão da identidade romana que os historiadores classicistas com muito menos poder social? De onde conseguiram essa visão?” (KALDELLIS, 2017, p. 177, tradução nossa). Kaldellis também afirma que muitos membros da elite da capital vieram das províncias e que a maioria da população provincial é descrita como romana em suas fontes. A única explicação viável para o autor é que eles cresceram expostos a essa noção; ou seja, eles não “aprenderam” a ser romanos em Constantinopla (KALDELLIS, 2017, p. 186). O autor também considera que afirmar que “[...] o exército, recrutado e acampado nas províncias, tinha uma identidade romana, mas que as comunidades das quais eles são oriundos e as quais prometeu defender não tinham [...]” seria uma acrobacia conceitual problemática (KALDELLIS, 2017, p. 189, tradução nossa). A conclusão do autor é que “A elite em Constantinopla se identificava como romana porque isso era extraído dessa comunidade horizontal estendida” (KALDELLIS, 2017, p. 207, tradução nossa).

Conclusão

Como demonstrado neste artigo, é preciso que os historiadores reflitam constantemente sobre a forma como se posicionam em relação ao seu objeto de estudo, pois isso afeta diretamente os resultados obtidos. Longe de se pregar um “objetivismo”, o que se aponta é que a imposição de convenções, periodizações, essências ou mesmo critérios pessoais têm influenciado há muito tempo

a forma como o “Império Bizantino”, como convencionamos a chamar o Império Romano Medieval, é visto. O contexto intelectual ocidental também contribuiu para isso, tornando Bizâncio um caso paradigmático do que poderíamos chamar de dissimulação cultural.³⁵ Como lembra Anthony Kaldellis, “Esses chamados bizantinos sabiam exatamente quem eram (romanos) e do que queriam ser chamados, mas são o povo medieval cujo nome os historiadores modernos se recusam a usar” (KALDELLIS, 2014, p. 107, tradução nossa). Algumas questões devem ser assim levantadas para reflexão. Ainda é possível dizer que Bizâncio é algo “totalmente distinto” de Roma? Deve-se ignorar o que os bizantinos diziam de si próprios? Caso a resposta seja positiva, é preciso refletir em que exatamente se vale tais posições e o papel do historiador frente ao seu objeto. O historiador deve tomar para si a função de impor um termo ou uma identidade a uma civilização do passado?

Infelizmente, somente uma muito breve discussão sobre esses temas pode ser aqui trabalhada, sendo deixados de lado muitos outros elementos devido ao espaço e a delimitação temática deste artigo. Espera-se, no entanto, que por meio desta muito breve revisão bibliográfica seja chamada a atenção para uma discussão importante que acontece atualmente sobre esses temas que recebe muito pouca atenção no Brasil. A ideia é que ele possa incentivar outras pessoas a se interessarem por essa única, curiosa e complexa sociedade medieval, da qual ainda há muito para ser explorado em nosso meio acadêmico.

Internacionalmente, nota-se que embora todos esses e outros estudos sobre diversas áreas dos Estudos Bizantinos estejam sendo produzidos, muito pouco parece alcançar trabalhos não especializados ou mesmo outros historiadores. Dimitris Krallis chamou recentemente a atenção a esse problema e urgiu por um corretivo “[...] se Bizâncio e os Estudos Bizantinos manterão uma

³⁵ É possível fazer um paralelo com o conceito como formulado por Christopher J. Frey (2007). O autor propõe o termo dissimulação cultural como oposto a assimilação cultural para explicar como o clã Matsumae inventou e fortaleceu diferenças linguísticas e culturais entre japoneses e ainus para manter seu monopólio comercial. Apesar do contexto distinto, é possível propor a seguinte leitura quanto ao caso aqui estudado: que a intelectualidade ocidental fortaleceu diferenças em determinados momentos a partir do século IX com o objetivo de se afirmar como a única verdadeira herdeira intelectual, cultural e política de Roma.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

presença coerente nas imaginações dos jovens estudantes, futuros estudiosos e o público em geral” (KRALLIS, 2013, p. 197, tradução nossa).

Referências bibliográficas

ANGELOV, D. G. Byzantinism: The Imaginary and Real Heritage of Byzantium in Southeastern Europe. In: KERIDIS, D.; ELIAS-BURSAĆ, E.; YATROMANOLAKIS, N. (Ed.). *New approaches to Balkan studies*. Dulles: Brassey's, 2003. p. 3-23.

BALARD, M. Bizâncio visto do Ocidente. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006. v. 1, p. 129-138.

BARBERO, A. *Charlemagne: The Father of a Continent*. Berkeley: University of California Press, 2014.

BECK, H.-G. *Das Byzantinische Jahrtausend*. München: C. H. Beck, 1978.

_____. *Res Public Romana: Vom Saatsdenken der Byzantiner*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, 1970.

BERKERS., T. L. W. *Spectacle, Power & Romanness in Byzantium: The Use of Roman Heritage in the Ceremonial Practices in the Hippodrome (10th-century)*. 2017. 60 f. Thesis (Master Geschiedenis) - Faculteit Der Letteren, Radboud University Nijmegen, Nijmegen. Disponível em: <<https://theses.uibn.ru.nl/handle/123456789/4548>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BESSERMAN, L. (Ed.). The Challenge of Periodization: Old Paradigms and New Perspectives. In: _____. *The Challenge of Periodization: Old Paradigms and New Perspectives*. New York: Garland Publishing, 1996.

BIZANTINO. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/bizantino>>. Acesso em: 18 out. 2018.

BODIN, H. Whose Byzantinism - Ours or Theirs? On the Issue of Byzantinism from a Cultural Semiotic Perspective. In: MARCINIAK, P.; SMYTHE, D. C. (Ed.). *The Reception of Byzantium in European Culture since 1500*. Abingdon: Routledge, 2016. p. 11-42.

BREUILLY, J. Changes in the political uses of the nation: continuity or discontinuity? In: SCALES, L.; ZIMMER, O. (Ed.) *Power and the Nation in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 67-101.

BROWN, P. *The World of Late Antiquity: AD 150-750*. New York: W. W. Norton, 1989.

CAMERON, A. *Byzantine Matters*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

_____. *Procopius and the Sixth Century*. London: Duckworth, 1985.

_____. *The Byzantines*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

_____. *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 395-700*. 2ª ed. Abingdon: Routledge, 2012.

CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARANIS, P. How Greek was the Byzantine Empire? In: _____. (Ed.). *Studies on the Demography of the Byzantine Empire*. London: Variorum Reprints, 1972.

CREMONA, L. of. *The Complete Works of Liudprand of Cremona*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2007. Tradução de: Paolo Squatriti.

DELANTY, G.; KUMAR, K. (Ed.). *The SAGE Handbook of Nations and Nationalism*. London: Sage Publications Ltd, 2006.

FERNANDES, C. C. *A Crise Iconoclasta no Império Bizantino e a Defesa das Imagens em São João Damasceno: Um Debate sobre Autoridade Política*. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6580>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FÖGEN, M. T. Reanimation of the Roman Law in the Ninth Century: Remarks on Reasons and Results. In: SPRING SYMPOSIUM OF BYZANTINE STUDIES, 30., 1996, Birmingham. *Papers...* Abingdon: Routledge, 2016. p. 11-22.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade

FREY, C. J. *Ainu schools and education policy in nineteenth-century Hokkaido, Japan*. Ann Arbor: ProQuest Dissertations Publishing, 2007.

GAT, A. *Nations: The Long History and Deep Roots of Political Ethnicity and Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

GRIG, L.; KELLY, G. Introduction: From Rome to Constantinople. In: _____.; _____. (Ed.). *Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity*. New York: Oxford University Press, 2012. p. 3-30.

GROSBY, S. *Nationalism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HAARER, F. K. Writing Histories of Byzantium: The Historiography of Byzantine History. In: JAMES, L. (Ed.) *A Companion to Byzantium*. Malden, MA: Blackwell, 2010.

HALDON, J. *Byzantium in the Seventh Century: The Transformation of a Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Res publica Byzantina? State formation and issues of identity in medieval east Rome. *Byzantine and Modern Greek Studies*, [s.l.], v. 40, n. 01, p. 4-16, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/byzantine-and-modern-greek-studies/article/res-publica-byzantina-state-formation-and-issues-of-identity-in-medieval-east-rome/6D2221DA98DF30DD99C5F51E814C4777>>. Acesso em: 20 set. 2018.

HOLANDA, A. B. de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

ICHIJO, A.; UZELAC, G. (Ed.). *When is the Nation?: Towards an Understanding of Theories of Nationalism*. Abindgon: Routledge, 2005.

KALDELLIS, A. 09.04.10, Page, Being Byzantine. *The Medieval Review*, [Bloomington, IN], 2009. Publicação online sem paginação. Disponível em: <<https://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/tmr/article/view/16788>>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. *Ethnography after Antiquity: Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013.

_____. From Rome to New Rome, from Empire to Nation-State: Reopening the Question of Byzantium's Roman Identity. In: GRIG, L.; KELLY, G. (Ed.). *Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity*. New York: Oxford University Press, 2012. p. 387-404.

_____. *Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. *OSU professor: The Byzantines were Romans*. 2015a. Entrevista concedida a Tom Jackson. Disponível em: <<http://www.sanduskyregister.com/story/201502180047>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. *The Byzantine Republic: People and Power in New Rome*. Boston: Harvard University Press, 2015b.

_____. The Social Scope of Roman Identity in Byzantium: An Evidence-Based Approach. *Byzantina Symmeikta*, Athens, v. 27, p. 173-210, 2017. Disponível em: <<https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/bz/article/view/10476>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

KRALLIS, D. The Outsider's Gaze: Reflections on Recent Non-byzantinist Readings of Byzantine History and on their Implications for our Field. *Byzantina Symmeikta*, Athens, vol. 23, p. 183-199, 2013. Disponível em: <<https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/bz/article/view/3812>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

LAFFERTY, S. D. W. *Law and Society in the Age of Theoderic the Great: A Study of the Edictum Theoderici*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LAMERS, H. *Greece Reinvented: Transformations of Byzantine Hellenism in Renaissance Italy*. Leiden: BRILL, 2015.

LE GOFF, J. *A História deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LEE, A. D. *From Rome to Byzantium AD 363 to 565: The Transformation of Ancient Rome*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de
alteridade

LOUTH, A. The eastern empire in the sixth century. In: FOURACRE, P. (Ed.). *The New Cambridge Medieval History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1, p. 93-117.

MANGO, C. *Bizâncio: O Império da Nova Roma*. Lisboa: Edições 70, 2008.

MISHKOVA, D. The Afterlife of a Commonwealth: Narratives of Byzantium in the National Historiographies of Greece, Bulgaria, Serbia and Romania. In: DASKALOV, R.; VEZENKOV, A. (Ed.). *Entangled Histories of the Balkans*. Leiden: BRILL, 2015. v. 3, p. 118-270.

MOMIGLIANO, A. La caduta senza rumore di un impero nel 476 d.C. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 397-418, 1973. Serie III. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24300634>>. Acesso em: 25 set. 2017.

MOORHEAD, J. The Byzantines in the West in the sixth century. In: FOURACRE, P. (Ed.). *The New Cambridge Medieval History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1, p. 118-139.

_____. *The Roman Empire divided, 400-700*. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2013.

NICOL, D. M. *Byzantium and Venice: A Study in Diplomatic and Cultural Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. The Byzantine View of Western Europe. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Durham, NC, v. 8, n. 4, p. 315-339, 1967. Disponível em: <<http://grbs.library.duke.edu/article/view/11101>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

OBOLENSKY, D. *The Byzantine Commonwealth: Eastern Europe, 500–1453*. London: Weidenfeld & Nicholson Ltd, 1971.

OLSON, A. K. *"Part of our commonwealth": A study of the Normans in eleventh-century Byzantine historiography*. 2011. 108 f. Thesis (Master of Arts) - Faculty of Arts and Social Sciences, Simon Fraser University, Vancouver. Disponível em: <<http://summit.sfu.ca/item/11610>>. Acesso em: 15 out. 2018.

PAGE, G. *Being Byzantine: Greek Identity Before the Ottomans*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

REINSCH, D. R. Hieronymus Wolf as Editor and Translator of Byzantine Texts. In: MARCINIAK, P.; SMYTHE, D. C. (Ed.). *The Reception of Byzantium in European Culture since 1500*. Abingdon: Routledge, 2016. p. 43-53.

RICHÉ, P. *The Carolingians: A Family Who Forged Europe*. Philadelphia, TN: University of Pennsylvania Press, 1993.

RUNCIMAN, S. *A Teocracia Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Gibbon and Byzantium. *Daedalus*, [S. l.], v. 105, n. 3, p. 103-110, summer 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20024419>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

SANDBERG, K. The so-called division of the Roman Empire in AD 395: Notes on a persistent theme in Modern historiography. *Arctos*, [S. l.], v. 42, p. 199-213, 2008.

SCALES, L.; ZIMMER, O. (Ed.) *Power and the Nation in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SIECIENSKI, A. E. *The Papacy and the Orthodox: Sources and History of a Debate*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SMITH, A. D. *National Identity*. Reno, NV: University of Nevada Press, 1991.

_____. Were there nations in Antiquity? In: SCALES, L.; ZIMMER, O. (Ed.) *Power and the Nation in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 33-53.

SPIESER, J.-M. Du Cange and Byzantium. In: SPRING SYMPOSIUM OF BYZANTINE STUDIES, 29., 1995, London. *Papers...* Aldershot: Ashgate, 2000, p. 199-210.

STATHAKOPOULOS, D. *A Short History of the Byzantine Empire*. London: I.B.Tauris, 2014.

STEPHENSON, P. Byzantium's European Future. In: _____. *The Byzantine World*. Abingdon: Routledge, 2010a. p. 505-509.

_____. *The Byzantine World*. Abingdon: Routledge, 2010b.

Identidade romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de
alteridade

STOURAITIS, Y. Reinventing Roman Ethnicity in High and Late Medieval Byzantium. *Medieval Worlds*, Vienna, v. 5, p. 70-94, 2017. Disponível em: <<http://www.medievalworlds.net/?arp=0x00369e4b>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Roman identity in Byzantium: a critical approach. *Byzantinische Zeitschrift*, [S.l.], v. 107, n. 1, p. 175-220, 1 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/view/j/byzs.2014.107.issue-1/bz-2014-0009/bz-2014-0009.xml>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ST-PIERRE, L.-P. *L'identité romaine dans le discours impérial byzantin selon les œuvres et compilations de Constantin VII Porphyrogénète (913-959)*. 2017. 141 f. Mémoire (Maîtrise ès arts Histoire) - Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Québec. Disponível em: <<https://savoirs.usherbrooke.ca/handle/11143/11178>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SULEIMAN, Y. *The Arabic Language and National Identity: A Study in Ideology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

TØNNESSON, S.; ANTLÖV, H. (Ed.) *Asian Forms of the Nation*. London: Curzon Press, 1996.

TOUGHER, S. Periodization. In: LOUGHRAN, T. *A practical guide to studying history: skills and approaches*. London: Bloomsbury Academic, 2017. p. 31-45.

VAKALOPOULOS, A. Byzantium and Hellenism: Remarks on the Racial Origin and the Intellectual Continuity of the Greek Nation. *Balkan Studies*, Thessaloniki, v. 9, n. 1, p. 101-126, 1968. Disponível em: <<https://ojs.lib.uom.gr/index.php/BalkanStudies/article/view/781/789>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VASILIEV, A. A. *History of the Byzantine Empire: 324-1453*. 2. ed. Madison: The University of Wisconsin Press, 1964. v. 1.

VEN, P. V. D. When Did the Byzantine Empire and Civilization Come into Being? In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION, 32., 1916, Cincinnati. *Proceedings...* Washington: American Historical Association, 1919. v. 1, p. 229-309.

WIJNENDAELE, J. W. P. Apocalypse, Transformation or Much ado about nothing? Western scholarship and the Fall of Rome (1776-2008). *Iris, Victoria*, v. 24, p. 42-52, 2011. Disponível em: <<https://classicsvic.wordpress.com/iris/volume24/>> Acesso em: 25 nov. 2017.

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

Ana Carolina Sodré Ferreira*

Resumo: O presente artigo buscou analisar as formas de escravização existentes no século V a.C. na sociedade romana a partir da análise da Lei das Doze Tábuas e do contexto social do início da república, objetivando identificar finalidades não-econômicas no processo de escravização durante este século. Para atingir este objetivo, o artigo baseou-se na teoria de Keith R. Bradley de que, em um primeiro momento, a escravidão na sociedade romana não era majoritária nem possuía fins exclusivamente econômicos. Na primeira parte do artigo, foi levantado um debate historiográfico sobre a visão geral da escravidão romana; na segunda parte, discorreu-se sobre os conflitos entre plebeus e patrícios no período arcaico, destacando suas motivações, reivindicações e características gerais; em um terceiro momento, foi realizada a análise de três passagens da Lei das Doze Tábuas, sendo identificadas três formas de escravização provenientes dos direitos paterno, jurídico e financeiro. Por fim, nas considerações finais, foi argumentado que a Lei das Doze Tábuas apesar de ter sido uma conquista da plebe, não favoreceu esta, pois continuou a beneficiar os patrícios e a manter a escravidão por dívidas; no que se refere a escravidão, o contexto da época e a ausência de uma regulamentação da escravidão na Lei das Doze Tábuas, sugerem que a escravização no século V a.C. não possuía finalidades exclusivamente econômicas, perpassando, também, por interesses políticos e sociais.

Palavras-chave: escravidão romana; formas de escravização; República romana.

1. Introdução

A escravidão romana caracterizou-se por manifestar diversas formas de organizações e finalidades. A escravidão durante o período republicano (509-31 a.C.), por exemplo, adquiriu

* Possui graduação em andamento no curso de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Email para contato: ana.sodre.ferreira@usp.br.

diferentes facetas em seus diferentes momentos ao longo do tempo, tendo sido moldada a partir de elementos internos e externos. Não obstante, Joly (2006) acredita que a escravidão durante o Império Romano não tenha sido predominante e, sim, mais uma das formas de trabalho compulsório existentes naquela época:

Têm-se questionado a predominância da escravidão no Império Romano como um todo, apontando para a sua restrição a determinadas áreas geográficas, em coexistência com outras modalidades de trabalho compulsório. (JOLY, 2006, p. 68).

No que tange aos fatores externos, a conquista de novos territórios significou a aquisição de riquezas e prisioneiros de guerra, além da expansão territorial requisitar o aumento de indivíduos que pudessem trabalhar nas terras, seja nos campos e cidades, seja no interior das grandes propriedades. Com a intensificação do desenvolvimento das atividades comerciais, a economia adquiriu uma nova complexidade, favorecendo, inclusive, o desenvolvimento urbano.

Com a expansão romana na e além da Península Itálica, o número de territórios conquistados elevou-se significativamente, bem como o número de escravos e de recursos naturais, principalmente minérios. De fato, as guerras travadas e o aumento de escravos sempre foram elementos proporcionais (GARRAFFONI, 2008). De acordo com Garraffoni (2008), o aumento de escravos implicou na utilização da mão de obra escrava em diferentes funções, *“seja no campo, nas oficinas ou nas casas dos membros das elites”* (GARRAFFONI, 2008, p. 57).

Até o século III a.C., a maioria dos escravos se encontravam concentrados no âmbito doméstico (escravos domésticos) (FUNARI, 2003); após, observa-se uma constante presença de escravos em diferentes setores da economia romana. Joly (2005) elenca alguns desses diversificados trabalhos, a saber: trabalhos com função de gestão, como o de tesoureiro e de comando de lojas ou oficinas pertencentes ao senhor; administração das finanças do senhor; trabalhos relacionados ao comércio, podendo o escravo atuar, inclusive, como intermediário ou procurador de seu senhor em transações comerciais e financeiras.

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

Conseqüentemente, essa diversificação de funções destinadas aos escravos estabeleceu uma hierarquia e rivalidade entre estes na quais poderiam ocorrer a disputa pelas melhores funções a serem exercidas e pela maior aproximação junto ao senhor, que implicava na conquista de confiança e "afeto" deste. Para Finley (1991), em razão desta hierarquização de funções entre os escravos, e as conseqüentes inimizades originadas desta situação, estes não teriam formado uma classe – como determina a interpretação marxista –, sendo, portanto, a condição de escravizado definida jurídica e politicamente, à exemplo de leis que garantiam a escravização em situações de dívidas, delitos e direitos. Ainda neste raciocínio, o autor questiona, também, a abordagem marxista em relação à escravidão romana, que enfatiza uma abordagem econômica e inclui equivocadamente outras formas de trabalhos compulsórios na categoria de escravidão.

Mas o crescimento da demanda e quantidade de escravos no período da república romana não foi somente fruto das conseqüências da guerra e do desenvolvimento econômico romano: com os conflitos internos entre plebeus e patrícios e a reivindicação de direitos pelos primeiros desde o século V a.C., gradativamente a escravização legal do plebeu foi limitada e alguns direitos políticos e civis foram conquistados.

Diante uma classe plebeia que lutava para manter e assegurar sua liberdade frente à escravidão, e a expansão de Roma que implicava na incorporação de novos cidadãos, a demanda por escravos também se caracterizou por ser uma demanda política: necessitava-se de novos escravos para suprir uma "perda interna" ocasionada pelos movimentos plebeus de reivindicação de direitos e a gradativa desescravização destes.

Nos primórdios de Roma, apesar da presença de escravos ter sido uma realidade concreta, a mão de obra escrava ainda não era a base fundamental da economia romana. Há de se supor ainda que, como neste período a expansão romana era limitada, uma parcela significativa dos escravos provavelmente era proveniente da própria sociedade romana e de regiões vizinhas.

De acordo com Bradley (1985), após o fim da monarquia (753-509 a.C.) e a instauração da república, esta se encontrava fraca e inserida em um cenário onde Roma promovia mais guerras

defensivas do que agressivas. Esse tipo de guerra também implicava na aquisição de prisioneiros de guerra na condição de escravizados, mas a obtenção destes e seus usos não objetivava, à princípio, a satisfação exclusiva de necessidades econômicas (BRADLEY, 1985). Esta situação poderia explicar, por sua vez, a ausência de uma regulamentação específica sobre a escravidão no primeiro conjunto romano de leis escrito, redigido em meados do século V a.C.: a sociedade romana, naquele momento, não era escravista.

Diante o panorama geral exposto, o presente artigo procurou identificar as formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas a partir da análise das leis pertinente ao tema, e do contexto da sociedade romana no século V a.C., com ênfase nos conflitos entre plebeus e patrícios. A análise se focou na escravização por dívidas, por delitos e pelo poder do patriarca sobre seus dependentes, procurando averiguar o alcance da teoria de Bradley (1985) de que, em um primeiro momento, a escravidão na sociedade romana não era majoritária nem possuía fins exclusivamente econômicos.

No final do trabalho, foi proposta uma reflexão sobre o papel e o lugar do escravo na sociedade romana no início da república, e uma reflexão sobre o surgimento da Lei das Doze Tábuas a partir do contexto de sua época. A análise do conjunto de leis foi feita com base na consulta à tradução presente no livro *“A Lei das XII Tábuas: Fonte do Direito Público e Privado”*, de Sílvio Augusto de Bastos Meira.

2. Visão geral sobre a escravidão romana

De acordo com Bradley (1985), somente com a expansão romana a partir do século V a.C., a necessidade por escravos para o emprego em diferentes funções – principalmente nos campos – se tornou uma necessidade econômica e a sociedade romana iniciou sua passagem de sociedade servil¹

¹ A utilização de termos como “servo”, “servidão” e “sociedade servil”, aplicados ao contexto romano, principalmente nos séculos iniciais de Roma, são problemáticos. Como destacou Finley (1986), “*não existia nada, que saibamos, que se aproximasse dum sistema senhorial, com a sua divisão em parcelas camponesas e domínio senhorial, servos (ou <<camponeses dependentes>>) e senhor; não havia feudos, nem um sistema de <<compensações>>, nem justiça privada*” (FINLEY, 1986, p. 256). Estes termos talvez sejam mais adequados se empregados no contexto da Antiguidade Tardia ou da transição desta para a Alta Idade Média se se levar em consideração o fato de que, no contexto romano, o camponês

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

para uma sociedade escravista. Para Joly (2005), o início da expansão neste século teria sido fruto da situação de Roma naquele momento, caracterizada pela hostilidade de populações vizinhas, apresentando, ainda, uma baixa produção agrícola; com o objetivo de conquistar terras, Roma teria dado início a sua expansão pelas regiões do e além Lácio.

A partir desta expansão militar, Roma conquistou diversos territórios e povos, sendo que uma parcela destes últimos foram escravizados, o que levou ao aumento da oferta de escravos que passaram, por sua vez, a serem vistos como mercadorias, sendo empregados em propriedades rurais e empreendimentos manufatureiros (FUNARI, 2003).

Segundo Guarinello (2006), a condição de mercadoria atribuída ao escravo na Antiguidade teria se difundido a partir do desenvolvimento comercial de algumas cidades-Estados mediterrânicas que, em decorrência do crescimento, expansão e complexificação de suas economias, bem como da obtenção, concentração e acúmulo de riquezas no interior dessas cidades-Estados, teria aumentado a demanda por escravos-mercadoria para a continuação do sistema de alta produção e venda de excedentes. Como afirma o autor: *"Foi essa nova capacidade e possibilidade de produzir mais e de vender o excedente da produção que esteve na origem do crescimento da escravidão mercadoria em cidades como Atenas ou Roma"* (GUARINELLO, 2006, p. 231).

Bradley (1985) defende que nos momentos iniciais da expansão romana, especificamente no início da república, a aquisição de escravizados não objetivava exclusivamente a satisfação de necessidades econômicas nem as conquistas eram motivadas exclusivamente pela aquisição de mão de obra escrava. Guerras eram travadas, por exemplo, para defender o território romano de ataques e invasões externas; a aquisição de prisioneiros de guerra, e a posterior escravização destes, era uma consequência secundária. Por outro lado, Bradley (1985) traz uma reflexão importante ao vincular a expansão de Roma com o aumento da demanda por escravos.

poderia servir um proprietário de terras sem perder sua liberdade.

Alguns anos antes da publicação do artigo de Bradley – *“The Early Development of Slavery at Rome”*, em 1985 –, Moses Finley (1991) já havia questionado – em sua obra *“Escravidão Antiga e Ideologia Moderna”*, de 1980) – a tese de que a conquista romana havia sido o único fator que havia aumentado o número de mão de obra escrava e, conseqüentemente, aberto espaço para o desenvolvimento de uma sociedade escravista. Para o autor, outros fatores deveriam ser levados em consideração para a explicação desta teoria.

Finley (1991) reconhecia a importância da conquista para a obtenção de escravizados, no entanto, o historiador chama a atenção para o fato das campanhas militares de conquista requisitarem um contingente humano, ou seja, soldados. Para o autor, estes soldados seriam representados por agricultores, comerciantes e trabalhadores urbanos, por exemplo; com o deslocamento da mão de obra produtiva para as linhas do exército, os trabalhos nos campos e nas cidades teriam que ser ocupados por outras pessoas: escravos. Desta forma, Finley (1991) afirma que para mobilizar e deslocar um grande contingente populacional para fins militares sem desestruturar a sociedade – em termos econômicos, principalmente –, era necessário que houvesse um outro contingente de indivíduos: neste caso, um contingente de escravos. O autor, porém, enfatiza somente o aspecto econômico da demanda por escravos, desconsiderando fatores internos e de outras esferas estruturais que influenciaram o surgimento e aumento desta demanda.

A detenção de um elevado contingente de escravos interferia nas relações de poder entre os cidadãos livres na medida em que se aprofundava a distância social, econômica e política entre cidadãos ricos e pobres com a afirmação de posições sociais e aumento de riquezas através do uso da mão de obra escrava na produção econômica, na proteção do senhor e nas práticas coercivas (GUARINELLO, 2006). Deter um escravo significava a possibilidade de enriquecimento pessoal, mas, também, de ter em seu controle uma “ferramenta” que poderia ser utilizada para a conquista de direitos e privilégios políticos e sociais: *“A própria presença dos escravos tornou os ricos mais ricos e, portanto, aumentou suas forças nos embates com os cidadãos mais pobres”* (GUARINELLO, 2006, p. 234).

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

O enriquecimento do cidadão rico aumentava sua influência e poder político em detrimento dos direitos e participação política dos cidadãos pobres, desprovidos dos meios de conquista e garantia de direitos e de aumento de participação e influência política. Se a elite econômica se vinculava à elite política, então os cidadãos pobres estariam excluídos de ambas e marginalizados na fruição de benefícios, privilégios e direitos provenientes das esferas econômica e política.

Desta forma, observa-se novamente o caráter político da demanda por escravos: se por um lado a escravidão era necessária para o funcionamento da economia e multiplicação de riquezas internas e individuais, por outro, ela era de vital importância para a manutenção de poder das classes dominantes em termos de detenção e monopolização de poder político e repressão a conflitos e movimentos de reivindicação provenientes das camadas pobres. Ademais, como enfatiza Guarinello (2006), os escravizados exerceram fortes influências nas estruturas social e cultural da sociedade romana uma vez que compartilhavam a mesma esfera de vida dos indivíduos livres: escravizados e cidadãos livres trabalhavam lado-a-lado compartilhando os mesmos espaços de trabalho, de vivência e de ócio.

E, por último, a afirmativa de Brandley de que haveria uma predominância de escravos no campo, também é questionável. Para Joly (2006), teria existido uma predominância de escravos no meio urbano, sendo o meio rural predominado por trabalhadores livres:

Se houve um espaço em que a escravidão efetivamente predominou, foi o urbano e não o rural [...] Do ponto de vista da agricultura, pesquisas recentes parecem confirmar a hipótese de que a exploração de terras cultiváveis em províncias do Império [...] não foi realizada por meio de latifúndios escravistas, mas sim com o recurso de trabalho camponês dependente local [...] Como o exemplo da Ásia Menor sugere, o que ocorreu sob domínio romano foi muito mais a difusão de um sistema fundiário gerido por capatazes. (JOLY, 2006, p. 68).

Joly (2006) defende a coexistência de diferentes modalidades de trabalho compulsório e a predominância de escravos no meio urbano, sendo que neste último teria existido um alto grau de hierarquização e especialização de funções, enquanto que no meio rural teria se caracterizado pela

presença de pequenos proprietários e pelas relações de cliente. Finley (1991) acrescenta ainda a presença de “trabalhadores assalariados” em fazendas.

Diante estes diversos e intensos debates históricos e historiográficos, pode-se dizer que no contexto do século V a.C., havia presença de escravos na sociedade romana sem, no entanto, a escravidão se constituir na única modalidade de trabalho compulsório ou ser a modalidade predominante. Para os romanos, a escravidão era uma instituição social e a posse de escravizados, uma realidade presente na vida de diversos romanos. O uso da mão de obra escrava, no entanto, não obedecia a uma lógica política ou econômica sistematizada, pois naquela época a sociedade escravista romana ainda não havia se consolidado nem se encontrava em uma fase avançada de desenvolvimento uma vez que no século V a.C., o império romano ainda estava em fase de construção, e, portanto, os mecanismos e estruturas necessários à implementação, manutenção e reprodução de um sistema escravista ainda eram embrionários e incertos. Além do mais, a sociedade romana do período republicano ainda ganhava seus contornos, principalmente a partir do início dos conflitos entre plebeus e patrícios.

3. Conflitos entre plebeus e patrícios: contexto social e político do período arcaico² (V-IV a.C.)

Após o fim da monarquia, os patrícios estabeleceram monopólio exclusivo sobre os direitos políticos, civis e religiosos ao negá-los à plebe; como consequência, desde o século V a.C., observa-se conflitos entre estas duas camadas, com a reivindicação de direitos políticos e civis por parte da plebe (GUARINELLO, 2013). Diante este cenário, entre os séculos V e IV a.C., ocorreram conflitos decisivos entre o patriciado e a plebe que modificaram significativamente as estruturas social, econômica, cultural e política da sociedade romana, sendo a principal conquista, fruto desses conflitos, a extensão dos direitos políticos e civis à plebe, ainda que gradativamente.

² Tradicionalmente, a historiografia divide a república romana em três períodos, à saber: arcaica (V-IV a.C.; conflitos entre plebeus e patrícios), média (III a.C.; época das Guerras Púnicas); e tardia (133 à 31 ou 27 a.C.).

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

Nos primórdios da república romana, o poder político encontrava-se concentrado nas mãos dos patrícios³, sendo expresso, por exemplo, na monopolização de cargos públicos e na participação exclusiva no Senado (FUNARI, 2001). Segundo Funari (2001), somente este grupo detinha o exercício pleno dos direitos políticos e civis na sociedade romana; aqueles que não pertenciam ao patriciado, ou seja, aqueles que não faziam parte de uma aristocracia de sangue, não usufruíam plenamente os direitos políticos e civis.

A reivindicação da plebe por direitos políticos intensificou-se na medida em que uma parcela dessa camada prosperava financeiramente através das atividades comerciais (FUNARI, 2001): a riqueza gerada por esses plebeus equiparou-se à riqueza dos patrícios; em contrapartida, a igualdade em termos políticos entre estas duas camadas não se concretizou.

De um lado, havia a plebe urbana na qual uma parcela de homens havia enriquecido via produção artesanal e comércio; o enriquecimento instigará a reivindicação por direitos políticos e sociais, como o direito de voto no Senado e o casamento com patrícios (FUNARI, 2003). Do outro lado, havia a plebe rural que sofria com o endividamento que impunha a confiscação de terras e a escravidão por dívidas; em decorrência desta situação, a plebe rural reivindicava o fim da escravidão por dívidas e o direito de manter as terras conquistadas em guerras (FUNARI, 2003).

Apesar dessas diferenças, as plebes urbana e rural se uniram a partir de uma causa em comum: combate ao privilégio exclusivo de direitos políticos e civis pelos patrícios e a extensão desses direitos para toda a plebe, mas principalmente para a plebe enriquecida; a quebra do monopólio de terras pelos grandes proprietários; e luta pela liberdade⁴, com recusa à escravidão por dívidas⁵. A questão da terra foi uma das principais causas dos conflitos entre plebeus e patrícios: ao longo do

³ Com o fim da monarquia, observa-se o fechamento da aristocracia, expressa na proibição do casamento entre patrícios e plebeus. O fechamento significou, também, o monopólio de poder e direitos políticos pelos patrícios.

⁴ Neste caso, liberdade significava não ser escravo, não estando, portanto, submetido a outro.

⁵ A escravidão por dívidas impunha, também, a perda temporária de liberdade do indivíduo escravizado bem como a perda total de seus direitos civis e políticos (FUNARI, 2003).

século IV a.C., por exemplo, a distribuição das terras conquistadas não era igualitária, havendo favorecimento em prol dos grandes proprietários (FUNARI, 2003).

Para Finley (1986), com as conquistas da plebe, a ordem patrícia teria perdido o prestígio como a classe mais prestigiosa da sociedade romana, tendo a ordem senatorial ocupado esta posição. Essa afirmação, no entanto, é questionável uma vez que a maioria dos senadores ainda continuou a ser de origem patrícia e os cargos públicos e políticos de maior relevância ainda continuaram a ser de monopólio dos patrícios.

É neste contexto de conflitos entre plebeus e patrícios que foi promulgada, em c. 450 a.C., a Lei das Doze Tábuas, que representou, pela primeira vez, a substituição do direito consuetudinário pelo direito escrito (MENDES, 2009).

4. A Lei das Doze Tábuas: as formas de escravização existentes no início da República romana

4.1. Lei das Doze Tábuas: Características Gerais

[...] gravadas em tábuas de bronze, em 450 a.C. e fixadas na plataforma (*rostra*) em que os oradores falavam para o povo romano, diante do Senado. O fato de ser pública foi muito importante, pois, assim, todos eram capazes de saber exatamente o que se podia ou não fazer e quais as punições previstas para os desobedientes. Por muitos séculos, as crianças deviam copiar e decorar a Lei das Doze Tábuas, tarefa difícil, mas que demonstra o valor atribuído pelos romanos ao conhecimento da lei. (FUNARI, 2001, p. 119).

Não se tem conhecimento de todo o conteúdo da Lei das Doze Tábuas em vista desta ter sobrevivido ao tempo e ao homem na forma de fragmentos. Felizmente, sabe-se os conteúdos tratados nas doze tábuas, tais como: direitos de propriedade, de posse e do patriarca; e leis que versam sobre o regulamento de casamentos, heranças, do sepultamento, dos litígios, dos julgamentos e das punições aos delitos.

Para Mendes (2009), as tábuas refletem uma sociedade agrária por possuírem artigos que versam sobre o "*Direito de Propriedade; a consolidação da autoridade do chefe da família e dívidas*"

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

(MENDES, 2009, p. 92), além de ter sido um *“conjunto de respostas a problemas jurídicos cotidianos”* (MENDES, 2009, p. 92), redigidas por um *“um colégio de dez magistrados (decênviros)”*, possivelmente em 450 a.C. (MENDES, 2009).

Seu registro por escrito garantia o amplo acesso e consulta aos direitos dos cidadãos romanos:

Ao menos em termos legais, os cidadãos comuns podiam, portanto, recorrer dos abusos de autoridades cometidos pelos poderosos. A fixação pública de inscrições que garantissem esse direito demonstra a preocupação fundamental de dar a todos o acesso à informação de suas prerrogativas jurídicas. Esses são dois princípios basilares da cidadania: a possibilidade de recorrer do abuso e o amplo acesso à informação dos direitos. (FUNARI, 2003, p. 60).

Para Thébert (1992) e Funari (2001), a Lei das Doze Tábuas é um texto fundamental do direito romano. Mendes (2009), por sua vez, destaca os pontos negativos da lei: *“A existência deste código não foi muito significativa para os plebeus, pois sua aplicação continuou vinculada e dependente da interpretação dos magistrados e tribunais”* (MENDES, 2009, p. 92). Porém, a historiadora reconhece que a *“codificação, a secularização e a publicação do Direito foram decisivas para a unificação da comunidade”* (MENDES, 2009, p. 92). Funari (2003) também analisa a redação das tábuas de forma negativa e positiva, destacando a reafirmação dos poderes dos patrícios e os benefícios adquiridos pela plebe enriquecida:

Embora fosse a codificação da legislação tradicional, que previa grande poder aos patriarcas, estabeleceu-se ali o importante princípio da lei escrita. De fato, o chamado direito consuetudinário, baseado na tradição, gerava grande insegurança – já que, em caso de divergência, a palavra final era sempre dos patrícios. Com a publicação da lei, todos podiam recorrer a um texto conhecido para reclamar direitos sem depender da boa vontade dos poderosos. Instituiu-se também a classificação das pessoas pelas posses. Isso beneficiou os plebeus ricos, cuja importância social começou a ser reconhecida. (FUNARI, 2003, p. 53).

4.2. A Lei das Doze Tábuas: Formas de Escravização

A primeira menção ao escravo e à sua forma de escravização ocorre na segunda tábua, que trata das questões referentes aos delitos e seus respectivos julgamentos e punições: *"4. Se o furto ocorre durante o dia e o ladrão é flagrado, que seja fustigado e entregue como escravo à vítima. Se é escravo, que seja fustigado e precipitado do alto da rocha Tarpéia"* (MEIRA, p. 168). De forma geral, as punições para os delitos de furto previstas na tábua, em suas diferentes situações, são rigorosas e violentas; de fato, a violência é uma constante no conteúdo das doze tábuas, não sendo rara a presença de punições físicas e de sentenças de morte.

Na citação transcrita acima, a escravização daquele que furta ocorre somente se este for pego em flagrante e durante o dia; e, certamente, o infrator somente será escravizado se estiver em condição contrária a esta, ou seja, se for livre. O artigo não determina se há um período mínimo ou máximo para a condição de escravizado do infrator, sugerindo, assim, que a vítima do furto possuía direito de posse sobre o infrator por tempo indeterminado, podendo dispor de seu escravizado da forma que lhe aprouvesse. O artigo também não especifica se a escravização se referia a cidadãos e/ou não cidadãos. Por fim, se o infrator já fosse um escravo, então sua sentença seria o açoite seguido de morte.

Neste caso, observa-se que a escravização se dá em um contexto interno e refere-se a um indivíduo livre, podendo este ser ou não um cidadão; em outras palavras, a escravização de um indivíduo e sua consequente aquisição por outro, não se deu em um contexto de guerra a partir da escravização dos vencidos (estrangeiros). Logo, a escravização presente neste artigo não foi proveniente de uma necessidade econômica, e, sim, de uma necessidade de punição a um delito cometido e de reparação à vítima, que poderia usar ou não o infrator escravizado para fins econômicos. Soma-se a esta realidade o fato de sentenciar-se à morte o escravo que cometia furtos e pode-se questionar o lugar e a importância do escravo na economia romana daquela época.

Porém, podemos, também, questionar as motivações por detrás da punição. Se o contexto da época era de conflitos e monopolização de terras pelos patrícios – ou seja, monopolização dos meios de subsistência e geração de excedentes –, pode-se supor a existência de um quadro de violência e pobreza entre as camadas pobres que teria levado a ações como as de roubo e furto. A punição de

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

escravização aplicada nesses casos seria uma forma de beneficiar as classes dominantes? Se assim o tenha sido, ainda não há como afirmar que essa punição tenha sido fruto de uma necessidade estritamente econômica, mas ela fornece indícios de possíveis interesses em se adquirir indivíduos escravizados por tempo indeterminado.

Se naquele momento o escravo fosse elemento fundamental na estrutura econômica como o fora alguns séculos mais tarde no período imperial, a imposição de sentenças de mortes ao escravizado não seria mais prejudicial do que benéfico à estrutura econômica da sociedade romana? No trecho a seguir, podemos vislumbrar novamente o questionamento levantado:

TÁBUA TERCEIRA

Dos direitos de crédito

[...] 4. Aquêlê que confessa dívida perante o magistrado ou é condenado, terá 30 dias para pagar.

5. Esgotados os 30 dias e não tendo pago, que seja agarrado e levado à presença do magistrado.

6. Se não paga e ninguém se apresenta como fiador, que o devedor seja levado pelo seu credor e amarrado pelo pescoço e pés com cadeias com pêso até o máximo de 15 libras; ou menos, se assim o quiser o credor.

7. O devedor prêso viverá à sua custa, se quiser; se não quiser, o credor que o mantém prêso dar-lhe-á por dia uma libra de pão ou mais, a seu critério.

9. Se não há conciliação, que o devedor fique prêso por 60 dias, durante os quais será conduzido em 3 dias de feira ao *comitium*, onde se proclamará, em altas vozes, o valor da dívida.

9. Se são muitos os credores, é permitido, depois do terceiro dia de feira, dividir o corpo do devedor em tantos pedaços quantos sejam os credores, não importando

cortar mais ou menos; se os credores preferirem, poderão vender o devedor a um estrangeiro, além do Tibre. (MEIRA, p. 169).

Na terceira tábua, as leis versam sobre os casos de inadimplência, havendo uma série de artigos que tratam do procedimento da escravidão por dívidas, como evidenciado na transcrição acima. Desta vez, a escravização é fruto de um contexto de transações financeiras.

Em um primeiro momento, o devedor é intimado perante um magistrado, recebendo um período de 30 dias para quitar sua dívida; caso não cumpra esta determinação, o credor poderá levá-lo consigo ("prisão"). Apesar de os artigos não especificarem, neste segundo momento, o devedor aparenta se encontrar no meio do processo de conversão à escravidão: ele perde sua liberdade, porém, não pertence definitivamente ao seu credor, pois ainda dispõe de um período de 60 dias para quitar sua dívida ou entrar em um outro tipo de acordo com seu credor. Por fim, passados os 60 dias, o credor adquirirá a posse definitiva de seu devedor, podendo vendê-lo como escravo a um estrangeiro além do Tibre ou esquartejá-lo e dividir seus pedaços entre outros credores, se for o caso.

Esta segunda forma de escravização, aparentemente não parece ser motivada por necessidades e interesses econômicos uma vez que, novamente, a lei prevê a sentença de morte em relação ao escravo e visa a reparação de dano ao lesado (neste caso, o credor). Diferentemente da segunda tábua, nesta terceira, fica explícita a condição de mercadoria agregada ao escravo, pois este poderia ser vendido.

Entretanto, nos conflitos entre plebeus e patrícios, havia uma forte reivindicação pelo fim da escravidão por dívidas, o que sugere, portanto, que o credor optava por manter o devedor na condição de escravizado ao invés de matá-lo, indicando, assim, a importância que a escravização por dívidas havia adquirido na sociedade romana em épocas anteriores à promulgação das tábuas.

Se a Lei das Doze Tábuas carece de uma legislação específica para a escravidão e as formas de escravização, a terceira tábua dedica uma especial atenção e detalhamento à escravização por dívidas. Esse enfoque pode indicar a importância que essa modalidade de escravização havia

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

adquirido até então, principalmente em um momento no qual os plebeus perdiam suas terras aos grandes proprietários e, assim, se viam desprovidos de meios para se sustentarem e gerarem renda para pagarem suas dívidas e adquirirem bens.

Desta forma, a tábua sugere a existência de uma prática de escravização que ganhava contornos de uma espécie de sistema escravista centrado na escravidão por dívidas. Ao mesmo tempo, se a terceira tábua aponta para uma crescente escravização presente no interior da sociedade romana, ela também aponta para uma significativa existência de indivíduos desprovidos de direitos políticos e civis que os protegessem de serem escravizados. Ou seja, se naquele momento havia interesses ou demandas por escravos, elas eram facilitadas e até mesmo motivadas pela realidade política da época, de monopolização de poderes e direitos políticos e civis pelos patrícios em detrimento dos plebeus.

Por fim, a terceira forma de escravização presente na Lei das Doze Tábuas se dá em âmbito doméstico sob o poder do patriarca da família:

TÁBUA QUARTA

Do pátrio poder e do casamento

[...] 2. O pai terá sôbre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los.

3. Se o pai vendeu o filho 3 vêzes, que êsse filho não recaia mais sob o poder paterno [...] (MEIRA, p. 169).

Em função do fato da sociedade romana ter sido uma sociedade patriarcal, um grande poder se concentrava nas mãos do pai (homem): no âmbito público, o homem detinha o poder político (à princípio, homens patrícios e, posteriormente, homens plebeus também); no âmbito doméstico, tinha em sua dependência e poder os escravos, os agregados, a esposa e os filhos, possuindo o direito de vida e morte sobre estes últimos, o que incluía o direito de vendê-los.

Nesta quarta tábua, a forma de escravização emana de um direito paterno-patriarcal, onde o pai poderia dispor dos filhos em condição de mercadoria a ser vendida e revendida, ainda que de forma limitada: o fato de haver um limite de venda de três vezes sugere que os filhos não eram vendidos definitivamente e, sim, “alugados” por tempo determinado. Pode-se supor, desta forma, que os filhos poderiam ser alugados ou penhorados para saldar uma dívida ou para se obter uma renda financeira. Diferentemente das outras duas formas de escravização, esta se apresenta mais próxima dos interesses econômicos por deixar explícito a condição de mercadoria do filho-escravo.

Ao contrário das tábuas analisadas anteriormente, a forma de escravização presente nesta beneficia, também, as camadas pobres: sem terras e sem bens, os indivíduos pobres poderiam se livrar de dívidas e obter rendas financeiras a partir do uso monetizado da mão de obra de seus filhos. Podemos supor que o pai, por exemplo, poderia “emprestar” seu filho a um credor até quitar a dívida aberta para ele próprio não ser escravizado – a segunda tábua permitia que o devedor e o credor chegassem a um acordo comum para saldar a dívida; além do mais, como sugere o contexto da época, a necessidade ou interesse de se obter escravizados, favorecia as relações comerciais de se alugar a mão de obra de um filho junto ao seu pai. Por essas características, não parece adequado caracterizar essa relação como uma forma de escravização, mas, sim, como um outro tipo de trabalho compulsório diferente da escravidão – ainda que o filho fosse tratado como um escravo –, principalmente pela tábua não classificar juridicamente essa relação como tal.

Não obstante, a igualação entre escravo e filho-escravo só deve ser feita em termos de mercadoria humana. Com a Lei das Doze Tábuas, as relações de subordinação entre patriarca-filho e patriarca-escravo adquiriram semelhanças do ponto de vista econômico: da mesma forma que o patriarca podia vender seus escravos, ele também podia vender – neste caso, alugar – seus filhos. Logo, escravos e filhos “livres” dos patriarcas constituíam-se em mercadorias. Todavia, a equidade dessas duas relações encontra-se somente na possibilidade de conversão à mercadoria tanto do escravo como do filho. Ademais, o filho estava destinado a se tornar um cidadão e o patriarca de uma família – o que pode explicar a limitação de “venda” do filho pelo pai, impedindo que este se desfizesse de seus herdeiros e futuros cidadãos romanos via escravização –, ao passo que o escravo

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

continuava a ser destinado à escravidão, podendo ocorrer a possibilidade ou não da conquista ou compra de sua própria liberdade (THÉBERT, 1992).

A análise da quarta tábua, no entanto, ainda é pertinente à análise das formas de escravização presente nas Leis das Doze Tábuas porque ilustra como a escravidão e os trabalhos compulsórios assemelhavam-se, chegando a confundir-se, mas eram diferenciados por definições jurídicas explícitas ou não. O próprio poder de “venda” que o pai possuía sobre filho é pertinente para questionar a concepção de escravidão, liberdade e cidadania dos romanos do início da república.

5. Considerações finais

A Lei das Doze Tábuas foi a primeira lei a ser registrada por escrito, tendo garantido o conhecimento e a consulta das leis por toda a população romana – plebeus e patrícios – de forma que, pelo menos em tese, não houvesse abuso de poder, exploração e arbitrariedade por parte do patriciado em relação à plebe. Esta conquista, no entanto, não garantiu a conquista de leis favoráveis à plebe: a escravidão por dívidas foi afirmada, a proibição de casamento entre patrícios e plebeus mantida, e o julgamento de casos e designações de arbitrários em litígios continuavam a ser de encargo de homens que ocupavam cargos destinados exclusivamente a patrícios.

Apesar das tábuas fazerem menção ao escravo – de forma dispersa –, não há nelas, porém, uma regulamentação específica sobre a escravidão. Para Bradley (1985), a inexistência de uma lei específica para a escravidão no conjunto da Lei das Doze Tábuas sugere uma suposta predominância da “servidão” – outras formas de trabalho compulsório – em detrimento da escravidão no contexto romano do século V a.C.

Além do mais, o conteúdo da Lei das Doze Tábuas não se mostra inovador uma vez que se baseou no direito consuetudinário, ou seja, em costumes que já eram praticados antes de seus registros por escrito (BRADLEY, 1985). Em vista deste fato, as leis não refletiam necessariamente e tão somente a realidade do século V a.C., podendo, ao invés disso, expressar uma realidade anterior a este século, onde a existência de escravos e a presença destes nas diferentes estruturas da sociedade era uma realidade, explicando, assim, a menção de escravos nas leis, mas não o

desenvolvimento de uma lei específica que regulamentasse uma escravidão que não era o motor de funcionamento de uma sociedade que ainda não era escravista (BRADLEY, 1985).

A presença escrava na sociedade romana remonta ao período monárquico. Considerando a Lei das Doze Tábuas como um reflexo dos costumes praticados desde antes do século V a.C., certamente a escravidão interna (de cidadãos e não-cidadãos, filhos e indivíduos livres) e a externa (prisioneiros de guerra) compunham a realidade romana desde o princípio. A contestação das leis presentes nas tábuas aponta para uma mudança que estava em curso na sociedade romana – contestação da forte exploração da plebe romana via escravização e negação de direitos políticos e civil por uma minoria patrícia –, tendo sido originada nos conflitos entre plebeus e patrícios, e acentuada, por sua vez, pela expansão romana que havia imposto uma reordenação das dinâmicas internas da sociedade romana em suas diferentes esferas: social, econômica, cultural e política.

A reivindicação de cidadania pelos plebeus na sociedade romana se opunha a escravização de seus membros internos, o que pode ter contribuído para a demanda por escravos provenientes de fora da sociedade romana como forma de compensar essa perda, que impunha uma outra forma de escravização que não a interna.

Ao mesmo tempo em que a Lei das Doze Tábuas nos revela a permanência de costumes passados, ela também revela – a partir da contestação a ela – o desejo de mudança desses costumes por uma plebe desejosa de direitos políticos e civis e proteção contra explorações que viessem a lhe excluir das riquezas provenientes de uma Roma que começava a se expandir e constituir-se em um Estado forte e próspero. Ora, o próprio conjunto de leis representa uma mudança ao marcar a transição do direito consuetudinário para o direito escrito. A contestação a esse conjunto não demorou a acontecer: em 445 a.C., fora aprovada a Lei Canuleia que permitia o casamento entre patrícios e plebeus, o que pôs à proibição desse tipo de casamento prevista, até então, pela Lei das Doze Tábuas.

No que concerne as formas de escravização presentes nas tábuas, podemos supor que até, pelo menos, o século V a.C., a escravização não era orientada primordialmente pelas necessidades e

As formas de escravização presentes na Lei das Doze Tábuas (Século V a.C.)

interesses econômicos – embora estes fatores já apareçam nas leis, se constituindo em um esboço de uma nova realidade que começava a se fundamentar no escravo-mercadoria –, podendo ser fruto, também, dos direitos paterno, jurídico e financeiro, sendo que a utilização da mão de obra escrava poderia assumir finalidades diversas, não limitando-se somente a finalidades econômicas. O contexto de conflitos entre plebeus e patrícios e suas consequências no pós-século IV a.C., servem para nos revelar as implicações políticas e sociais por detrás do crescimento e uso da mão de obra escrava na economia e sociedade romana, apontando, portanto, que a sociedade escravista estabelecida não foi fruto somente de interesses e necessidades econômicas, mas foi, também, uma reação e resposta a demandas políticas e sociais internas.

6. Referências Bibliográficas

BRADLEY, Keith R.. The Early Development of Slavery at Rome. **Historical Reflections / Réflexions Historiques**, New York, v. 12, n. 1, p.1-8, mar. 1985. Published by: Berghahn Books. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41298844>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

FINLEY, Moses I. Ordens e Status. In: FINLEY, Moses I. **A Economia Antiga**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1986. Cap. 2. p. 45-81.

_____. Reflexões Adicionais: Classe e status, trabalho livre e não livre. In: FINLEY, Moses I. **A Economia Antiga**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1986. Cap. 7. p. 243-289.

_____. O Surgimento de uma Sociedade Escravista. In: FINLEY, Moses I. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Cap. 2. p. 69-95. Tradução de: Norberto Luiz Guarinello.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 49-73.

_____. Roma. In: FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. p. 77-134.

GARRAFFONI, Renata Senna. Guerras Púnicas. In: MAGNOLI, Demétrio (org). **História das Guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 47-76.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Hegemonias. In: GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 97-126.

_____. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 227-246, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010>. Acesso em: 04 nov. 2017.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga**: Política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. Terra e Trabalho na Itália no Alto Império. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. **Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória-ES: EDUFES, 2006, p. 65-83.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. **A Lei das XII Tábuas**: Fonte do Direito Público e Privado. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense.

MENDES, Norma Musco. Política e Identidade em Roma Republicana. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org); SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 87-106. (Coleção: História e Arqueologia em Movimento).

THÉBERT, Yvon. O Escravo. In: GIARDINA, Andrea (dir). **O Homem Romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 117-145. Tradução de: Maria Jorge Vilar de Figueiredo.

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental (1975-1988)

Elisa Ferreira Teixeira *

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar e argumentar as narrativas sobre o colonialismo e racismo a partir de sujeitos que vivenciaram as experiências africanas e brasileiras e, conseqüentemente, discutiram as questões raciais de cada contexto. Sendo assim, serão abordadas as histórias de Paulo Freire e de Abdias do Nascimento, que foram intelectuais importantes por conta dos seus discursos e práticas revolucionárias nesses ambientes. Através do estudo e da comparação das obras escritas por esses estudiosos, cujos títulos são: *Cartas à Guiné-Bissau* (1975-1977) e *A África ensinando a gente* (1978-1988), de Paulo Freire, *O genocídio do negro brasileiro* (1978) e *Sitiado em Lagos* (1981), de Abdias do Nascimento, será possível desvendar e entender as ações e as relações de cada um para com os problemas da população negra e as suas respectivas lutas. Também será viável ter a percepção de ambos como agentes sociais importantes para a construção das representações históricas sobre a condição do negro na África e na diáspora.

Palavras-chave: Intelectuais antirracistas; Colonialismo; Racismo.

Introdução

Este artigo é direcionado a tratar sobre as narrativas do colonialismo e racismo contemporâneos de uma perspectiva comparatista, a partir disso será possível enxergar as experiências africanistas dos intelectuais antirracistas abordados, que trazem à tona discussões importantes sobre as temáticas raciais no decorrer do século XX. Como já mencionado, nesse estudo tem-se o foco em dois intelectuais: Paulo Freire e Abdias do Nascimento, que foram sujeitos históricos atuantes e participantes do contexto de descolonização africana e combate ao racismo.

* Graduada em História pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. Contato: elisaferreira95@gmail.com.

Antes de demonstrar a participação de ambos no contexto abordado por esse artigo, é importante trazer à tona a significância desses dois estudiosos tanto para o movimento negro como para a educação.

Abdias do Nascimento (1914-2011) tornou-se um dos mais reconhecidos ativistas das causas da população negra por conta dos seus inúmeros projetos e de sua participação em ações que possibilitavam novos olhares acerca da história e cultura afro-brasileira. Desde a sua infância no interior de São Paulo, em Franca, Abdias não se ajustava ao meio em que vivia, principalmente no que diz respeito ao preconceito racial, pois ele nunca ficava calado perante as discriminações e sempre almejava uma melhora de vida para a população negra. E, com o decorrer do tempo, principalmente com a sua mudança para a cidade de São Paulo, essa “revolta” fez com que ele se interessasse pela militância. Como exemplo, tem-se a participação dele na Frente Negra Brasileira, uma das maiores organizações negras de sua época. Por conta do seu ativismo e das suas lutas, ele virou “carta marcada” para polícia e, dessa maneira, acabou mudando-se para o Rio de Janeiro. Um ponto muito importante da estada de Abdias no Rio de Janeiro foi o encontro dele com as raízes negras, ou seja, a cultura negra. É também na capital carioca que ele desenvolveu e concretizou um dos seus mais importantes projetos: o Teatro Experimental do Negro (TEN), no ano de 1944. O TEN buscava resgatar os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, negados por uma sociedade dominante. Com o golpe militar de 1964, no entanto, a militância negra enfrentou forte repressão por parte dos governos. É por causa dessa conjuntura que Abdias se exilou nos Estados Unidos, e é nesse ambiente que ele conseguiu empreender a sua luta a favor dos afro-brasileiros e africanos a nível internacional. As experiências e as relações que foram empreendidas no cenário acadêmico, em palestras, seminários e na atividade política militante em diversos países, como a África, inspiraram os seus estudos e reflexões acerca das relações raciais. Os livros *O genocídio do negro brasileiro* (1978) e *Sitiado em Lagos* (1981) refletem muito bem esse momento da trajetória desse pensador.

Paulo Freire (1921-1997) é considerado um dos pensadores mais notáveis da pedagogia, por conta das suas formulações e projetos para fazer com que os inferiorizados pudessem ter acesso e

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

conscientização a partir da educação. O pensamento de Paulo Freire deve ser entendido como sendo criado em um contexto de vivência no Nordeste brasileiro (especificamente em Recife, PE), onde havia uma alta taxa de analfabetos, ou seja, a “cultura do silêncio” ainda era muito predominante e era preciso que alguém lhes desse a palavra para que pudessem se tornar sujeitos atuantes na construção do país e, a partir disso, superar a amargura do colonialismo. Em suas várias obras tem-se a visão da educação como sendo algo libertário e que acarretará mudanças, ou seja, mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais. Paulo Freire, extrapolando a área acadêmica e institucional, engajou-se também nos movimentos de educação popular do início dos anos 60. Foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (M.C.P.) do Recife, onde o objetivo era a valorização da cultura popular e com isto inserir as massas populares na sociedade brasileira. No seu processo de alfabetização havia a necessidade de formar cidadãos conscientes e críticos e, por isso, quando a ditadura foi implantada enxergaram um grande problema nesse estudioso. No ano de 1964, Freire partiu para o exílio na Bolívia e logo depois se mudou para o Chile, onde permaneceu até 1969. Na metade do ano de 1969 mudou-se para Cambridge, Massachusetts, dando aulas sobre suas próprias reflexões na Universidade de Harvard, como professor convidado e lá permaneceu até 1970. Em seguida, foi para Genebra para ser Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas e, por conta desse contexto, ele percorreu vários lugares, como a África, Ásia, Oceania e América. Ele ajudava os países que haviam acabado de conseguir sua independência política a sistematizarem o seu sistema educacional. Os livros *Cartas à Guiné-Bissau* (1975-1977) e *A África ensinando a gente* (1978-1988) demonstram de maneira efetiva e prática as experiências de Freire nesses cenários.

O contexto adotado por esse artigo diz respeito à descolonização do continente africano e consequente solidificação do protagonismo negro e pensamento antirracista. O colonialismo trouxe inúmeras consequências para a população negra e, como afirmado por Aimé Césaire, também possuiu o poder de desumanizar, pois o colonizador passa a se habituar a ver o outro como sendo um animal, a tratá-lo como tal, não enxergando que ele próprio também se transformou em um animal. Sendo assim, o colonialismo desciviliza e desumaniza tanto o colonizado quanto o colonizador. Essas atitudes representam os principais pilares da ideologia racista, que trouxe consigo

a necessidade de inferiorização e degradação da raça negra. E os resultados do “processo civilizatório” foram sociedades esvaziadas, culturas desprezadas, crenças e religiões acabadas e muitos outros desastres. Com a luta e a resistência negra, a emancipação foi se tornando realidade e importantes acontecimentos e mudanças vieram à tona. Paulo Freire e Abdias do Nascimento fizeram parte dessas transformações, pois foram sujeitos históricos atuantes e participantes do contexto de descolonização africana e combate ao racismo.

Na segunda metade da década de 1970, o pedagogo Paulo Freire construiu diálogos profundos com a experiência africana, especialmente a partir de Guiné-Bissau, e posteriormente as “missões pedagógicas” também chegaram a outras localidades: Angola, São Tomé e Príncipe. O engajamento político-educacional de Paulo Freire nos países africanos no período pós-colonial foi de grande importância, pois é apresentada uma visão dos desafios de reconstrução nacional, os quais se iniciam a partir de um processo de lutas pela independência do colonialismo e do aprendizado da autonomia pelos colonizados. Essa conjuntura passou a ser um ambiente favorável para que Freire colocasse à prova os pressupostos teóricos e práticos de sua pedagogia político-libertadora e, a partir disso, conseguir que os vários povos africanos pudessem finalmente escrever a sua própria história. Quase ao mesmo tempo, o ativista negro Abdias do Nascimento denunciou a ditadura no Brasil por atos racistas e discriminatórios contra os intelectuais negros e a população negra em geral. Entre os vários escritos de Abdias do Nascimento podemos encontrar a demonstração e a denúncia dos vários problemas e aparências que o nosso país quer esconder, um deles é o racismo. Esse pensador escreveu verdades amargas que até os dias atuais têm um peso relevante na nossa vivência, verdades estas que colocam à tona os reais problemas do negro neste espaço e buscam estabelecer novas formas de percepção e análise da realidade social em que estão inseridos. Abdias do Nascimento, através de seus escritos e experiências, nos mostrou a luta e a resistência negra contra a discriminação e exclusão racial. Havia também o objetivo de proporcionar maior visibilidade e oportunidade ao negro numa sociedade em que as marcas do racismo ainda estão muito latentes.

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental (1975-1988)

Portanto, o protagonismo negro de importantes sujeitos históricos, o pensamento antirracista e as ações revolucionárias foram fundamentais para a constituição de uma nova interpretação da África e também do Brasil. Esses dois intelectuais irão nos mostrar que entrar em contato com as questões africanas é entender as nossas origens, é nos reconhecer na cultura e nas histórias das nações africanas, mas também refletir sobre as marcas africanas no Brasil. Impõem-nos a necessidade de discutir o racismo e as muitas formas de opressão, violência e exclusão a que são submetidos os afrodescendentes no Brasil e fora dele. E com isso, temos um espaço para a resistência e para a reflexão, pois é a partir da conscientização que se constrói a esperança e se caminha para a autonomia e para a igualdade na diversidade.

Conexão África-Brasil: experiências de Abdias do Nascimento e Paulo Freire

O encontro de Paulo Freire com a África acontece simultaneamente ao contexto em que se dão vários movimentos de independência em países daquele continente. Freire se vê envolto em um ambiente recém-libertado tanto politicamente quanto economicamente, e percebe as várias necessidades daquele povo, que precisaria obter novamente a sua autonomia, a sua história.

No livro *Cartas à Guiné-Bissau*, Freire narra as suas experiências na alfabetização daquela sociedade, levando em consideração o contexto vivenciado pela África, que estava em um processo de reconstrução nacional. Diante dessa conjuntura, a educação era considerada:

(...) um ato político, em cujo processo os alfabetizandos se engajam com a ajuda dos animadores-alfabetizadores - enquanto militantes uns e outros, no aprendizado crítico da leitura e da escrita e não na memorização mecânica e alienante de sílabas, palavras e frases que lhes fossem doadas. (...) Numa perspectiva revolucionária, pelo contrário, impõe-se que os alfabetizandos percebam ou aprofundem a percepção de que o fundamental mesmo é fazer história e por ela serem feitos e refeitos e não ler estórias alienantes (FREIRE, 1978, p. 27).

Sabendo que a educação estava inserida em um contexto de reestruturação, é importante esclarecer que a alfabetização dessas populações tinha o objetivo de:

(...) integração do trabalho produtivo às atividades escolares normais, no intuito de combinar trabalho e estudo, de tal maneira que aquele que fosse, tanto quanto possível, constituindo-se como fonte do último, em unidade com ele. Na medida em que essas experiências se forem sistematizando e aprofundando é possível fazer derivar da atividade produtiva, cada vez mais, os conteúdos programáticos de "n" disciplinas que, no sistema tradicional, são "transferidos", quando são, verbalistamente. Em certo momento, já não se estuda para trabalhar nem se trabalha pra estudar; estuda-se ao trabalhar. Instala-se aí, verdadeiramente, a unidade entre a prática e a teoria (FREIRE, 1978, p. 25).

Então, a experiência de Paulo Freire na África foi de profunda importância para atrelar o processo educativo ao sistema de produção material e cultural. Além da vinculação entre produção e educação, tem-se também a luta pela descolonização através da união entre teoria e prática. Essa preocupação em unir o ensino ao trabalho é notada nos *Cadernos de Cultura Popular*, caderno este que foi redigido durante a experiência de alfabetização em São Tomé e Príncipe, e trouxe à tona importantes temas inerentes ao trabalho, à saúde e à higiene, obtendo através dessa junção um sistema integrado de educação. A diversificação e a expansão do trabalho coletivo no campo constituíram uma valorização das áreas do conhecimento e das habilidades práticas. A educação já não era mais considerada uma atividade singular, desligada da vida e da produção, mas se tornava função do ambiente social e ferramenta de transformação.

Os cadernos e materiais pedagógicos foram usados em várias áreas dos países africanos e conseguiram importantes transformações na maneira de alfabetizar a população, esses relatos foram narrados no livro *A África ensinando a gente* a partir de depoimentos de personagens envolvidos no processo de reconstrução nacional em Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Como exemplo, usarei uma parte do diálogo entre Sérgio Guimarães, organizador do livro, e Alda do Espírito Santo:

SÉRGIO: Acredita que o trabalho e o apoio que o Paulo Freire deu a São Tomé contribuíram para uma mudança significativa do ensino?

ALDA: Sim, da alfabetização. A alfabetização cresceu duma forma extraordinária! Começamos um processo de alfabetização muito interessante, em que uma grande

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

parte das pessoas que não sabiam ler tinham um grande interesse na escola, com uma movimentação e tudo mais. E então o sistema começou de fato a crescer.
(...)

SÉRGIO: Olhando hoje, tanto tempo depois: acha que esse processo teve bons resultados?

ALDA: O processo teve, foi interessante. Simplesmente, houve uma ruptura (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 80).

Nesse contexto, parece clara a tarefa da educação libertadora, tanto no processo revolucionário quanto após a derrubada do regime colonial. Freire soube, como poucos, ler o contexto africano e sistematizar uma concepção de educação que respondesse às necessidades sentidas por militantes e educadores revolucionários. Portanto, não há dúvida de que a contribuição de Paulo Freire representou uma alternativa interessante para reformar o sistema escolar pós-colonial africano, pois este não permitiu que a África avançasse em significativos aspectos.

Já a passagem de Abdias do Nascimento pela África teve outro viés. A viagem para o continente africano tinha o objetivo de participação no Festival de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos, Nigéria, no ano de 1977, para divulgação do seu ensaio sobre *O genocídio do negro brasileiro*. O primeiro festival havia acontecido em 1966, em Dakar, Senegal. Os dois projetos representavam a emergência e a afirmação dos países e da identidade africana perante o mundo. Nascimento narra em seu livro *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo* os acontecimentos ocorridos neste festival, e traz à tona uma vergonhosa veracidade sobre as ações da diplomacia brasileira naquele evento: tentativa de mascarar o racismo e a discriminação que faziam parte do dia-a-dia do negro nesse país. Sabendo da presença de Nascimento nesse encontro, as ações e posições dos participantes da diplomacia foram meticulosamente pensadas para que este intelectual não expusesse as suas opiniões sobre a realidade racial brasileira. A imagem externa do Brasil era muito importante para o governo militar, e por isso as denúncias sobre a questão racial eram altamente indesejadas.

É importante enfatizar que Nascimento já estava sendo vigiado antes do festival:

De fato, aquela minha situação de vigiado começara bem antes de Lagos. Já o consulado brasileiro em Nova York, dois anos antes, havia confiscado ilegalmente o meu passaporte. Minha palavra em diversos encontros internacionais africanos (Kingston, Jamaica; Dar-es-Salaam, Tanzânia; Dacar, Senegal, etc.), expondo o corpo inteiro o racismo, antigo e mascarado, imperante no Brasil há quase 500 anos, motivou aquela violência do nosso governo ditatorial (NASCIMENTO, 2002, p. 264).

Reproduzindo documentos oficiais, Nascimento tenta demonstrar a estratégia utilizada pela diplomacia brasileira para impedi-lo de divulgar suas ideias sobre a “democracia racial” do país. Este pensador constrói suas argumentações a partir das várias evidências coletadas, analisa telegramas trocados entre a embaixada em Lagos, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e os membros presentes na delegação oficial brasileira do evento, e uma nota oficial, escrita pelo embaixador brasileiro na Nigéria, Geraldo Hieráclito Lima. Entre os recados, há algumas passagens interessantes a serem destacadas: “caso houvesse intervenção direta de Nascimento, os delegados deveriam estar preparados para responder a altura”; “caso Nascimento distribuisse seu trabalho aos membros do Colóquio e à imprensa, a embaixada deverá publicar nos jornais uma nota oficial que já estava sendo preparada”; “era necessário pressão juntos aos organizadores para impedir que o trabalho de Nascimento fosse reconhecido em plenário, se baseando no regulamento do evento”. É também importante destacar alguns pontos da nota oficial que seria emitida pelo embaixador brasileiro: “os trabalhos de Nascimento são destituídos de valor acadêmico e reconhecidos como de uma natureza panfletária”; “as contradições de Nascimento são gritantes”; “Nascimento é uma contradição viva”; “Nascimento deixou o Brasil para propagar absurdas teorias”.

A partir do que foi demonstrado fica perceptível a necessidade da diplomacia brasileira de silenciar Abdias do Nascimento nesse evento. Foram usados todos os meios possíveis para calar a voz deste intelectual, porém, Nascimento conseguiu distribuir cópias do texto que fora rejeitado. Com a divulgação desse material, a delegação brasileira se viu em uma “saia justa”, pois se viu pressionada a responder as denúncias de Nascimento. Essa vitória foi de grande importância e relevância para a divulgação e conhecimento da realidade brasileira internacionalmente.

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

Diante disso, tem-se explícito mais um meio de silenciamento e inferiorização da raça negra:

O genocídio que se pratica contra os negros no Brasil segue vários caminhos: tem aquele da morte direta pela fome, pela doença, ou pela ação da polícia; tem o genocídio através da supressão das línguas africanas, da negação, da história, da cultura e das religiões trazidas pelos africanos escravizados; há o genocídio ideológico fundado na supressão das informações demográficas a serviço de elaborações falsificadas como testemunham o Brasil 66 e a nota oficial de Lagos. A simplificação escamoteadora do Itamarati é mais um serviço à política racial predominante – ou seja, o supremacismo branco (NASCIMENTO, 2002, p. 312).

Conforme exposto, é perceptível a força e a resistência nas ações e nos testemunhos de Nascimento, pois mesmo acuado ele conseguiu mostrar a verdadeira face da questão racial no país, e, além disso, também mostrou ao mundo através desse livro todos os meios e planos usados para calá-lo. Com isso, Nascimento nos deixa uma significativa mensagem:

A resistência e a autodefesa do povo afro-brasileiro contra as agressões à sua pessoa física e moral, antes de significar um direito inalienável a ser exercido em toda a sua plenitude, é uma responsabilidade que devemos assumir sob o risco de quaisquer sacrifícios. Mesmo o sacrifício que nos obriga a lidar com matéria destinada ao esgoto no qual se originou. Pois disto se trata neste depoimento: de vermes e dejetos fecais (e oficiais) em atuação transatlântica. De qualquer maneira, não passou de um ledor equívoco do Itamarati supor que o meu silenciamento equivaleria à solução da denúncia racista, tanto no interior do país quanto no exterior. A repressão individual a mim ou a qualquer outro negro ou mulher negra pode retardar, mas não deter, a marcha coletiva atual dos afro-brasileiros rumo à conquista dos seus direitos à liberdade, dignidade, identidade, honra e segurança e bem-estar (NASCIMENTO, 2002, p. 317).

Portanto, o argumento principal das várias obras e atuações de Nascimento ressalta a importância da resistência a qualquer forma de racismo, e de contribuição à história, à memória e visibilidade das tradições africanas e afro-brasileiras.

Ideais pró-africanos nos escritos e nas ações de Nascimento e Freire

Paulo Freire teve sua vida moldada pela busca de uma educação libertária e que provocasse mudanças, ou seja, mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais. Desde os seus primeiros passos, Freire pensava a educação como prática de emancipação e, em consequência, de descolonização. A valorização da cultura e o respeito à diversidade também são aspectos importantes em suas obras e em seus feitos. Freire propõe uma educação que valorize e respeite as diferenças culturais, os saberes e as experiências de vida dos sujeitos envolvidos nos processos históricos que fazem parte das diversas sociedades existentes. Esses sentimentos de valorização e igualdade foram carregados com ele ao pisar em solo africano:

Faço esta referência para sublinhar o quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava. (...) Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim, de mim. A cor do céu, o verde-azul do amor, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, “desenhando o mundo”, a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava (FREIRE, 1978, p. 13-14).

Freire sentia as semelhanças da cultura brasileira com a cultura africana, e enxergava as várias similaridades existentes, que iam desde a comida até o jeito de andar, conseguindo também perceber um traço bem característico e importante em ambas: a resistência. Determinação esta que foi usada contra os diversos propósitos do colonialismo, como exemplo tem-se a invasão cultural, a cultura do silêncio e a obstaculização da presença democrática da população.

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

Uma visível estratégia política utilizada pelo colonizador é a de impor a sua linguagem ao colonizado e este, contra a língua estrangeira invasora se defende, falando e mantendo a sua língua, existindo neste processo, uma luta cultural. Os colonizadores afirmavam que a língua dos nativos era usada por selvagens, e por esse motivo deveriam absorver a "língua dos civilizados". Por isso, Freire considera que a linguagem precisa ser considerada um fator importante no debate da identidade cultural. Sabendo disso, a escolha de uma língua que pudesse vir a representar a libertação dos povos africanos seria de grande relevância para a formulação de uma identidade nacional. Segundo Freire, um povo sela a sua libertação na medida em que ele reconquista a sua palavra (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 29).

Freire também expõe e discute um dos principais objetivos da educação moldada pelos colonizadores: a desfrancização dos povos nativos. Os meios usados para a internalização dessas visões na população africana é o discurso ideológico da superioridade branca e os assuntos abordados nos meios educacionais, que caracterizam a cultura dos colonizadores. Sabendo disso, Freire propõe a descolonização das mentes e, a partir disso, proporcionar a transformação do sistema educacional e a superação das estruturas de poder eurocêntricas e colonialistas. A reformulação educacional teria os seguintes objetivos:

Neste sentido, a reformulação dos programas de Geografia, de História e de língua portuguesa, ao lado da substituição dos textos de leitura, carregados de ideologia colonialista, era um imperativo. Fazia-se necessário que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, sua geografia e não a de Portugal, que estudassem seus braços de mar, seu clima e não o Rio Tejo. Era preciso que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, a sua história, a história da resistência de seu povo ao invasor, a da luta por sua libertação que lhe devolveu o direito de fazer sua história, e não a história dos reis de Portugal e das intrigas da Corte (FREIRE, 1978, p. 25).

A negação da história e cultura africanas foi desenvolvida pelos colonizadores com o objetivo de impor apenas a história dos brancos, consolidando a visão de que a África não possui história e cultura. Com isso, percebemos que o conhecimento primordial para a população africana é o que

traz à tona a história de sua terra, de sua gente. Conhecer a sua própria história e reconhecer a importância da mesma é um dos caminhos mais profícuos para a consolidação da refricanização da população.

Assim sendo, nota-se a preocupação que Paulo Freire possuía em relação à valorização da história e cultura africanas. Ele desenvolveu maneiras e métodos de fazer com que a população conseguisse se reaproximar e reaprender novamente a sua maneira de viver, a sua língua, a sua cultura e história, que foram tiradas bruscamente pelos colonizadores. Ao incorporar novamente as várias características que fazem parte da vivência de seu país, o homem africano reestabelecerá a ligação que possui com as suas raízes, e tem-se a volta de uma África livre dos estigmas da colonização.

Além disso, é necessário demonstrar a influência que Amílcar Cabral teve sobre o educador nessa conjuntura, pois sua experiência na África foi muito embasada nos pensamentos desse revolucionário, que lutou pela independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Como exemplo dessas referências, tem-se a formulação e adesão dos princípios da *práxis revolucionária* em seus projetos:

(...) a experiência de Paulo Freire na África foi de profunda importância porque, atrelando o processo educativo ao sistema de produção material e cultural, ele radicalizou alguns princípios da sua teoria da educação. Além da vinculação entre produção e educação, que, como veremos depois, emerge claramente nos *Cadernos de Cultura Popular*, radicalizou-se o princípio da educação como luta de descolonização através da união entre teoria e prática. Freire percebeu com clareza e precisão a presença da práxis revolucionária em Amílcar Cabral. É nessa práxis, ou seja, na relação dialética entre ação e reflexão para a transformação da sociedade, que o educador pernambucano ressalta um elemento fundamental da "pedagogia da revolução" de Amílcar Cabral. A práxis se estende na dimensão pedagógica quando abrange a capacidade de ensinar a aprender através da luta de libertação e da comunhão com o próprio povo. (...) A práxis revolucionária envolve a questão do sistema de produção e da descolonização cultural. Nessa relação entre educação e práxis para a transformação dos modos de produção podemos ver espaços cruciais

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

da radicalização da filosofia educacional de Paulo Freire ampliada pela leitura que ele fez de Amílcar Cabral (PEREIRA, VITTORIA, 2012, p. 301-302).

Abdias do Nascimento teve a sua trajetória marcada pela participação nas lutas e projetos voltados para a população afro-brasileira, o seu caminho foi marcado pela resistência e pela denúncia dos vários problemas que o nosso país possui, sendo o racismo um dos maiores obstáculos encontrados em nosso meio. Este intelectual usou de suas obras para a demonstração e a denúncia dos vários problemas e aparências que o nosso país quer esconder. Escreveu verdades amargas que até os dias atuais têm um peso relevante na nossa vivência, verdades estas que colocam à tona os reais problemas do negro neste espaço e buscam estabelecer novas formas de percepção e análise da realidade social em que estão inseridos. Sabendo disso, a obra *O genocídio do negro brasileiro* mostra-nos o outro lado da história brasileira, face esta que foi omitida e encoberta pela ideologia da democracia racial que propagou a convivência harmônica entre brancos e negros, igualdade de oportunidades sem interferências raciais ou étnicas. Esta obra traz à tona a necessidade de superação da invisibilidade e do silenciamento dos afrodescendentes. Os debates e os relatos deste livro desmontam as ideologias do senso comum ao colocar em xeque a supremacia cultural ocidental que desprezou e “demonizou” outras culturas.

O branqueamento da raça africana é um ponto importante neste livro, o autor deixa claro que o negro era visto como problema para a evolução e melhoramento do país e por isso a cor negra deveria ser erradicada. Os setores dominantes do país, entre o final do século XIX e começo do século XX, almejavam uma sociedade mais branca, voltada para os preceitos europeus e, por isso, a raça negra era vista como empecilho para o alcance desses objetivos. Sabendo disso, a discussão em torno da mestiçagem foi de grande relevância para esse momento histórico, a mestiçagem ora foi muito criticada, ora foi tida como caminho de solução para o problema da raça negra. A mestiçagem como solução tinha o objetivo de criação de uma sociedade unirracial e unicultural, pois haveria a construção de uma sociedade a partir do modelo hegemônico racial e cultural branco, causando o genocídio e o etnocídio de todas as diferentes culturas e raças para a criação de uma nova raça e uma nova civilização.

Os meios usados para o branqueamento são muitos:

Além dos órgãos de poder- o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia- as classes dominantes brancas têm a sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, a várias formas de comunicação das massas- a imprensa, o rádio, a televisão- a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (...) Tanto os obstáculos teóricos quanto os práticos estão têm impedido a afirmação dos descendentes africanos como íntegros, válidos, autoidentificados elementos constitutivos e construtores da vida cultural e social brasileira (NASCIMENTO, 2002, p. 142).

Sabendo dos problemas vivenciados diariamente pelos afrodescendentes no Brasil, Nascimento formulou um projeto que tinha como objetivo a busca pelo conhecimento e reconhecimento da história e cultura negro-africanas, que ficou conhecido como o Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944. O TEN foi pensado e criado por conta de um contexto que ainda discriminava e marginalizava o negro:

O tratamento dramático do descendente africano - estereotipado e Brochado de preto - não constituiu um fenômeno isolado, restrito ao teatro. Muito pelo contrário, trata-se de apenas um fator entre as facetas refletidas pelo contexto geral da sociedade brasileira dominante, da qual o afro-brasileiro não participava e não participa com igualdade de condições e de oportunidades em relação aos demais grupos de diferentes origens étnicas ou raciais. Se o mundo do teatro espelha o mundo de modo geral, o monopólio branco dos palcos brasileiros não é exceção. Ele reflete o monopólio da terra brasileira, dos meios de produção, da direção política e econômica, formação cultural (educação, imprensa, comunicação de massa) tudo tão zelosamente seguro nas mãos de classes dirigentes de origem branco-europeia (NASCIMENTO, 2002, p. 223).

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

Dentro desse objetivo, o TEN propunha-se a combater o racismo e propôs novos caminhos para a população afro-brasileira:

O TEN atuou sem descanso como um fermento provocativo, uma aventura da experimentação criativa, propondo caminhos inéditos ao futuro do negro, ao desenvolvimento da cultura brasileira. Para atingir esses objetivos, o TEN se desdobrava em várias frentes: tanto denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da branquidão; procurou instalar mecanismos de apoio psicológico para que o negro pudesse dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia o complexo da superioridade que o condicionava. Foi assim que o TEN instaurou o processo dessa revisão de conceitos e atitudes visando à liberação espiritual e social da comunidade afro-brasileira (NASCIMENTO, 2002, p. 189).

Portanto, o TEN tinha o objetivo de resgatar os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e renegados por uma sociedade que acredita e propaga a inferioridade da raça negra. Através da educação, da cultura e da arte é consolidada a valorização social do Negro no país. O TEN visava a estabelecer o teatro como um fórum de ideias, debates e propostas que visavam a quebra das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos vários campos de atuação, seja na cultura, economia, educação, política, meios de comunicação, e assim por diante. Assim sendo, o teatro ajudaria a construir um Brasil melhor, justo e democrático, onde todas as raças e cultura fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades.

Em ambas as experiências desses intelectuais têm-se a visualização do interesse em auxiliar a população afro-brasileira e africana a se encontrar e reencontrar com as suas raízes históricas, com a sua cultura. Ao reconhecerem os problemas causados pelo colonialismo, pela solidificação da cultura branca como sendo a dominante, pelo menosprezo à história negro-africana, eles usam de vários meios para fazer com que as trajetórias e as lutas africanas não sejam ignoradas e muito menos esquecidas. Há algumas diferenças na maneira como aplicaram esses projetos, por exemplo, as mudanças que Freire propôs foram usadas diretamente no continente africano, e esse contexto

estava envolto na questão da reconstrução nacional e consolidação da identidade africana, já as de Nascimento foram usadas no Brasil, e nessa conjuntura havia a preocupação de inserção e valorização do negro na sociedade brasileira, e cada uma dessas experiências tem as suas características e perspectivas, mas também há uma grande semelhança entre uma e outra: a urgência em evidenciar e manifestar a importância que a história e memória africana possuem.

Colonialismo e pensamento antirracista em Nascimento e Freire

Com base nos escritos e práticas de Paulo Freire e Abdias do Nascimento podemos notar um significativo discurso histórico acerca das décadas em que estão inseridos, anos em que as questões do colonialismo e racismo estavam em foco. A partir da produção histórica desses dois intelectuais é possível visualizar o contexto de ambas as realidades vivenciadas por eles, de um lado temos Paulo Freire demonstrando os obstáculos e os meios encontrados para solucionar os vários problemas de países recém-descolonizados, colocando a educação como um importante caminho para essas resoluções. Do outro lado, temos Abdias do Nascimento mostrando o contexto vivenciado pelo negro no Brasil, ou seja, um ambiente em que o racismo sempre está presente, e por isso a resistência e a força são cruciais para o alcance de uma sociedade igual para todos. Ao vivenciarem essas realidades eles produzem história e participam da história, e colocam as suas opiniões e planos como caminhos para solucionar questões importantes para o alcance da liberdade em seus diversos aspectos.

Em Paulo Freire, a discussão sobre o colonialismo está presente em suas obras pela crítica ao processo opressor da colonização. Segundo Freire, a presença predatória do colonizador destruiu a história e a cultura dos povos invadidos, também trouxe a opressão e a exploração da classe dominante em detrimento das classes menos favorecidas. As experiências que obteve com as visitas e formulações de projetos para países africanos fizeram com que Freire conseguisse adentrar na situação e no contexto vivenciado pela população desses países. Dessa forma, Freire identifica as formas de exploração e poder que atuam em um processo mascarado por meio de ideologias que mantém a alienação, o desconhecimento e a mistificação desempenhados de maneira intencional sobre o oprimido. A ideologia colonialista possuía os seguintes objetivos:

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental (1975-1988)

Reproduzindo, como não podia deixar de ser, a ideologia colonialista, procurava inculcar nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se “brancos” ou “pretos de alma branca”. (...) A história dos colonizados “começava” com a chegada dos colonizadores, com sua presença “civilizatória”; a cultura dos colonizados, expressão de sua forma bárbara de compreender o mundo. Cultura, só a dos colonizadores. A música dos colonizados, seu ritmo, sua dança, seus bailes, a ligeireza de movimentos de seu corpo, sua criatividade em geral, nada disto tinha valor. Tudo isto, quase sempre, tinha de ser reprimido e, em seu lugar, imposto o gosto da Metrópole, no fundo, o gosto das classes dominantes metropolitanas (FREIRE, 1978, p. 20).

Muitos são os meios usados pelo dominador para solidificar a opressão. Segundo Freire, vários desses caminhos estão envoltos na teoria da ação antidialógica, que é baseada na necessidade de conquista e na ação dos dominadores, presente em seu livro *Pedagogia do Oprimido*:

O primeiro caráter que nos parece poder ser surpreendido na ação antidialógica é a necessidade da conquista. O antidialógico, dominador, nas suas relações com o seu contrário, o que pretende é conquistá-lo, cada vez mais, através de mil formas. Das mais duras às mais sutis. Das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo. Todo ato de conquista implica num sujeito que conquista e num objeto conquistado. (...) O antidialógico se impõe ao opressor, na situação objetiva de opressão, para, pela conquista, oprimir mais, não só economicamente, mas culturalmente, roubando ao oprimido conquistado sua palavra também, sua expressividade, sua cultura (FREIRE, 1987, p. 101).

Além da conveniência da conquista, o dominador também faz uso do dividir, para manter a opressão, da manipulação e da invasão cultural:

Na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder. Não se podem dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares, que significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia. (...) Outra característica da teoria da ação antidialógica é a manipulação das massas oprimidas.

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas) tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder. (...) Finalmente, surpreendemos na teoria da ação antidialógica, uma outra característica fundamental, – a invasão cultural que, como as duas anteriores, serve à conquista. Desrespeitando as potencialidades do ser a que condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão. Neste sentido, a invasão cultural, indiscutivelmente alienante, realizada maciamente ou não, é sempre uma violência ao ser da cultura invadida, que perde sua originalidade ou se vê ameaçado de perdê-la (FREIRE, 1987, p. 101- 113).

Freire abomina qualquer tipo de discriminação, racismo e desigualdade. Deixa sempre explícito sua indignação com atitudes que inferiorizam o outro e salienta que qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever. É inaceitável qualquer prática preconceituosa e/ou discriminatória, pois isto fere princípios básicos preconizados por Paulo Freire, como: a fé nos seres humanos, a luta pela igualdade, a humildade, a ética, a autonomia e o bom senso. A educação, partindo da realidade do educando, admite a não superioridade de determinada cultura em relação a outra. Portanto, a presença da diversidade cultural deve ser respeitada e debatida.

Sabendo dos objetivos da ideologia colonialista, a educação é um importante caminho para a descolonização das mentes, e por isso o educador precisa desenvolver uma prática educativa que funcione como uma contraideologia, ou seja, a partir do momento que se identifica os meios de opressão a solução é trabalhar com o seu oposto. Então, se o opressor aliena, mistifica, preza pelo desconhecimento, pela cultura do silêncio, o educador radical estabelecerá uma relação dialógica com o educando, trabalhará com a consciência crítica e a conscientização, a igualdade e a confiança no convívio escolar, entre outros, e com isso teremos as bases que sustentarão a transformação social.

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

Abdias do Nascimento também tem opiniões próprias sobre o colonialismo e o racismo. Nas suas várias obras, Nascimento desmascara importantes pontos sobre o processo colonizador, e também demonstra como cada um desses pontos inseriu-se na vida da população negra no seu livro *O genocídio do negro brasileiro*. Um dos mais importantes pontos abordados pelo autor é uma questão abordada por diversos intelectuais: a ideia de que a escravidão no Brasil foi mais humanitária, benevolente, o negro foi visto como dócil e obediente, e por conta disso foi possível o desenvolvimento de um convívio harmônico entre o colonizador e o colonizado. Há nitidamente a tentativa de mascarar a ideologia imperialista e distorcer o passado africano, e também podemos enxergar a minimização da culpa do opressor e a justificação do sistema escravocrata. Mas, sabe-se que a realidade da colonização e da escravidão foi outra:

Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém, todas essas e outras dissimulações oficiais não conseguiram encobrir a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista (NASCIMENTO, 2002, p. 89-90).

Nascimento também discute sobre a perseguição da cultura africana no Brasil. Inicialmente, ele deixa nítida a visão que se propagava até então, que trouxe a imagem de um país que ajudou a cultura afro-brasileira a resistir e a continuar “viva” em nosso meio. Contudo, a realidade histórica é bem diferente. Foram utilizados diversos meios pela sociedade dominante para acabar com a cultura e a história negro-africana:

Entre os instrumentos usados pelo poder escravizador estava a Igreja Católica que, absolutamente, não é responsável pela persistência das religiões de origem africana (...). Essa Igreja possuía escravos com fins lucrativos e perseguia e atacava as crenças religiosas africanas durante séculos e até os dias atuais (NASCIMENTO, 2002, p. 151-152).

Por conta das privações e negações a que estavam submetidos os afro-brasileiros, muitas foram as formas de resistência utilizadas para fazer com que as suas culturas fossem preservadas. Porém, nem todos os africanos conseguiram mantê-las vivas, pois eram vítimas permanentes da violência, suas instituições culturais se desintegraram no estado de choque a que foram submetidas (NASCIMENTO, 2002, p. 153). Apesar das limitações impostas pela sociedade dominante às raízes e culturas africanas, muitas das suas experiências e saberes extrapolaram as “fronteiras”. Como exemplo temos as suas obras artísticas: talhas, esculturas, entre outros. Contudo, essas criações passaram a ser vistas como sendo inferiores às demais, e por isso são menosprezadas regularmente:

Aos olhos da cultura dominante, os produtos da criatividade religiosa afro-brasileira e dos africanos de modo geral não passavam de curiosidade etnográfica- destituído de significação artística ou ritual. (...) Por sua vez, no sentido de “compreender” o trabalho criativo do africano ou afro-brasileiro, os críticos formados sobre os critérios estranhos da sociedade dominante branca necessitam preliminarmente esvaziá-los de seu valor intrínseco, conseguindo perceber neles somente aquelas características recomendadas pelo etnocentrismo original que os inspira e guia na classificação do que seria “primitivo”, “cru”, “tosco” ou “arcaico”. Emerso de um contexto espiritual, social e religioso e de uma herança formal específica que se conjugam para compor uma perspectiva senão oposta, pelo menos radicalmente diferindo daquela de essência ocidental ou ocidentalizada, o produto artístico negro, por tudo isso, tem sido marginalizado, banalizado ou recebido uma forma de “valorização” que mais se confunde com o desprezo e o desdém (NASCIMENTO, 2002, p. 172).

Nascimento também coloca a discriminação como um dos pontos centrais de suas obras, pelo fato das feridas da discriminação ainda estarem “abertas” na realidade social do nosso país:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental
(1975-1988)

de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiram melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive (NASCIMENTO, 2002, p. 131).

Diante do que foi exposto, percebe-se a importância das denúncias feitas por Nascimento, declarações estas que mostram a urgência para repensar a história e a maneira de lidar com as questões africanas. As alegações também deixam nítidas a necessidade de lutar contra a discriminação racial no Brasil e dar maior visibilidade ao negro numa sociedade que ainda convive com as marcas do racismo. Ao repensar e refletir sobre a história negro-africana, a população proporcionará a existência de uma sociedade em que a convivência e o respeito pela diversidade sejam realmente colocados em prática. A partir do desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade, teremos a solidificação do direito à igualdade de oportunidades e do direito à participação na comunidade, e com isso serão constituídos pilares fundamentais para a existência de qualquer sociedade.

Considerações finais

O estudo do colonialismo e do racismo desvenda a realidade da opressão e da violência, e faz com que se tenha consciência dos meios usados para a criação de valores, concepções, atitudes preconceituosas e preceitos que favorecessem apenas às classes dominadoras da sociedade. Paulo Freire e Abdias do Nascimento identificam os meios de opressão, as ideologias, a falsa generosidade do dominador, a valorização do silêncio, do desconhecimento e da alienação do oprimido como formas de manutenção dos privilégios dos detentores do poder. E mais do que isto, eles sugerem maneiras e projetos para a população negra libertar-se da opressão e do silêncio impostos pela sociedade dominante.

Com base no que foi demonstrado, é evidente a relevância que tanto Paulo Freire quanto Abdias do Nascimento possuem para o contexto adotado no artigo. Além de discutirem importantes pontos acerca das questões raciais, eles também ajudaram no combate ao racismo e ao colonialismo. A partir das narrativas e experiências desses dois intelectuais temos um novo olhar sobre a história e, conseqüentemente, a reafirmação da importância dos testemunhos e vozes do protagonismo

antirracista. Freire nos demonstra o contexto e a situação da África e dos seus filhos no processo emancipatório, evidenciando os obstáculos e as soluções usadas para afastar a mancha que o colonialismo deixou. Nascimento nos traz visões e opiniões sobre a realidade do negro no Brasil, explicitando as adversidades e os estigmas que fazem parte do dia-a-dia da população afro-brasileira. Assim sendo, cada um, da sua maneira, demonstra questões de peso relevante para a história: a visualização da situação do negro em ambos os lados do Atlântico e os caminhos usados para a melhoria de vida e valorização da cultura e da tradição das populações africanas e afro-brasileiras.

Referências bibliográficas

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1978.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. Global: São Paulo, 2007.

FLORES, Elio Chaves. Historiografia africanista e historiografia africana: leituras comparativas e epistemológicas. In: *Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História*. Campina Grande: ANPUH-PB, p. 633-644, 2014. ISSN: 2359-2796.

_____. *A nação amada, a nação fustigada: percursos, racionalidades e variações da história comparada*. João Pessoa: PPGH/DH, 2014.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir et al. *Paulo Freire - uma biobibliografia*. São Paulo; Brasília: Cortez; Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

Abdias do Nascimento e Paulo Freire: dizeres, saberes e experiências na África Ocidental (1975-1988)

HOFBAUER, Andreas. O conceito de "raça" e o ideário do "branqueamento" do século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e Pesquisa*, São Paulo, vol. 1, n.42, p. 63-110, 2003.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed.). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tradução de Manuel Resende. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MESQUIDA, Peri; PEROZA, Juliano; AKKARI, Abdeljalil. A contribuição de Paulo Freire à educação na África: uma proposta de descolonização da escola. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 95-110, jan./mar. 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. 2.ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

_____(Org.). *O Negro Revoltado*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, jan./abr. 2004.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência Explícita. *Psicol. USP* [online]. 2006, vol.17, n.1, pp.89-98. ISSN 0103-6564.

PEREIRA, Amílcar Araujo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

_____; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, p. 291-311, jul./dez. 2012.

PEREIRA, André Luis. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2011.

PEREIRA, Olga Maria Lima. A dor da cor: reflexões sobre o papel do Negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v.2, n.1, p. 1-10, 2012.

PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo, Descolonização. *Centro de Estudos Afro-Asiáticos*, Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, maio-agosto, 1978.

RÛSEN, Jorn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-137.

SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. *O griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

TRAPP, Petry Rafael. Movimento negro, "raça" e transnacionalidade: apontamentos sobre o pensamento antirracista brasileiro. In: *Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História*. Rio Grande: ANPUH- RS, p. 905-914, 2012. ISSN: 2178-1761.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRA, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos africanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

A Atividade Cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)

Ulysses de Paiva Faleiros Neto *

Resumo: Este artigo apresenta a análise de dados relativos à estrutura produtiva do complexo cafeeiro em Ribeirão Preto/SP. Nosso objetivo foi compreender com maior amplitude as estruturas produtivas do café no município, afim de revelar o perfil dos produtores locais. Este trabalho inicia-se com um breve histórico da economia brasileira e a apresentação do nosso espaço de estudo, o município, e estabelece suas relações com a produção de café, que se fortalecem principalmente a partir de 1870. No segundo momento, apresentamos os dados obtidos através do levantamento feito no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP) em fontes primárias – são elas a Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto (1904-1905) e o Livro de Imposto do Cafeeiro (1916-1936). Através das informações contidas nestes documentos foi possível constituir séries históricas que nos possibilitaram compreender a estrutura produtiva relativa ao café no município. Os resultados obtidos permitiram a compreensão das possíveis relações entre a atividade cafeeira no município e a economia nacional e internacional.

Palavras-chave: Cafeicultura; História Econômica; Ribeirão Preto/SP.

Introdução

Pretendemos neste estudo analisar a estrutura produtiva do complexo cafeeiro em Ribeirão Preto/SP. A economia cafeeira deixou uma marca indelével na história da localidade, sendo impossível compreender nossa formação histórica sem analisar as características e o funcionamento desta atividade.

Ao trabalharmos com fontes primárias pretendemos construir séries históricas que retratem com maior fidelidade as estruturas produtivas do período abordado neste estudo. De tal modo, o

* Graduado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Discente do curso de Geografia no Centro Universitário Claretiano. Professor no Serviço Social da Indústria (SESI), atuando na disciplina de História.

que pretendemos analisar é a constituição das propriedades no município, ou seja, se eram pequenas, médias ou grandes propriedades que predominavam na localidade e como os donos dessas propriedades se comportaram economicamente em relação aos seus cafezais durante o período.

Os referenciais teóricos/metodológicos oferecidos pela história econômica são de nossa valia para este estudo, ela que compreendemos ser os “[...] estudos do desenvolvimento econômico e social” (SZMRECSÁNYI, 2008, p.32), e, portanto, deve concentrar suas atenções “[...] fundamentalmente nas mudanças e/ou na permanência das estruturas econômicas através do tempo, e, portanto, no estudo de suas causas, de seus mecanismos e de suas consequências” (SZMRECSÁNYI, 2008, p.33), é neste sentido, que pretendemos para o período abordado compreender as permanências ou mudanças na atividade cafeeira no município de Ribeirão Preto. Compreendemos também que a temporalidade proposta por este estudo é característica do tempo conjuntural, tal, como propõem Braudel: “[...] há assim, ao lado do relato [...], um recitativo da conjuntura que põem em questão o passado por longas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos” (BRAUDEL, 2013, p.44). De tal modo, buscaremos compreender as relações entre os fluxos e influxos econômicos mundiais e a economia regional constituída no município.

Economia brasileira e desenvolvimento da cafeicultura

No que se refere ao século XIX no Brasil, uma série de eventos marcantes tomaram conta do país neste período, não podemos esquecer que ele inicia o século e pelas duas décadas seguintes se mantém, ainda, como colônia de Portugal. Este é o primeiro laço que as novas práticas econômicas oriundas, principalmente, da Grã-Bretanha acabam por romper (FURTADO, 2007, p.70; PRADO JÚNIOR, 1989, pp.74-75). Segundo Caio Prado Júnior, com a Revolução Industrial e as novas práticas produtivas resultantes desta, tem vez um novo agente econômico, o empresário industrial, que diferente do comerciante colonial, não consegue vantagem nenhuma com o “Pacto Colonial”. Esta prática apenas favorece a Metrópole e seus agentes, deixando os demais de fora dos circuitos econômicos brasileiros, de modo que: “O interesse do comércio e de seus manipuladores no Pacto é obvio, pois, o seu fim não é senão reservar para a Metrópole, e, portanto, seus comerciantes, o

A Atividade Cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)

privilegio das transações comerciais em prejuízo de concorrentes estrangeiros”(PRADO JÚNIOR, 1989, pp. 74-75).

Ao cortar os laços coloniais com Portugal, o Brasil finalmente consegue condições para inserir-se na economia internacional, entretanto, por sua condição de ex-colônia e uma série de fatores que podemos apontar como sociais e materiais. Foram impostas ao Brasil uma série de condições exógenas para o seu desenvolvimento, ou seja, que não participavam da realidade nacional e não respondiam as contradições existentes no país (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 79).

Segundo Celso Furtado, a economia brasileira do final do século XVIII até a primeira metade do século XIX estava envolta por uma crise, e apesar das tentativas de se implantar um sistema administrativo eficiente, este apenas serviu ao propósito de manter a unidade nacional frente a recente independência (FURTADO, 2007, p.164). Como Caio Prado Jr. já havia apontado, as pressões oriundas da Grã-Bretanha vinham surtindo pouco efeito de modo que poucas técnicas de produção resultantes da Revolução Industrial haviam penetrado no país. A situação fiscal tão pouco estava melhor, sem um aparelho estatal eficiente e tendo contraído uma soma expressiva de empréstimos internacionais pra finalidades improdutivas, a situação fiscal se tornou precária, a falta de crédito público reduziu o potencial produtivo do país e sua capacidade de importar e exportar fazendo com que o aumento de impostos e taxas não fosse uma opção viável. Neste cenário, as inversões indiretas se mostraram extremamente escassas já que não se oferecia um ambiente adequado para a manutenção de atividades lucrativas. desde modo, Celso Furtado aponta:

Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional (FURTADO, 2007, p.165).

Neste cenário um novo produto se apresenta, o café, usufruindo de condições favoráveis tanto no cenário econômico externo como interno, o produto logo apresentou-se aos empresários que apostaram nele grande rentabilidade.

Para Celso Furtado, os empresários, que promoveram a produção cafeeira no Brasil, eram em sua maioria antigos mercadores que acumularam capitais durante o ciclo aurífero mineiro, abastecendo as regiões de mineração:

O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. [...] muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira. (FURTADO, 2007, pp. 170-171)

Celso Furtado nos apresenta uma perspectiva bastante interessante acerca da formação deste grupo, originária de uma classe mercante, sua formação se deu em uma frente ampla, ou seja, atuavam em diversas atividades. Segundo o autor: “[...] aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção de produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica” (FURTADO, 2007, 171-172).

O que se pode apontar, é que esse novo grupo que se formava no Brasil, tinha poder suficiente e condições para atuar dentro do campo político e econômico, primeiro porque se constituíram no período de independência do Brasil, e, portanto, foram capazes de se afirmar junto ao novo governo, ainda mais representando tão importante parcela da economia brasileira logo no primeiro decênio da independência, a expansão cafeeira também foi responsável, finalmente, por reintroduzir o Brasil no comércio internacional, logo, gerando capitais suficientes para promover novas expansões que direcionaram a produção cafeeira rumo ao Oeste Paulista.

Ocupação do território e início da produção cafeeira em Ribeirão Preto/SP

Ernesta Zamboni, em relação a área de Ribeirão Preto, afirma: “[...], até o final do século XVIII, era pouco conhecida e constituía zona de passagem às minas de ouro. Em suas proximidades passava o “Caminho de Goiás”, que ligava São Paulo ao triângulo mineiro e ao território goiano

A Atividade Cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)

[...]” (ZAMBONI, 1978, p.14). Não obstante, segunda ela apenas com a decadência do ciclo aurífero mineiro é que um novo fluxo migratório ocorre, só que desta vez de Minas Gerais para São Paulo:

Todo o processo de ocupação e povoamento da área em estudo está inserido no movimento de fluxo e refluxo de uma população envolvida no processo de florescimento e desagregação da atividade mineradora (ZAMBONI, 1978, p. 27).

A forma de ocupação das terras na região, posterior a decadência do ciclo aurífero mineiro, foi preponderante para entendermos a formação da estrutura produtiva em torno do café em Ribeirão Preto. É difícil precisar se as terras que compunham a área eram parte de uma sesmaria ou terras devolutas (LOPES, 2011, p.20-21; ZAMBONI, 1978, p.20). Sendo uma sesmaria abandonada ou terras devolutas, os dois apresentam uma característica em comum: compunham um grande quinhão de terras. Os indivíduos que ocuparam essas terras foram amplamente estudados. Tal ocupação foi promovida por mineiros, através do regime da posse, como afirma Carlos Bacellar: “De uma maneira geral, recorreram à posse pura e simples de grandes quinhões de terra devoluta, exceto por alguns raros casos de solicitação de carta de sesmaria” (BACELLAR, 2001, p.175).

Se apossar da terra era um processo relativamente simples, que envolvia apenas o trabalho manual de demarcação e ocupação do solo, legitimar essas terras é que se mostrou um processo complicado e frustrante. O município de Ribeirão Preto, está intimamente ligada a este processo, tanto que podemos perceber que as pressões legislativas chegam aqui logo em 1852, neste período a forma mais fácil de comprovar a legitimidade da terra era doando parte dela para a Igreja Católica (LOPES, 2011, p.26). Neste ano verificamos a primeira tentativa conjunta de indivíduos. Afim de assegurar suas posses, doaram terras para a formação de um patrimônio eclesiástico (LOPES, 2011, p.26-27), quatro posseiros: Mariano Pedrosa de Almeida, José Laves da Silva, José Mateus dos Reis e João Alves da Silva Primo doaram cerca de 120\$000 réis (lê-se cento e vinte mil réis), valor mínimo em terras que a Igreja aceitava em época, entretanto devido a uma disputa judicial que existia em uma parte delas a doação não foi aceita (OLIVEIRA, 2000, p. 48).

A segunda tentativa, em 1853 contou com doações de João Alves da Silva, Inácio Bruno Costa, Mariano Pedroso de Almeida, José Borges da Costa e Severiano João da Silva, esta doação foi aceita e dela foi formado o patrimônio de São Sebastião (OLIVEIRA, 2000, p. 48).

A região, até então um grande quinhão de terras esparsamente ocupadas, passou a oferecer melhores condições para que populações até então espalhadas pela área pudessem se fixar, desde modo: "A concentração da população em torno de uma capela criou condições para a formação de um povoado e, em 1871, este foi elevado à categoria de vila, com o nome de São Sebastião do Ribeirão Preto" (ZAMBONI, 1978, p.33), não obstante, é necessário apontar que a Lei de Terras de 1850 marcou também o início de políticas que passam a beneficiar a recente classe de cafeicultores que já vinha se formando desde o início do século XIX:

Na província de São Paulo, as atenções dos grandes proprietários territoriais dirigiam-se para o café. Assim sendo, podemos interpretar a Lei de Terras de 1850 como expressando a mentalidade da classe dominante, favorecendo a grande propriedade e criando um reservatório de mão de obra para a lavoura. (ZAMBONI, 1978, p. 37)

De modo que, o processo de formação da rede fundiária em Ribeirão Preto apresenta uma tendência majoritária para a formação da grande propriedade, principalmente, a partir de 1870, quando se começa a revelar a propensão das terras na região ao cultivo de café. Favorecidos pela Lei de Terras de 1850, grandes proprietários possuíam a sua disposição uma grande massa de trabalhadores que impossibilitados de acessar terras de cultivo, viam no trabalho assalariado uma forma de garantir seu sustento. Não obstante, neste período começam a se fixar os marcos reguladores para o início das políticas de imigração em massa e a criação de colônias agrícolas, com o objetivo de expandir a fronteira agrícola, principalmente no Estado de São Paulo (MILLIET, 1941, pp.11-15).

Podemos perceber que o avanço da fronteira agrícola em direção a região de Ribeirão Preto, modificou expressivamente os preços da terra, o que dificultou ainda mais a instalação de pequenas

e médias propriedades na região. Podemos verificar essa evolução nos valores da terra através da tabela 01:

Tabela 01 – *Ribeirão Preto: Preço médio do hectare de terra (1876 – 1891)*

| Ano | Preço médio por hectare (em réis) |
|------------------|--|
| 1876 | 3\$845 |
| 1878 | 8\$440 |
| 1879/1883 | 14\$592 |
| 1884 | 23\$603 |
| 1885 | 25\$572 |
| 1886/1888 | 32\$624 |
| 1891 | 31\$068 |

Fonte: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Do gado ao café: as transformações da estrutura fundiária de Ribeirão Preto ao longo do século XIX. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 2, p. 173-186, 2001, p.180.

A tabela 1, demonstra que conforme Ribeirão Preto foi sendo ocupada por cafeicultores, os valores do hectare das terras sofreram grandes aumentos, justamente, a partir dos anos de 1870, quando o movimento em direção a esta região se intensificou devido as propagandas feitas na capital São Paulo. Como afirma Ernesta Zamboni: “Nesse momento, penetra o cafeicultor, o homem já experimentado em outras áreas. Para aí se dirige o homem enérgico, de iniciativa, especulador, [...]. É o homem dinâmico que derruba matas e, no lugar, [...], crescem imensos cafezais” (ZAMBONI, 1978, p. 51), o resultado deste movimento é um fluxo crescente de lavradores já experimentados na cultura do café que sucessivamente vão se estabelecer na região de Ribeirão Preto.

De tal modo, a partir desta explanação podemos buscar compreender melhor como esse processo de formação da estrutura fundiária no município se refletiu na formação da estrutura produtiva do café para o período proposto.

A estrutura produtiva do café em Ribeirão Preto/SP

Analisando os documentos primários disponíveis para o período conseguimos construir séries históricas que nos auxiliam a compreender melhor este período na região de Ribeirão Preto. Os documentos que analisamos foram: *Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto (1904-1905)* e os *Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D)*, ambos disponíveis no APHRP. Pretendíamos ao analisar essas fontes, averiguar como estavam distribuídos os pés de café no município, quem eram os produtores e como eles estavam distribuídos entre pequenos, médios e grandes cafeicultores.

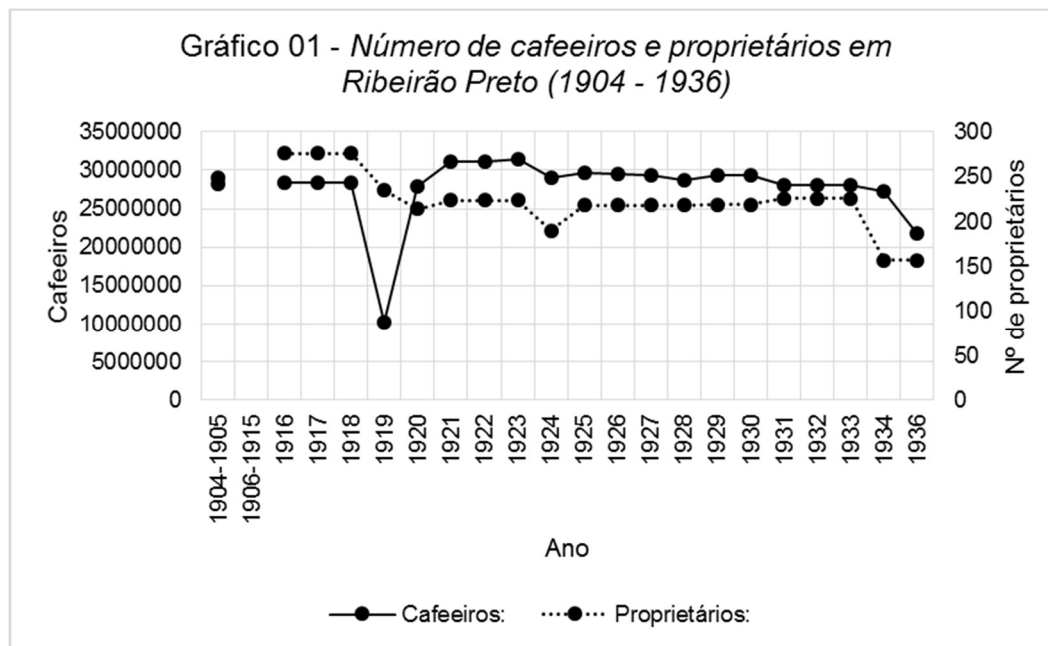
Ambas as fontes apresentam informações significativas que nos permitiram conduzir a análise e averiguar as hipóteses. As principais informações foram o nome do proprietário, o nome da propriedade e o número de cafeeiros (pés de café). Como nossa intenção foi constituir séries históricas buscamos trabalhar com o número total de proprietários, o total de propriedades, o número de cafeeiros por propriedade, neste sentido e através do cruzamento destas informações foi possível extrair informações e análises significativas.

Dentro de uma perspectiva ampla, conseguimos compreender melhor como a atividade cafeeira no município se comportou frente aos fluxos e influxos da economia nacional e mundial, demonstrando que a atividade mesmo que em âmbito regional não se dissociava da economia-mundial.

Nossa primeira análise consistiu em criar um gráfico, buscando compreender as tendências da atividade cafeeira no município para o período abordado. Este gráfico tem início em 1904-1905, e sofre com a ausência de informações até 1916, quando finalmente temos uma série para até 1936.

No gráfico 01, poderemos observar a evolução do número de produtores de café e o número total de cafeeiros declarados nestas terras em Ribeirão Preto. Posteriormente, pretendemos desmembrar estes dados, buscando efetuar análises de caráter mais pontual sobre algumas das diversas óticas de que são possíveis refletir sobre esta documentação.

A Atividade Cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)



Fontes: 1904-1905: Estatística agrícola e zootécnica de Ribeirão Preto no ano agrícola de 1904-05, 1916-1936: Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D).

Conseguimos averiguar através desta série que o número de cafeeiros e de proprietários de Ribeirão Preto, no que se refere a atividade cafeeira, sempre apresentou constância, as médias são de 27.827.395 milhões de pés de café, aonde podemos ver na legenda indicado como "cafeeiros", e uma média de 223 proprietários cadastrados durante o período abordado.

Apesar da consistência apresentada, alguns períodos nos chamam a atenção: 1º) A queda bruta no número de cafeeiros em 1919. 2º) A queda acentuada em 1924 no número de cafeeiros e produtores e sua posterior recuperação. 3º) A queda a partir de 1933.

O primeiro caso em 1919, é decorrente da geadas de 1918, como as fontes se constituem em documentos do fisco, os impostos de 1918 já haviam sido pagos, de tal modo, as perdas relativas à geadas só foram averiguadas em 1919. Este período foi importante na medida em que representou um momento de concentração no número de pés de café por parte dos grandes cafeicultores, podemos perceber pelo gráfico 01, que o número total de produtores que em 1916 era de 276, em

1920 não passava de 214, demonstrando que os efeitos da geada foram graves. Podemos observar na tabela 02 que o grupo mais afetado foi o dos pequenos cafeicultores.

Tabela 02 – Produtores de café por faixa de tamanho (1904 – 1920)

| Faixa de tamanho | Ano | | | | |
|------------------|-------------------|------------|------|------|----|
| | 1904-05 | 1916-17-18 | 1919 | 1920 | |
| Pequeno | 500 - 1.000 | 3 | 8 | 150 | 5 |
| | 1.001 - 5.000 | 29 | 68 | 14 | 45 |
| | 5.001 - 10.000 | 45 | 58 | 8 | 43 |
| Médio | 10.001 - 50.000 | 73 | 68 | 18 | 54 |
| | 50.001 - 100.000 | 25 | 14 | 12 | 14 |
| Grande | 100.001 - 500.000 | 48 | 51 | 29 | 39 |
| | 500.001 ou Mais | 11 | 9 | 4 | 14 |

Fonte: Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D).

Após a geada de 1918, o número de pequenos produtores não se recupera para os níveis de 1916-17-18, enquanto que o número de grandes produtores aumenta sucessivamente, como é possível ver na tabela 02 e 03.

A pequena queda no número cafeeiros e produtores em 1924, nos pareceu um pouco mais difícil de explicar, segundo Antônio Delfim Netto: “A elevação dos preços em moeda nacional fora extraordinária e, em 1924, a saca de café valia, na exportação, nada menos de 205\$853” (DELFIN NETTO, 2009, p.101). Como então explicar uma queda no número de proprietários e pés de café em um cenário de otimismo e aumento de preços? Analisando os dados com maior refino, conseguimos encontrar pistas.

Tabela 03 – Produtores de café por faixa de tamanho (1921 – 1927)

| Faixa de tamanho | Ano | | | | | | |
|------------------|-------------------|------|------|------|------|------|----|
| | 1921-22 | 1923 | 1924 | 1925 | 1926 | 1927 | |
| Pequeno | 500 - 1.000 | 6 | 6 | 4 | 2 | 2 | 2 |
| | 1.001 - 5.000 | 49 | 48 | 33 | 45 | 45 | 45 |
| | 5.001 - 10.000 | 41 | 42 | 38 | 44 | 44 | 43 |
| Médio | 10.001 - 50.000 | 54 | 52 | 43 | 48 | 49 | 50 |
| | 50.001 - 100.000 | 14 | 14 | 15 | 14 | 11 | 11 |
| Grande | 100.001 - 500.000 | 45 | 47 | 43 | 49 | 52 | 52 |
| | 500.001 ou Mais | 15 | 15 | 14 | 16 | 15 | 15 |

Fonte: Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D).

Na tabela 03 podemos perceber que em 1924, os pequenos produtores diminuem sua participação na somatória geral, em contrapartida os produtores que possuíam em suas propriedades 10.001 até 50.000 pés de café aumento, e os que possuíam 100.001 até 500.000 também aumentam. É possível supor que as condições de mercado estavam dificultando a sobrevivência destes pequenos produtores. A primeira condição que encontramos diz respeito a produção de nossos concorrentes estrangeiros: “Em 1924, nossos concorrentes já produziam 7 milhões de sacas, quando desde o início do século, essa produção não passava de 4 milhões de sacas, em média” (DELFIN NETTO, 2009, p.102). Fatores internos podem também ter levado a esta situação, em novembro de 1924, foi sancionada a Lei nº 4.868, que dentre suas atribuições, proibia em até 5% as quantidades destinadas à exportação de preferência tipo 7 ou inferiores (DELFIN NETTO, 2009, p.107). Não seria de surpreender que os pequenos cafeicultores ficaram receosos ao saber que o café de menor qualidade que produziam iria sofrer boicotes nas exportações. De tal modo, esses motivos parecem ter ocasionado esse susto na atividade cafeeira no município em 1924, podemos perceber que a recuperação no número total de produtores se constituiu principalmente de médios e grandes cafeeiros após 1924.

O terceiro ponto de ruptura interessante que notamos é a queda no número de produtores e cafeeiros a partir de 1933, cerca de 4 anos após o famoso “Crash de 1929”. A demora na resposta da atividade a crise generalizada pelas economias mundo afora, se deveu em grande parte às

medidas protecionistas que o governo adotava desde 1906 – Convênio de Taubaté –, tais medidas atrelaram a economia cafeeira aos interesses nacionais, sendo dever da República proteger e promover seu cultivo e comércio (FURTADO, 2007, pp.253-259; DELFIM NETTO, 2009, pp.101-129). Essa cultura que por muito tempo se estabeleceu nas regiões produtoras, fez com que os produtores não se importassem com as condições do mercado ao produzirem café, de tal modo por décadas caso o mercado mundial não absorvesse a produção nacional o Estado estaria de prontidão para comprar os excedentes. Esta crença levou com que muitos produtores em 1929 não comessem a investir em outras culturas e nem se preocupassem com as consequências da crise mundial (FURTADO, 2007, pp.264-266).

Através do gráfico 01, podemos ver que a resposta à crise é muito sutil e ocorre em 1930, 31 e 32, sendo apenas em 1933 que a atividade responde de maneira generalizada no município de Ribeirão Preto. São bastante claros os sinais de esgotamento neste período na atividade cafeeira: “A produção prevista para os dez anos seguintes excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores. A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, [...]” (FURTADO, 2007, pp. 266-267). A crise afetou tanto a faixa dos pequenos, de 500 até 1.000 pés como a faixa dos grandes de 500.001 ou mais pés de café. Sendo que as faixas intermediárias se mantiveram estáveis, devido principalmente à diminuição de pés de cafés nas propriedades, podemos ver isso na tabela 04.

Tabela 04 – Produtores de café por faixa de tamanho (1928 – 1936)

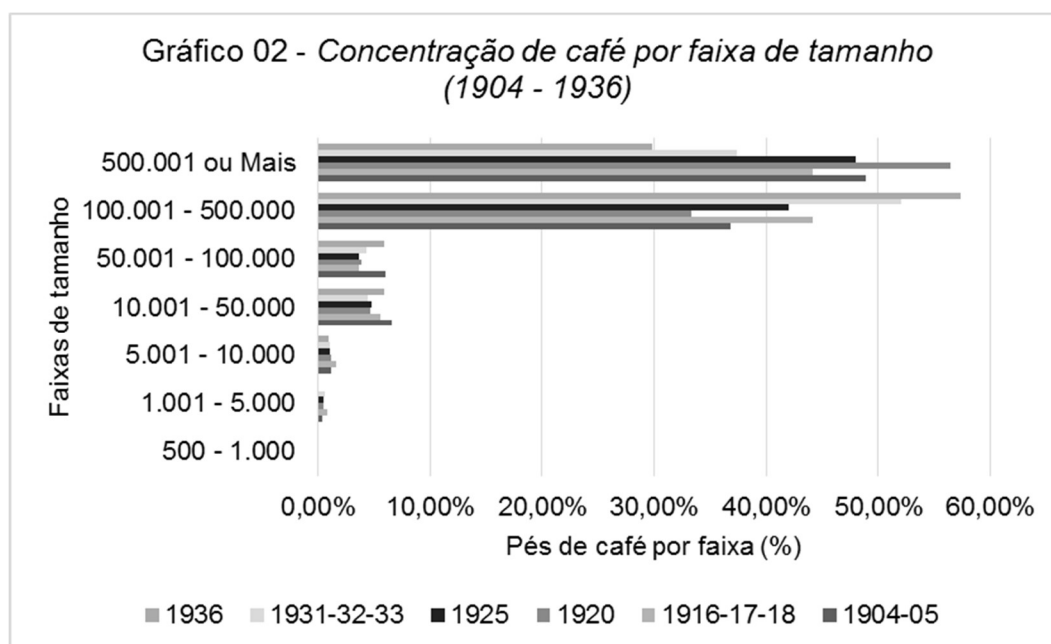
| Faixa de tamanho | Ano | | | | | |
|------------------|-------------------|---------|------------|------|------|----|
| | 1928 | 1929-30 | 1931-32-33 | 1934 | 1936 | |
| Pequeno | 500 - 1.000 | 4 | 4 | 4 | 0 | 0 |
| | 1.001 - 5.000 | 45 | 46 | 50 | 5 | 8 |
| | 5.001 - 10.000 | 40 | 40 | 40 | 21 | 26 |
| Médio | 10.001 - 50.000 | 50 | 45 | 46 | 47 | 46 |
| | 50.001 - 100.000 | 12 | 14 | 16 | 20 | 16 |
| Grande | 100.001 - 500.000 | 54 | 57 | 59 | 54 | 54 |
| | 500.001 ou Mais | 13 | 13 | 11 | 10 | 7 |

Fonte: Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D).

A Atividade Cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)

Como podemos perceber, a tabela demonstra que a partir de 1933, houve uma diminuição expressiva no número total de cafeicultores no município, doravante, além do número de proprietários diminuir o número de pés de café também seguiu essa tendência, como podemos observar no gráfico 01, a título de exemplo o maior produtor de Ribeirão Preto, a Cia. Agrícola Fazenda Dumont, em 1934 possuía 4.368.307 pés de café, apenas dois anos depois, em 1936, possuía 1.480.914 pés, demonstrando o quanto os negócios com o café se tornaram desvantajosos.

É possível notar os movimentos de concentração e desconcentração de cafeeiros através do gráfico 02, nele podemos ver momentos marcantes aonde a faixa de grandes produtores concentra os cafezais em suas mãos e posteriormente, com o início da derrocada da economia cafeeira, vão desconcentrando esses cafezais, na medida em que as faixas medianas apresentam aumento em seus cafezais.



Fontes: 1904-1905: Estatística agrícola e zootécnica de Ribeirão Preto no ano agrícola de 1904-05, 1916-1936: Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D).

Notavelmente, em 1920 os grandes cafeicultores concentravam considerável parcela dos cafezais no município, chegando a concentrar 56,41% dos cafeeiros, devido as condições ruins da

economia cafeeira, esse número vai diminuindo, sendo para 1925: 47,95%; 1931-33: 37,37% e 1936: 29,36%. Seria engano achar que esses indivíduos abandonaram a atividade enquanto outros os substituíam com cafezais menores. Não houve abandono por parte dos cafeicultores, seria irracional, afinal em uma atividade como a cafeicultura, uma quantidade imensa de capital é imobilizada nas plantas. Eles apenas diminuem sucessivamente o número de cafeeiros, seja abandonando ou vendendo aos menores, isso explica o aumento da faixa de produtores entre 100.001 e 500.000 pés de café.

Entretanto, os cafeicultores, que produziam entre 10.001 e 100.000 pés, sofreram um aumento real, ou seja, novos indivíduos começaram a produzir café, talvez aproveitando a saída dos grandes, que faziam forte concorrência e impossibilitavam pequenos lucros na atividade.

Considerações finais

Ao final deste trajeto, conseguimos perceber que a economia cafeeira representou um momento de desenvolvimento para o Brasil, ainda no Império, formando um grupo que na República, conquistou o poder político, formando o que Celso Furtado, chamou de "classe de dirigentes". Este desenvolvimento a partir de 1870, principalmente, trouxe mudanças para o município de Ribeirão Preto. Usufruindo de condições climáticas e geográficas ideais para o plantio da rubiácea, logo o município se tornou um polo atrativo de novos e velhos cafeicultores, 1904-05 já possuía grandes fazendas e um considerável número de pés de café. Isso se refletiu diretamente no valor das terras aqui disponíveis para a agricultura.

As análises feitas nos documentos primários, nos possibilitaram construir séries históricas que permitiram a análise com maiores minúcias do perfil do produtor local. No período analisado a atividade já estava bem estabelecida na região e essas séries nos deram condições de observar as permanências e mudanças da cafeicultura no município. Conseguimos averiguar uma predominância dos grandes produtores de café no cenário econômico de Ribeirão Preto. Estes possuíam grandes propriedades e dominavam as atividades relacionadas ao produto na região, os pés de café também mostraram uma alta concentração. É notável que em 1920, por exemplo, 14 cafeicultores

A Atividade Cafeeira em Ribeirão Preto/SP (1904-1936)

concentrassem em suas terras, cerca de 56,41% dos pés de café do município, enquanto que no mesmo ano, os 93 produtores que possuíam até 10.000 pés de café concentravam em suas mãos 1,67% dos pés de café. Isso demonstra uma grande desigualdade nas estruturas produtivas do município, desigualdades estas, que certamente, se refletiram nos campos da políticos e sociais da cidade.

Não obstante, demonstramos que as condições econômicas (As incertezas de 1924 e o *Crash* de 1929) foram absorvidas pela economia local, isso significa, que o município figurava como parte da economia mundial e a atividade de alguma forma respondia ao mercado externo. Em 1924, incertezas na venda de cafés de baixa qualidade espantaram os pequenos e médios produtores, em 1925, já com a situação superada, novos produtores tomaram lugar dos que abandonaram a atividade. Em 1929, a quebra da bolsa de Nova York, levou o mundo a uma grande depressão econômica, os bens considerados *commodities*, como é o caso do café, perderam grande espaço no mercado mundial, e isso se refletiu claramente na atividade no município, estava claro que modelo protecionista do Estado brasileiro não poderia ajudar os produtores em 1929.

Referências bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Do gado ao café: as transformações da estrutura fundiária de Ribeirão Preto ao longo do século XIX. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n. 2, p. 173-186, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. 3º Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Debates, 131).

DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto, a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. 2011. (Coleção Nossa História, nº 1)

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 3º Ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *As transações imobiliárias em Ribeirão Preto de 1874 a 1899*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. *História econômica & história de empresas*. Vol. 11, n. 2, pp. 31-43, 2008.

ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização de rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900) – uma contribuição ao estudo de estrutura agrária*. 126 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

Fontes

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Registros de Impostos sobre Comércio, Indústria, Profissões e Produção de Café (S/D). (SEM CAIXA)

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. *Estatística Agrícola e Zootechnica de Ribeirão Preto no Anno Agrícola de 1904 – 1905*. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907. (SEM CAIXA)

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

Bruna Oliveira da Silva *

Graziela Mazzeo Madeira **

Resumo: Neste artigo propõe-se contrapor os jornais “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” no período em que ocorre o Movimento de 1932. Objetiva-se analisar as diferentes posições da imprensa acerca deste acontecimento. Para tanto, investiga-se as quatro primeiras páginas que noticiam o início e o término do Movimento, nos dias 11 de julho e 04 de outubro de 1932. Averigua-se tanto a disposição textual e imagética proposta pelos editores, quanto o conteúdo nelas exposto. Adota-se como principal referência para o estudo, o posicionamento assumido por Maria Helena Rolim Capelato na obra *O movimento de 32: a causa paulista*. Evidencia-se a polarização política existente entre os periódicos e, tendo por base que a imprensa é um veículo de comunicação capaz de influenciar a opinião pública através dos discursos expostos, ressalta-se sua relevância para a análise do acontecimento. Portanto, o Movimento de 1932 pode ser compreendido de maneiras distintas, a depender dos interesses que os agentes históricos envolvidos – os editores, a elite paulista e o Governo – almejam perpetuar, seja no período considerado ou nos dias atuais.

Palavras-Chave: Movimento de 1932; imprensa; opinião pública; discurso; História.

Introdução

O artigo consiste em uma análise comparativa entre os jornais “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias”, sendo o primeiro paulista e o segundo carioca, sobre o Movimento

*Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). E-mail: bruna_oliveiras1@hotmail.com

**Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). E-mail: graziela.madeira@usp.br

ocorrido na cidade de São Paulo, em 1932. Trata-se de um estudo realizado com base na imprensa e no modo como ela retratou o Movimento.¹

Diferentes abordagens foram elaboradas sobre o evento estudado, incitando um intenso debate, que demonstram a relação entre História, poder e memória. Já no século XIX, momento de construção do Estado nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, adotou como uma de suas atividades principais a responsabilidade de desenvolver também no plano da História a legitimidade do novo Estado nascente (GUIMARÃES, 1988, pp. 05-06).

Conforme o tempo de sua criação, os vinte e sete fundadores do Instituto eram profissionais que atuavam em funções do aparelho de Estado, além de serem portugueses, vindos para o Brasil e ainda ligados a Casa de Bragança. A partir de sua origem e ao longo do século XIX, o papel do Instituto esteve diretamente ligado ao processo de consolidação do Estado Imperial, que se deu no decorrer do Segundo Reinado:

Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico. A inauguração, a 15 de dezembro de 1849, de suas novas instalações, no Paço da Cidade, simbolizam um novo começo para a vida da entidade e marcam nitidamente um aprofundamento de suas relações com o Estado Imperial (GUIMARÃES, 1988, pp. 10).

O desenvolvimento dos trabalhos encetados no IHGB passaram por discussões acerca das particularidades da sociedade imperial e trouxeram para a ordem do dia, um debate sobre a importância dos diferentes grupos que a compunham. A opção adotada consistiu em manter as hierarquias então vigentes:

1 O termo utilizado: Movimento, em detrimento de Revolução, retoma a mesma nomenclatura utilizada por Maria Helena Rolim Capelato no livro *O movimento de 32: a causa paulista*. Ao longo deste artigo, esta nomenclatura foi utilizada sempre em referência a esta pesquisadora. Já em relação aos eventos de 1930, a escolha recaiu sobre o uso do termo "Revolução", pois houve uma alteração da ordem política, uma vez que o próprio governo central passou a nomear os governadores, que então se denominavam "interventores". A partir da nova organização política a rotatividade entre presidentes representantes de São Paulo e aqueles cuja base de apoio remontava a Minas Gerais foi rompido definitivamente.

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

[...] a manutenção da raça branca na sala de visitas da história, depende da exclusão pessimista dos negros para os cantos mais sombrios da construção senhorial. Os índios, aos quais fica sugerido o significativo lugar de símbolo da nacionalidade, deveriam ficar expostos em magníficas vitrines na sala da biblioteca (MACHADO, 2003, pp. 245).

No plano regional, a criação de uma História legitimadora do poder dos estados também exaltou determinados setores sociais em detrimento de outros. Por exemplo, na obra “Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista”, redigida por Alfredo Ellis Júnior em 1926, é possível observar o discurso construído pelo autor na tentativa de exaltar o papel desempenhado pelos homens que integravam as bandeiras no período colonial. Segundo o autor, a própria origem rústica dos colonizadores oriundos da península Ibérica contribuiu para a adaptação destes homens em meio à natureza presente na América portuguesa. Ao ressaltar a “bravura” dos indivíduos, Ellis tornou-se um dos responsáveis pela construção do “mito do bandeirante”, ou seja, da memória que exalta as realizações destes homens e negligencia o quanto diferentes sociedades indígenas foram afetadas pela escravidão a que tais indivíduos as submeteram:

Com a exposição supra, verifica-se, que, o altiplano paulista era povoado, por um núcleo humano de estupenda e soberana eleição, do qual era de esperar sem embargo de ser numericamente reduzido, os grandes prodígios que de fato realizaram no decurso da evolução dos capítulos memoráveis da história desta terra (ELLIS JÚNIOR, 1926, pp. 136).

O engrandecimento da memória bandeirante foi recobrado em 1932, quando eclodiu o movimento paulista que objetivava, principalmente, forçar o governo de Getúlio Vargas a promulgar uma nova Constituição, uma vez que em 1930 a carta magna havia sido suspensa após o golpe que destituiu a Primeira República. Inclusive, Ellis participou dos conflitos de 1932, vindo até mesmo a ser baleado. Tendo sobrevivido ao conflito, passou a ocupar a cadeira de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) (MONTEIRO, 1993, pp. 05).

A partir da revisão realizada em torno da historiografia que exalta ambos os movimentos – o bandeirantismo e o movimento constitucionalista – neste artigo se adotou

como referência a obra de Maria Helena Rolim Capelato, que analisa os eventos de 1932 em uma óptica distinta e crítica.

Como a imprensa é um veículo portador da opinião pública, optou-se pela análise de jornais que serviram de meios de comunicação entre os participantes dos conflitos e a população, no caso paulista, vindo a ocorrer o mesmo no Rio de Janeiro entre o Governo Federal e os moradores das cidades.

Foram selecionadas as quatro primeiras páginas dos jornais para que a análise fosse realizada. A escolha deveu-se à tentativa de observar o retrato feito pela imprensa acerca do Movimento em seu início e também no seu término. Os conflitos entre as tropas paulistas e o Governo Federal ocorreram entre os meses de julho e outubro de 1932, assim, os jornais selecionados datam deste período.

Antes da análise documental, realizar-se-á uma pequena abordagem sobre o Movimento, na tentativa de melhor compreender as causas que o desencadearam, de modo que os conflitos sejam analisados a partir das articulações sociais que culminaram em sua eclosão. Para tanto, será utilizada como referência o livro *O Movimento de 32: a causa paulista*, de Maria Helena Rolim Capelato.

De acordo com a pesquisadora, o Movimento de 32 resulta principalmente de uma intensa disputa entre os setores da classe dominante paulista e o governo central, no entanto, Capelato ressalta que a sociedade paulista como um todo estava em crise. No início da década de 1920, é possível observar que houve contestação do poder oligárquico dominante no Estado. A contestação traduziu-se na formação do partido Democrático Paulista, ocorrida em 1926, que era, em essência, uma dissidência do partido Republicano do estado paulista.

Na tentativa de obter vitórias a partir das disputas eleitorais, a ramificação também pertencente à elite paulista, procurou estabelecer uma série de associações, a fim de garantir a tomada de poder. Aliou-se com os setores médios urbanos, com uma porção do operariado

Análise dos jornais: "O Estado de S. Paulo" e "Diário de Notícias" Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

e também com as frentes revolucionárias responsáveis pela Revolução de 1930. A gama de associações formou a denominada Aliança Liberal. Os problemas advindos desta série de acordos vêm à tona quando se observa que o partido Democrático concretizou alianças com setores que detinham pautas contrárias às suas.

As frentes revolucionárias de 30 queriam a formação de um Estado centralizado intervencionista, onde não houvesse espaço para o poderio desmedido das forças regionais e estaduais. Um Estado centralizado seria capaz de sanar a crise econômica advinda da excessiva valorização do café, agravada devido à quebra da Bolsa de Valores de New York em 1929. De acordo com este pensamento, o Liberalismo² deveria ser combatido, pois ele não fora capaz de sanar os problemas econômicos e sociais. Com a pressão Tenentista perante o Governo Provisório, retornava à esfera estatal a ideia "salvacionista" do Exército, segundo a qual não caberia aos civis o governo do Estado, mas sim aos militares.

Após a Revolução de 30, Getúlio Vargas sobe ao poder e instaura um Governo Provisório, nomeando para cada Estado a figura de um interventor e junto a ele, os Tenentistas, pertencentes às baixas categorias do Exército, também passam a integrar o governo. É o início da procura por maior centralização do poder:

A perda parcial do poder político após a Revolução de 30, não é acompanhada de mudanças na estrutura de domínio social. [...] as oligarquias dissidentes,

2 Segundo o "Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850", uma das definições possíveis de Liberalismo seria, mesmo no início no século XX: "[...] liberal/liberalismo» fue perfilándose en todo el mundo occidental como un macroconcepto legitimador de las nuevas instituciones, equivalente en gran medida a modernidad política. O, dicho de otro modo, bajo esta palabra culta y prestigiosa – en el siglo xviii, «liberal» era un adjetivo de uso poco frecuente, alusivo a cierta virtud o cualidad propia de las gentes de viso– fue poco a poco encapsulándose todo un conjunto de prácticas, valores, conceptos e instituciones interrelacionadas –gobierno representativo y economía comercial; constitución, derechos individuales y separación de poderes; soberanía nacional y opinión pública– hasta constituir un hiperónimo, un verdadero cluster-concept internamente temporalizado, referido al supuesto avance de la sociedad hacia el logro de determinadas metas de perfeccionamiento político. [...] Desde nuestros supuestos metodológicos, el contenido atribuible a los «principios liberales», el «gobierno liberal», una «constitución liberal», el «partido liberal» o el «liberalismo» en general, serían simplemente en cada caso las realidades así denominadas por quienes hacían uso de tales expresiones en contextos concretos –alusiones que, en conjunto, fueron poco a poco delimitando un rango de significados de amplitud y politización creciente. [...] En realidad, el «liberalismo» sólo empieza a emerger como una identidad política titubeante, cuyos seguidores se reconocen y son reconocidos como tales, a partir de 1820 aproximadamente [...]". (SEBASTIÁN, 2009, pp.696-700).

que estão separadas dos segmentos que ocupam o poder até outubro de 1930, unem-se a elas desde que o governo central de Getúlio Vargas e os tenentes acaparam os postos políticos (CARONE, 1975, pp. 12).

O Movimento de 1932 foi resultado, portanto, de uma disputa política que se acirrou na década de 20 e que viria a eclodir na década de 1930. A insatisfação paulista perante o Governo Provisório manifestou-se com a formação da Frente Única Oligárquica paulista. A pauta capaz de unir esta Frente Única, aos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul diz respeito à bandeira da reconstitucionalização³ e da busca pelo retorno da autonomia que se dizia perdida. Entretanto, estes estados, quando da eclosão do Movimento em 09 de julho, decidiram não lutar a favor de São Paulo⁴

Diferentes posicionamentos da imprensa

O primeiro jornal analisado foi a edição do dia 11 de julho de 1932 de “O Estado de S. Paulo”, número: 19.217, ano LVIII, diretores: Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho, redator-chefe: Plínio Barreto, gerente: Ricardo Figueiredo. A redação e administração eram localizados na Rua Boa Vista, nº 32 e gráficas na Rua Barão Duprat, nº 41, São Paulo.

Nota-se na estrutura da primeira página da edição que os escritores abordaram com ênfase os acontecimentos do Movimento, iniciado em 09 de julho. A manchete consiste na seguinte mensagem: “O Movimento Constitucional iniciado em S. Paulo ganha terreno hora a hora” (“O Estado de S. Paulo”, 11 de julho de 1932).

3 Isto é expresso no seguinte documento: “O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo vêm anunciar [...] que está feita a união sagrada dos paulistas em torno de dois problemas que envolvem todas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e restituição a São Paulo da autonomia de que há dezesseis meses se acha esbulhado.”(CARONE, 1975, pp. 185).

4 Exemplificando aqueles que se tornaram contrários ao Movimento: “[...] Flores da Cunha (interventor no Rio Grande do Sul), até então vacilante, decidiu dar apoio a Getúlio Vargas. Olegário Maciel (interventor em Minas Gerais) aceitou negociar com o poder central, e interventores de outros Estados se colocaram ao lado do Governo Federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento paulista. O jogo de forças estava, pois, definido.” (CAPELATO, 1981, pp. 19).

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932



Imagem 1: “O Estado de S. Paulo”, 11 de julho de 1932

O texto de chamada demonstra o apoio e o entusiasmo percebido pela direção do jornal de acordo com as manifestações ocorridas no início do Movimento. A seguir, é possível observar na página oito imagens, todas com tamanhos distintos, das quais sete consistem em retratos de homens que ocupavam, naquele momento, cargos políticos na administração da cidade.

Seguindo uma leitura estabelecida da esquerda para a direita, de cima para baixo, visualiza-se que a primeira fotografia pertence ao Dr. Waldemar Ferreira, Secretário da Justiça e Segurança Pública; a segunda refere-se ao Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho, Secretário da

Educação e Saúde Pública; a terceira, ao Dr. Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Diretor do Departamento Municipal e a quarta diz respeito ao então Governador do Estado, Dr. Pedro de Toledo. Nota-se que esta imagem recebeu maior destaque, pois ela está posicionada próximo ao texto de chamada da manchete principal e quase em posição central, diferente das outras fotografias. Já a quinta imagem refere-se ao Dr. Francisco da Cunha Junqueira, Secretário da Agricultura, a sexta ao Dr. Paulo de Moraes Barros, Secretário da Fazenda e a sétima diz respeito ao Dr. Gofredo da Silva Telles, Prefeito Municipal.

A oitava imagem não segue o padrão das anteriores. Ela é muito maior que as demais e sua temática não se refere a uma única pessoa, mas sim à manifestação popular paulista, do Exército e da força pública, aclamando o Dr. Pedro de Toledo como Governador do Estado. A legenda da foto, além de fornecer tais informações, informa que a multidão presente é apenas uma parte da totalidade. Com esta afirmação, procura-se evidenciar a adesão massiva dos setores ao Movimento que se inicia e também apoio total ao novo Governador - civil e paulista.

É possível identificar na imagem um esforço para demonstrar que o maior ator político do momento era caracterizado pelos próprios paulistas. Com base na ilustração, os grupos pareciam favoráveis ao Governador e, portanto, pareciam também apoiar os planos de governo desenvolvidos por ele. O Movimento iniciado apresentava, então, a voz da população e dos governantes, representando assim o unísono do Estado para os leitores da publicação.

Já no que se refere ao texto presente na página, é possível observar que ele se divide em dois tópicos denominados: “A tarde e a noite de ontem” e “O sr. Pedro de Toledo foi aclamado Governador do Estado S. Paulo”. Em ambos, a direção do jornal procura demonstrar que houve aclamação do novo Governador e que a participação feminina foi efetiva, sendo, portanto, importante para o Movimento que se iniciava. Os responsáveis pela publicação também relataram que os cargos públicos foram mantidos, assim como as leis vigentes, demonstrando assim a manutenção da “ordem”⁵.

⁵Percebe-se que a palavra “ordem” pode assumir dois significados no contexto analisado. Pode significar a

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

No primeiro tópico “A tarde e a noite de ontem”, nota-se a relação da imprensa com a população da cidade. O jornal procura mostrar que os indivíduos da imagem estavam ávidos por informações sobre o Movimento:

Na ansia de adquirir o jornal, os compradores atiravam o dinheiro sem pedir troco. Os passageiros dos bondes, enquanto o carro parava diante da aglomeração, ficavam de pé e, gritando para os vendedores, solicitavam ansiosamente o jornal (“O Estado de S. Paulo”, 11 de julho de 1932).

Há trechos do texto que apresentam a preocupação em demonstrar o interesse feminino nos eventos e sua relação com o jornal, pois:

[...] o interesse com que as senhoras acompanham o desenrolar dos factos. Os nossos telephones não cessam de tilintar e, a cada passo, uma voz feminina pedia informações, dirigia palavras de apoio aos combatentes, transbordando de entusiasmo cívico (“O Estado de S. Paulo”, 11 de julho de 1932).

Houve um empenho dos redatores do jornal em ressaltar o entusiasmo de vários setores da sociedade paulista em participar do Movimento, fosse indo às ruas através de manifestações, como a exibida na oitava imagem da página, ou voluntariando-se para integrar os batalhões.

O segundo jornal analisado foi o “Diário de Notícias”. Por tratar-se uma edição “extra” não foram localizadas informações sobre os redatores e diretores do volume, no entanto, foram impressos os dados sobre o ano, III, o número da tiragem, 750 e a localização da redação e da gráfica, Rua Buenos Aires, nº 154. As demais referências foram encontradas nos registros da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional:

O *Diário de Notícias* foi um matutino de tamanho *standard* lançado a 12 de junho de 1930 no Rio de Janeiro (RJ), por três jornalistas egressos de O Jornal, dos Diários Associados: Orlando Ribeiro Dantas (o regente da iniciativa e diretor da nova folha), Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel

manutenção das leis e do quadro governamental, primeiramente, e também recebe a conotação do ideário anticomunista existente no estado de São Paulo, sendo uma das principais bandeiras de luta (CAPELATO, 1981, pp. 58).

Bruna Oliveira da Silva
Graziela Mazzeo Madeira

Segundo. Inicialmente propriedade de uma sociedade anônima presidida por Manoel Magalhães Machado, com Aurélio Silva como secretário, o periódico surgiu moderno e arrojado, contextualizado na guinada que consolidou a estrutura empresarial na imprensa brasileira. Após se firmar como um dos mais importantes diários do jornalismo brasileiro, tendo apoiado e, sobretudo, combatido a política de diversos governos distintos, ocasião em que se mostrou ambivalente, circulou até novembro de 1976, após falhar em seu projeto de colher dividendos ao adotar uma linha favorável ao governo militar instaurado com o golpe de 1964⁶.

A data é a mesma da análise dedicada ao jornal "O Estado de S. Paulo", 11 de julho de 1932. Como mencionado anteriormente, este é um jornal carioca.



Imagem 2: "Diário de Notícias", 11 de julho de 1932

⁶ Informações contidas no site da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-rio-de-janeiro-1930/>>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

A estrutura da página contém oito imagens de tamanhos variados e todas referem-se às personalidades políticas da época, apresentadas a partir da legenda das fotografias, que possuem ambiguidade, pois permitem interpretações distintas, como pode ser observado a seguir: “Sr. Pedro Toledo, que abandonou o governo paulista” (“Diário de Notícias”, 11 de julho de 1932). A partir da leitura, pode-se interpretar que Pedro de Toledo posicionou-se de forma contrária ao Movimento. No entanto, pode-se também compreender que a utilização do verbo “abandonar” enfatiza o desligamento desta personalidade do cargo de interventor estadual, designado por Getúlio Vargas. Como se sabe, Pedro de Toledo assumiu o governo do estado a partir da legitimação popular e não através da nomeação externa feita pelo chefe do Governo Provisório.

Enfatiza-se a imagem do General Isidoro, por meio de seu tamanho diferenciado e de seu posicionamento central na página. A legenda de sua foto é a única a apresentar-se de forma clara, pois afirma: “General Isidoro, chefe do movimento de 24 em São Paulo e chefe do novo movimento paulista.” (“Diário de Notícias”, 11 de julho de 1932).

Na parte inferior da página há dois destaques, o primeiro intitulado: “Uma Proclamação do Governo aos ‘Soldados da Ordem’ - o que diz o sr. Getulio Vargas, sobre o movimento” e a outra: “As Notas Officiaes da Policia”. O seu conteúdo, assim como o do jornal, é uma tentativa de diminuir a importância do Movimento, a partir do uso de uma adjetivação negativa, ou seja, do isolamento de São Paulo perante o restante do Brasil e da ênfase no apoio de outros Estados às ações repressoras do Movimento, lideradas pelo Governo Provisório, como pode ser observado no seguinte trecho retirado da publicação:

Explodiu hontem, em São Paulo, um movimento sedicioso, do qual participam apenas dois corpos da guarnição daquelle Estado. O movimento se acha circumscripito à capital de São Paulo, estando o resto do paiz em perfeita ordem. O governo domina inteiramente a situação, já havendo recebido dos interventores dos Estados a segurança de se encontrarem em condições de prestar auxílio efficaz ao restabelecimento da ordem (“Diário de Notícias”, 11 de julho de 1932).

Além de mostrar a situação de São Paulo, o jornal também se preocupava em fornecer notícias sobre outros estados, entre eles: Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande Sul, reforçando seu posicionamento favorável a Getúlio Vargas.

Comparando-se os jornais desta data, destaca-se o posicionamento contrário de ambos, pois "O Estado de S. Paulo" exalta o Movimento de 1932 a ponto de denominá-lo como "Movimento Constitucionalista" ou como "Revolução". Já o "Diário de Notícias" utiliza primeiramente uma denominação semelhante àquela usada pelo "Estado de S. Paulo", no caso "movimento revolucionário", no entanto, no decorrer da página, os editores adjetivavam o Movimento com as seguintes nomenclaturas depreciativas: "movimento subversivo contra o governo", "movimento sedicioso", "golpe de contra-revolução", interpretado como golpe contra a Revolução de 1930, além de outras denominações, como "levante de S. Paulo".

Percebe-se também, por meio da utilização das imagens, a diferença de posicionamento entre ambos, pois "O Estado de S. Paulo" confere maior ênfase ao apoio de vários setores sociais ao Movimento. Já o "Diário de Notícias" renega o apoio dos vários setores ao Movimento e só utiliza pequenas imagens de políticos.

O conceito de "ordem" difere em ambos, já que o primeiro jornal analisado utilizava-o da seguinte forma: "ordem" significa tanto a manutenção das leis quanto o combate ao Comunismo. No segundo jornal, "ordem" significava manter o projeto de um Estado intervencionista como o vigente, de modo a combater o Movimento paulista.

O mesmo ocorre com a visão tida acerca do apoio do Exército: ambos dizem que o setor lhes fornecia suporte. O primeiro afirmava na legenda da oitava foto que o Exército⁷ era favorável ao Movimento, enquanto o segundo declarava que apenas dois aquartelamentos o apoiaram e reivindicava para si o apoio de todo o restante, como pode ser lido nos dois destaques do "Diário de Notícias".

7 Interpretou-se que a designação "Exército" correspondia à totalidade da corporação e não apenas a uma porção dela.

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

O terceiro jornal escolhido consiste no exemplar de “O Estado de S. Paulo” do dia 04 de outubro, número 19.302. As demais informações são semelhantes ao primeiro jornal analisado. A estrutura da página difere do primeiro exemplar, pois não apresenta nenhuma fotografia ou imagem ilustrativa do momento retratado. Entretanto, possui três anúncios propagandísticos, dois referentes a medicamentos e um último que faz menção à retomada do sistema de telégrafos para envio de notícias ao exterior.

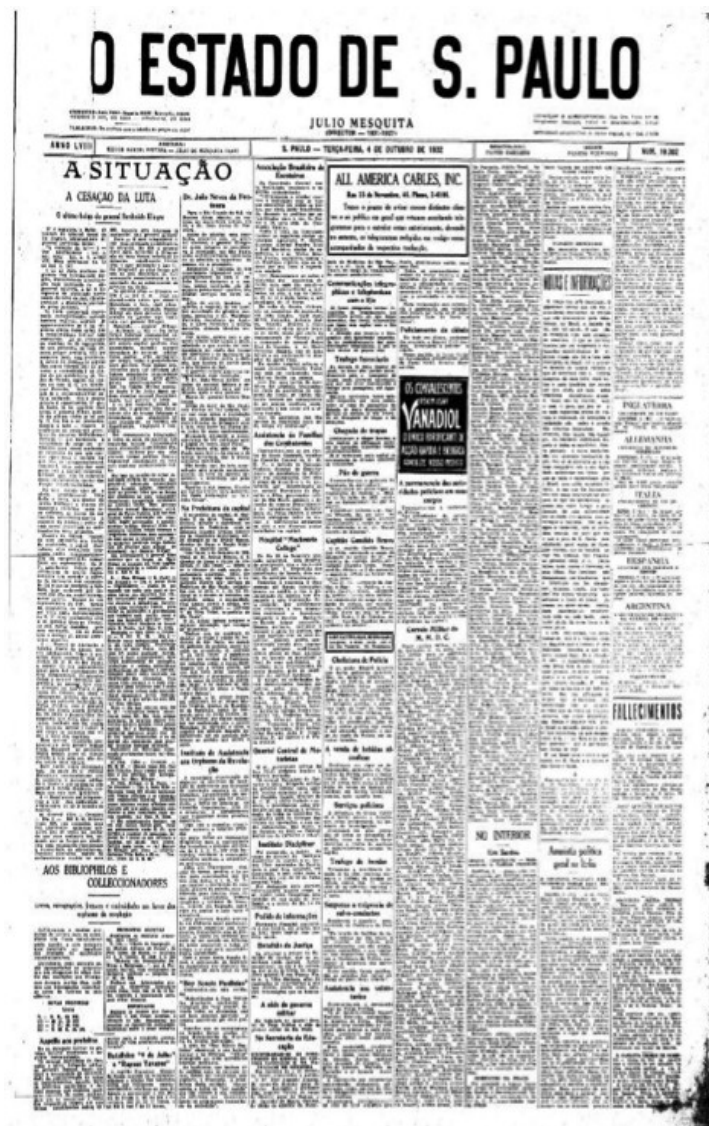


imagem 3: “O Estado de São Paulo”, 04 de outubro de 1932

Nota-se também a ausência de uma manchete, que costumava exibir a principal notícia do dia. Em uma primeira visualização também se destaca o excesso de informações e a grande quantidade de notícias. Com sua leitura, observa-se que a maioria retrata o Movimento de 1932.

O primeiro destaque trouxe um resumo acerca das negociações para o término do conflito. A direção do jornal expôs que as negociações foram iniciadas em fins de setembro, trazendo como exemplo vários boletins sobre: “A Cesação da Luta” (“O Estado de S. Paulo”, 04 de outubro de 1932). A partir da leitura, percebe-se que estes boletins não são plenamente claros, pois há falhas de comunicação entre os representantes de ambas as partes, como pode ser visto em: “Como, é fácil compreender, houve certos desencontros de operações, iniciativas e ordens, sobrevieram dificuldades de ligações e comunicações donde certa confusão em distribuição dos elementos.” (“O Estado de S. Paulo”, 04 de outubro de 1932).

Observa-se que uma das resoluções tomadas se refere à deposição do governo civil e a instituição de um governo militar. Pedro de Toledo foi então deposto para que o Coronel Herculano de Carvalho e Silva assumisse o cargo. Por ser militar, sua nomeação foi aceita pelo Governo Provisório.

A troca de cargos políticos ou manutenção deles é um dos destaques da página, pois se noticia tanto a mudança de postos estaduais quanto a manutenção de cargos municipais:

[...] tendo em vista a necessidade da continuidade da administração de todos os departamentos, appella para os prefeitos municipaes e demais pessoas que exercem qualquer parcella do poder público, para que se conservem à testa dos respectivos cargos, até que outras providencias sejam, tomadas para completa normalidade da vida administrativa do Estado (“O Estado de S. Paulo”, 04 de outubro de 1932).

Interpretou-se que as medidas foram tomadas com a intenção de evitar distúrbios locais, tendo em vista que o controle do governo estadual estaria assegurado nas mãos de um militar, sendo este governo instalado no Quartel General da Força Pública. No entanto,

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

Gofredo T. da Silva Telles, então Prefeito de São Paulo, entregou o governo da capital, retirando-se até que um novo substituto fosse apontado.

O restante da página refere-se aos diferentes objetivos que relatam a situação de vários setores envolvidos nos conflitos, justificando-se a quantidade de informes como uma tentativa de mostrar a retomada da vida cotidiana, por exemplo: graças ao restabelecimento das comunicações com o Rio de Janeiro; interdição do trânsito de bondes após às 21 horas e restabelecimento do tráfico ferroviário para passageiros; proibição da venda de bebidas alcoólicas e fechamento dos bares às 23 horas.

Houve também a preocupação em demonstrar que não ocorreu injustiça para com os envolvidos nos acontecimentos, quando o jornal mencionou a assistência aos doentes; aos órfãos e todos os envolvidos nos conflitos do Movimento; o pagamento aos voluntários, oficiais e praças; informações às famílias dos combatentes e notas de falecimento.

Além dos informes, também trouxe notícias sobre um conflito no Porto de Santos e outrossim relatou acontecimentos nos seguintes países: Argentina; Itália; Alemanha; Inglaterra e Espanha.

Em uma sessão intitulada “Notas e Informações”, os editores exibiram seu posicionamento favorável ao Movimento. Não é mencionado o termo “derrota” e também não se tem uma manchete que comente o “término” dos conflitos, há apenas uma menção positiva para o fim:

O que se encerrou hontem por um inesperado e melancólico desffalecimento de algumas tropas, não foi a luta pela redempção do Brasil: foi o primeiro episódio da batalha iniciada e que só terminará com a victória completa da mais bella, mais nobre e mais brasileira das causas por que, ainda, até hoje, mãos brasileiras empunham armas (“O Estado de S. Paulo”, 04 de outubro de 1932).

Foram exibidas as negociações e expostas a troca da cúpula do governo estadual, mas não se assumiu que o Governo Provisório retomou o comando do estado: “S. Paulo não deve

desanimar. O gigantesco esforço que elle fez, assombroso movimento de reacção que elle desencadeou para restabelecer, no Brasil, o império da lei, não foi estéril." ("O Estado de S. Paulo", 04 de outubro de 1932).

No destaque, afirmou-se que São Paulo não deve desanimar, pois o esforço realizado procurou desencadear o restabelecimento da lei no Brasil, e não apenas em São Paulo. A causa seria, portanto, nacional e legítima, a partir da visão daqueles que participaram do Movimento.

É notável a ênfase dedicada à tentativa de demonstrar uma continuação da luta pelos objetivos reivindicados, sendo eles relacionados principalmente ao retorno do quadro constitucional em todo país, ao que se destaca a afirmação: "O que não se conseguiu hoje, será conseguido amanhã." ("O Estado de S. Paulo", 04 de outubro de 1932).

Nota-se também a procura em explicitar a popularidade e a participação dos habitantes da cidade no Movimento:

O Povo, que deu de si as mais espantosas provas de bravura e resistência, de intrepidez e resignação não se deu à pressão dos exércitos dictatoriaes. Não afrouxou. Não recuou. Não transigiu. Ao contrário: continuava disposto a todos os sacrifícios. Estava prompto a novos martyrios. [...] Não se resigna à escravidão, nem se considera vencido, um povo que fez o que o povo de S. Paulo, com admiração geral, acaba de fazer ("O Estado de S. Paulo", 04 de outubro de 1932).

No entanto, em "Notas e Informações", assim como ao longo de todo o Movimento, interpreta-se que a garantia dos direitos individuais, presentes no ideário liberal, não pretende ser expandida a todos os setores sociais. O operariado, por exemplo, é excluído da memória do Movimento de 1932 (CAPELATO, 1981, pp. 64), pois a elaboração das leis trabalhistas era vista pela elite paulista como uma intervenção estatal na economia e na política do Estado. A classe dominante se mobilizou contra o encaminhamento das questões sociais e conseqüentemente contra a aprovação dos benefícios legais dedicados à classe trabalhadora (CAPELATO, 1981, pp. 70).

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

O tratamento dedicado pela elite paulista aos imigrantes, negros e indígenas participantes do Movimento, naquele contexto, foi elogioso, pois houve a necessidade de integrá-los à “raça privilegiada dos paulistas” (CAPELATO, 1981, pp. 31). A necessidade de se formar tropas para os conflitos fez com que a propaganda apelativa em torno do recrutamento atingisse setores que até então eram excluídos, no caso negros e indígenas. Contudo, a integração teve seu término quando as tropas constitucionistas foram dispensadas.

Ressalta-se o caso da Legião Negra, um batalhão formado somente por negros: “Cabe mencionar que o batalhão foi exterminado. Dessa unidade, não restou nem mesmo o registro dos nomes dos mortos.” (CAPELATO, 1981, pp. 30). No caso dos indígenas, sabe-se que 75 membros da sociedade Avai formaram um batalhão que ficou aquartelado no mesmo local ocupado pela Legião Negra. Entretanto, não se tem informações suficientes acerca dos acontecimentos que se abateram sobre eles, interpretando-se assim a ausência como mostra da secundariedade destes indivíduos na perpetuação da memória do Movimento.

No término da nota, é dito que: “É um Brasil novo e forte o que surgiu em S. Paulo e o futuro é dos novos e fortes.” (“O Estado de S. Paulo”, 04 de outubro de 1932). Interpreta-se a finalização como sendo dotada de um tom restrito, que resume o Brasil à cidade de São Paulo, sendo todo o restante do país negligenciado.

O quarto jornal analisado foi a página inicial do “Diário de Notícias” do dia 04 de outubro de 1932, que informava o número da tiragem, 833, e a localização da matriz continuava sendo a mesma da edição anterior. Em relação à estrutura, ressalta-se a quantidade de informações existentes no topo da página⁸, sendo uma delas a manchete principal: “A Terminação da

8 Ao todo, podem ser lidos nove destaques: “Normaliza-se a vida da Paulicéa. Inumeras pessoas voltaram á actividade de antes do movimento, procurando coordenar seus negócios”; “Como Decorreu o Dia de Hontem na Capital Paulista”; “Restabelecidos os serviços de Correios e Telegraphos Para o Visinho Estado”; “O General Klinger e seu Estado Maior Chegarão Hoje a Esta Capital”; “Um boletim do comando da Força Pública Paulista ao povo”; “Declarações do novo Governador Militar de S. Paulo”; “O Engenheiro Mario Cabral assume a responsabilidade dos actos praticados na vigência de sua administração na Central do Brasil”; “A prisão de vários políticos e principaes chefes da M.M.D.C.” e “Noticias do Ministerio da Guerra” (“Diário de Notícias”, 04 de outubro de 1932).

Guerra Civil". As notícias sobre o Movimento de 1932 continuavam a ser expostas na quarta página do jornal, no entanto, devido ao recorte feito neste artigo, ela não será analisada.



Imagem 4: "Diário de Notícias", 04 de outubro de 1932

Modificou-se a nomenclatura utilizada para retratar o Movimento, é dito "guerra civil", ao invés das denominações usadas por este mesmo jornal na edição do dia 11 de julho do respectivo ano.

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

Na parte central da página é possível observar uma imagem chamativa, que exibe a ilustração de um homem trabalhando em uma fábrica, com chaminés, edifícios e, ao longe, uma aparente lavoura. Aqui é válido ressaltar que a figura possui seu próprio quadro textual, cujas dimensões se destacam aos olhos dos leitores, assim como uma legenda: “Após as exaltações tumultuárias da desillusão da victoria pelas armas, a Paulicéa retomará, aos poucos, o seu rytmo normal de vida operosa e fecunda” (“Diário de Notícias”, 04 de outubro de 1932).

No quadro encontra-se um texto elucidativo, nele foi ressaltado a retomada da vida cotidiana anterior ao Movimento. Pode-se interpretar que os termos utilizados no texto denotam o posicionamento do jornal em relação aos acontecimentos destes três meses de conflito. Para eles, houve uma derrota: “encerrou-se, afinal” o Movimento e então é preciso “retomar, reiniciar, restabelecer a ordem”.

Fato interessante é que já a primeira nota da página intitula-se “Normaliza-se a vida na Paulicéa” e a primeira frase diz: “A cidade está calma.”. Portanto, interpreta-se que ocorreu a finalização dos conflitos, restabelecendo assim a “ordem” e enfatiza-se a normalização da vida cotidiana.

Há, no entanto, uma contradição entre esta aparente “calma” reinante em São Paulo e a seguinte menção: “O dia de hoje, porém, ainda foi de confusão, sentindo-se em toda a parte uma profunda depressão”.

No tópico, ressalta-se que o Movimento esteve isolado em relação ao restante do país. As motivações para o início dos conflitos não são, de acordo com os editores, nacionais. Destaca-se também uma abordagem acerca do reforço policial na cidade, que se deve ao receio de invasões em prédios públicos e principalmente em garantir que o Movimento não fosse reiniciado.

Outra nota interessante é: “Boletim do commando da Força Publica Paulista”. Nele, se noticia o acordo firmado entre o comando das forças federais e os emissários das forças constitucionalistas. Foi decidido que a Força Pública retornaria a executar seu papel original de manter a ordem e garantir a propriedade.

Foi noticiada pelo jornal a deposição do governo civil paulista, visto que Pedro de Toledo foi deposto com o objetivo do coronel Herculano de Carvalho da Silva assumir a direção do estado paulista, no cargo de governador militar.

Estes tópicos: “Boletim do commando da Força Publica Paulista”; “Cumprindo ordens”; “Deposição do sr. Pedro de Toledo” e “Declarações do governador militar de S. Paulo”, descritos nos dois parágrafos anteriores, possibilitavam interpretar que houve uma apropriação da Força Pública pelo Governo Federal ao fim dos conflitos, pois no seu olhar a Força Pública havia se deslocado do papel que lhes era designado pelo estado. A apropriação deu-se por meio da própria natureza militar, uma vez que um militar habitualmente segue a ordem vigente, independentemente de seu posicionamento pessoal.

No entanto, este pressuposto foi rompido no início dos conflitos, já que a Força Pública se manifestou “contra” o Governo Provisório. Tanto que, mesmo com a nomeação do coronel Herculano, ele declarou à imprensa:

Affirmou que assumia o poder numa hora difficio e cheio de responsabilidade. Pedia à imprensa que transmitisse seu appello ao povo, para que tenha calma e se mantenha em ordem, suspendendo qualquer juízo sobre o momento histórico que S. Paulo atravessa. Acrescentou que, em tempo oportuno, a verdade surgirá inteira, e concluiu dizendo que ia reunir os elementos preponderantes da sociedade paulista, para encaminhar, com a collaboração delles, os problemas mais urgentes (“Diário de Notícias”, 04 de outubro de 1932).

Pode-se inferir que a aparente contradição, causada pelo rompimento do pressuposto e logo em seguida o retorno do papel inicial desempenhado pela Força Pública, tenha ocorrido devido à conclusão e frustração, por parte do setor militar, de que o Movimento não poderia continuar principalmente em decorrência da ineficiência política. A possibilidade de ruptura

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

com o Governo Provisório foi o que demonstrou a participação independente do setor na sociedade e no Movimento.

A partir da leitura do tópico “Aos voluntários paulistas”, escrito pelo Coronel Herculano, se exemplifica a frustração da Força Pública perante a gestão política do Movimento:

Accresce, para agravar a situação militar para a qual muito concorreu a incapacidade política dos dirigentes da revolução, visto como a situação militar era e é consequencia natural e logica da orientação política, que tudo faltou, não se importando sequer um cartucho ou fuzil (“Diário de Notícias”, 04 de outubro de 1932).

É interessante o direcionamento apresentado pelo Coronel Herculano quando ele dedicou a proclamação citada acima para as forças constitucionistas. O Coronel utilizou a nomenclatura “voluntários” quando se referia aos combatentes, sugerindo a ideia de que todos aqueles que participaram das lutas o fizeram por iniciativa própria ou tinham decidido pela luta armada como a melhor forma de obter os ideais almejados.

Entretanto, existiam setores contrários ao Movimento dentro da própria elite paulista:

[...] J. A. Marrey Jr. (antigo membro do Diretório do PD), revelando divergências no seio do Partido no período que antecedeu a eclosão da luta armada [...]: 'Repugnava-me a idéia de uma revolução. São Paulo não estaria para ela preparado'. [...]. 'Fui contra a Revolução porque sabia que São Paulo ficaria sozinho'. [...] 'Marrey Jr. Encabeçava uma ala minoritária do Partido Democrático. Seu documento mostra, porém, que não houve unanimidade quanto à idéia de se fazer uma revolução' (CAPELATO, 1981, pp.79-80).

Assim, Capelato evidencia, por meio da análise documental, as divergências ocorridas na própria decisão pelo começo ou não do Movimento.

Em seguida, nos tópicos: “A Submissão do General Klinger”; “Radios trocados entre o general Goés Monteiro e o general Klinger” e “A parte final do ultimo boletim do general Klinger”; se relatou sua submissão perante o Governo Provisório, e assim como o coronel Herculano de Carvalho, Klinger afirmou: “[...] declaro que são minhas intenções, deante da

impossibilidade de continuar a luta com qualquer expectativa de bom exito [...]” (“Diário de Notícias”, 04 de outubro de 1932).

Em seguida, o jornal destacou o restabelecimento das comunicações entre São Paulo e Rio de Janeiro; a declaração do engenheiro Mario Cabral, que relatou o término das atividades militares constitucionalistas, na estação Central do Brasil, assumindo sua responsabilidade.

Já a nota “Em regosijo à terminação da luta no Brasil” trouxe uma comemoração feita pelos imigrantes japoneses pela possibilidade de adentrar o país após a cessação da luta. Procura-se demonstrar assim, que o Movimento se apresentava como um transtorno para a sociedade brasileira como um todo, inclusive para os imigrantes. Tal percepção se dá quando se lê as duas notas seguintes do jornal intituladas “Informações da ‘United Press’” e “O ‘Ciudad Concepcion’ pôde, afinal, reencetar viagem”. Destacando na primeira nota que, para os editores: “Foi restabelecida a tranquilidade na cidade [...]”, e na segunda: “[...] aquella embarcação pôde afinal deixar aquella porto [...]”, no qual foi retido pelos paulistas.

No destaque “A ultima reunião do secretariado paulista” nota-se uma ressalva: “Não pôde haver assim a transmissão regular do poder, quando o coronel Herculano de Carvalho assumiu o controle militar e administrativo da capital.”, conclui-se que o governo instaurado não é legítimo.

Na última coluna da página do jornal “Diário de Notícias” nomeada “Felicitações do general Goés Monteiro ao chefe do governo” é interessante a utilização do termo “[...] victoria das tropas legaes”. Para as forças federais houve realmente uma vitória e há uma diferença de nomenclatura para as tropas, pois até o momento elas eram denominadas apenas como tropas federais, e aqui nota-se o uso de um adjetivo mais contundente para legitimá-las.

Na comparação dos jornais do dia 04 de outubro de 1932 percebe-se que eles apresentavam posicionamentos contrários, mas há também semelhanças, que se restringem às notícias factuais, sendo elas apenas duas: a nomeação do coronel Herculano de Carvalho

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

como governador militar do estado paulista e a retomada das comunicações entre o governo federal, com sede no Rio de Janeiro, e São Paulo.

Em relação às diferenças, a disposição estética apresentada no jornal “O Estado de S. Paulo” é mais saturada, pois há um maior número de informações na página, do que na primeira folha do jornal “Diário de Notícias” na mesma data.

Destaca-se, também, os diferentes posicionamentos encontrados nos referidos jornais sobre o informe da situação militar e das discussões em torno do término do Movimento. No “O Estado de S. Paulo”, aparentemente ocorreram negociações confusas, restritas ao general Góes Monteiro e ao general Klinger para formalizar um armistício. Enquanto que no jornal “Diário de Notícias”, houve decisão por um término definitivo, aparentemente estabelecido a partir de uma conclusão majoritária, que afirmou a impossibilidade de continuação das hostilidades

Outra diferença de tratamento contida no “Diário de Notícias” refere-se ao tom elogioso adotado quando se fala na vitória das tropas federais. No entanto, no outro jornal trata-se de uma vitória que não é considerada legítima e nem definitiva.

Encontra-se também na página do jornal “O Estado de S. Paulo” um maior foco no retrato da situação social paulista. Fala-se no assistencialismo dedicado à população e também aos combatentes. Já no jornal “Diário de Notícias”, não está presente este foco, mas sim a preocupação em retratar a situação política do estado paulista.

Considerações finais

A partir das análises realizadas acerca das quatro páginas dos jornais pode-se dizer que eles se constituem como discursos⁹, defendem pontos de vista e posicionamentos políticos também por meio da imprensa, a qual se constitui como um veículo da opinião pública e, portanto, colabora com a expansão dos debates para além das instâncias governativas. Enquanto fonte histórica, as folhas dos jornais possuem historicidade, assim como o tratamento dedicado em sua análise pelos historiadores. Portanto, reconhecer que se trata de um meio de disputa política é o primeiro passo para compreender as diferentes posições que cada sujeito, enquanto voz pública, procurara favorecer e disseminar nas diversas páginas, de modo a angariar o maior número possível de indivíduos à sua causa¹⁰.

Portanto, não é possível tê-los como uma verdade absoluta, visto que o campo é entendido como um conceito relativo e por vezes plural. É preciso encará-los como uma possibilidade de se conhecer os variados pensamentos políticos e sociais existentes na época.

Com a análise, nota-se também que a imprensa desempenhou um papel relevante, no caso do jornal "O Estado de S. Paulo", como fomentador do próprio Movimento, visto que agiu não apenas como um veículo informativo, mas também como um agente propagandístico com a função de exaltar os voluntários combatentes e a população paulista. Enquanto o "Diário de Notícias" assumiu uma postura contemplativa, no entanto, mais favorável à causa federal.

9 Por discurso entende-se o exposto por Keith Jenkins, no livro *A História Repensada*. Nele, o autor relaciona a palavra "discurso" ao conceito de história. Para Jenkins, discurso é a expressão de um determinado poder e dos interesses pertencentes ao grupo social que os detém. O discurso veicula-se ao conceito de história quando se acredita que o segundo é mais do que uma matéria ou uma disciplina escolar. A história pode ser vista como um "campo de força", que expõem ou exclui os interesses de um determinado grupo social de acordo com sua vontade, ou seja, ter o domínio da história significa ter o próprio poder em mãos.

10 Para análise mais pormenorizada da imprensa ver: LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Opinião Pública". In: João Feres Júnior (org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

Os jornais são provedores e difusores de discursos, cumprem sua função informativa ao trazerem relatos e textos acerca dos acontecimentos referentes ao Movimento. Além de influenciar a opinião pública de modo que podem apresentar, em algum momento, distintas contradições. A sua constituição como veículo de ideias pode não possibilitar o controle total de seus editores sobre seu conteúdo e sobre a interpretação que se pode ter a partir da leitura, mesmo que apresente como um todo determinado tipo de coerência textual.

No “Diário de Notícias” foi possível observar que as contradições se apresentaram nas duas páginas analisadas, enquanto que “O Estado de S. Paulo” seguia uma única via argumentativa, mesmo diante da situação de derrota bélica, quando seria cabível o abandono da causa dita por eles como Revolucionária.

Por fim, os jornais representam uma possibilidade ampla para entendimento da situação social existente por detrás do Movimento. A sociedade esteve envolvida nos acontecimentos e entendê-la significa compreender a própria natureza da dita Revolução.

Referências bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O movimento de 32: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: DIFEL, 1975.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista*. São Paulo: Oficinas da Editorial Helios Limitada, 1926.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. In: *Revista Estudos Históricos* (FGV), São Paulo, vol. 01, n° 01, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Da diversidade às desigualdades: A questão étnica e os projetos de integração nacional do Brasil". In: *Revista Praia Vermelha* (UFRJ), Rio de Janeiro, v.08, n°01, 2003. Semestral. Disponível em: <<https://revistapraiavermelha.wordpress.com/edicoes-antteriores/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MONTEIRO, John Manuel. "Caçando com gato: o problema da mestiçagem na obra de Alfredo Ellis Jr.". In: *Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*. Caxambú, Minas Gerais, 1993.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Opinião Pública". In: João Feres Júnior (org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. "Liberalismos nacientes en el Atlántico iberoamericano: «liberal» como concepto y como identidad política, 1750-1850". In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Director). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2009. Versão *on-line* disponível no site: <<https://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2015/08/diccionario-politico-y-social-del-mundo-iberoamericano-1750-1850.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

Sites utilizados

Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-rio-de-janeiro-1930/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Diário de Notícias: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 04 de maio de 2018.

Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850: <<https://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2015/08/diccionario-politico-y-socialdelmundo-iberoamericano-1750-1850.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

O Estado de S. Paulo: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 04 de maio de 2018.

Revista Estudos Históricos (FGV): <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Revista Praia Vermelha (UFRJ): <<https://revistapraiavermelha.wordpress.com/edicoes-antteriores/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Imagens

Imagem 1: O ESTADO DE S. PAULO. Edição de 11 de julho. 1932.

Análise dos jornais: “O Estado de S. Paulo” e “Diário de Notícias” Diferentes posicionamentos da imprensa acerca do Movimento de 1932

Imagem 2: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Edição de 11 de julho. 1932.

Imagem 3: O ESTADO DE S. PAULO. Edição de 04 de outubro. 1932.

Imagem 4: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Edição de 04 de outubro. 1932.



dossiê



Afinal, o que é o tempo?

João Paulo Pimenta*

À sedutora pergunta “o que é o tempo?”, Santo Agostinho pode oferecer, se não exatamente uma resposta clara, ao menos um alento. Sua afirmação, elaborada em algum momento entre fins do século IV d.C. e começos do seguinte, é a de que ele pareceria saber do que se tratava o tempo somente se ninguém o perguntasse; caso contrário, não saberia explicá-lo. Universalizando sua afirmação, Santo Agostinho parece nos envolver, inclusive quando nossa tarefa é, precisamente, a de explicar o que é o tempo (daí o considerável número de obras que, voltadas ao tema, evocam o célebre bispo de Hipona - do mesmo modo, aliás, que aqui o fazemos). Afinal, todo mundo parece saber algo sobre o tempo e, mesmo assim, ele continua fugidio.

A fim de minimizar riscos de excessivas fragmentações e descontextualizações, vale a pena ler, na íntegra, o breve capítulo 14 (“O que é o tempo?”), parte do livro XI das *Confissões* (“O homem e o tempo”), no qual, como em todo o livro, Santo Agostinho se dirige diretamente a Deus:

“Não houve tempo nenhum em que não fizésseis alguma coisa, pois fazíeis o próprio tempo.

Nenhuns tempos Vos são coeternos, porque Vós permanecéis imutável, e se os tempos assim permanecessem, já não seriam tempos. Que é, pois, o tempo? Quem poderá explica-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente.

De que modo existem aqueles dois tempos – o passado e o futuro –, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas

*Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? Para que digamos que o tempo verdadeiramente existe, porque tende a não ser?"¹

Esse é só começo de uma longa argumentação que, para todos os efeitos, enseja muitas perguntas e também muitas respostas. Inclusive a de que o tempo que não se explica “clara e brevemente”, é algo que se reporta a Deus, é um tempo de tudo, que não muda, é uma *eternidade*. Um tempo que não se confunde, portanto, com o tempo próprio dos homens, e que a eles é facultada apenas em uma operação espiritual².

É assim que aquilo que poderia ser indefinível se converte, em uma leitura histórica de Santo Agostinho, em uma definição. Evidentemente, uma definição de acordo com padrões de pensamento e dos limites conceituais estabelecidos por uma determinada época, das condições de ação intelectual de uma determinada sociedade, bem como dos condicionamentos parcialmente materiais que a envolvem. Pode-se acrescentar: o tempo é sempre uma pluralidade dinâmica, simultânea, assimétrica e hierarquizada de tempos sociais³. Nesses termos, a discussão agostiniana-cristã em torno do tempo – ainda atual – é um, dentre muitos exemplos, de manifestação social em relação ao tempo, passível de análise do ponto de vista da História.

Uma “História Social do Tempo” em contornos gerais e preliminares foi o escopo e o título de uma disciplina optativa de graduação que ministramos junto ao Departamento da História da Universidade de São Paulo em três semestres entre 2013 e 2017. Nela, o esforço de cerca de 450 alunos - muitos assíduos, inteligentes e corajosos - foi direcionado para a elaboração de trabalhos temáticos que versassem sobre temas e fontes dos mais variados,

1 AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Abril, 1973, p.243-244 (Coleção *Os pensadores*, v.VI. Trad.: J. Oliveira Santos, S.J., & Ambrósio de Pina, S.J.).

2 WILBERDING, James G. Eternity in Ancient Philosophy. MELAMED, Yitzhak Y. (ed.). *Eternity: a history*. New York: Oxford University Press, 2016, p.14-55.

3 Como bem nos ensinam, dentre outros: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1976; e KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Paidós, 1993.

mas que convergissem para um duplo tratamento do tempo: este, como pressuposto inescapável da análise histórica, mas também objeto social a ser problematizado por essa análise. Dentre muitos excelentes resultados, alguns puderam se converter em artigos acadêmicos.

Um primeiro grupo formado por cinco artigos foi publicado pela revista *Hydra*, do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo⁴. Outros seis foram acolhidos nesta edição de *Epígrafe*: o de autoria de Ana Carolina Lebre, sobre o grande poeta russo Vladimir Maiakóvski; o de Celso Marçal Vieira, sobre uma imagem de um estádio de futebol inglês da década de 1970; o de Hermano Pinto Neto, a respeito de um texto bizantino do século XIII d.C.; o de Juliana Zanezi, sobre o célebre romance de Margaret Atwood, *The Handmaid's Tale*; o de Maria Clara Laet, que analisa uma peça de dança da grande coreógrafa Martha Graham; e o de Roberta Quirino Lopes, voltado a *Watchmen*, obra *comic* de grande circulação em todo o mundo nas últimas décadas.

Em seu conjunto, este inusual dossiê acadêmico apresenta análises de épocas e espaços variados, assim como empreendidas de modos singulares por seus respectivos autores. De comum a todos eles, destacam-se convergências no que concerne à dupla problematização acima enunciada – o tempo como pressuposto, o tempo como objeto. Além, claro, do fato de apresentarem contribuições historiográficas fortemente originais, das quais emanam auspiciosas expectativas relativas a historiadores que estão apenas começando sua trajetória profissional. Que seus esforços ensejem novos enfrentamentos à velha e ainda atual pergunta, e para a qual a disciplina histórica tem tantas respostas: afinal, “o que é o tempo?”.

4PAULINO, Mariana Ferraz. Os reformismos ilustrados português e espanhol: propostas para a compreensão de transformações comuns sob o prisma discursivo do “tempo”; SILVA, João Gabriel Covolan. Épico império: a questão dos tempos históricos em *Caramuru*; ALBUQUERQUE, Larissa. Uma análise do tempo na música popular brasileira: o álbum *Alucinação* (1976), de Belchior; MOHALLEM, Lucas da Costa. As formas do tempo no pensamento geográfico: a histórica como possibilidade em *Por uma outra globalização*; MIGUEL, Lievin Pontes. “Bomba explode na cabeça, estraçalha ladrão/fritou logo o neurônio que apazigua a razão”: análise das temporalidades e de suas quebras *Branco sai, preto fica* (2015), de Adirley Queirós. Todos em: *Hydra*, v.4, n.2, julho de 2018, “Dossiê História do Tempo no Brasil” (<http://www.hydra.sites.unifesp.br/index.php/pt/numeros/69-numero-4-volume-2-julho-2018>). No texto de apresentação, discorri com algum vagar sobre as bases teórico-metodológicas dessa abordagem: PIMENTA, João Paulo. Apontamentos para uma história do tempo no Brasil (apresentação do dossiê).

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos¹

Roberta Quirino *

Resumo: O tempo é o protagonista invisível das histórias em quadrinhos. Através dele, a visão do leitor também se torna fundamental para que a narrativa siga seu curso. No entanto, a subjetividade desse olhar de quem folheia as páginas ilustradas é o que torna a experiência das histórias em quadrinhos muito particular a cada um que se aventura pelos quadros de cada história. *Watchmen* é uma obra que usa o tempo como ferramenta fundamental de sua estrutura narrativa e de sua lida com os personagens. Ao analisar esta *graphic novel* por meio de tempos históricos nela representados (termo usado no meio quadrinístico para designar um subgênero das histórias em quadrinhos de conteúdo e linguagem mais complexas e narrativas longas com começo, meio e fim), pretendo analisar a influência da Guerra Fria não só nesta obra, mas também no gênero de quadrinhos da década de 1980; e o conceito nietzschiano do eterno retorno no personagem Dr. Manhattan / Jon Osterman, que também servirá como base para o conceito de sincronia do tempo. A relação do personagem com os relógios também será um ponto abordado juntamente com a ideia de escatologia e paranoia nuclear coletiva da época representada a partir da visão da dupla Moore e Gibbons.

Palavras-Chave: História em Quadrinhos, Guerra Fria, Watchmen, Tempo, Relógio.

1 Agradeço às companheiras e aos companheiros do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-FFLCH/USP) pelos debates que têm sido essenciais à minha formação e ao Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta por ter me ensinado que compreender os múltiplos estratos de tempo é essencial para o estudo de história.

*Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). Contato: roberta.quirinop@gmail.com.

A linguagem das histórias em quadrinhos

As histórias em quadrinhos já tiveram várias definições desde que surgiram como instrumento para contar histórias. Diversos estudiosos trazem definições sobre o papel específico das sarjetas neste tipo de narrativa. Will Eisner (2000) as define como arte sequencial; já Steve McCloud (2005, p. 9) nos traz uma definição um pouco mais completa, que coloca as HQs² como “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou produzir uma resposta no espectador”.

A partir desta premissa mais completa de McCloud, Kurowsky (2016, p. 19) analisa como as HQs quebram uma linearidade comum a outras mídias por meio do uso das sarjetas: espaços em branco entre os quadros que também têm uma função narrativa. Na imagem abaixo, por exemplo, podemos ver que a ação de ataque do personagem com o machado, no primeiro quadro nas mãos fica subentendida no espaço em branco de um quadro ao outro. No segundo quadro vemos somente a onomatopeia resultante do ataque:

² HQ e seu plural HQs são as abreviações comumente usadas de história em quadrinhos. Estes termos também serão explorados no presente trabalho.

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos



TM & © 2018 Mbooks

Imagem 1 – O que é a sarjeta, segundo Steve McCloud

Alexandre Linck Vargas (2015) também traz em sua tese de doutorado uma análise bastante abrangente sobre as sarjetas nas HQs. Ele coloca um importante debate sobre o papel destes espaços em branco entre os quadros seguem a visão de McCloud, citada acima, ou a enxergam de maneira mais funcionalista, como Thierry Groensteen. Sobre a visão deste pesquisador, Vargas ilustra (p. 279):

Deste modo, a sarjeta cumpriria, segundo Groensteen, somente a função (provisória) de anulação do quadro anterior, permitindo que o próximo exista como uma forma completa e compacta. “A ‘sarjeta’ entre dois quadros não é, portanto, o lugar de uma imagem virtual; é o sítio de uma articulação semântica, uma conversão lógica, de uma série de enunciáveis (os quadros) em uma indicação que é única e coerente (a história)”.

Barbara Postema (2013) também expande a problemática sobre a função das sarjetas nas histórias em quadrinhos. A autora coloca que estes espaços entre os quadros compõem uma página ao lado das molduras (ou margens) e dos próprios quadros. Para a autora, toda a composição da página fornece “signos formais (...) oferecendo estrutura e ordem”; desta forma, “Ambas, sarjetas e margens, são elementos paratextuais dos quadrinhos, criando condições materiais para o texto dos quadrinhos, mas ao mesmo tempo, também significam por elas mesmas.”

O uso das sarjetas, portanto, também faz parte da construção da narrativa, e o leitor se torna personagem principal neste processo porque parte dele a ação de construção dessa lacuna a partir de sua percepção sobre a história e o sentido que ela representa. Na imagem acima, não é mostrado o assassinato do personagem ameaçado por outro com um machado, mas somente seu grito no quadro seguinte; a sarjeta representa então o tempo do homicídio deste personagem, ato que foi completado pela nossa interpretação, enquanto leitores, da história contada.

O tempo do espaço em branco também faz parte da linguagem da história em quadrinhos, além das imagens e dos balões de fala. Assim como estes dois elementos, as sarjetas colaboram com a passagem do tempo que é contada nos quadros. Barnes (2009, p. 52) discorre sobre o papel do leitor neste processo e sua particularidade em relação a outras ferramentas:

Em particular, a arte sequencial se concentra nos incríveis mecanismos que o cérebro usa para costurar imagens sequenciais em uma experiência significativa da passagem do tempo (...) Em um quadrinho o movimento por meio do tempo é uma função controlada pelo espectador e não pelo editor. Leva tempo e o movimento literal dos olhos pelo espaço [dos quadros] para ler um quadrinho. As animações e o cinema produzem ilusões corporais de movimento, enquanto os quadrinhos colocam especial ênfase nas sensibilidades conceituais do leitor e capacidade de criar o encerramento [da narrativa]. (...) Quadros individuais geralmente ilustram um momento da narrativa, mas o tempo é criado na sarjeta. Lá, a imaginação humana junta duas imagens separadas e as transforma em uma única ideia.³

3 Tradução minha. No original: “In particular, serial art focuses on the amazing mechanisms the brain uses to sew

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

Assim sendo, o tempo tem, independente de qual história a ser contada, um papel fundamental no andamento e na conclusão de todas as narrativas. Mais do que um espaço em branco, as sarjetas representam uma estrutura que faz parte da história e que tem, no leitor, ator principal para que este movimento funcione. Além disso, esses tempos também são usados como as formas que Alan Moore e Dave Gibbons pensavam o mundo em que viviam.

A “Invasão Britânica” nos quadrinhos

“All comics are political” (MOORE *apud* Sabin, 1993, p. 89). Esta frase ilustra bem como Moore entende e usa seu trabalho a partir das histórias em quadrinhos. Ao lado de nomes como Neil Gaiman, Grant Morrison, Peter Milligan, entre outros, o autor britânico dos expoentes da denominada “invasão britânica” nos quadrinhos. Este movimento se iniciou a partir da década de 1960 e influenciou, primeiramente, gêneros musicais como o pop e o rock para depois se expandir para outras áreas do entretenimento norte-americano. A, assim chamada, “onda” das HQs, iniciada na década de 1980, desejava se afastar das tradicionais histórias de super-heróis e criar histórias mais autorais, onde o escritor seria o principal responsável por conduzir as histórias e não o editor, que, no mercado norte-americano, tinha um peso fundamental para indicar a direção de cada publicação. Segundo Rodrigues (2011, p. 54):

A “invasão britânica” contribuiu significativamente para imprimir nos quadrinhos norte-americanos características como uma maior preocupação com técnicas narrativas, enredos mais elaborados – menos preocupados com linearidade, menos maniqueístas –, e a negação e/ou revisionismo do gênero super-herói. A negação e/ou revisionismo do gênero super-herói talvez tenha sido a mais radical característica desse grupo, visto que o super-herói é um elemento

sequential images into a meaningful experience of the passage of time. (...) In a comic book images are physically adjacent but separated by a blank space called the gutter. In a comic the movement through time is a function controlled by the viewer rather than the film editor. It takes time and a literal movement of the eye through space to read a comic book. Animation and filmmaking produce corporal illusions of movement, while comics place special emphasis on the viewer’s conceptual sensibilities and ability to create closure. (...) Individual panels generally illustrate a moment in the narrative, but time is created in the gutter. “Here in the limbo of the gutter, human imagination takes two separate images and transforms them into a single idea.”

característico da sociedade norte-americana que quando transposto para outras culturas dificilmente obtém sucesso.

Alan Moore é frequentemente considerado como o precursor desse movimento que buscava inspirações políticas e filosóficas em um momento de desesperança, alimentado pela Guerra Fria (tema ao qual voltarei posteriormente) e pela paranoia nuclear coletiva advinda dela⁴. Ao lado do ilustrador também britânico Dave Gibbons, Moore criou sua visão sobre a sensação quase claustrofóbica que pairava no ar sobre a destruição iminente da humanidade. A década de 1980 trazia um sentimento de fim que se tornou o principal mote da narrativa de *Watchmen*, que mostra um mundo onde realmente existissem super-heróis sem quaisquer poderes especiais, sendo somente homens e mulheres encapuzados que portam ferramentas que os ajudam na luta contra o crime, como vigilantes acima da lei. Entre eles, somente um personagem se assemelha aos super-heróis tradicionais com poderes, o Dr. Manhattan, que será melhor analisado mais à frente.

As histórias em quadrinhos e a Guerra Fria nos anos 1980

A corrida armamentista nuclear entre Estados Unidos e União Soviética criou, no imaginário comum, uma sensação de insegurança apocalíptica. A inevitabilidade escatológica do confronto nuclear entre as duas grandes potências, uma capitalista e a outra comunista, foi retratada em diversas obras artísticas, e nas HQs não seria diferente. O sentimento de desconsolação global foi retratado em obras como *Batman: The Dark Knight Returns (1986)*, *Ronin (1987)*, *Elektra: Assassin (1986)*, de Frank Miller; *Black Orchid (1988)* e *The Sandman (1989)* de Neil Gaiman; *V for Vendetta (1982)*, *Batman: The Killing Joke (1988)*, *Swamp Thing (1984)* e *Watchmen (1986)*, todas do próprio Moore⁵.

4 A vida e obra de Alan Moore foram muito exploradas por diversos autores internacionais e brasileiros. No entanto, recomendo a leitura da biografia escrita por PARKIN, Lance. *Magic Words: The Extraordinary Life of Alan Moore*. London: Aurum Press Ltd, 2013; e também o artigo de VERGUEIRO, Waldomiro. Alan Moore: Biografia e obra comentada. 2017. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/v-de-vinganca/alan-moore-biografia-e-obra-comentada>. Acesso em: 2 nov. 2017.

5 Para mais informações acerca da influência da Guerra Fria na produção cultural da época, conferir CZIZEWESKI, Grégori Michel. *O fim está próximo: Poder, tensão e nostalgia na visão da Guerra Fria a partir de Watchmen*. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95069>>. Acesso em: 18 set. 2017. Algumas das imagens aqui referenciadas foram retiradas a partir da análise feita pelo autor e aprofundadas de acordo com

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

Segundo Cizeweski (2011, p. 113), em *Watchmen*, a “iminência da Guerra Nuclear e do consequente fim do mundo é representada, inúmeras vezes e de diferentes maneiras, pela figura de relógios que mostram um horário cada vez mais próximo das 12 horas, que simbolicamente seria o Juízo Final.” Assim, o pesar trazido pela iminente guerra nuclear arrebatou homens e mulheres comuns que perderam a “razão”:



Imagem 2 – O medo da Guerra Nuclear afeta as pessoas

Os heróis também são afetados. Este é o caso do personagem Daniel Dreibern, o Coruja, que vê seu relacionamento com Laurie / Espectral ameaçado pela possível Terceira

as intenções deste trabalho.

Guerra Mundial. Na sequência de quadros abaixo, vemos como Daniel corre ao encontro de Laurie e como o corpo de ambos é obliterado por causa da explosão nuclear. Mas no último quadro vemos que tudo não passa de um pesadelo de Daniel, aterrorizado pelo sonho que tivera.



TM & © 2018 DC Comics

Imagem 3 – Daniel Dreiberg / Coruja tem um pesadelo com a guerra nuclear

O fim parecia inevitável. Ao fim do capítulo 11 vemos a expressão das pessoas diante de uma explosão causada em Nova York, que matou milhares de pessoas na cidade, ilustrada na primeira página do capítulo 12. Mesmo que este assassinato em massa não tenha sido

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

resultado da guerra nuclear entre Estados Unidos e União Soviética é uma consequência dos planos de Ozymandias (alter-ego do famoso bilionário Adrian Veidt, que será explorado mais à frente), o medo retratado no rosto dos personagens mostra o resultado catastrófico construído no imaginário popular.



TM & © 2018 DC Comics

Imagem 4 – O fim nuclear traz a morte

A inevitabilidade do fim em *Watchmen* é retratada sempre pelo relógio, personagem fundamental na trama. Moore e Gibbons usam a referência do “Doomsday Clock” ou o Relógio do Juízo Final, um relógio simbólico criado em 1947 por físicos que compunham o *Bulletin of Atomic Scientists* da Universidade de Chicago, que definiu que quanto mais perto os ponteiros estivessem da hora 12, mais perto estaria a humanidade de seu fim⁶. A guerra atômica seria o meio deste extermínio.

⁶ O “Doomsday Clock” ou Relógio do Juízo Final é uma representação simbólica que mede o fim do mundo a partir das relações políticas, econômicas e sociais dos países. Para acompanhar a linha do tempo atual do “Doomsday Clock”, conferir <https://thebulletin.org/>.

Já no início da trama de *Watchmen* vemos uma manchete de jornal que mostra que o relógio marca cinco minutos para a meia-noite, o que enfatiza o peso da iminente guerra atômica mostrada na obra e seu alcance na mídia, de acordo com a medição do Relógio do Juízo Final.

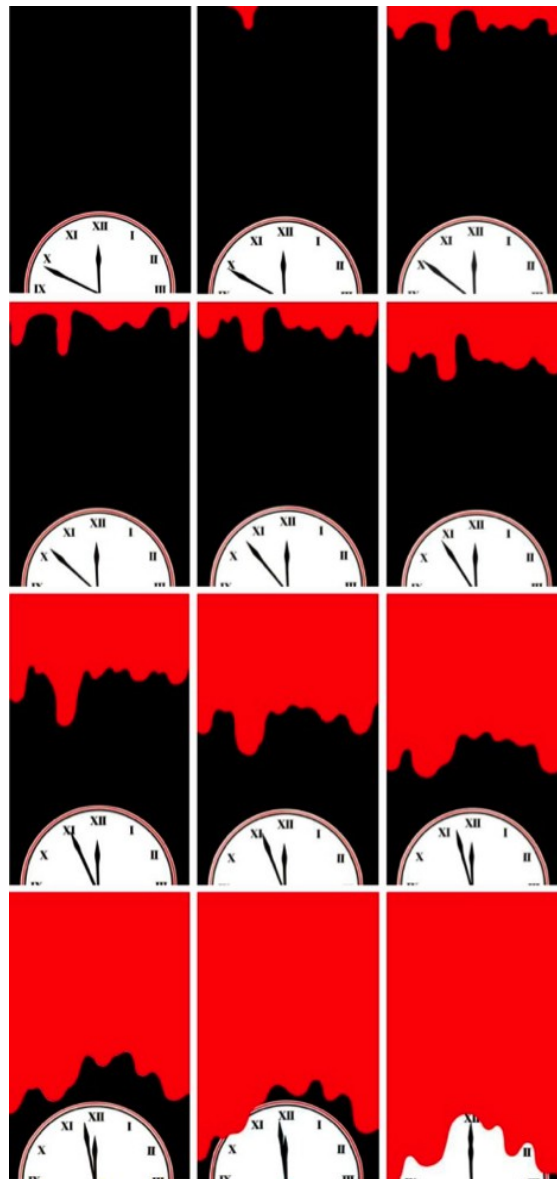


TM & © 2018 DC Comics

Imagem 5 – Adrian Veidt / Ozymandias e o alarde da mídia sobre o Relógio do Juízo Final

Além disso, as contracapas das doze edições estadunidenses também mostram o desfecho inevitável: a cada quadro a meia-noite está mais próxima e o sangue toma conta de cada página:

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos



TM & © 2018 DC Comics

Imagem 6 – Quanto mais próximo da meia-noite, as páginas são tomadas pelo vermelho sangue.

Esta concepção escatológica do fim é retratada a partir do uso de termos como “apocalipse nuclear”, “Relógio do Juízo Final”, “fim dos tempos”. Recorrentes na obra inteira, eles mostram como a linguagem religiosa⁷ está intimamente ligada com esta ideia do fim atômico. Tal como mostra Marcelo Gleiser (2001, p. 10), “sempre existiu uma conexão entre a ciência, em particular a física e a astronomia, e a escatologia, o ramo da teologia que estuda

⁷ Para uma análise mais aprofundada sobre a visão teológica nos quadrinhos, recomendo a obra de REBLIN, Iuri Andréas. *O Alienígena e o Menino*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

questões relacionadas com o fim do tempo”. Segundo Eliade (1992), a cosmogonia está presente em um ciclo de término e de renascimento que define a existência humana como um reflexo do passado mítico que, ao ser reeditado, melhora as novas perspectivas de presente da humanidade; os fins religiosos propõem, dessa forma, uma ideia de eternidade.

A distopia de *Watchmen*: passagem do tempo e o Eterno Retorno

O termo “distopia” pode ser definido como uma forma de “utopia” – que significa um lugar perfeito que não existe. Esta palavra ganhou este peso político de crítica à sociedade, a partir da obra *Utopia* de Thomas Morus, escrita no século XVI. A palavra “distopia” pode, portanto, ser considerada uma utopia ruim e sombria, sendo complementar a ela e não seu oposto.

Ambas as representações se encontram em *Watchmen* e se relacionam mutuamente. O universo criado por Alan Moore e Dave Gibbons é um universo distópico, posicionado no ano de 1985, onde a paranoia nuclear e a incerteza do espaço da tecnologia na sociedade colocam em xeque o andamento até então conhecido do mundo. A descrença sobre o futuro e o papel da ciência que desenvolveu a bomba atômica potencializou uma das angústias das pessoas em relação a uma não-existência do futuro.

A utopia, enquanto conceito, pode significar não propriamente um lugar, mas também um sentimento de expectativas frustradas acerca do futuro. Esse tipo de elaboração sobre o porvir é mostrado por meio de uma crítica do momento presente daquela obra. Em *Watchmen*, seus autores fazem uma leitura crítica sobre o presente em que vivem e como ele não mostra um bom amanhã ou sequer a existência dele. A definição dada por Rüsen (2007, p. 136-37) é bastante expansiva e vai além da ideia de utopia enquanto gênero literário:

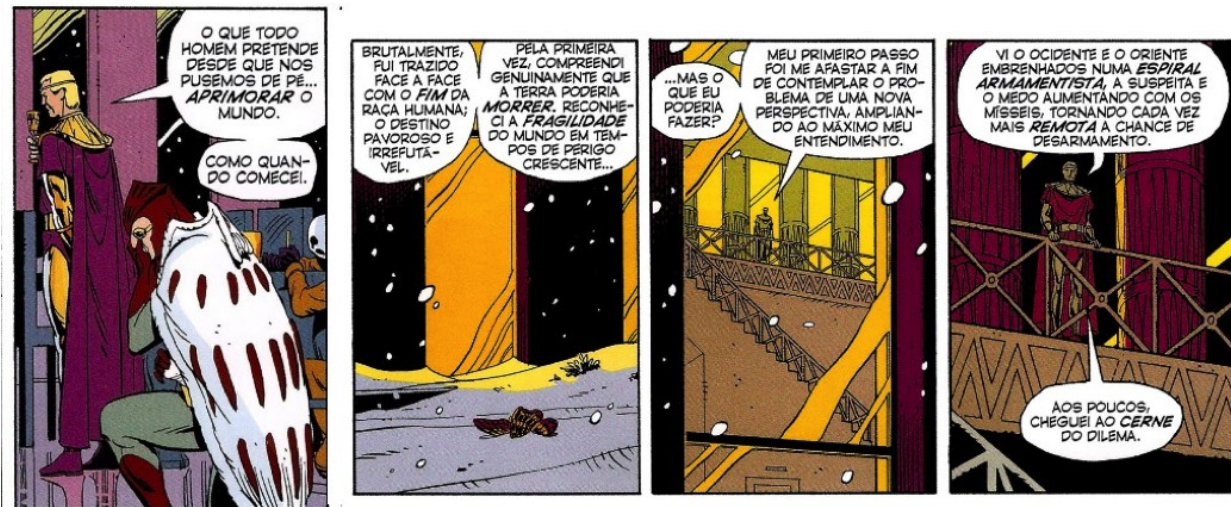
Para mim há algo mais fundamental: um modo do manejo interpretativo da interpretação de circunstâncias dadas da vida. O pensamento utópico define-se pela negação das circunstâncias da vida. Ele articula carências, na expectativa de circunstâncias de vida nas quais desaparecem as restrições à satisfação dessas carências. A constituição utópica de sentido pressupõe que

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

as condições atuais do agir são irreais e que é possível imaginar outras condições totalmente adversas.

A partir da visão distópica que Moore e Gibbons têm – ou, pelo menos, que elaboram em sua obra – sobre o mundo que constroem, eles contrapõem essa visão a de Ozymandias que, tido como o homem mais inteligente do mundo e com um porte físico impecável, articula um plano para atingir a utopia de paz a que o mundo se destinará a partir da união de todas as nações e o fim dos conflitos entre elas. Ao subestimar a possibilidade da humanidade evitar a guerra nuclear, Ozymandias se coloca à frente desta lição, que deve ser ensinada aos seres humanos. Assume para si este “fardo” de matar milhares para salvar bilhões de sua extinção nesta corrida treloucada em busca da superioridade bélica e nuclear; o seu fim justificaria os meios. O pseudônimo de Veidt não é escolhido por acaso. O capítulo XI termina com um trecho do poema homônimo de Percy Bysshe Shelley, o que ilustra bem a justificativa dos atos do personagem em busca deste “Bem maior”, que justificaria a postura totalitária de Veidt: “Meu nome é Ozymandias, rei dos reis: contemplai minha obra, ó poderosos, e desesperai”⁸. Nos quadros abaixo podemos perceber o tom messiânico do discurso de Veidt: percebendo como o mundo sucumbiria diante de tantos conflitos, ele decide acabar com o medo do fim gerado pela Guerra Fria; decide sacrificar alguns milhares para “salvar” bilhões de seres humanos.

8 Sobre o poema de Shelley: MOORE, Alan; GIBBONS, Dave. *Watchmen*. Barueri, SP: Panini Books, 2011, p. 374. O conceito de “Bem Maior” é bastante explorado em TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges; CORREA, Wyllian Eduardo de Souza. *Watchmen e o discurso distópico do “Bem Maior”*. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, n. 2, p.1-21, abr-jun. 2009. Disponível em: < http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_02_Nincia_Cecilia_Ribas.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.



TM & © 2018 DC Comics

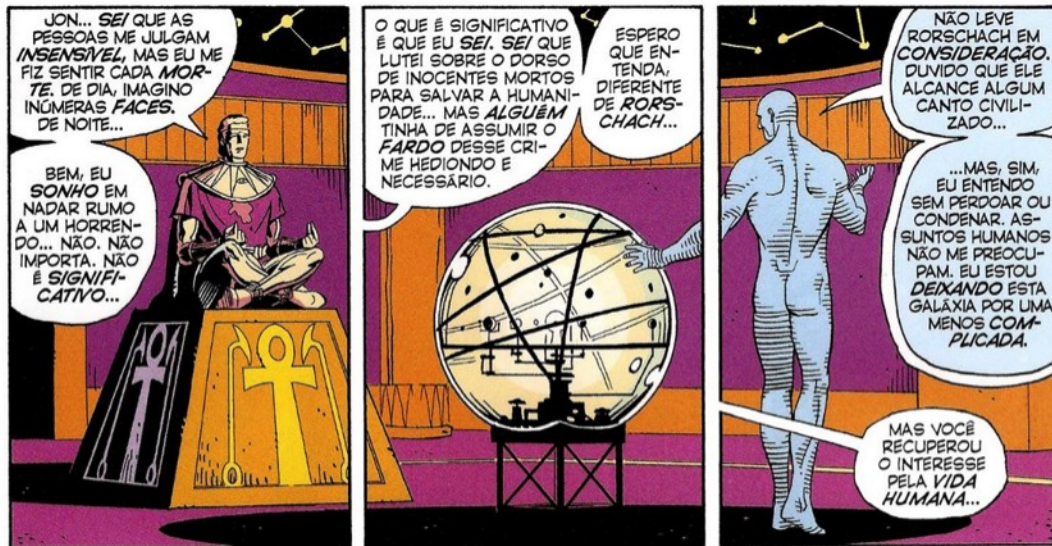
Imagem 7 – Os heróis descobrem os planos de Ozymandias

Nos quadros seguintes, os outros heróis que antes condenavam o plano de Ozymandias acabam se tornando seus cúmplices, e ratificam os meios para se chegar ao bem maior de unidade e paz mundial.

A ligação entre Dr. Manhattan e Ozymandias é reforçada nas últimas páginas da obra, onde ambos assumem seus fardos pessoais nesta busca de algo maior: Veidt defendendo suas artimanhas em busca de um futuro possível e positivo e Dr. Manhattan que recupera

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

seu interesse pela vida humana, mas que decide rumar para uma “galáxia menos complicada”. Ele abandona a Terra e os terráqueos por não se interessar por seus dramas.



TM & © 2018 DC Comics

Imagem 8 – A ligação entre Dr. Manhattan e Ozymandias

Moore e Gibbons mostram, portanto, uma possibilidade pela qual conceitos de “utopia” e “distopia” se relacionam reciprocamente. O futuro negativo e ingovernável apresentado em toda a trama teria uma nova página em aberto a partir das ações de Ozymandias. A pergunta que se mostra, implicitamente, ao final da obra é: o drama heroico de Veidt seria suficiente para justificar o assassinato de milhares de inocentes em busca de sua utopia futura? Moore e tampouco Gibbons respondem à questão, mantendo a ambiguidade da construção dos personagens e mostrando que todos eles são compostos de tons que escapam do maniqueísmo bem/mal.

Para exemplificar tal ambiguidade, podemos recorrer ao conceito de Eterno Retorno de Friedrich Nietzsche. A filosofia do pensador alemão tem, em seu niilismo, um debate sobre a superação do ser humano de dogmas ou correntes morais e ideológicas que o impedem de atingir uma vida plena. A partir desta conceituação, é possível entender como a noção deste eterno retorno, que também pode ser religioso e ancestral e que não diz respeito só a

Nietzsche, se percebe por meio do Dr. Manhattan, único personagem heroico com uma visão bastante interessante sobre o passar do tempo.

O eterno retorno para Nietzsche não é uma teoria sobre o tempo, mas sim como ele é percebido. Kurowsky (2016, p. 19) coloca bem o significado deste conceito:

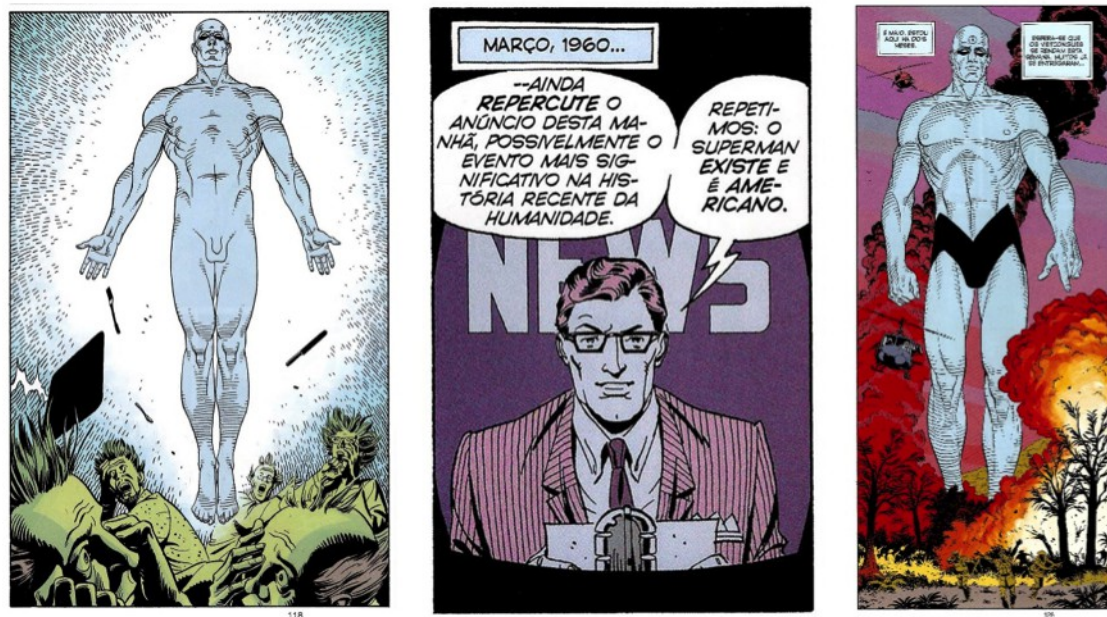
Segundo Nietzsche, o eterno retorno seria uma nova forma de contemplar a realidade, uma nova perspectiva; basicamente, o eterno retorno seria a estratégia ideológica do super-homem, o *Übermensch*, o homem que abandona o niilismo em prol de um estilo de vida livre, desprovido de muletas metafísicas, como seria o caso da religião ou de filosofias que valorizam qualquer tipo de mundo que não seja o real (...) Para Nietzsche, niilista é aquele que deixa de viver a vida em prol de algum valor moral ou recompensa metafísica.

Um dos aspectos do eterno retorno diz respeito aos ciclos repetitivos da vida; estamos sempre presos a um número limitado de fatos que se repetem no passado, ocorrem no presente e se repetirão no futuro. Atrelado a este conceito, está a vontade de potência que move o indivíduo nesta busca pela plena vivência; o eterno retorno é o direcionamento desta vontade de potência e da maneira como ela deve ser aplicada.

Os superpoderes do Dr. Manhattan – fundamentais para entender o processo de mutação e maturidade pelos quais o personagem passa – foram obtidos depois de um acidente atômico sofrido por ele quando era físico nuclear. Ao ficar preso na câmara de testes, seu corpo é obliterado quando o experimento é iniciado automaticamente. Preso, ele encara a incapacidade dos outros cientistas de libertá-lo e de livrá-lo da morte.

Devido ao contato com a energia nuclear, ele consegue reorganizar os átomos e cria uma nova casca, um novo corpo para habitar. Nasce o Dr. Manhattan, o “super-homem”, usado como ferramenta legitimadora e alegórica da supremacia do país sobre o mundo.

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

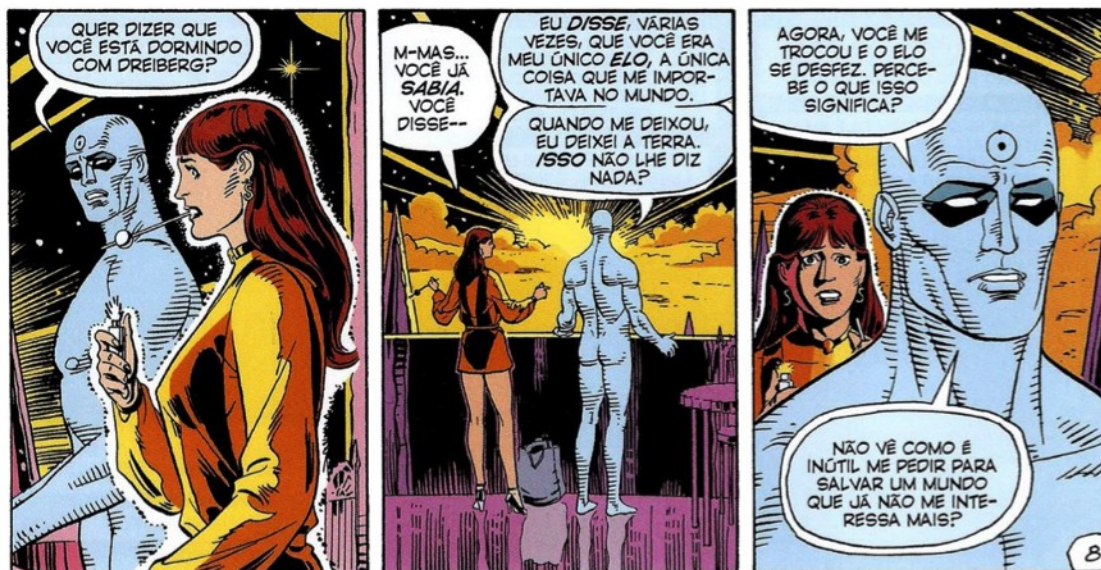


TM & © 2018 DC Comics

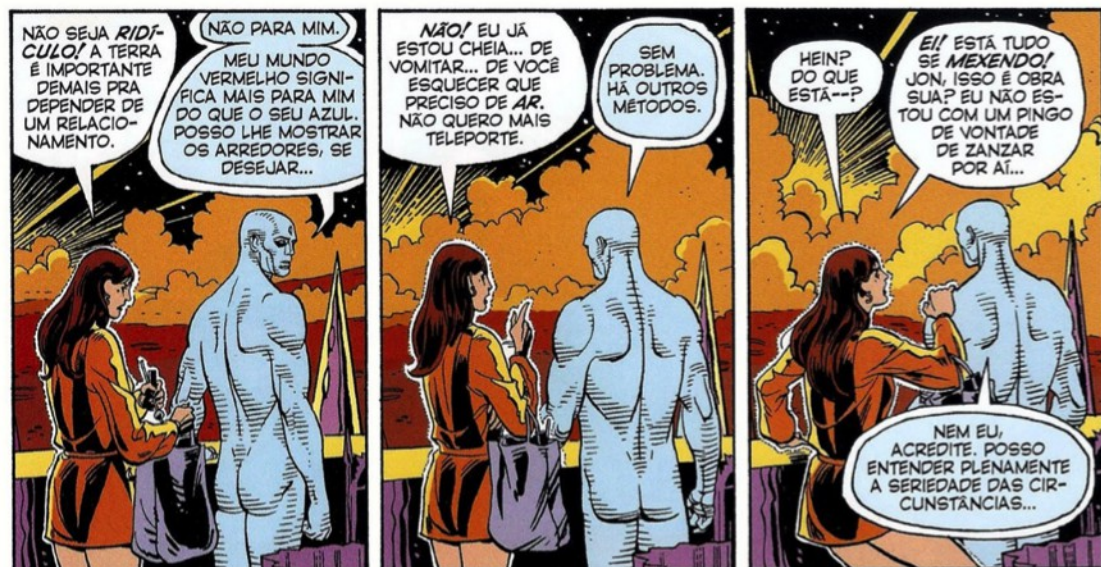
Imagem 9 – Dr. Manhattan é o super-homem estadunidense

Esta reorganização atômica do próprio corpo é só um dos atributos “divinos” do personagem. Tendo uma consciência cada vez maior de suas habilidades e aprendendo a lidar com elas, Dr. Manhattan também começa a entender o tempo de maneira diferente: ele é simultâneo; passado, presente e futuro acontecem ao mesmo tempo.

Quanto maior o controle do personagem sobre estes poderes, maior é o afastamento dele dos seres humanos e de sua própria humanidade. O desinteresse sobre os valores morais da sociedade e, conseqüentemente, seus conflitos, se mostra evidente no decorrer da história. Abandonar a Terra e ir para Marte, longe de toda a insignificância humana se revela o mais interessante para este super-humano.



286



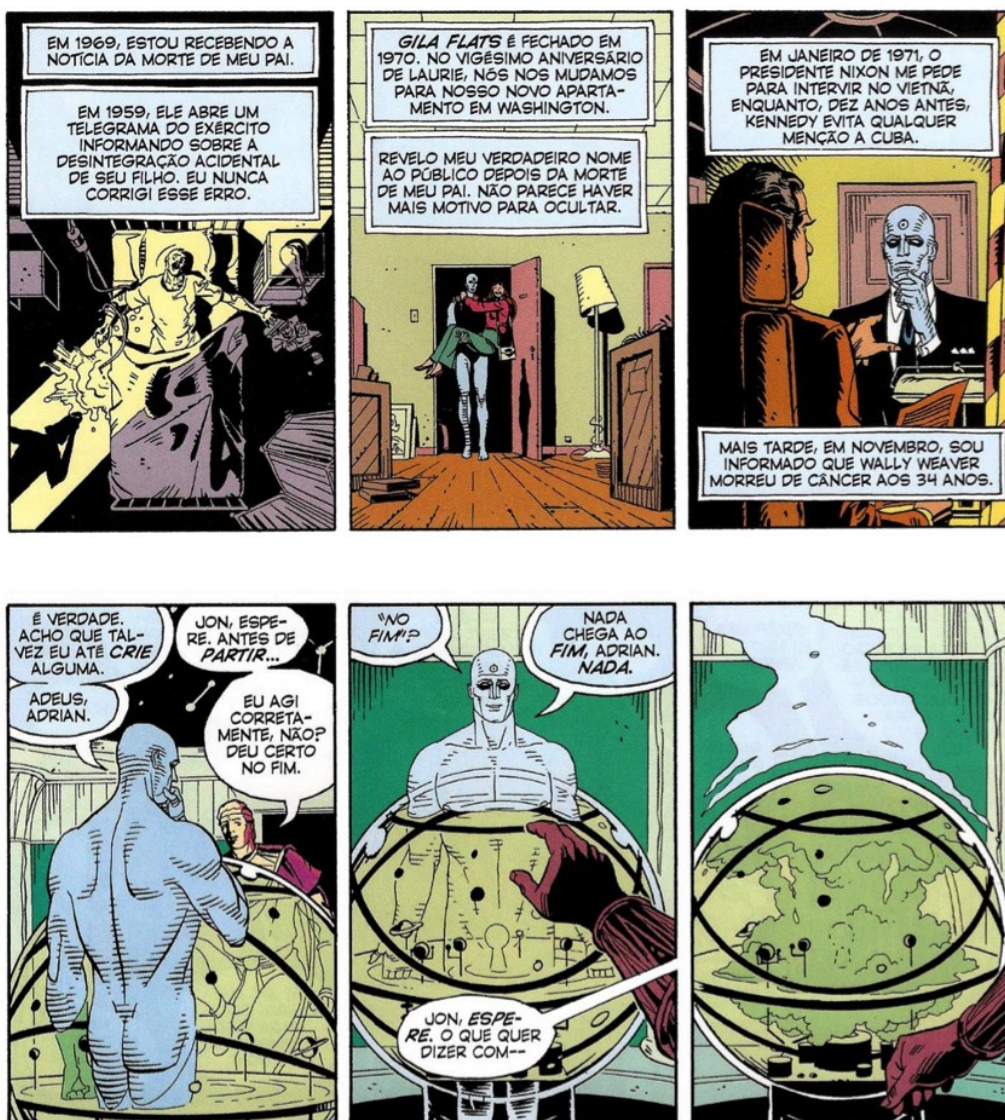
TM & © 2018 DC Comics

Imagem 10 – Dr. Manhattan demonstra seu desinteresse pela raça humana quando sua relação com Laurie é desfeita

No entanto, como mostra a imagem acima, em algum momento – a partir da vontade de potência assinalada por Ozymandias em busca do seu “Bem Maior” – ele recupera o interesse pela vida humana, mas escolhe não lidar com ela. A complexidade da humanidade afasta o Dr. Manhattan e até o induz a criar algo.

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

A percepção do tempo como evento unificado é onde o conceito de eterno retorno de Nietzsche se encaixa na narrativa de Osterman. Em vários momentos da *graphic novel* vemos o personagem tentando compreender essa sua nova visão de tempo e tentando encontrar seu lugar a partir da singularidade que o rodeia. As sarjetas, ou seja, o espaço vazio entre os quadros que conclui, na mente do leitor, a ação iniciada pelo autor, são fundamentais para entender a sincronia do tempo para o personagem.



TM & © 2018 DC Comics

Imagem 11 – A sincronia do tempo para Dr. Manhattan

Essa percepção temporal do personagem, que vive múltiplos tempos ao mesmo tempo, impede, no entanto, a sua vontade de potência para agir nos conflitos humanos. Ao compreender o tempo como algo simultâneo, ele se mostra incapaz de tomar qualquer atitude e se apresenta como um observador apático das ações do homem neste embate entre as potências que controlam as tecnologias nucleares. Como assinala Kurowsky (2016, p. 40):

Dr. Manhattan incorpora todos esses aspectos ao utilizar o eterno retorno como negação de si mesmo. Ele vive o passado, o presente e o futuro como uma unidade, conhece os ecos de tudo que faz, a repercussão de suas medidas, e justamente por isso é incapaz de viver plenamente. O eterno retorno resulta em exaustão, em distanciamento.

Voltemos ao relógio e como ele se mostra como um condicionante da personalidade do Dr. Manhattan. Na adolescência, o então jovem Jon Osterman, é apresentado tentando consertar um relógio desmontado. No entanto, ele é surpreendido por seu pai que, atordoado com a notícia sobre o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, mostra ao filho como a noção de tempo será mudada para sempre, já que a velha concepção de um tempo infinito, representada pelo tilintar dos ponteiros do relógio, é abandonada pela ideia de um tempo finito e frágil a partir da realidade da energia nuclear. O jovem Osterman é então obrigado pelo pai a estudar física nuclear, área de conhecimento considerada o “futuro” da humanidade. O papel do relojoeiro não se encaixa neste futuro de paranoia nuclear, já que o seu papel de manutenção de um tempo cíclico e contínuo já não vale mais em tempos que prenunciam um inevitável fim.

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos



111

TM & © 2018 DC Comics

Imagem 12 – O tempo do relógio não é o mesmo tempo da iminente guerra nuclear

Considerações finais

O tempo, enquanto integrante da linguagem dos quadrinhos, se mostra uma ferramenta fundamental para que a narrativa transcorra. Mais do que um espaço entre os quadros, as sarjetas são também instrumentos e fontes de representações que atuam diretamente na passagem do tempo da história contada. Sua linearidade se quebra e passado, presente e futuro se complementam na mesma página.

A paranoia coletiva de uma guerra nuclear iminente que pairava ainda na década de 1980 por causa da manutenção da Guerra Fria entre Estados Unidos e sua cruzada capitalista, e União Soviética, em sua cruzada comunista, influenciou a produção das histórias em quadrinhos para uma nova fase de adaptação e maturidade enquanto arte e literatura. Já nos anos 1980, as HQs deixam de ser voltadas para o público infanto-juvenil e se mostram como mais uma forma de expressão artística acerca da interpretação de mundo que roteiristas e ilustradores têm sobre a sensação de insegurança da época. A ascensão das *graphic novels* mostra essa sensação quase claustrofóbica que é transposta à toda esta produção cultural.

Em *Watchmen*, isso é mostrado de maneira medular. Alan Moore e Dave Gibbons colocam sua interpretação de um futuro que promete ser sombrio ou inexistente, caso as ameaças nucleares se concretizem. A relação com o rápido avanço da tecnologia também é mostrada com um receio sobre até que ponto estas técnicas que se mostram predominantes podem influenciar na vida em sociedade.

O conceito de eterno retorno é abordado na persona do Dr. Manhattan como um homem que quebra a ideia fragmentada de tempo que é passada à humanidade, mas que, se mostra como um mero observador, quase como um efeito reverso da teoria de Nietzsche: só a realidade imediata lhe importa e, independente do resultado catastrófico que pode se mostrar para os seres humanos, o universo continuará seu curso; a ideia quase divina do quanto o homem é supostamente especial e único se quebra totalmente.

Who watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos

A vontade de potência atrelada ao eterno retorno é apresentada em outro personagem que, mesmo sem ter esta visão de unicidade do tempo, não se deixa corromper por valores metafísicos ou religiosos para atingir seus objetivos: Ozymandias não mede esforços para salvar a raça humana da extinção; toma para si um fardo de pastor das ovelhas perdidas, corrompidas e insignificantes que habitam este planeta. Para construir um novo espírito de união entre os homens, ele não se importa em assassinar milhares e os outros heróis que se calam diante dos planos megalomaniacos de Ozymandias, se mostram cúmplices em busca deste “Bem Maior”.

Watchmen nos mostra uma série de nuances dos personagens e das situações apresentadas e foge do maniqueísmo habitual construído na Guerra Fria, ao construir uma história complexa que aborda diversos conceitos filosóficos, sociais, políticos, econômicos e culturais. É uma obra fértil de análises e interpretações e dialoga não só com as obras produzidas na década de 1980, mas também se tornou referência para materiais elaborados até hoje. Sua influência vai além da produção no campo da história em quadrinhos e atinge outros campos de conhecimento e pesquisa ao se tornar objeto de análise como nos trabalhos apresentados neste artigo. Vinda de uma época onde as *graphic novels* foram um ponto de virada na produção quadrinística, não é exagero afirmar que *Watchmen* deixou sua marca como uma das obras que se tornaram referência no mundo dos quadrinhos. Mais do que simplesmente contar uma história, a obra de Moore e Gibbons mostra como a crítica sobre a sociedade, representada em seus vários tempos históricos, também cabe em formatos, cores e balões.

Fonte:

MOORE, Alan; GIBBONS, Dave. *Watchmen*. Barueri, SP: Panini Books, 2011.

Referências bibliográficas:

BARNES, David. Time in the Gutter: Temporal Structures in *Watchmen*. *Kronoscope*, [s.l.], v. 9, n. 1, p.51-60, 1 maio 2009. Brill Academic Publishers.

- CZIZEWESKI, Grégori Michel. *O fim está próximo: Poder, tensão e nostalgia na visão da Guerra Fria a partir de Watchmen*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes: 2000.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GLEISER, Marcelo. *O fim da Terra e do Céu: O Apocalipse na ciência e na religião*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- KUROWSKY, Kleber. *Os vários lados da joia: o tempo narrativo e o eterno retorno em Watchmen*. 2016. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- McCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: Mbooks do Brasil, 2005.
- PARKIN, Lance. *Magic Words: The Extraordinary Life of Alan Moore*. London: Aurum Press Ltd, 2013.
- POSTEMA, Barbara. *Estrutura narrativa nos quadrinhos*. Construindo sentido a partir de fragmentos. São Paulo: Peirópolis, 2018.
- REBLIN, Iuri Andréas. *O Alienígena e o Menino*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- RODRIGUES, Márcio dos Santos. *Representações políticas da Guerra Fria: as histórias em quadrinhos de Alan Moore na década de 1980*. 2011.
- RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Unb, 2007.
- SABIN, Roger. *Adult Comics: An Introduction*. New accents. London and New York: Routledge, 1993.
- TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges; CORREA, Wyllian Eduardo de Souza. Watchmen e o discurso distópico do "Bem Maior". *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, n. 2, p.1-21, abr-jun. 2009.
- VARGAS, Alexandre Linck. *A invenção dos quadrinhos: teoria e crítica da sarjeta*. 2015. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.
- VERGUEIRO, Waldomiro. *Alan Moore: Biografia e obra comentada*. 2017. Disponível em: <<https://omelete.uol.com.br/quadrinhos/artigo/alan-moore-biografia-e-obra-comentada/>>.
- WHITE, M. D. *Watchmen e a filosofia: um teste de Rorschach*. São Paulo: Madras, 2009.
- WOLF-MEYER, Matthew. The World Ozymandias Made: Utopias in the Superhero Comic, Subculture, and the Conservation of Difference. *Journal Of Popular Culture*, Michigan, v. 36, n. 3, p.497-517, mar. 2003.

Imagens

Imagem 1 - McCLOUD: 2005, p. 66.

Imagem 2 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 149.

Imagem 3 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 226.

Imagem 4 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 374 e 381.

Imagem 5 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 24.

Imagem 6 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 39, 73, 107, 141, 175, 209, 243, 277, 311, 345, 379, 413.

Imagem 7 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 364, 367, 368, 400.

Imagem 8 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 407.

Imagem 9 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 118, 121, 128.

Imagem 10 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 286 e 287.

Imagem 11 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 127, 407.

Imagem 12 - MOORE & GIBBONS: 2011, p. 111.

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

Ana Carolina Lebre dos Santos*

Resumo: Tendo em vista as transformações na relação dos homens com o tempo a partir dos séculos XVII e XVIII, este breve artigo pretende compreender as concepções de revolução e de futuro presentes na *Carta Aberta aos Operários*, uma das cartas escritas pelo poeta russo Vladimir Maiakóvski pouco após a Revolução de Outubro. A inauguração de um tempo novo, em aberto, bem como a crença na atuação consciente dos homens sobre a história e a ruptura com o passado caracterizam a compreensão moderna de revolução, como pontuam, dentre outros, Reinhart Koselleck e Hannah Arendt. Elementos dessa nova percepção da temporalidade histórica aparecem na carta de Maiakóvski através de sua esperança em um futuro melhor, projetado na continuidade da revolução. Após a análise da carta, pretendeu-se, por fim, comparar as *expectativas* de Maiakóvski no início do processo revolucionário com sua desilusão diante das *experiências* concretas do Estado Soviético. Realizando um breve panorama sobre a situação de outros poetas, concluiu-se que, se o futuro esteve em aberto desde o século XVIII, o processo da Revolução Russa no século XX demonstrou que os homens, a exemplo de Maiakóvski, não conseguem prever esse futuro e nem construí-lo por completo.

Palavras-Chave: Vladimir Maiakóvski; Tempo; Futuro; Revolução; Revolução Russa.

*Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: ana.lebre@usp.br.

Novos Construtores

Em 1918, ou seja, pouco após a tomada do Palácio de Inverno pelos bolcheviques, o escritor, poeta e roteirista russo Vladimir Constantinovitch Maiakóvski publicou a sua *Carta Aberta aos Operários*¹ na que seria a primeira e única edição da *Gazeta Foutouristov*, um dos jornais dos futuristas. Ao passo que muitos artistas se aproximavam da revolução, a Rússia adotava um novo calendário, o gregoriano (CHERMAN, Alexandre; VIEIRA, Fernando, 2008, p. 81) indicando que o tempo de ruptura expresso em Outubro deveria ser acompanhado por uma mudança na marcação temporal.

Em especial os artistas ligados ao movimento futurista passaram a associar a defesa do futuro expressa em sua arte à defesa do próprio movimento revolucionário. Como Maiakóvski afirmou em 1922, “o futurismo não existiu na Rússia como corrente única, claramente formulada” antes da Revolução de Outubro (MAIAKÓVSKI [1922]1984, p. 163). Foi durante o processo revolucionário que o movimento artístico se reconfigurou e alguns de seus membros, como Maiakóvski, se aproximaram do Partido Comunista e utilizaram a arte para expressar seu apoio aos bolcheviques². “A Revolução de Outubro separou o nosso grupo de numerosos grupos pseudofuturistas, que se afastaram da Rússia revolucionária e nos congregou no grupo dos ‘comunistas-futuristas’”, destaca Maiakóvski ([1922] 1984, p.163).

Os futuristas que se alinharam à Revolução de Outubro defenderam, de modo geral, que a ruptura com o passado, a criação de novas formas artísticas e o incentivo à urbanização deveriam ocorrer em nome do compromisso com as transformações sociais. Diferentemente, por exemplo, do futurismo italiano expresso por Marinetti, o futurismo de Maiakóvski detinha um “acento antiimperialista inconfundível e um apelo à rebelião social”, segundo Ângelo Maria Ripellino (1971 apud SCHNAIDERMAN, 1984, p. 24).

1 Todas as citações à “Carta Aberta aos Operários” e aos demais textos de Maiakóvski foram extraídas da obra de SCHNAIDERMAN (1984).

2 Em nota, Boris Schnaiderman explica que, apesar de o futurismo ter sofrido uma hostilidade constante por parte do partido comunista, algumas de suas correntes tiveram o apoio oficial do governo revolucionário, ao menos no início da revolução. Maiakóvski integrava o chamado grupo dos “cubofuturistas” que entre 1918-1919 contou com o patrocínio do Comissariado da Instrução Popular. (SCHNAIDERMAN, 1984, p. 69).

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

A maior parte dos poemas e textos de Maiakóvski estão carregados de uma esperança latente em um futuro novo, no qual os homens viveriam apenas sob “imensos sóis” (MAIAKÓVSKI [1918], 1984, p.120). A presença dessa fé no amanhã em sua obra se relaciona com uma transformação na maneira como os homens passaram a vivenciar o tempo após os séculos XVII e XVIII. Segundo Reinhart Koselleck, a partir desse momento o futuro deixou de ser a repetição reiterativa do passado e se tornou, progressivamente, um horizonte no qual os homens passaram a projetar o progresso e o melhoramento da vida terrena (2006).

O conceito de "progresso" só foi criado no final do século XVIII, quando se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com uma profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam. [...] A novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. (KOSELLECK, 2006, p. 318).

Maiakóvski foi um dos personagens centrais na criação e difusão das ideias de um novo tempo³, no início da Revolução de Outubro. Ele, porém, só pôde esperar novas e melhores experiências do futuro, pois presenciava esse contexto de profunda transformação do próprio significado do tempo- do futuro e do passado.

Logo no início de sua carta aos operários, Maiakóvski afirma que “Os palácios do luxo de ontem estão aí qual esqueletos calcinados” e que “As cidades devastadas esperam novos construtores” pois “o turbilhão revolucionário arrancou dos espíritos as raízes nodosas da escravidão” (MAIAKÓVSKI, [1918] 1984, p. 119). Dessas frases, pode-se perceber a associação que Maiakóvski realiza entre futuro e rompimento com o passado. O peso das experiências anteriores-para ele “raízes nodosas da escravidão”- não são suficientes para impedir uma nova “semeadura grandiosa”, completamente distinta e, mais do que isso, melhor. De acordo com Hans Meyerhoff,

³ Entre 1919 e 1922, Maiakóvski trabalhou na ROSTA, a agência de informação e telegrafia oficial do governo revolucionário, criando a maior parte dos cartazes de propaganda durante a Guerra Civil, além de poemas e peças em homenagem à Revolução. De acordo com Renée Poznanski, Maiakóvski chegou a produzir mais de 700 cartazes durante sua atividade na ROSTA. (POZNANSKI, 1981, p. 122).

A ideia de progresso não foi inventada por teorias filosóficas, mas repousou como sabemos, nas sólidas experiências práticas das radicais mudanças que ocorreram no mundo moderno, primeiro como consequência das revoluções econômica e científica dos séculos dezessete e dezoito, e, depois, como resultado das mudanças até mesmo mais radicais iniciadas pela revolução industrial e tecnológica durante os dois últimos séculos. (MEYERHOFF, 1976, p.93).

Ao longo de toda a sua carta, Maiakóvski exprime a continuidade dessa associação entre tempo e progresso no início do século XX, enfatizando suas expectativas sobre o futuro da revolução. Claramente, a atmosfera em 1918 era incerta, não só pelo acirramento das tensões internas e pelos embates sobre o caráter do Governo Bolchevique, como também pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, a exemplo dos conflitos com os antigos aliados, os ingleses, e as despesas militares necessárias à proteção do novo regime revolucionário. No início do texto, Maiakóvski se preocupa com a herança deixada pela violência, afirmando que “O duplo incêndio da guerra e da revolução esvaziou as nossas almas e nossas cidades” (MAIAKÓVSKI, [1918] 1984, p. 119). Apesar desse impasse, a continuidade do processo revolucionário era, para o poeta, a solução dos entraves trazidos pelas “cidades devastadas”.

Hannah Arendt, ao tentar apreender as mudanças nos significados de *revolução*, defende que uma das novidades do termo a partir do século XVIII foi a esperança de que os homens pudessem romper com a opressão social e buscar a liberdade em um novo “modo político de vida” (ARENDR, 2011, p. 61). A expectativa de Maiakóvski nos “novos construtores” (MAIAKÓVSKI, [1918] 1984, p. 119), ou seja, nos operários, traduz, justamente, essa maneira de encarar a revolução como uma novidade desejável.

Apenas onde existe esse pathos de novidade e onde a novidade está ligada à ideia de liberdade é que podemos falar em revolução. Evidentemente, isso significa que as revoluções não se resumem a insurreições vencedoras e que não é o caso de qualificar de revolução qualquer golpe de Estado e tampouco procurar revolução em qualquer guerra civil (ARENDR, 2011, p. 61).

Segundo Roman Jakobson, os escritos de Maiakóvski encarnavam a sua luta incansável contra um cotidiano sufocante. Sua angústia diante dos “limites fixos e estreitos” das

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

experiências do passado o teriam levado a projetar a alegria no futuro e a associar o turbilhão revolucionário ao fim das “raízes nodosas da escravidão” (JAKOBSON, 2006, p.14).

A ideia de revolução defendida por Maiakóvski na Rússia no início do século XX seria, portanto, um sintoma da consolidação de um novo olhar sobre o tempo, “desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII” (ARENDRT, 2011, p. 56) e no qual o futuro deixou de ser contemporâneo ao passado, como o era nas concepções temporais parcialmente cíclicas, associadas aos retornos naturais e religiosos (WHITROW, 1993, p. 68).

Maiakóvski enxerga o passado como um quadro de referências a ser rompido e não como um modelo para os passos seguintes da humanidade. De fato, ele pergunta aos operários: “Com que edifícios fantásticos hão de cobrir o lugar dos incêndios de ontem?” (MAIAKÓVSKI, [1918] 1984, p. 119), justamente porque o futuro está em aberto.

Revolução do Espírito: construção de um novo tempo

Assim como Arendt, Koselleck também discute as múltiplas transformações do conceito de revolução. Para ele, a associação entre processo revolucionário e emancipação esteve intrinsecamente relacionada à emergência da novidade do futuro e sua separação das experiências do passado. Após a Revolução Francesa, a ideia de movimento cíclico, antes associada ao conceito, teria perdido força e sido progressivamente substituída por uma concepção moderna de revolução, na qual o futuro é “a tal ponto desconhecido, que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa política” (KOSELLECK, 2006, p.68 e 69).

Associadas a um objetivo e ao planejamento do futuro, as revoluções modernas teriam também, de acordo com Koselleck, a pretensão de se tornarem universais e permanentes. Quando Maiakóvski escreve em sua carta que se dirige àqueles que “amanhã se tornarão os donos do mundo inteiro” (MAIAKÓVSKI, [1918] 1984, p. 119), ele acredita que as transformações revolucionárias na Rússia irão se estender para toda a humanidade, reforçando o argumento de Koselleck. “A partir da criação de diferentes Internacionais o

conceito de revolução universal passou a fazer parte dos programas de ação política imediata” (KOSELLECK, 2006, p. 73).

Na busca por um futuro planejado, as revoluções modernas passariam a projetar transformações sociais profundas, para além de mudanças pontuais. Maiakóvski, antes de tudo, enxergava na arte e na propaganda um lugar privilegiado para a consolidação da revolução universal. Segundo ele, as rupturas com o passado e a construção do futuro dependiam de uma arte combativa, de modo que as transformações só estariam completas quando a revolução atingisse o espírito dos homens. Como coloca Renée Poznanski, Maiakóvski celebrou, em todos os seus poemas, uma revolução que não teria sido concluída (POZNANSKI, 1981, p. 120).⁴

Em sua *Carta Aberta aos Operários* ele defende expressamente que a revolução política de 1917 deveria ser acompanhada por uma revolução nas artes. “A Revolução do conteúdo-socialismo-anarquismo é inconcebível sem a revolução da forma: o futurismo” (MAIAKÓVSKI [1918] 1984, p.120). Para Poznanski, quando Maiakóvski sugere que no futuro “talvez os pintores transformem a poeira cinzenta das cidades em arco-iris centicores” ele está reiterando o fato de que é somente da associação entre política e arte que uma revolução se torna completa e profunda (POZNANSKI, 1981, p. 120).⁵

É a partir de março de 1918, com a aparição do único número da Gazeta Foutouristov (A Gazeta dos Futuristas) que se exprime claramente a exigência dos futuristas de atingir um estatuto privilegiado no Estado revolucionário. Nesse número, Bourliuk, Kamenski e Maiakóvski se declararam como os verdadeiros revolucionários da arte e Maiakóvski dirigiu uma “Carta Aberta aos Operários”, na qual zombou da arte antiga ainda proposta aos trabalhadores e se pronunciou a favor de uma Revolução Espiritual. (POZNANSKI, 1981, p. 120, tradução nossa).⁶

4 [La Révolution qu'il célébrait pourtant dans chacun de ses poèmes n'avait pas été jusqu'au bout]

5 Poznanski traduz alguns trechos da Carta aberta aos Operários (Lettre Ouverte aux Ouvriers), que retira diretamente da versão em russo da Gazeta Foutouristov. Os trechos citados são semelhantes à tradução para o português feita por Boris Schnaiderman. [il se pourrait que les artistes transforment la poussière grise des villes en arcs-au-ciel multicolores].

6 [C'est à partir de mars 1918, avec l'apparition de l'unique numéro de Gazeta Foutouristov (La Gazette des

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

A perspectiva de que o futuro em aberto poderia ser construído e pensado pelos homens indica que os revolucionários modernos acreditavam na atuação consciente dos homens sobre seu próprio futuro. Maiakóvski enxerga que “os novos construtores” irão transformar as cidades e o mundo, justamente porque podem transformar o tempo. Como destacou Roman Jakobson, uma das principais tarefas que Maiakóvski delegava aos artistas, era a de “apressar o tempo”. Na medida em que o “eu do poeta é um aríete que golpeia o futuro proibido”, todos os que assim se autodenominassem deveriam, para Maiakóvski, auxiliar na construção de um novo futuro e na destruição das experiências antigas (JAKOBSON, 2006, p.2 e 16).

Essa aceleração do tempo proposta por Maiakóvski era, de certa forma, uma realidade vivida pelos homens desde as primeiras revoluções modernas. Para além dos impactos das chamadas revoluções tecnológicas e industriais, que contribuíram significativamente para que o tempo passasse a ser visto como “um precioso elemento de riqueza” (MEYERHOFF, 1976, p.95), uma das grandes transformações em curso se refere ainda ao abandono do “horizonte ‘natural’ da história” (KOSELLECK, 2006, p.70). Segundo Koselleck, os revolucionários do mundo moderno procuraram apressar o tempo para abreviar seu encontro com o futuro grandioso que esperavam. “A aceleração do tempo, antes uma categoria escatológica, torna-se, no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal, antes ainda que a técnica assegurasse à aceleração um campo de experiência que lhe fosse totalmente adequado”. (KOSELLECK, 2006, p.37).

Em sua carta, Maiakóvski tenta apressar esse encontro com o futuro ao descrever as novas e possíveis experiências humanas após a Revolução do Espírito. Ele “salta” no tempo para imaginar como seriam as invenções dos homens e a arte, afirmando que- em um amanhã grandioso- “Talvez os pintores transformem a poeira cinzenta das cidades em arco-

Futuristes), que s'exprima clairement l'exigence des futuristes d'accéder à un statut privilégié dans l'Etat révolutionnaire. Dans ce numéro,- Bourhouk, Kamenski et Maïakovski se déclaraient être les vrais révolutionnaires de l'art et Maïakovski adressait une «Lettre ouverte aux Ouvriers», dans laquelle il raillait l'art ancien encore proposé aux travailleurs, et se prononçait en faveur d'une Révolution spirituelle]

íris centicores, talvez das cumieiras das montanhas então ressoe sem cessar a música tonitroante dos vulcões transformados em flauta” (MAIAKÓVSKI [1918] 1984, p.120).

Esses saltos, de acordo com Jörn Rüsen caracterizam o pensamento utópico que procura transcender as experiências vividas e superar o conteúdo do passado. As expectativas de Maiakóvski em um futuro que transforme a poeira das cidades negam justamente “a realidade das circunstâncias dadas da vida” (RUSEN, 2007, p. 136 e 137), sejam as catástrofes da guerra ou as do processo revolucionário, projetando transformações no futuro.

[...] Dão-se saltos utópicos para o futuro, que superam sempre o conteúdo factual do passado. É nessa ultrapassagem que reside seu sentido próprio: esses saltos vivificam a esperança e a nostalgia como impulsos importantes da autocompreensão humana e do agir humano transformador. (RUSEN, 2007, p. 136).

No limite, a *Carta aberta aos operários* descreve todas as características de uma revolução moderna, pois apresenta não só um horizonte de expectativas aberto na Rússia do início do século XX, como também a busca dos revolucionários por uma aceleração do tempo e por uma ruptura com os fatos do passado através de ações programadas e conscientes (HOBBSAWM, 1986, p.12). Nesse ambiente, a atuação dos homens na construção de um novo tempo histórico era não só possível, como, acima de tudo, era consciente. Segundo Eric Hobsbawm, a consolidação política dos bolcheviques ocorreu porque, “ao contrário de toda a esquerda, eles estavam prontos para tomar o poder” (HOBBSAWM, 2014, p.74) e porque sua bandeira abarcava uma série de expectativas sobre o futuro que demandavam planejamento e ações concretas.

Como Maiakóvski aposta na criação consciente e planejada de uma nova cultura artística para a superação das referências do passado, para ele, a razão deveria proteger os novos homens dos paradigmas burgueses. A partir da Revolução, estes seriam apenas estudados nas escolas e universidades como velharias sem função prática. “Que a razão vos proteja da coação física contra os restos da antiguidade artística. Entreguem-nos às escolas e

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

às universidades, para o estudo da geografia, dos costumes e da história [...]”, afirma o poeta. (MAIAKÓVSKI [1918] 1984, p.120).

O projeto de Maiakóvski para uma Revolução do Espírito consistia, justamente, na percepção de que a autoconsciência era intrínseca ao movimento e ao discurso revolucionário. Desse modo, ele sugere aos operários: “Disputem com avidez os pedaços de arte sadia, jovem e rude que lhes entregamos”, mas neguem “indignados aquele que lhes oferecer esses objetos petrificados (arte e diversão burguesas) em lugar do pão da beleza viva” (MAIAKÓVSKI, [1918] 1984, p. 120). As “velharias” da música, do teatro e dos poemas burgueses deveriam, portanto, ser claramente rejeitadas, pois não condiziam com o planejamento da nova arte, o futurismo, e com o planejamento da “revolução do conteúdo”, ou seja, o socialismo.

A emergência do próprio conceito de *socialismo*, segundo Koselleck, associa-se à percepção do futuro como novo tempo. Para ele, assim como “republicanismo” e “liberalismo” o “socialismo” teria surgido como um “conceito de movimento”, ou seja, como um conjunto de ideias para abarcar as novas expectativas que rompiam com o passado, cujo objetivo seria criar e dar forma a um futuro que não era mais reconhecível, nomeando possibilidades infinitas de experiência (2006). Em suas palavras:

Ao serem criadas, tais expressões possuíam pouco ou nenhum conteúdo de experiência, e de qualquer forma não possuíam o conteúdo a que se aspirava no momento em que o conceito havia sido criado. [...] Do ponto de vista da história social, trata-se de expressões que reagem ao desafio de uma sociedade em via de transformação técnica e industrial. Elas servem para ordenar sob novos lemas as massas que deixavam para trás as sociedades estamentais; delas faziam parte interesses sociais, bem como diagnósticos científicos e políticos. Por isso servem de slogans para a formação de partidos. Desde então, o conjunto do campo linguístico sociopolítico é levado pela tensão progressivamente aberta entre experiência e expectativa. (KOSELLECK, 2006, p.326).

Os que procuraram na Rússia, por fim, transformar as expectativas contidas no conceito de socialismo em experiência concreta tiveram o desafio de manipular o que não conheciam.

Hobsbawm enfatiza os limites do planejamento da ação humana, afirmando a impossibilidade de os homens preverem acontecimentos e consequências específicas, mesmo que busquem identificar suas possibilidades de ação (HOBBSAWM, 2014, p.76). De todo modo, se o futuro era desejável, mas também incerto, Maiakóvski esperava que a construção de uma nova arte fosse capaz de superar as experiências vividas até então. As ações para isso, em 1918, deviam ser conscientes mesmo que o mundo da Revolução do Espírito não pudesse ser previamente descrito.

Ao se perguntar “Com que edifícios fantásticos” os novos construtores “hão de cobrir o lugar dos incêndios de ontem”? Ou quais “músicas e canções hão de espalhar-se de suas janelas?”, Maiakóvski demonstra sua incerteza em relação ao futuro, ao mesmo tempo em que reforça a expectativa de que, de todo modo, ele será fantástico. (MAIAKÓVSKI [1918] 1984, p. 119).

A incerteza, portanto, quanto às reais consequências da Revolução na Rússia e seus próximos passos, não abalou, ao menos de início, a sua convicção de que uma sociedade livre seria o resultado da construção de um novo tempo. Hannah Arendt afirma que durante a Revolução de Outubro, assim como na Revolução Francesa, os revolucionários tiveram de “primeiro cristalizar as melhores esperanças dos homens e depois perceber a extensão completa de seu desespero” (ARENDR, 2011, p. 90). De outro modo, olharam primeiro para o que esperavam do futuro, antes de lidarem com as suas imprevisibilidades.

Os Sóis da vida futura

Roman Jakobson consegue captar as angústias de um Maiakóvski que, ao mesmo tempo, acreditava na construção consciente do futuro, mas reconhecia a impossibilidade de prevê-lo. (JAKOBSON, 2006, p.20). A esperança de Maiakóvski era, contudo, a de que a possibilidade de atuação dos homens sobre o tempo se desenvolvesse a tal ponto que as barreiras entre ele e o futuro fossem, finalmente, dissolvidas.

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

Durante uma conversa com Jakobson, Maiakóvski teria afirmado que as novas descobertas de Einstein tornariam possível a ressurreição dos homens. “Pois eu estou inteiramente convencido de que algum dia não existirá mais morte. Vão ressuscitar os mortos” (MAIAKÓVSKI apud JAKOBSON, 2006, p.29), sublinhou ele. Essa fé na ação humana sobre o tempo teria levado Maiakóvski a confiar no progresso contínuo e a crer que a relatividade na física seria a chave para que conseguisse vivenciar a revolução completa do futuro e, não apenas, esperá-la no presente.

Na primavera de 1920, voltei a Moscou, então cercada pelo bloqueio. Trazia livros novos da Europa, informações sobre a atividade científica no Ocidente. Maiakóvski fez-me repetir várias vezes meus comentários, um tanto confusos, sobre a teoria geral da relatividade e a discussão que se desenvolvia a respeito na época. A liberação da energia, a problemática do tempo, a questão de saber se uma velocidade que ultrapassa o raio de luz não constitui a marcha inversa no tempo – tudo isso apaixonou Maiakóvski. (JAKOBSON, 2006, p.29).

Os problemas levantados por Einstein foram para Maiakóvski como comprovações de que o homem poderia não só *acelerar*, como *transgredir* o tempo. Em vários de seus poemas e textos, a ressurreição se torna uma realidade possível e um mecanismo pelo qual os homens podem vivenciar o futuro e escapar de um passado e de um cotidiano insuficientes. No seu “hino ao cientista”, por exemplo, ele celebra e descreve o domínio do homem sobre o tempo.

Obrigarei o tempo a parar e a correr em qualquer direção, a qualquer velocidade.

Os homens poderão sair dos dias, assim como os passageiros dos bondes e dos ônibus [...]. Você pode transformar em redemoinhos os extensos, lentos anos da dor, encolher a cabeça nos ombros; acima de você, sem ferir nem tocar, o projétil do sol haverá de passar cem vezes por minuto, acabando com os dias escuros. (MAIAKOVSKI, apud JAKOBSON 2006, p.32).

Aliadas à arte, a física e a química do futuro garantiriam aos homens o controle sobre sua felicidade e o fim dos “tempos escuros”. Ao final de sua carta aos operários, Maiakóvski afirma que a arte e a revolução podem seguir diversos caminhos e que “Talvez obriguemos as ondas dos oceanos a ferir as cordas das redes estendidas entre a Europa e a América”. Independentemente disso, sua expectativa era a de que a vida futura fosse iluminada por

“imensos sóis” e sua certeza era a de estar inaugurando a “primeira página da novíssima história das artes” (MAIAKÓVSKI [1918] 1984, p.120) rumo a um novo tempo, a uma revolução completa.

O esbanjar dos poetas

Em nome do fim da opressão e da busca pelo controle do futuro, os que apoiaram o processo revolucionário de outubro aderiam à revolução como se ela fosse inevitável. Para Arendt, a Revolução Russa foi a revolução moderna que mais explorou a concepção de que existe uma necessidade histórica intrínseca ao movimento revolucionário. Como uma necessidade, portanto, a revolução deveria caminhar, mesmo que tivesse de “devorar os próprios filhos” (ARENDR, 2011, p. 90).

Há um certo ridículo grandioso no espetáculo desses homens- que tinham ousado desafiar todos os poderes do mundo e contestar todas as autoridades da terra, cuja coragem estava além de qualquer sombra de dúvida-, passando de uma hora para outra a se submeter humildemente sem sequer uma exclamação de protesto, ao chamado da necessidade histórica, por mais tola e incongruente que lhes parecesse a manifestação externa dessa necessidade. (ARENDR, 2011, p. 91).

Maiakóvski aderiu de imediato à Revolução de Outubro e mobilizou sua arte como ferramenta da propaganda política. Logo no momento da queda do Palácio de Inverno, ele deixou evidente não só a sua certeza em apoiar o movimento, mas a de todo o grupo dos futuristas próximos a ele. “Aceitar ou não aceitar? Semelhante pergunta não existia para mim (e para os demais futuristas moscovitas). Fui ao Smólni⁷. Trabalhei. Tudo o que era preciso. Começavam as reuniões”. (MAIAKÓVSKI, [1917] 1984, p. 97).

A *Carta aos Operários* foi um de seus apelos à continuação das transformações e à destruição dos “palácios luxuosos” que antes impediam a alma do povo de aguardar “uma semente grandiosa” (MAIAKÓVSKI [1918] 1984, p. 119). Em 1918, essas esperanças se colocavam adiante da novidade proposta pela revolução. Quando, porém, a *experiência* do

⁷ O Smolni era uma escola para moças da nobreza que, durante o processo revolucionário, foi utilizada pelos bolcheviques como quartel-general. (SCHNAIDERMAN, 1984, p.107).

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

processo revolucionário foi transformando as *expectativas* sobre a própria revolução, Maiakóvski começou a dissociar o seu futuro de “imensos sóis” da realidade do Partido Comunista russo.

Como pontuado anteriormente, grande parte da esperança de Maiakóvski na Revolução de Outubro estava na possibilidade de que as transformações políticas e sociais fossem concomitantes à consolidação de uma arte inovadora, o futurismo. O problema literário para Maiakóvski não se resumia a um conteúdo revolucionário e combativo, mas se estendia a uma forma inovadora. Dentre os objetivos da poesia futurista, ele destacava em 1922: “revolucionar a sintaxe (simplificação dos agrupamentos vocabulares, incisivo do emprego inusitado e etc)” e “criar modelos surpreendentes de construção de argumento” (MAIAKÓVSKI [1922] 1984, p. 164).

Enquanto criou cartazes, peças teatrais e poemas que impulsionaram a revolução, Maiakóvski serviu à propaganda oficial do Estado Soviético. Contudo, sua preocupação com o formalismo e com a estética começou a incomodar o Comitê Central do Partido Comunista que, em 1928, afirmou ao poeta: “operários e camponeses não compreendem o que você diz” (MAIAKÓVSKI, [1928] 1984, p. 229).

Já nos primeiros anos da revolução, o controle sobre a literatura e a arte produzidas e difundidas passou a ser crucial nas discussões do partido. Em 1925, a comissão literária do Comitê Central divulgou uma resolução na qual estimulava o combate aberto contra todas as concepções literárias que fossem consideradas “neo-burguesas”. (ANDRADE, 1997, p. 39). Embora não proibisse a manifestação de artistas de vanguarda, o documento abriu brechas à perseguição de todos os que se enquadrassem na definição pouco precisa de “escritor neo-burguês”.

Acelerava-se o processo rumo à unidade ideológica no discurso literário. Boatos insistentes sobre a detenção para averiguações de escritores e intelectuais voltavam a circular em Moscou. Delações, perseguições. O controle burocrático e policial sobre o cotidiano dificultava a vida dos artistas ainda

renitentes, forçando-os a ingressar nas fileiras do exército das artes do proletariado. (ANDRADE, 1997, p. 37).

Escritores que apoiaram os bolcheviques em outubro e mobilizaram sua arte para a continuação do processo revolucionário, começaram a ser perseguidos. Esse é o caso de Maiakóvski que, de poeta da revolução se transformou em um escritor “incompreensível para as massas”. O confronto que ele e outros poetas enfrentaram entre suas expectativas na revolução e a experiência após a consolidação do Estado soviético foi mortal para muitos deles. Roman Jakobson enumera vários dos que não resistiram à decepção diante de um futuro que não era o esperado.

O fuzilamento de Gumiliov (1886-1921); a longa agonia espiritual e as insuportáveis torturas físicas que levaram Block (1880-1921) à morte; as privações cruéis e a morte desumana de Khlébnikov (1885-1922); os suicídios anunciados de Iêssienin (1895-1925) e Maiakóvski (1893-1930). Assim pereceram, no curso dos anos 20 deste século, na idade de 30 ou 40 anos de idade, os inspiradores de toda uma geração. E cada um deles teve a nítida e insuportável consciência do irremediável. (JAKOBSON, 2006, p. 11).

Em 1918, Maiakóvski escreveu em sua *Carta aos Operários* que a alma do povo, tanto na Rússia, como no mundo, aguardava “uma sementeira grandiosa” do futuro. Contudo, em sua carta de suicídio (1930), a esperança no amanhã retorna à rotina sufocante do presente, pois “o barco do amor espatifou-se no cotidiano” (MAIAKÓVSKI apud JAKOBSON, 2006, p. 37). Como o futuro em aberto não completou a Revolução do Espírito, Maiakóvski viu no suicídio a sua única opção.

Maiakóvski foi destruído pela destruição do futuro, daquele futuro para o qual se lançara desde os tempos do futurismo. Ele, que esbofeteara o filisteísmo burguês pré-revolucionário, viu-se rodeado, depois da Revolução, por um filisteísmo agigantado, que já não se deixava esbofetear e contra-atacava com uma agressividade cruel. (ANDRADE, 1997, p. 47).

A experiência das revoluções modernas anteriores permitiu que os revolucionários na Rússia projetassem no futuro um tempo, não só diferente do passado, mas melhor. As expectativas envoltas no processo revolucionário de 1917 são, na verdade, intrínsecas à

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

“abreviação do passado” (MEYERHOFF, 1976, p. 95) e às transformações na percepção de tempo, características do mundo moderno.

O descompasso entre a expectativa de Maiakóvski no início da revolução e seu suicídio em 1930 é apenas um dos exemplos do quanto o curso do futuro se tornou irreconhecível para os homens, mesmo para os que procuraram planejá-lo e construí-lo. Como conclui Hobsbawm,

Como tanta coisa do futuro prevista no passado, quando vier pode ser irreconhecível, não porque as previsões estivessem erradas, mas porque estávamos enganados ao colocar uma determinada face e roupagem no curioso estranho cuja chegada nos disseram para esperar. (HOBBSAWM, 2014, p.84).

Em 1927, Maiakóvski ainda sustentava, mas agora com incerteza, que o futuro de “imensos sóis” era possível. “Para mim tudo ainda está por vir. Se eu pensasse que o melhor de mim está no passado, isto seria o fim”, afirmou ele a Jakobson. (MAIAKÓVSKI apud JAKOBSON, 2006, p. 41). De fato, a desesperança total para Maiakóvski foi deixar de reconhecer o seu futuro na revolução, de projetar nela, “uma semente grandiosa” ou de, simplesmente, como coloca Jakobson, ter a certeza de que o futuro não lhe pertencia.

O futuro também não nos pertence. Daqui a algumas dezenas de anos, seremos chamados, sem qualquer piedade, de gente do milênio passado. Tínhamos apenas cantos apaixonantes sobre o futuro e, de repente, esses cantos, frutos da dinâmica do presente, transformaram-se em fatos da história literária (JAKOBSON, 2006, p 53).

O futuro, que estava em aberto desde o final do século XVIII, aparecia para Maiakóvski e outros poetas e revolucionários na Rússia do início do século XX como um horizonte possível de transformação e aperfeiçoamento da felicidade dos homens. No entanto, como define Koselleck,

Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem

possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada. (KOSELLECK, 2006, p. 312).

Essa impossibilidade de que as expectativas sobre o futuro, sejam elas de esperança ou de desilusão, consigam prever as situações e as próprias experiências ao longo da história faz com que elas sejam constantemente revistas. “As velhas expectativas se desgastam nas novas experiências” (KOSELLECK, 2006, p.326). As esperanças de Maiakóvski se contraíram diante das censuras do Comitê Central e a trajetória da revolução entrou em confronto com as várias previsões que tinham sido feitas sobre ela. Cabe aos historiadores, por fim, que ultrapassam o limite das expectativas, pois conhecem as experiências do passado, compreenderem essas relações, esperanças ou desesperanças que levaram Maiakóvski e outros revolucionários a agir *sobre e no* seu próprio tempo.

Fonte:

MAIAKÓVSKI, Vladimir. *Carta Aberta aos Operários*. In: SCHNAIDERMAN, Boris. *A poética de Maiakóvski*, São Paulo: Perspectiva, 1984. p.119-120.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Homero Freitas de. *A Literatura que Stalin proibiu*. In: Revista de Estudos Orientais, n.1, p.33-53, março, 1997. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br/reo/article/view File/90646](https://www.revistas.usp.br/reo/article/view/File/90646) Acesso em: 06 dez. 2017.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHERMAN, Alexandre; VIEIRA, Fernando. *O tempo que o tempo tem: por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A história e a previsão do futuro*. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014, p. 61-85.

_____. *Revolution*. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *Revolution In Hystory*. Cambridge: Cambridge University, 1986.

JAKOBSON, Roman. *A geração que esbanjou seus poetas*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Contraponto. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

MEYERHOFF, Hans. *O tempo na literatura*. São Paulo: Mc-Graw-Hill do Brasil, 1976.

Uma Carta aberta ao Futuro: Horizontes de expectativa e Revolução em “Carta aberta aos operários” de Vladimir Maiakóvski (1918)

POZNANSKI, Renée. V. *Maiakóvski, la révolution politique, instrument de la révolution dans l'art*. In: *L'Homme et La société*, n. 59-62, 1981. *Imaginaire sociale et créativité*, p. 103-129. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1981_num_59_1_3169. Acesso em 20 out. 2017.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.

SCHNAIDERMAN, Boris. *A poética de Maiakóvski*, São Paulo: Perspectiva, 1984.

WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris¹

Hermano do Amaral Pinto Neto*

Resumo: O século XIII bizantino foi um período de grandes crises e transformações, tanto na esfera política quanto na esfera cultural. A tomada de Constantinopla pela Quarta Cruzada em 1204 e a subsequente fragmentação do império apresentou desafios materiais e cognitivos sem precedentes para o mundo grego bizantino, na medida em que sua unidade política se pulveriza e sua vida cultural, centrada em torno da capital, precisa se adaptar à nova realidade de fragilidade. Os *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida* foram compostos nesse contexto por Teodoro II Láscaris, controverso imperador de Niceia de 1254 a 1258, que nos legou uma vasta produção intelectual na área de filosofia política. Os ensaios foram escritos no período de luto de Láscaris por sua falecida esposa, Elena da Bulgária. Neles, o autor aborda diversas temáticas sobre a futilidade e efemeridade da existência humana, sob o viés do tempo como agente corruptor e destruidor. Neste artigo, examinamos algumas das ricas noções de tempo presentes nos ensaios, desde a relação conturbada do autor com a morte até as severas implicações escatológicas da corrupção da glória imperial, apontada pelo mesmo, passando também por noções bizantinas de História, amor, profano, sagrado, espiritualidade e existência. Verificamos a significativa influência do pensamento parmenidiano e aristotélico na obra de Láscaris e, portanto, na *intelligentsia* nicena da época. Seu círculo de letrados foi claramente influenciado pelo legado intelectual da Antiguidade

1 Agradeço ao Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, sob cuja égide e conselhos, na disciplina História Social do Tempo, o embrião deste artigo foi composto. Também agradeço à Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia, da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que foi a primeira a me ensinar a redigir um texto acadêmico.

*Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduado em 2016, e estudante de segundo ano de História na Universidade de São Paulo. E-mail de contato: hermano.pinto@usp.br

clássica, presente, sobretudo, no mundo bizantino, mas também mantém uma moral e preocupações essencialmente cristãs.

Palavras-Chave: História Social do Tempo, Teodoro II Láscaris, *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, Império de Niceia, tempo bizantino

Obra, autor e tema

Os *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*², ou simplesmente *Epítomes Éticos*, foram compostos pelo imperador bizantino Teodoro II Láscaris em meados do século XIII, provavelmente na primavera ou verão de 1252 (ANGELOV, 2012, p. 241). A pequena obra filosófica é uma coletânea de doze curtos, porém, intensos ensaios nos quais Láscaris discursa dramaticamente sobre a efemeridade de seu mundo e, portanto, da existência humana. A essência dos *Epítomes Éticos* é de que nada é verdadeiramente permanente no mundo humano, sendo que todas as coisas são corrompidas com o passar do tempo e estão fundamentalmente condenadas ao fardo da não existência. Assim, em última análise, nada teria real importância, exceto as poucas coisas que prevaleceriam frente às forças destrutivas do tempo – para Láscaris, em suma, a alma imortal e o intelecto.

O autor dos *Epítomes Éticos*, Teodoro II Ducas Láscaris, reinou como "imperador dos romanos" (*Acropolites apud*: MACRIDES, 2007, p. 144) de 1254 até a sua morte em 1258, aproximadamente aos seus trinta e seis anos. No seu reinado, no entanto, o império era apenas uma sombra débil do que já fora – Láscaris reinou durante o período de exílio dos bizantinos no chamado império de Niceia, a mais formidável das unidades políticas sucessoras do velho império, fragmentado após a tomada de Constantinopla pela Quarta

2 Fonte traduzida, comentada e publicada em: ANGELOV, Dimiter. "The *Moral Pieces* by Theodore II Laskaris". *Dumbarton Oaks Papers*, pp. 237-269, nº 65-66, 2011-2012. A tradução de Angelov do original grego para o inglês será a principal base deste artigo. A fonte foi intitulada *Moral Pieces* por Angelov. Devido à dificuldade de tradução mantendo o sentido desse título do inglês para o português, preferimos utilizar uma outra tradução do título original (*Ethical Epitomes*), reproduzida pelo próprio Angelov em: _____. *Imperial Ideology and Political Thought in Byzantium, 1204-1330*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 215.

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

Cruzada em 1204³. Apesar de sua vida curta e turbulenta, "Láscaris foi um escritor extremamente prolífico", em cuja obra e teoria político-filosófica "tentou justificar ideologicamente suas políticas anti-aristocráticas radicais", produzindo uma "síntese de ideias verdadeiramente extraordinária" (ANGELOV, 2007, pp. 215, 204, 250). Com efeito, devido à sua sumária negação de padrões de comportamento adequados a um soberano e seu favorecimento de uma razão puramente de Estado na atuação política, sobretudo interna, as teses inovadoras de Láscaris já foram comparadas com as de Nicolau Maquiavel, embora esta analogia não deva ser exagerada (*ibidi*, p. 251).

O principal objetivo político de Láscaris certamente era dissolver o poder dinástico das grandes famílias do Império Bizantino, sua principal e agressiva política imperial em quatro anos de reinado. Entretanto, os *Epítomes Éticos* são uma exceção em sua ampla produção literária, apesar da existência de passagens como "a nobreza não é medida pelo sangue, mas pela virtude"⁴ (ANGELOV, 2012, pp. 264-265), que são alguns exemplos de elementos fundamentais de sua filosofia política. Pelo contrário, os *Epítomes Éticos* foram escritos logo após a morte prematura de sua esposa Elena da Bulgária enquanto Láscaris estava de luto pela mulher que afirma ter amado genuinamente, isolado em sua aflição no Palácio de Nymphaeum⁵. Nos parece sensato afirmar que seu luto contribuiu para o tom melancólico e dramático dos *Epítomes Éticos*, sobretudo evidente no último ensaio, no qual Láscaris dolorosamente escreve:

E você, meu corpo inteiro com suas partes interiores e exteriores, obtenha o sofrimento da morte, fique no Hades junto com sua alma gêmea para compartilhar sua dor. Pois um vínculo de amor incomparável nos fazia mais feliz do que todas as pessoas, mas a mão ladra e cruel de Hades cortou esse vínculo impiedosamente. O que eu deveria sofrer? Pedirei nada mais do que o

3 Os bizantinos reconquistariam Constantinopla apenas em 1261, sob o comando de Miguel VIII Paleólogo, arqui-inimigo de Teodoro II, que usurpou a coroa de seu jovem filho, João IV Láscaris.

4 No original: "For nobility is measured not by blood, but by the way of virtue".

5 Residência de verão dos Lascáridas, próxima de Esmirna (atual Izmir). Posteriormente, Teodoro II Láscaris viria a elaborar um pedido de desculpas para todos aqueles que o aconselhavam a se casar em segundas núpcias, pois ele se recusava a desposar novamente.

fim da minha vida. Isso não pode acontecer de nenhuma outra maneira do que descer às moradas da morte e aceitar a punição de Hades e a aflição da diminuição, porque fui privado da minha vida, do espírito da minha alma e da essência do meu coração, e da salvação da minha vida, tanto espiritual quanto corporal⁶(*ibidi*, p. 269).

Segundo o texto, o amor que o autor sentia por sua falecida esposa o perturbava amplamente. Ele até afirma que preferiria morrer para se juntar a sua "alma gêmea" no Hades, uma espécie de limbo das almas, entre a vida, o julgamento e o paraíso, não permitindo que ela sofresse a diminuição sozinha. Como já mencionado, o tempo aparece como a grande força destruidora e corruptora de tudo o que não é permanente; "o tempo passa, vidas se extinguem"⁷ (*ibidi*, p. 265) lamenta Láscaris em seu décimo ensaio, uma clara alusão ao destino de Elena Lascarina. Porém, enquanto Láscaris pode ter inovado em sua filosofia política, a equiparação do tempo com a corrupção não é uma ideia original sua. Na primeira metade do século XII, a princesa e historiadora Ana Comnena abre a sua famosa obra *Alexíada* com a seguinte proposta:

O tempo, em seu irresistível e incessante fluxo, carrega tudo o que foi criado em sua corrente, e tudo afoga nas profundezas da obscuridade, não importando se fosse indigno de menção, ou muito digno e importante, e assim, como diz o escritor de tragédias, "ele traz da escuridão todas as coisas para nascerem, e todas as coisas nascidas são submergidas pela noite."

Mas a narrativa da história forma um baluarte muito forte contra a corrente do tempo, e até certo ponto restringe seu irresistível fluxo, e, de todas as coisas feitas nela, tantas quanto a história tomou conta, ela as protege e unifica, e não permite que escapolem para o abismo do esquecimento (COMMENA, 2000, p.2).⁸

6 No original: "And you, my whole body with its inner and outer parts, gain the suffering of death, dwell in Hades together with your soul mate in order to share her pain. For a bond of incomparable love made us happier than all people, but the thieving and cruel hand of Hades cut the bond mercilessly. What should I suffer? I will ask for nothing but the end of my life. This cannot happen in any other way but by descending into the abodes of death and accepting the punishment of Hades and the affliction of diminution, because I have been deprived of my life, my soul's spirit and heart's substance, and the salvation of my life, both spiritual and corporal."

7 No original: "Time passes, lives become extinct".

8 No original: "Time in its irresistible and ceaseless flow carries along on its flood all created things, and drowns them in the depths of obscurity, no matter if they be quite unworthy of mention, or most noteworthy and important, and thus, as the tragedian says, "he brings from the darkness all things to the birth, and all things born envelops in the night." But the tale of history forms a very strong bulwark against the stream of time, and to some

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

O tempo, mais uma vez, surge como uma força destruidora. No trecho, entretanto, o tempo não apenas destrói o mundo material, como Láscaris lamenta, mas também a própria memória deste – é uma espécie de dupla inexistência, na qual mesmo a lembrança do que já existiu uma vez é corrompida e extinguida com a passagem do tempo. Notavelmente, Comnena relaciona a História como um instrumento para a prevenção desse esquecimento, sendo a única esperança para a perpetuação da memória. Também é digna de atenção a analogia do tempo com o fluxo de um rio, que é uma das representações simbólicas mais prevalentes do tempo na literatura grega e bizantina, e também aparece, embora com modificações, no segundo ensaio dos *Epítomes Éticos*, no qual o autor navega no perigoso "mar da vida"⁹ (ANGELOV, 2012, p. 256), todavia sua embarcação é destruída pela corrupção do tempo.

Ana Comnena foi uma exceção em um mundo dominado por autores homens. Como filha primogênita e porfirogênita¹⁰ de Alexios I Comneno (r. 1081-1118) e uma pretendente ao manto imperial, ela gozou da melhor educação e erudição ao longo de sua vida. Para os bizantinos isso incluía o estudo de historiadores da Antiguidade como Heródoto e Tucídides (ANGOLG, WHITBY, 2008, p. 838), de quem, por exemplo, Comnena e outros historiadores como Miguel Psellos e Nicetas Choniates parecem ter herdado a preocupação pelo passado recente não documentado. "Originalmente, a tarefa do historiador grego não era explicar o presente em termos do passado, mas assegurar que as ações e os eventos significativos não fossem esquecidos no futuro" (WHITROW, 1993, p. 59), característica que fica ainda mais clara quando Comnena descreve a função social da História em seguida:

Pretendo nesta minha obra recontar os feitos do meu pai, pois eles certamente não deveriam ser perdidos para o silêncio, ou levados embora,

extent checks its irresistible flow, and, of all things done in it, as many as history has taken over, it secures and binds together, and does not allow them to slip away into the abyss of oblivion."

9 No original: "Sea of life".

10 Do grego *Porphyrogenetos*, "nascido na púrpura". Título conferido aos filhos e filhas de um imperador.

assim, na corrente do tempo para dentro do mar do esquecimento [...]. Estes feitos irei relatar não para exibir minha proficiência em letras, mas para que questões de tal importância não sejam deixadas não documentadas para gerações futuras. Pois mesmo o maior dos feitos, se não for preservado por acaso em palavras escritas e passado adiante para a recordação, é extinto na obscuridade do tempo (COMNENA, 2000, p. 2).¹¹

A equação do tempo com o esquecimento tampouco é especificidade de Teodoro II Láscaris e Ana Comnena. No século XIV, o historiador bizantino Nicéforo Gregoras critica o desprezo de Andrônico III Paleólogo pelas cerimônias da corte, as quais "corriam o risco de afundar nas profundezas do esquecimento; após a passagem do tempo e o falecimento daqueles que tinham esse conhecimento, seria difícil que os seus sucessores soubessem as coisas necessárias"¹² (Gregoras *apud*: MACRIDES, MUNITIZ, ANGELOV, 2013, p. 2), levando a ordem imperial à decadência.

Ainda mais significativa é a *História* de Jorge Acropolites. Mais do que um simples historiador, Acropolites foi professor, tutor e amigo íntimo de Teodoro II Láscaris, embora tenha se juntado ao regime dos Paleólogos após a morte de seu patrono e ex-aluno. "A utilidade da história já foi definida pelos nossos predecessores"¹³ (*apud* MACRIDES, 2007, p. 105), elucida Acropolites, provavelmente se referindo à vasta linha de historiadores e cronistas que o antecederam e aprenderam a escrever História em grego com Heródoto e Tucídides (Ana Comnena, entre eles). Acropolites elabora:

Em todo caso, o autor deve escrever nem com favorecimento e nem com malícia, nem pelo ódio ou pela boa vontade, mas pelo bem da história somente e, assim, para que o que foi feito por alguns, seja bom ou ruim, não

11 No original: "I intend in this writing of mine to recount the deeds done by my father for they should certainly not be lost in silence, or swept away, as it were, on the current of time into the sea of forgetfulness [...] These deeds I am going to relate, not in order to show off my proficiency in letters, but that matters of such importance should not be left unattested for future generations. For even the greatest of deeds, if not haply preserved in written words and handed down to remembrance, become extinguished in the obscurity of silence."

12 No original: "Were in danger of sinking into the depths of oblivion; after the passing of time and passing of those who had knowledge it would be difficult for their successors to know the necessary things"

13 No original: "The usefulness of history has already been defined by our predecessors"

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

seja relegado para as profundezas do esquecimento que o tempo costuma produzir (*ibidi*, p. 105).¹⁴

Como na *Alexíada*, a *História* de Jorge Acropolites também tem em sua abertura o esclarecimento da função social da História, no entendimento do autor. Mais uma vez, a concepção herdada da historiografia grega clássica, integrante de boa parte da mentalidade e erudição bizantina, é empregada. Essa passagem de Acropolites nos é especialmente relevante não só graças à sua contemporaneidade com os *Epítomes Éticos*, mas também pela relação de amizade e aprendizagem entre o autor e Teodoro II Láscaris – é a prova necessária de que os *Epítomes Éticos*, muito mais do que um panegírico melancólico a Elena da Bulgária, são uma porta de entrada rica para a mentalidade da elite bizantina e as suas relações com os tempos históricos.

Antes de prosseguir, seria proveitoso notar aqui que a experiência bizantina em suas formas de viver o tempo esteve intimamente ligada à sua forma de organização temporal e cronológica. Adeptos do calendário juliano, a principal especificidade bizantina era a sua divisão do calendário em indicções, ciclos de quinze anos cada, originalmente para propósitos fiscais – de fato, a data inicial de uma indicção, 1º de setembro, já se tornara o ano novo litúrgico ao redor do século X. Além disso, mais crucialmente, os bizantinos organizaram seu calendário a partir do ano da Criação do mundo (*Anno Mundi*), em vez do *Anno Domini* ocidental, tendo seu ano inicial em 5510 a.C. do nosso calendário. Também é importante notar que seguiam a teleologia cristã básica de um julgamento final, o qual aconteceria em 7000 AM (1492 AD), quando até mesmo os imperadores seriam julgados perante Deus (BRYER, 2008). As implicações escatológicas do tempo litúrgico bizantino ainda serão discutidas no decorrer deste artigo.

Nossa intenção é sucintamente examinar algumas das noções de tempo presentes nos *Epítomes Éticos*. O objetivo não se limita a analisar somente a influência do cristianismo e da

14 No original: "At all events, the author ought to write neither with favour nor with malice, nor out of hatred or goodwill, but for the sake of history alone and so that what has been done by some, whether it be good or bad, is not relegated to the depths of oblivion which time is wont to produce."

teologia ortodoxa no pensamento de Teodoro II Láscaris, mas também do legado da Antiguidade greco-romana clássica, de qual cálice os bizantinos (ou romanos, como se auto designavam) beberam mais do que qualquer sociedade medieval. "Eternos adeptos da compartimentalização, os bizantinos traçaram uma linha clara e bastante reveladora entre a literatura da Grécia antiga, que chamavam de Saber Exterior, e a literatura cristã, o Saber Interior" (WELLS, 2011, p. 60) coloca Colin Wells, que provoca: "Atenas faiscava em um dos lados da consciência bizantina, Jerusalém brilhava suavemente do outro" (*ibidi*, p. 60). Resta saber se a forma pela qual o tempo é vivido e experimentado por Teodoro II Láscaris nos *Epítomes Éticos* segue esta divisão, ou mesmo se esses dois tempos históricos diferentes se confundem entre si.

Os tempos dos *Epítomes Éticos*

De antemão, é possível identificar na morte uma das principais temáticas temporais abordadas por Láscaris, senão a principal. O próprio Angelov afirma que os *Epítomes Éticos* "são um raro exemplo de uma obra literária e filosófica medieval na qual um marido enlutado lamenta a morte de sua esposa" (ANGELOV, 2012, p. 237), o que é especialmente evidente na passagem em que Láscaris declama sua descida ao Hades para se juntar a Elena, no último ensaio. O tema da morte está presente logo no primeiro dos doze ensaios produzidos pelo imperador, que discorre sobre a mortalidade dos humanos e a contraposição entre a virtude e o vício corruptor da alma. Mais importante, ele reconhece a existência de Deus e, portanto, do Julgamento Final, mas argumenta que "há julgamento até antes da chegada do Juiz Justo e Sua decisão"¹⁵ (*ibidi*, p.254). Para Láscaris, em seu primeiro ensaio, esse julgamento se apresenta como a corrupção da alma pelo prazer e pelo materialismo: "a alma se aproxima da destruição e gira em círculos, imitando a inconstância do tempo"¹⁶ (*ibidi*, p.255).

15 No original: "There is judgment even before the arrival of the Just Judge and His decision".

16 No original: "The soul nears destruction and revolves in circles imitating the inconstancy of time". A imagem da inconstância do tempo como sendo circular é particularmente curiosa nessa passagem, já que a tradição platônica, a qual Láscaris certamente conhecia e buscava reproduzir, associa a circularidade do tempo a um tempo eterno e constante – um tempo sagrado frente ao tempo profano que nosso autor abomina.

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

A teologia bizantina sobre a vida após a morte nunca foi tão elaborada quanto no cristianismo ocidental (MARINIS, 2017, p. 2), mas havia diretrizes herdadas do Velho Testamento. Apesar de nunca terem desenvolvido um conceito exatamente como o purgatório latino, os bizantinos reconheciam um estado intermediário da alma entre a morte e o Julgamento Final. Era uma adaptação do *Sheol* judaico, traduzido pela Septuaginta¹⁷ como o Hades. O bispo bizantino Jorge Bardanes, contemporâneo de Láscaris, acreditava que as almas dos mortos "residiam em locais temporários, onde elas experimentavam uma amostra de suas punições ou recompensas de vários tipos, presumivelmente alocadas de acordo com sua conduta em vida" (*ibidi*, p. 1).

O Hades é mencionado três vezes nos *Epítomes Éticos*, todas no último ensaio. Ao contrário da apresentação mais positiva de Bardanes, o Hades aparece nos *Epítomes Éticos* sobretudo como um local de punição. A alma de Elena Lascarina aparentemente está em sofrimento. Sua morte foi provocada pela "mão ladra e cruel de Hades"¹⁸ (ANGELOV, 2012, p. 269). Ao prometer se juntar à amada, Láscaris declama que aceitará "a punição de Hades e a aflição da diminuição"¹⁹ (*ibidi*, p. 269). Apesar desta visão negativa que aparece na obra, não é possível concluir que o Hades era um local unicamente de sofrimento para a alma, segundo Láscaris. Para os bizantinos, afinal, a morte era uma consequência do pecado (DENNIS, 2001, pp. 1-7) e a punição no Hades, como uma simples prévia do Julgamento Final na explanação de Bardanes, também seria. Ao longo da obra, Láscaris confessa que viveu uma vida de pecado ao gozar da materialidade corrompida, então não seria de se esperar que fosse recompensado no Hades.

17 A Septuaginta é a principal tradução do Velho Testamento hebreu para o grego, datada aproximadamente ao século III a.C.. Hades era o deus do submundo na mitologia grega, o que deve ter influenciado na escolha de tradução do limbo judaico.

18 No original: "Thieving and cruel hand of Hades ". Talvez uma personificação do Hades, incorporando o deus do submundo da mitologia grega clássica, um exemplo do 'Saber Exterior' bizantino.

19 No original: "The punishment of Hades and the affliction of diminution".

É importante apontar para o caráter de dor e sofrimento que está na essência da experiência de Láscaris com a morte. No século XIV, o filósofo bizantino Demétrio Cydones (1324–1398) viria a escrever um tratado em que declarava que o medo da morte não era racional, "continuando uma tradição filosófica grega milenar" (*ibidi*, p. 7). Doravante, "a morte não era o fim da vida, mas uma transformação da vida" (*ibidi*, p. 7). Com efeito, Láscaris não apresenta medo da morte nos *Epítomes Éticos* e até pede o fim de sua vida no último ensaio, a fim de ser reunido com a sua falecida esposa. Entretanto, sua experiência com a morte é fundamentalmente negativa. "Viajando pelas alturas da felicidade, recebi ali pela mão da sorte a experiência da inconstância do tempo. Estando, por conta disso, nos picos do luto, aprendi que há coisas valorizadas pelos mortais, mas destruídas pelo tempo, deixando nenhuma glória nelas no final"²⁰ (ANGELOV, 2012, p. 257). Assim ele abre o terceiro ensaio – a morte, extrapolada a partir do falecimento de Elena Lascarina, é uma ruptura na felicidade e geradora de sofrimento, uma consequência nefasta da irregularidade do tempo profano e corruptor.

O luto por Elena Lascarina é o que impulsiona os *Epítomes Éticos*, mas aquele era, por sua vez, ocasionado pelo intenso amor que Láscaris aparentemente sentia por sua esposa. A linguagem do amor era uma especificidade da religiosidade bizantina, na medida em que "a ardente linguagem do amor físico era aplicada [...] a relações espirituais" (CAMERON, 1997, p. 8), em particular na dinâmica entre o homem religioso e Deus, impensável no cristianismo ocidental. O amor (*eros*) e a linguagem da sexualidade eram maneiras de se aproximar de Deus e de seu plano sagrado, incluindo, evidentemente, o tempo sagrado de Deus. Se os rituais eram as reatualizações de mitos na lógica do eterno retorno (ELIADE, 1992)²¹, a forma como os bizantinos experimentavam o amor era em si própria uma constante reinserção do bizantino no tempo sagrado. A possível intimidade transcendental a Deus era uma

20 No original: "Journeying on the heights of happiness, I received there at the hands of fortune the experience of time's inconstancy. Dwelling on account of this on the peaks of grief, I learned that there are things valued by mortals but destroyed by time and leaving behind no glory in them in the end".

21 Eliade também escreve que, ao imitar os deuses pelo ritual, o homem "'sai' da duração profana para reunir-se a um Tempo 'imóvel' e à 'eternidade'." (p. 88).

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

característica particular da teologia bizantina, na forma da "deificação (*théôsis*) do homem" (ELIADE, 2011, p. 63), e possibilitava esse tipo de elevação ao sagrado. No caso da elevação do amor profano ao amor sagrado, a tese de Orígenes marcava presença:

Sentir desejo (*eros*) é natural para seres humanos: enquanto seres humanos desejam muitas coisas ao longo de suas vidas, ele diz, o verdadeiro objeto do *eros* é o bem, que também é louvável, e o único desejo louvável é aquele que é direcionado a Deus. O amor humano, ele sugere, é bom enquanto dirigido a uma pessoa boa, e é esse tipo de amor que funciona como uma metáfora, ou como preliminar, para o amor de Deus. De certos tipos de amor humano, é possível atingir o amor divino. (CAMERON, 1997, p. 11).

Nesse sentido, o amor que Teodoro II Láscaris afirmava sentir por Elena da Bulgária pode ser interpretado como uma forma de deificação do homem, condizente com a teologia bizantina. Era esse amor que permitia ao imperador transcender a inconstância do tempo e superá-la, driblando suas forças destrutivas para unir-se ao tempo sagrado. Ao final do último ensaio, a imperatriz Elena é chamada de "a salvação da minha vida, tanto espiritual quanto corporal"²² (ANGELOV, 2012, p. 269). Essa seria uma das principais razões do sofrimento descrito por Láscaris após a morte da esposa. Seu falecimento representa a condenação da alma de Láscaris à corrupção do tempo profano e até implica em seu desencantamento com a própria ideia de *eros* no oitavo ensaio, o qual "menciona *eros* como uma força da natureza humana, descartado aqui como levando a nada permanente e verdadeiramente existente" (*ibidi*, p. 243).

A oscilação de Láscaris entre o real e o inexistente, entre o tempo profano da destruição e corrupção e do tempo sagrado da permanência e do sentido, é uma clara herança da sistematização parmenidiana do cosmos. Gerald Whitrow nos oferece uma visão sobre a concepção de Parmênides:

Sua proposição básica era: "Aquilo que é é, e lhe é impossível não ser." A partir disto, afirmava que, uma vez que somente o presente é, disto decorre que passado e futuro são igualmente carentes de significado – o único tempo é um tempo presente contínuo, e o que existe é não criado e também imperecível. A

²² No original: "The salvation of my life, both spiritual and corporal".

partir disto, Parmênides propôs uma distinção básica entre o mundo da aparência, caracterizado pelo tempo e a mudança, e o mundo da realidade, imutável e atemporal. O primeiro é revelado por nossos sentidos, mas estes são enganosos. O segundo nos é revelado pela razão e é o único modo verdadeiro de existência. (WHITROW, 1993, p. 56)

Em última instância, Teodoro II Láscaris, ao compor os *Epítomes Éticos*, está justamente carente de significado. "Eu lamento e choro na minha mente e na minha alma, porque os assuntos humanos se tornaram dignos de lamentação como inconstantes, inexistentes, inúteis, e não tendo nada que não seja relacionado ao pesar, enquanto tudo é corrompido e se precipita em direção ao míssil da catapulta"²³ (ANGELOV, 2012, p. 260), ele escreve no quinto ensaio. No próximo, ele complementa: "comecei a me questionar sobre a decepção da vida, pela qual pessoas criadas para existir são como inexistentes e, portanto, não existem."²⁴ (*ibidi*, p. 261). Láscaris, contudo, elabora um possível escape daquilo que é inexistente logo em seguida, colocando sua fé na capacidade de observação e na razão:

Comecei a me questionar sobre todas essas coisas não porque elas são admiráveis em valor, mas porque são como coisas originais, extraordinárias e longe de necessárias. Toda alma deve então estar pasma com a inconstância dos assuntos humanos, para que, ao estarem pasmos com sua inconstância, possam atingir a constância da virtude [...] por essa razão todos que explicam o conhecimento do existente se maravilham com o tempo, assim como com as corrupções e mudanças causadas pelo tempo, estabelecendo como leis que nenhum deles tem constância e que as decisões de uma alma filosófica são resolutas.²⁵ (*ibidi*, p. 261).

A influência da filosofia grega nas noções de tempo dos *Epítomes Éticos* também aparece reveladoramente em outras passagens. Com efeito, "a espiritualidade dos *Epítomes Éticos* é

23 No original: "I mourn and weep in my mind and soul, because human affairs have come to be worthy of lamentation as inconstant, nonexistent, useless, and having nothing that is unrelated to sorrow, while everything is corrupted and rushes toward the missile of the catapult".

24 No original: "I have come to wonder at life's deception, through which people created to exist are as though nonexistent and therefore do not exist."

25 No original: "I have come to wonder at all these things not because they are admirable in value, but as something novel, extraordinary and far from necessary. Every soul must therefore be amazed at the inconstancy of human affairs, so that by being amazed at their inconstancy it may attain the constancy of virtue [...] for this reason also those who explain the knowledge of the existent marvel at time as well as at the corruptions and changes caused by time, laying it down as a law that none of them has constancy, and that the decisions of a philosophical soul are steadfast."

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

articulada pelo vocabulário da filosofia natural de Aristóteles: por isso as ideias onipresentes de corrupção, geração, movimento, crescimento e diminuição" (*ibidi*, p. 242). Noções aristotélicas são predominantes, em especial no décimo primeiro ensaio. Nas palavras do próprio Aristóteles, "não apenas medimos o movimento pelo tempo, mas também o tempo pelo movimento, porque eles se definem um ao outro. O tempo marca o movimento, visto que é seu número, e o movimento marca o tempo" (Aristóteles *apud*: WHITROW, 1993, p. 57), ideário este recuperado por Láscaris, principalmente em sua máxima "se há natureza, há um início de movimento"²⁶ (ANGELOV, 2012, p. 266). Ele continua: "se teve um início, chegaria ao repouso para verdadeiramente manifestar o que a natureza é, isto é, o início do movimento e o repouso"²⁷ (*ibidi*, p. 266). A ideia de tempo surge aqui na diferenciação entre os estados de movimento e repouso, como em Aristóteles. Segundo Whitrow, para o filósofo grego "é pela consciência do 'antes' e do 'depois', na mudança, que temos a consciência do tempo" (WHITROW, 1993, p. 57), tese também reproduzida por Láscaris, que foi seu ávido leitor e estudioso.

Por último, a fim de melhor compreender os elementos escatológicos presentes nos *Epítomes Éticos*, elegemos retornar ao início do sexto ensaio:

Alguns já admiraram a glória imperial e outros ansiavam por riquezas e pelos prazeres da luxúria, mas a maioria das pessoas anseiam por tudo – alguns pelos picos da glória, outros pela alegria do dinheiro, e outros ainda pela fácil e imperturbada vida do luxo. Fico impressionado com as opiniões da multidão e com as razões pelas quais ela veio a admirar o que não tem nada de admirável. Fico impressionado, portanto, com o que os admiradores não deveriam admirar. Venho maravilhado com a criação da natureza. Enquanto me maravilho com a criação da natureza, examino coisas nas quais não encontro nada digno de admiração, porque elas também estão sujeitas a morrer. Pois elas são alteradas ao longo do tempo e mudadas por desventuras e não estão muito distantes do inexistente.²⁸ (ANGELOV, 2012, pp. 260-261).

26 No original: "If there is nature, there is a beginning of motion", p. 266.

27 No original: "If it had a beginning, it would come to rest in order to make truly manifest what nature is, namely, the beginning of motion and rest.", p. 266.

28 No original: "Some people previously admired imperial glory and others yearned for riches and the pleasures of luxury, but most people yearn for everything—some for the heights of glory, others for the joy of money, and yet

Láscaris remete a uma temática também explorada no quinto ensaio, na qual "o autor se posiciona como um observador imparcial atônito com as opiniões da multidão e com a inconstância do destino, à luz de seu próprio sofrimento" (*ibidi*, p. 241). Ele destaca a efemeridade do mundo material e condena sua observação por outros e, conseqüentemente, por ele mesmo. A conclusão de que tudo o que é alterado é praticamente inexistente e fadado à morte segue o espírito geral da obra.

Aqui, no entanto, a essência do que nos interessa é a primeiríssima passagem, que julga a glória imperial como sendo alterável e corruptível pelas forças do tempo e sujeita ao desaparecimento na mesma categoria do restante citado. Sob um primeiro olhar, essa passagem parece ser insignificante – ou pelo menos não mais ou menos significativa do que o resto do conteúdo dos *Epítomes Éticos* – mas, em verdade, revela uma transformação radical no pensamento e na identidade da sociedade bizantina e certo pioneirismo de Láscaris em sua concepção. Primeiramente é fundamental ressaltar que a identidade bizantina sempre esteve intimamente ligada à cidade de Constantinopla e ao papel cósmico de seu Império dos Romanos no tempo sagrado e no plano de Deus:

Os próprios termos Roma e romano tinham conotação de uma autoridade soberana, legítima e incontestável, invocando o maior império que o mundo já tinha visto até então. [...] Governantes bizantinos ainda encenavam os desfiles triunfais pelas ruas e recrutavam o apoio dos cidadãos para executá-los, manifestando o conceito romano clássico de 'vitória eterna'. (SHEPARD, 2008, p. 5).

Ao universalismo imperial legítimo e à soberania incontestável do imperador se aliavam a concepção religiosa e o destino escatológico do império. "As relações de Bizâncio com os seus vizinhos eram, em última instância, moldadas pela sua consciência de seu destino especial dado por Deus [...] pois a *ultima ratio* de sua existência era a sua missão cristã e imperial" (HOWARD-JOHNSTON, 2008, p. 954). Com efeito, havia uma espécie de destino

others for the easy and untroubled life of luxury. I am amazed at the opinions of the crowd and at the reasons why it has come to admire what has no share in anything admirable. Amazed therefore at what admirers should not admire, I have come to marvel at nature's creation. As I marvel at nature's creation, I examine things in which I find nothing worthy of admiration because they are also subject to passing away. For they are altered over time and changed by way of misfortunes and are not far distant from the nonexistent".

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

manifesto bizantino, no qual o império era o principal defensor e promotor do cristianismo e seria não só o centro do mundo profano, como também a ponte necessária entre o profano e o sagrado. De fato, "o império e a capital estavam intimamente ligados ao destino da humanidade" (SHEPARD, 2008, p. 7) – sua queda prematura era inconcebível na escatologia bizantina.

Naturalmente, o saque de Constantinopla pela Quarta Cruzada em 1204 e a subsequente fragmentação política do império apresentaram notórias dificuldades para essa identidade milenar. "Era quase inimaginável que a 'rainha das cidades' caísse. Nas palavras de contemporâneos bizantinos, sua queda foi um 'cataclismo cósmico'" (ANGOLD, 2008, p. 731). Como conciliar a tragédia de 1204 com o papel escatológico do Império dos Romanos em seu eterno triunfo e missão cristã? Apesar da recuperação da capital em 1261, a percepção da decadência imperial foi apenas acentuada no século XIV, com o estado crescentemente débil e reduzido do império. Em termos pragmáticos, não era mais possível reafirmar o destino manifesto dos bizantinos e do seu império supostamente eterno. De fato, a percepção dessa decadência política e sua tradução cultural radicalmente transformadora foi um dos marcos da chamada Renascença paleóloga²⁹. Para Teodoro Metochites, ministro chefe de Andrônico II Paleólogo entre 1305 e 1328 e uma das principais vozes desse renascimento, "o império era apenas uma outra entidade política, e seu colapso iminente mais uma manifestação da lei universal da criação e decadência" (SEVCENKO, 2002, p. 291).

Em meados do século XIII, a situação política do Império dos Romanos – ou melhor, do império de Niceia – de Teodoro II Láscaris era similarmente desencorajadora. Apesar de deter uma posição de poder relativo superior aos seus vizinhos do que nos dois séculos seguintes, o inimigo latino ainda ocupava Constantinopla. O exílio bizantino até inauguraria uma ideologia salvacionista na monarquia dos Lascáridas (ANGELOV, 2007), mas a condenação da glória imperial nos *Epítomes Éticos* por Teodoro II revela que o sentimento decadentista e

29 O termo Renascença foi primeiramente empregado para descrever o ressurgimento da erudição bizantina nos séculos XIV e XV, sob a égide da dinastia dos Paleólogos, pelo notório bizantinista Steven Runciman. Vide: RUNCIMAN, Steven. *The Last Byzantine Renaissance*. 1970.

questionador da escatologia tradicional já estava presente, ao menos na mente inovadora de seu autor e de seu círculo erudito. De certa maneira, Teodoro II foi um precursor do novo pensamento bizantino do século XIV; ele foi "um rei filósofo – um intelectual que reuniu em sua corte uma brilhante roda de letrados, cujas realizações constituem a pré-história do renascimento paleólogo das letras" (REINERT, 2002, p. 254). Mesmo após a queda definitiva de Constantinopla para os turcos otomanos em 1453, o patriarca ortodoxo Genádio II estava convencido de que o império logo seria restabelecido (SHEPARD, 2008, p. 7), pois precisaria existir em 1º de setembro de 1492 (o ano final de 7000 AM do calendário bizantino) – prova da força dessa narrativa escatológica, casualmente e inovadoramente desafiada por Teodoro II Láscaris nos *Epítomes Éticos*.

Considerações finais

Este artigo não se pretendeu como uma análise exaustiva dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*. A obra de Teodoro II Láscaris é muito extensa e rica em suas noções de tempo para ser satisfatoriamente e conclusivamente exaurida no contexto dos nossos parâmetros. Procuramos, contudo, comentar algumas das passagens que nos pareceram mais significativas e interessantes, capazes de prover respostas iniciais para as nossas reflexões. Indagamos sobre a percepção de Láscaris do tempo como agente corruptor, verificamos suas maneiras de experimentar a mortalidade humana e a ponte entre o sagrado e o profano – o existente e o inexistente. Investigamos, também, os indícios da transformação da escatologia bizantina a partir desse período.

Como documento e fonte histórica, no entanto, os *Epítomes Éticos* são praticamente inesgotáveis. São uma valiosíssima porta de entrada para a mentalidade da *intelligentsia* bizantina do século XIII, cujo autor também reinava como imperador e tinha preocupações próprias derivadas de seu cargo. Sobretudo, os *Epítomes Éticos* oferecem vários vislumbres de como a elite intelectual de Niceia e a comunidade grega ortodoxa em geral se relacionavam com o tempo. Poderíamos ainda discutir o "lamento de Heráclito"³⁰ (ANGELOV, 2012, p. 257),

30 No original: "Lament of Heraclitus". Teodoro II Láscaris estabelece diálogo com lei da mudança perpétua de Heráclito de Éfeso, que certamente influenciou o pensamento do imperador.

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

que aparece no terceiro ensaio, ou ainda examinar a presença dos ciclos da natureza na obra – sem dúvidas, são questões interessantes para serem postas aos *Epítomes Éticos* pelo futuro leitor.

Nos resta, todavia, questionar sobre a real influência da filosofia greco-romana na obra de Láscaris. O bizantinista John Haldon afirma que "o racionalismo helênico e o legado paralelo da literatura clássica sempre viveram em uma coexistência difícil com o antirracionalismo religioso e a piedade fundamentalista da cristandade" (HALDON, 2007, p. 212), mas é crucial assinalar que, principalmente a partir da Quarta Cruzada, "havia surpreendentemente pouca fricção entre o helenismo e a ortodoxia, apesar de sua aparente incompatibilidade" (ANGOLD, 2008, p. 752). Afinal, é difícil negar a notável influência da filosofia grega, em especial, da sistematização de Parmênides no pensamento do cristianismo. Assim, como dizer aonde Atenas acaba e Jerusalém começa? Quais seriam as fronteiras entre o Saber Interior e o Saber Exterior, segundo os bizantinos? Onde se traça a linha nos *Epítomes Éticos*?

Uma possível resposta se encontra na valorização individual e coletiva dos ditos saberes pertencentes a uma dessas duas categorias. Apesar do crescente poder da Igreja Ortodoxa após o colapso da autoridade imperial seguindo a Quarta Cruzada, os bizantinos se viam voltando cada vez mais para o Saber Exterior, herdado de seus antepassados. Isso se deveu, sobretudo, à progressiva homogeneização étnica e cultural do decadente império, anteriormente multicultural, em torno da figura do grego. Embora os bizantinos nunca abandonassem sua identificação com os romanos, o passado helênico foi gradualmente desassociado do paganismo e começa a integrar a identidade bizantina. O papel do latino ocidental e da Igreja de Roma na alteridade bizantina também não deve ser menosprezado:

O cultivo da sabedoria helênica definiu a elite bizantina culturalmente contra os latinos. Em 1254, houve uma disputa entre intelectuais de Niceia e membros de uma embaixada dos Hohenstaufens. Teodoro II Láscaris presidiu. Ele julgou os nicenos vitoriosos e pensou que isso refletia grande crédito aos helenos. A consciência de um passado helênico se tornou uma parte

integrante da identidade bizantina, mas a sua expressão era uma reserva de uma elite intelectual. (*ibidi*, pp. 751-752).

Nesse sentido, principalmente a partir do século XIII, o saber exterior da literatura helenista complementava o saber interior do cristianismo ortodoxo em uma relação simbiótica, embora não desprovida de tensão³¹. Nos *Epítomes Éticos*, esse diálogo marca a sua presença intensamente. As formas de viver o tempo se misturam, como na apresentação do conhecimento como a salvação da alma³², recuperando uma tradição helênica antiga. Ao longo dos ensaios, há diversas referências a episódios mitológicos e autores clássicos, como o próprio Homero e Heráclito de Éfeso, sendo uma linguagem aristotélica que é empregada prevalentemente por Teodoro II Láscaris. Entretanto, a moral e as preocupações do autor nos *Epítomes Éticos*, ao longo de toda a obra, permanecem fundamentalmente cristãs.

Referências bibliográficas:

ANGELOV, Dimiter. "The *Moral Pieces* by Theodore II Laskaris". *Dumbarton Oaks Papers*, pp. 237-269, nº 65-66, 2011-2012.

_____. *Imperial Ideology and Political Thought in Byzantium, 1204-1330*. New York: Cambridge University Press, 2007.

ANGOLD, Michael. "The Greek Rump States and the Recovery of Byzantium". In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire c. 500-1492*. Cambridge University Press, 2008.

ANGOLD, Michael; WHITBY, Michael. "Historiography". In: JEFFREYS, Elizabeth; HALDON, John; CORMACK, Robin (ed.). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford University Press, 2008.

BRYER, Anthony. "Chronology and Dating". In: JEFFREYS, Elizabeth; HALDON, John; CORMACK, Robin (ed.). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford University Press, 2008.

31A tensão explodiu na chamada controvérsia hesicasta, que mobilizaria a vida social, cultural e religiosa dos bizantinos em meados do século XIV. Liderados pelos monges do Monte Atos e pela figura de Gregório Palamas, os hesicastas entraram em confronto com os humanistas bizantinos, representados pelo monge Barlaão da Calábria. O hesicasmismo prevaleceu e botou um fim ao renascimento da filosofia platônica em Bizâncio (ELIADE, 2011, pp. 204-208).

32 Evidenciado, por exemplo, na passagem do nono ensaio "Portanto toda alma nobre prefere as coisas intelectuais, ao invés das corruptíveis" (ANGELOV, 2012, p. 264). No original: "Therefore every noble soul keeps to intellectual rather than corruptible things".

Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos *Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida*, de Teodoro II Láscaris

- CAMERON, Averil. "Sacred and Profane Love: Thoughts on Byzantine Gender". In: JAMES, Liz (ed.). *Women, Men and Eunuchs. Gender in Byzantium*. Routledge, 1997.
- COMNENA, Anna. *The Alexiad*. Tradução de Elizabeth A. S. Dawes. Cambridge, Ontario: In parentheses Publications, 2000.
- DENNIS, George T.. "Death in Byzantium". *Dumbarton Oaks Papers*, pp. 1-7, Vol. 55, 2001.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *História das Crenças e das Ideias Religiosas. Volume III: de Maomé à Idade das Reformas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HALDON, John. *Byzanz. Geschichte und Kultur eines Jahrtausends*. Tradução de Harald Ehrhardt. Düsseldorf: Patmos Verlag, 2007.
- HOWARD-JOHNSTON, James. "Byzantium and its neighbours". In: JEFFREYS, Elizabeth;
- HALDON, John; CORMACK, Robin (ed.). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford University Press, 2008.
- MACRIDES, Ruth. *George Akropolites. The History. Introduction, Translation and Commentary*. New York: Oxford University Press Inc., 2007.
- MACRIDES, Ruth; MUNITIZ, J.A.; ANGELOV, Dimiter. *Pseudo-Kodinos and the Constantinopolitan Court: Offices and Ceremonies*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2013.
- MARINIS, Vasileios. *Death and Afterlife in Byzantium: The Fate of the Soul in Theology, Liturgy, and Art*. Cambridge, 2017.
- REINERT, Stephen. "Fragmenation (1204-1453)". In: : MANGO, Cyril (ed.). *The Oxford History of Byzantium*. 2002.
- RUNCIMAN, Steven. *The Last Byzantine Renaissance*. 1970.
- SEVCENKO, Ihor. "Palaiologan Learning". In: MANGO, Cyril (ed.). *The Oxford History of Byzantium*. 2002.
- SHEPARD, Jonathan. "Approaching Byzantium". In: _____. *The Cambridge History of the Byzantine Empire c. 500-1492*. Cambridge University Press, 2008.
- WELLS, Colin. *De Bizâncio para o mundo. A saga de um império milenar*. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- WHITROW, G. J.. *O Tempo na História. Concepções sobre o Tempo da Pré-História aos Nossos Dias*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

O tempo em *Night Journey* de Martha Graham¹

Maria Clara Laet de Almeida e Silva*

Resumo: *Night Journey* é uma coreografia de 1947 da dançarina e coreógrafa estadunidense Martha Graham que foi registrada em forma de filme em 1961. A obra recria a tragédia grega *Édipo Rei*, de Sófocles, e é situada no momento em que Jocasta, mãe e esposa de Édipo, contempla o suicídio. Através de um *flashback*, Jocasta, interpretada pela própria Graham, revive sua relação incestuosa antes de tirar sua vida. Conhecida por ser uma das melhores composições da fase mitológica de Graham, *Night Journey* foi filmada em 1961, permitindo sua análise e estudo até os dias de hoje, além de ser remontada com frequência pela Martha Graham Dance Company. Além de incorporar estruturas de tempo típicas da Grécia Antiga e das tragédias gregas, a coreografia revela vicissitudes do contexto histórico em que foi produzida, possuindo portanto múltiplos estratos de tempo. Aqui se investigará como são estruturadas e como se relacionam estas camadas de tempo, analisando a obra sob a luz de uma História Social do Tempo.

Palavras-Chave: História social do tempo; Martha Graham; *Night Journey*; Édipo Rei; história da dança.

1 Este artigo é uma versão adaptada do trabalho desenvolvido em 2017 para a disciplina de “História Social do Tempo” ministrada na Universidade de São Paulo pelo Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta. Agradeço ele pela oportunidade de desenvolver esta reflexão e pelos comentários e sugestões em versões anteriores do texto. Agradeço também Luis Vieira pela inestimável ajuda e apoio ao longo da escrita do texto.

*Graduanda em História na Universidade de São Paulo. Pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Labmundi). Contato: maria.laet.silva@usp.br

Night Journey é uma obra coreográfica criada pela norte-americana Martha Graham e estreada em 1947. A coreografia foi filmada catorze anos depois como parte do documentário *A Dancer's World*, um esforço de preservar o trabalho de Graham no fim de sua carreira, e é remontada pela Martha Graham Dance Company até os dias de hoje. A coreografia será analisada a partir do registro de 1961, que conta com Bertram Ross como Édipo, Paul Taylor como Tirésias e Helen McGehee como líder do coro, todos estes bailarinos que tiveram sua formação baseada no método de Graham, e direção de Alexander Hammid. A trilha sonora foi feita especialmente para a coreografia por William Schuman e é usada novamente na filmagem, assim como o cenário desenhado pelo artista plástico Isamu Noguchi.²A coreógrafa apresenta um novo olhar sobre a tragédia grega *Édipo Rei*, buscando representar a terrível relação incestuosa entre mãe e filho por um ponto de vista feminino. O filme de 1961, segundo o bailarino Bertram Ross, não faz jus ao sucesso que obteve a obra em sua estreia de 1947, que consagrou a coreografia como uma das mais conhecidas de Graham, principalmente por não apresentar cores e apresentar contraste muito forte entre o preto e o branco na imagem (FRANKO, 2012, pp. 97 e 199).

Édipo Rei é uma peça escrita por Sófocles e consiste na história de Édipo, o rei de Tebas, que descobre através de uma profecia e um adivinho cego chamado Tirésias que sua esposa é, na verdade, sua mãe, e que o assassino de seu pai era ele mesmo. Ao ver-se envolvido em tal relação, o rei fere seus olhos, fica cego e se exila do reino. A abordagem de Graham concentra-se na figura de Jocasta, a mãe e esposa de Édipo, mais especificamente no momento em que comete suicídio. São colocados em cena elementos que evocam as leituras clássicas da tragédia, como o incesto e a sexualidade, assim como outros não tão presentes na obra original, como o tormento sob a perspectiva de Jocasta.

A abordagem desenvolvida neste artigo explora diversos tempos históricos presentes nesta obra de dança, buscando os significados que estes podem ter para a sociedade

²Martha Graham in Performance. Direção: Alexander Hammid. Produção: Nathan Knoll. West Long Branch, New Jersey. Kultur Dance Series. 1961. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=1578s Acesso em: 31 dez. de 2017.

ocidental. Para tal será considerada a obra como um todo, seus elementos cênicos, figurino, cenário e coreografia, como observados no documentário de 1961.

Primeiramente será observado como a narrativa se estrutura com uma breve apresentação e interpretação das cenas. O ato pode ser dividido em três partes. Na primeira cena Jocasta, interpretada pela própria Graham, fita uma corda enlaçada em forma de forca, segurando-a sobre sua cabeça em um devaneio. Tirésias, o cego adivinho, entra em cena e desfaz o devaneio, provocando um *flashback* onde Jocasta revive seus momentos de pavor e tormenta. Então, a performance volta ao momento inicial da narrativa original, onde Édipo e Jocasta vivem sua relação amorosa e esta é coroada rainha.

A segunda parte consiste da relação consumada pelo rei e a rainha. Os dois são envolvidos em um jogo de sedução onde um convida o outro por meio de movimentos sugestivos. À medida que vão se aproximando começam a executar movimentos iguais, interrompidos por um devaneio de Jocasta seguido de um movimento maternal executado por ela, levando a cabeça de Édipo ao seu colo. Ao nosso ver, apresenta-se aqui uma ruptura no andamento sensualizado dos movimentos, prenunciando a descoberta do real caráter da relação e do tormento que cairá sobre o casal.

A terceira e última parte é marcada pela intensificação da trilha sonora, com presença dos instrumentos de corda, os sons graves do piano combinados com os violinos extremamente agudos e a aceleração do pulso da música. É caracterizada também pela reaparição do coro anunciando a chegada da tragédia e pelos movimentos mais agressivos entre Édipo e Jocasta envolvendo a mesma corda presente no início da performance. Na cena final, Tirésias desfaz o laço que envolve o casal, Édipo utiliza a joia de Jocasta para cegar-se e a rainha, reencontrando seu destino, despe-se e tira a própria vida.

Night Journey faz parte da fase mitológica da produção de Graham. Nela, as coreografias eram geralmente baseadas ou faziam referência a mitos e tragédias gregas. O surgimento das tragédias gregas se deu na passagem do século VI ao V a.C., momento de aparecimento de

dois aspectos singulares na cultura grega. Com o advento da historiografia passou-se a empregar uma reflexão mais detalhada sobre os acontecimentos passados. Logo, houve uma maior consciência sobre o passado e a passagem do tempo, fator de peso nas tragédias gregas, que dão papel importante ao passado em suas narrativas. O segundo aspecto é a tensão entre o passado heroico e mítico e o presente com o advento do direito nas pólis gregas. O pensamento jurídico, segundo o helenista Jean Pierre Vernant, traz ao centro das discussões a inserção do cidadão na coletividade da pólis. Esta vida consumada no âmbito da coletividade da pólis, baseada nas discussões políticas, jurídicas e na cidadania, contrasta com o passado que se encontra no âmbito individual e singular representado pela ação de heróis gregos singulares, produzindo assim uma tensão entre passado e presente. Assim, estes dois aspectos se relacionam, uma vez que tal tensão produz distanciamento entre estes dois tempos, permitindo que se possa pensar a passagem do tempo e elaborar sobre o passado, construindo então o que chamamos hoje de historiografia. (VERNANT, 1999)

De um lado, o elemento humano e coletivo do cidadão; de outro, o elemento divino e singular dos heróis e mitos. De um lado, o presente na cidade; do outro, o passado mítico. Contudo, o advento da historiografia grega, representada por Tucídides e Heródoto principalmente, teve lugar depois da escrita de *Édipo Rei* por Sófocles, portanto esta tensão entre passado e presente não está presente na tragédia de Sófocles. Ainda assim, é possível observar tal tensão na reinterpretação de Graham. O coro, chamado pela coreógrafa de *Daughters of the Night*, representa o presente, é ele quem julga e sabe a verdade e o decurso dos acontecimentos. Segundo Mark Franko (2012), Graham, em suas anotações feitas em vida nos famosos *Notebooks*, fez esta assertiva, que faz sentido coreograficamente. O coro, sendo a consciência de Jocasta no momento de sua morte, está em cena ao mesmo tempo em que é consumado o amor entre ela e seu filho, na terceira parte da coreografia. Com isso, o presente em que Jocasta sabe da verdadeira identidade de seu esposo coexiste com seu passado, sendo lembrado e iluminado por esta consciência que, desesperada, anuncia a tragédia no primeiro plano do palco. Com movimentos frenéticos e bruscos, o coro contrasta

com a memória cinzenta e embaçada do passado, sendo encenado no fundo do palco por movimentos lentos e contínuos (FRANKO, 2012, p. 107). A trilha sonora de William Schuman é outro elemento que denota o confronto entre estes dois tempos, alternando entre notas suaves e agudas e notas rápidas, graves e intensas.

Segundo Mark Franko, o trabalho de Graham pode ser dividido em três fases: a primitivista (1926-1933), a dramaturgical (1934-1945) e a mitológica (de 1945 em diante) (FRANKO, 2012, pp. 7-8). É possível perceber o predomínio da influência da primeira fase sobre as coreografias de outras fases e a presença desta volta ao passado em outras narrativas como *Deaths and Entrances* (1943), que conta também com a utilização do recurso de *flashback*. A busca por elementos primitivos, algo próprio da dança e das artes das décadas de 1920 e 1930, é característica própria do movimento artístico nos Estados Unidos denominado modernismo. O modernismo tratado aqui pode ser considerado um conjunto de ideias e pensamentos que se manifestaram nas artes que surgiram em resposta à modernização do século XX. Tal resposta consistiu, no caso do modernismo norte-americano, em um retorno à natureza do homem e sua subjetividade (SINGAL, 1987, pp. 7-8). Nas artes plásticas observou-se um movimento de volta ao passado em busca de características essenciais da natureza humana como um meio de buscar tal subjetividade (POLCARI, 1990). O retorno ao passado em busca de elementos ancestrais, míticos e rituais permanece como uma forte característica do trabalho de Graham, como pode ser observado neste comentário em sua autobiografia:

There are always ancestral footsteps behind me, pushing me, when I am creating a new dance, and gestures are flowing through me. Whether good or bad, they are ancestral. You get to the point where your body is something else and it takes on a world of cultures from the past, an idea that is very hard to express in words (GRAHAM, 1991, p. 13)

Graham é considerada uma das precursoras de um novo estilo de dança denominado *modern dance*. Com a descentralização do *ballet* clássico, novas técnicas e maneiras de se ver a dança suscitam em um mundo fragmentado pela aceleração do tempo. O etéreo dá lugar ao a movimentos próximos ao chão; o corpo longilíneo ao contraído; as figuras elegantes a

dançarinos musculosos; a fluidez aos espasmos e ângulos austeros. O que em Isadora Duncan, uma das primeiras a fugir da rigidez da técnica clássica, era leve e divertido, cada vez mais tornou-se demarcado e contraído (SOUZA, 2009, pp. 94-135). Os grandes nomes que marcaram esta tendência foram Ruth St. Denis e Ted Shawn, que fundaram a *Denishawn*, escola de dança que ficou marcada pela produção de grandes talentos como Martha Graham (AU, 1995, p. 119). Assim, a tensão entre passado e presente está manifesto na própria vida pessoal da coreógrafa: sua saída da *Denishawn* deveu-se a uma busca de seu próprio estilo, busca manifesta na criação de sua própria técnica, baseada na contração e expansão a partir do abdômen.

Em *Night Journey* é manifesta a busca de Graham por um passado “primitivo” longínquo em diversos aspectos, elemento expresso no enredo de *Night Journey*: o mito de Édipo. Este primitivismo do modernismo norte-americano anseia por uma ideia de passado longínquo criada pelo século XIX, que romantizou e idealizou a Grécia Antiga, considerada pela história positivista e clássica como o berço da civilização ocidental (SEIGNOBOS, 1915, p. 223), um lugar e uma cultura ancestral no sentido mais latente da palavra: como um passado hereditário. Este passado, louvável, contrasta com a efemeridade da modernidade presenciada por Graham. *Édipo Rei* representa este resgate do passado como origem, objeto de estudo para entender um presente volátil e difícil de decifrar. Foi também estudada por Freud a fim de investigar impulsos universais e primitivos de todo o ser humano (ELIADE, 1972, p. 57). Assim, este movimento manifesta-se coreograficamente: a despreocupação de Graham com a estética leve do balé clássico, o *floor work*, a ligação com o chão e os movimentos pesados evidenciam o impulso primitivo do qual fala em sua autobiografia. Sua técnica, baseada em espasmos, na respiração, contração e expansão do torso, remete não só aos fazeres primitivos do corpo como a própria respiração como também ao tempo cíclico e biológico do corpo humano: inspirar e expirar, expandir e contrair (SOUZA, 2009, pp. 117-132).

Assim, a obra apresenta também uma temporalidade circular, presente não só na técnica grahamiana como na estrutura da coreografia. A narrativa começa e termina no mesmo lugar: na morte da personagem principal. É possível relacionar esta circularidade à estrutura dos mitos da Grécia Antiga: o passado mítico grego evoca uma estrutura de eterno retorno e eternidade imóvel que transparece no fato de o início e o final da performance se situarem no mesmo momento. Ainda assim, elementos além da circularidade revelam-se na estrutura da narrativa. De acordo com Pierre Vidal-Naquet, o tempo dos heróis trágicos é o tempo efêmero em contraste com o tempo divino. O tempo efêmero articula-se com a sucessão de acidentes que costuma ocorrer na tragédia: *Édipo Rei*, por exemplo, ocorre em apenas um dia (VIDAL-NAQUET, 1960). Assim, existe uma transformação que evidencia a construção da narrativa coreográfica em início, meio e fim, uma vez que as cenas do início e do fim são diferentes: há uma linearidade sem a qual o espectador não entenderia a decisão de Jocasta, uma narrativa linear que faz a diferença na percepção da morte da personagem principal. Além de entendermos o motivo da decisão da rainha de terminar a sua vida, a sua vida termina de um jeito diferente do que se esperava. Observa-se que, no início, Jocasta fita uma corda enlaçada em forma de forca; no entanto, acaba por estrangular-se na cena final. Com isso pode-se dizer que a lembrança do passado também transformou a personagem e seu futuro, ainda que de maneira sutil. A transformação pressupõe uma narrativa linear, tanto apontando para o passado, que é evocado em forma de *flashback*, quanto para o futuro, moldado pelas mudanças da personagem ao longo da trama.

A linearidade está presente em diversos elementos da performance. Observemos o figurino. As mulheres do coro vestem vestidos escuros em contraste com linhas claras na bainha dos vestidos, subindo pelo seu torso. As linhas estão estrategicamente posicionadas, uma vez que a barra dos vestidos acompanha o movimento das bailarinas, dando destaque ao detalhe, que também compõe o figurino de Édipo e Jocasta. O cenário insere-se na mesma concepção estética: os bancos alinhados ao fundo em escala crescente levando à cama dão

ênfase especial à cena da ascensão de Édipo ao poder, reforçando o caráter linear da narrativa. Esta cena pode ser observada na imagem 2.

A hereditariedade entre os dois personagens principais também comporta uma concepção de tempo sagital, prenunciada pelos objetos cênicos presentes na segunda parte da performance que se assemelham as videiras. São vários os elementos que remetem ao tempo natural e biológico da vida humana, como a cama feita de ossos e até mesmo a corda com a qual Jocasta se enforca. Esta adquire diversos usos e significado ao longo da narrativa: em sua autobiografia, Graham descreve este objeto como um cordão umbilical, e não à toa a escolha do material para a corda foi a seda. A corda é a linha que liga as duas gerações, é o tempo biológico da vida humana e é o destino de Jocasta.



Imagem1: O coro com seu figurino decorado por linhas (HAMMID, 1961).



Imagem 2: Os bancos, em ordem de altura crescente, onde Édipo ascende à realeza ao encontro de Jocasta. O coro segura as videiras (HAMMID, 1961).

Este último significado pode ser atrelado ao mito grego das moiras. Estas eram três tecelãs: Cloto, Láquesis e Átropo. A primeira fiava o fio com uma roca, a segunda media o fio com uma vara e a terceira o cortava, dando fim à vida de um mortal (PÉREZ MIRANDA; CARBÓ GARCÍA, 2011, p. 137). As moiras representam a inevitabilidade do destino e como não se pode escapar dele, elemento que está presente em peso no mito de Édipo por este, apesar de tentar, não conseguir fugir do parricídio cometido por ele próprio. O gesto da costura e selamento do destino está principalmente na figura de Tirésias e seu grande bastão cruzando o palco em movimentos de zigue-zague, apoiando o bastão no chão como uma agulha que tece. O bastão de Tirésias possui, na composição, o poder de selar destinos. Isto é perceptível quando usa o bastão para tirar das mãos de Jocasta a força, induzindo o *flashback*, quando o bate no chão entre Édipo e Jocasta confirmando sua tormenta, e na cena em que, desesperadamente, Jocasta tenta tomar o bastão de Tirésias, mas não tem poder sobre seu próprio fim. O coro, nas duas vezes em que entra em cena, anuncia o futuro com movimentos

esasmódicos e frenéticos, sabendo que não tem poder sobre a tragédia que está por acontecer.

Esta atribuição ao elemento cênico evoca o tempo circular, determinado, fechado em sua eternidade e onde os homens não possuem poder sobre seu destino, defendida, dentre muitos outros, pelos estoicos na Grécia. Segundo Whitrow, para eles, o Destino tinha um caráter cíclico, ou eternamente recorrente. Identificavam-no com a Necessidade e simbolizavam-no pelo incessante girar de uma roda, como a roda de Íxion” (WHITROW, 1993, p. 63). A roda de Íxion é outro mito grego onde Íxion, incapaz de controlar seus desejos, é castigado por Zeus a permanecer no Tártaro preso a uma roda. O desejo sexual pela sua mãe está em Édipo e, curiosamente, o único elemento cênico não utilizado pelos bailarinos é uma roda de proporções grandes, encostada no fundo da cena à direita. Este elemento evidencia ainda mais o conhecimento de Graham da mitologia grega e a presença de regimes de temporalidade próprios da mitologia como a eternidade e a circularidade e pode ser observado na imagem 3.

O tempo circular e o tempo sagital, tanto apontando para o futuro quanto para o passado, coexistem em *Night Journey*. O suicídio, contemplado no início e realizado no final da peça, é representante de mais uma presença do tempo sagital na narrativa. A morte representa um aspecto do tempo que todo o ser humano deve enfrentar: a finitude. Em *História da morte no Ocidente*, Philippe Ariès analisa como a sociedade ocidental lidou com a morte ao longo do tempo e chega a quatro tipos de abordagem acerca da percepção da morte na sociedade ocidental que, grosso modo, estabelecem uma periodização. É curioso pensar que, baseando-se na periodização proposta por Ariès, enquanto Sófocles convivia com uma destas atitudes diante da morte, Graham, que usa seu texto, convive com outra. O fato de Sófocles estar situado em um tempo de *morte domada*, ou seja, em uma sociedade onde a morte era tratada com naturalidade, pode ser uma explicação do porquê a morte de Jocasta não receber tanta atenção no texto.



Imagem 3: Jocasta contempla a forca; ao fundo, a roda de Íxion (HAMMID, 1961).

Já Graham coloca neste evento o ponto visceral de sua obra, e isto se enquadra principalmente na noção romântica presente na *morte do outro*. O espectador desenvolve compaixão pela morte representada em cena em forma de dança, esteticizada, trazendo a noção moderna de uma sociedade que vive o desenraizamento (BERMAN, 1982 e KOSELLECK, 2000). É possível identificar também a *morte de si mesmo* na composição a partir do recurso do *flashback*. Isto porque esta atitude perante a morte é individualizada e apresenta, no leito de morte, uma recapitulação da vida do enfermo, trazendo o julgamento de seus atos em vida para o momento de sua morte. O Juízo Final, portanto, é deslocado do fim do mundo para o fim da vida. O *flashback* traz o elemento de rememoração da vida de Jocasta, que se encontra sozinha no início da performance e sozinha novamente no final. É importante notar que a morte de Jocasta, na peça de Sófocles, não ocorre no final da narrativa, evidenciando a escolha de se colocar o fim da vida de Jocasta como o fim da peça e também o fim da noite, que é o plano de fundo da narrativa.

Faz parte da atitude de *morte do outro* teorizada por Ariès a morte erotizada. Esta ideia especificamente se encaixa tanto em *Night Journey* quanto na peça de Sófocles. A relação entre a morte e Eros se dá amplamente na poesia e arte gregas. A morte muitas vezes é relacionada à violação sexual, com o retrato de Eros como homicida. A autora Emily Vermeule afirma que o amor e a morte são aspectos do mesmo poder (VERMEULE, 1984, p. 256) e este imperativo é um dos pontos axiais de *Night Journey*. A corda com a qual se faz o laço entre Édipo e Jocasta é a mesma que executa a morte desta. A tragédia que leva à morte é a relação sexual incestuosa e isto fica claro a partir da movimentação de Jocasta quando se vê afundada em sua agonia: abre e fecha as pernas, põe a mão em seu ventre, anda em círculos estendendo sua perna acima de sua cabeça como que expondo sua genitália. A cama presente no cenário, onde se consuma o ato sexual, comporta morbidez em sua estrutura em formato de ossos, explicitando ainda mais esta relação.

Por fim, cabe uma análise mais detalhada da cena final da performance. O desfecho da narrativa se dá a partir do momento em que Tirésias rompe o laço entre Édipo e Jocasta, tocando seu bastão, investido do poder de trançar destinos, no cordão umbilical que une ambos. Antes disto ocorrer, o casal via-se numa estaticidade diferente do resto da composição. Enquanto o coro, frenético, estava à frente da cena, o rei e a rainha estão em cima da cama, entrelaçados pelo cordão, fazendo poses e movimentando-se lentamente para trocar de uma pose para a outra. As posições lembram estátuas gregas, mas mais do que isso: a estaticidade transmite uma impossibilidade de se ver livre da relação amorosa incestuosa, anunciada pelo coro. A corda os prende a um destino do qual não podem escapar.



Imagem 4: Momento em que Tirésias rompe o cordão umbilical (HAMMID, 1961).

Então, Tirésias rompe a corda. A tragédia está enfim consumada. Jocasta se estira na cama e Édipo, ainda emaranhado na corda, joga-a no chão com força. O rei, ao invés de ensejar seu fim, quer apenas se ver longe de seu passado. Então tira a joia que a rainha carregava no peito e usa-a para cegar-se. Jocasta, acordando sozinha, avista a corda, despe-se e enforca-se.

Há nesta cena diversos elementos que indicam uma representação do tempo em que Graham vive: a sociedade ocidental em 1947. O caráter explícito e violento da coreografia pode ser visto como manifestação do trauma que viveu o ocidente após as grandes guerras no século XX. Neste momento, discutia-se a ação destrutiva do homem e a banalidade do mal e investigava-se o tema a partir da psicanálise. A psicanálise nas artes como forma de explicar o homem e perscrutar seus impulsos foi um fenômeno forte nos Estados Unidos que

adentrou a dança, tendo um de seus maiores representantes em Martha Graham. Segundo Stephen Polcari:

As America entered the second great cataclysm of the twentieth century, Graham increasingly moved toward psychological introspection as a subject in her art. In fact, by the time war clouds overshadowed Europe in 1937, she had already stated that for her the goal of dance was to "make visible the interior landscape," and she described her work as "journeying" into herself. Dance, in Graham's mind, had the power to move into the "depths of man's inner nature, the unconscious, where memory dwell (POLCARI, 1990, p. 3)

De tal forma, assim como em outros terrenos da arte como o expressionismo abstrato, a psicanálise influenciou profundamente a dança moderna estadunidense, movendo Graham a buscar temas como os mitos e tragédias gregas a fim de explorar os impulsos primitivos e subconscientes do homem. Tal perspectiva ilumina mais uma temporalidade presente em *Night Journey*: o tempo subjetivo.

O primeiro traço da presença deste tempo está no próprio título da obra. A noite é parte de um ciclo da natureza e, historicamente, é lugar de obscuridade, medo, morte e sensualidade, todos estes elementos explorados pela psicanálise (VERMEULE, 1984, p. 246) É possível analisar *Night Journey* a partir de arquétipos jungianos de masculinidade e feminilidade. Sabendo que o coro é chamado de *Daughters of the Night* e são extensão da consciência de Jocasta, é possível concluir que Jocasta é a própria representação da noite. O arquétipo da feminilidade abarca a noite, e o da masculinidade o sol. Sendo a rainha a representação da noite e o rei a do sol é possível, a partir desta análise, observar a manifestação do tempo da natureza, que oferece as experiências temporais iniciais do ser humano, baseadas em ciclos circadianos que regulam a vida humana. Há signos dessa temporalidade nos elementos cênicos, por exemplo na coroa usado por Jocasta em forma de lua e as cores escuras dos figurinos femininos, personalizando a noite. Ademais, é importante ressaltar que a associação entre morte e Eros se dá à noite, intermediada pelo sonho. O sonho, por sua vez, é outro objeto de investigação da psicanálise, e pode ser relacionado à segunda palavra do título da coreografia. *Jornada* é uma palavra frequentemente empregada

para descrever o acesso ao subconsciente e a introspecção, ligados ao período da noite pelo sonho. Na coreografia, o público presencia a jornada pelo subconsciente de Jocasta, explorando seu trauma e memória a partir do recurso de *flashback*.

A presença da psicanálise era evidente no trabalho de Graham ao ponto de suscitar discussões sobre quem a influenciou de forma mais intensa. Filha de psicólogo, a bailarina entrou em contato com as obras de Freud e Jung, fazendo com que a discussão se polarizasse entre aqueles que consideravam *Night Journey* freudiano e os que consideravam-no junguiano. Como se fazia presente o complexo de Édipo no trabalho de Graham? Era rejeitado ou afirmado? Um elemento que poderia oferecer respostas para estas indagações é o deslocamento do foco da obra de Édipo, figura masculina, para Jocasta, figura feminina. E colocada em evidência a relação de Édipo com sua mãe, e não com seu pai. Tal deslocamento trouxe informação ainda mais valiosa: talvez quem tivesse influenciado Graham não fosse nem Freud e nem Jung, e sim Otto Rank, um psicanalista que relativizava a obra de Freud e grande ídolo do pai de Graham (FRANKO, 2012, p. 128).

Ao investigar o que defendia Otto Rank são iluminados muitos aspectos do tempo subjetivo em *Night Journey* que são de suma importância. Diz Mark Franko que

Psychoanalysis explains disgust before the representation of incestuous relations as a symptom of repression of the unconscious urges associated with incest. But, according to Otto Rank, the artist is unique in being able to unlock this repressed material and allow the unconscious some relief from lifelong repression. This is precisely, for Rank, the social function of the artist and why the artist's engagement with incest is a socially positive force (FRANKO, 2012, p. 127)

A implicação desta afirmação é de que a dança, mais do que o teatro ou qualquer outra arte, teria a capacidade de se aprofundar na *psyché* humana e dessublimar o espectador. É a partir desta chave de interpretação que Graham compõe a coreografia de maneira que quem assistisse não apenas presenciasse a jornada subjetiva de Jocasta e sim fizesse parte dela. A ideia da coreógrafa é de “dessublimar a plateia”, integrando-a à temporalidade vivida pela personagem principal. Esta ideia é exposta por meio da construção da narrativa em *flashback*,

onde o público emaranha-se na consciência de Jocasta, e também esteticamente. Em *Night Journey* e na *modern dance* o corpo é “signo de uma mediação entre o mundo objetivo e subjetivo.” (SOUZA, 2009, p. 115).

Foi também Otto Rank que deslocou o eixo do mito de Édipo do filho para a mãe, dando um enfoque feminino compatível com o examinado na coreografia. Há uma clivagem na experiência do tempo masculina e feminina dentro da obra. Ramsay Burt diferencia o tempo masculino e feminino a partir da movimentação das personagens pelo espaço (BURT, 1998, p. 49). Ele diferencia o tempo linear vivido por Édipo, obedecendo a ordem cronológica da narrativa que começa com sua coroação e termina com sua cegueira e exílio, e a experiência circular de tempo de Jocasta, que rememora sua vida, começando e terminando a performance na mesma cena. Tirésias também é englobado na percepção linear e masculina: entra em cena sempre pela diagonal esquerda e percorre todo o palco, ensejando um tempo linear vivido por ele. Já Jocasta começa e termina em cena, sem nunca sair, expondo sua ligação com o tempo circular.

O tempo cíclico ligado à feminilidade pode relacionar-se, ainda, ao tempo cíclico que o corpo feminino vive, tempo este que justamente permite a criação da vida, que no caso de Jocasta foi determinante não para efetivamente criar vida e sim para engendrar sua morte. Todos estes tempos históricos estão inseridos no tempo natural, nos ciclos do corpo humano, ciclos circadianos e tempos biológicos e da natureza, todos estes complementares entre si.

Mark Franko também comenta a diferença entre as temporalidades masculina e feminina:

Female subjectivity has been identified with two types of time - the monumental (eternal) and the cyclical (repetition and rhythmicity) - and masculine time as cursive, the time of linear history: drama and expression. The monumental and the cyclical are manifest in most of Graham's output (in particular her use of myth and repetition). (FRANKO, 1990, p. 118)

A afirmação de Franko pode ser observada em *Night Journey* de duas diferentes formas. A primeira é a movimentação e a própria composição coreográfica. Percebe-se que Jocasta e o

coro, exclusivamente formado por mulheres, executam movimentos circulares e repetitivos. Destacam-se o movimento de abrir e fechar pernas, uma marca registrada da coreógrafa, e o momento em que Jocasta coloca as mãos sobre os seios e a genitália e gira repetidas vezes, na primeira parte da obra. A linearidade do corpo masculino pode ser encontrada na composição principalmente no solo de Édipo, após ser coroado. A extensão da perna para frente e por vezes sobre Jocasta mostra o poder e sedução sobre ela e move Édipo sobre a plateia, fazendo com que, além da sua trajetória, seu corpo projete-se linearmente.

A segunda maneira pela qual se constata a afirmação é pela visão que o bailarino, mais especificamente Martha Graham, tem do próprio corpo. A passagem do tempo biológico tem implicações importantes para a vida do bailarino, uma vez que sua vida profissional depende diretamente da capacidade de seu corpo de executar movimentos complicados e até mesmo perigosos. O tempo biológico e o envelhecimento contrasta com a imagem heroica e mítica construída sobre o bailarino na década de 1940, como é possível examinar no documentário que precede *Night Journey* em sua versão em filme de 1961.³

Enquanto são apresentadas imagens de sua companhia na sala de ensaio, Graham diz que o dançarino não é uma criatura fenomenal, e sim "*divine normal*", e segue dizendo que são necessários pelo menos dez anos de muita dedicação para alcançar tal estado divinizado do corpo. A palavra "*divine*" é usada constantemente em sua fala e é reforçado o esforço preciso para ser um bom dançarino profissional. Com isso, é possível reiterar a visão monumental do bailarino da qual comenta Franko, principalmente do corpo feminino.

A dimensão pessoal que Graham traz para a composição é manifesto. As semelhanças entre os personagens recriados e sua vida pessoal mergulha a plateia na temporalidade subjetiva não só de Jocasta mas dela mesma. A autodestruição, signo dos tempos traumáticos depois das guerras do século XX, está presente na obra por duas vias: pelo tempo presente em que a obra é composta e pelo tempo subjetivo da vida pessoal da coreógrafa. Esta

3 Martha Graham in Performance. Direção: Alexander Hammid. Produção: Nathan Knoll. West Long Branch, New Jersey. Kultur Dance Series. 1961. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=1578s Acesso em: 31 dez. de 2017.

dimensão torna-se clara em uma das últimas cenas: Édipo, ao optar pela cegueira, o faz por querer esquecer seu passado e não viver seus erros. Para tal, usa como instrumento de seu autoflagelo a joia que Jocasta carrega no peito. No documentário *A Dancer's World*, Graham menciona seu processo de transformação na personagem, o que pode ajudar no desvendamento do que pode representar a joia. Nele, a bailarina conta que, para tornar-se sua personagem, a maquiagem e o figurino são de extrema importância. Diz ainda que, quando Jocasta se reconhece no espelho, ela está pronta para subir ao palco.

Dada a importância do figurino para a coreógrafa, e observada a semelhança que a joia possui com o adereço na cabeça, é possível supor que este elemento seja identitário. O que torna Martha Graham Jocasta depende destes elementos. Então, Édipo, para se cegar, utiliza a razão primeira de seu tormento: a identidade de sua esposa que era, em realidade, sua mãe. Despida de sua identidade, desenraizada e sem perspectiva de futuro, Jocasta então despe-se de seu vestido, outro de seu elemento identitário, e enforca-se, assim como Édipo, com o elemento representante da razão de sua angústia. Esta última cena se mostra um retrato coerente do momento que vive Graham em 1947: naquele momento vivia a autodestruição engendrada pelo homem pelas guerras, além de sua autodestruição iminente com seu relacionamento conturbado. É despida de sua identidade como bailarina pela passagem do tempo biológico e perde, aos poucos, seus status divinizado e atemporal. *A modern dance* traz, sobretudo, este corpo conflitante, que tem necessidade de se presentificar em um mundo onde o tempo é líquido. Os movimentos súbitos das últimas cenas trazem a instabilidade da modernidade e a esteticidade da *modern dance*, que consiste em

dedicar-se a uma dimensão da vida social, aos recantos do imaginário, do gesto, do silêncio, dos fluxos respiratórios que há no viver dos que sonhavam, mesmo na adversidade, e num contrato amplo de contradições (SOUZA, 2009, p. 98).

Com isso, é possível afirmar que há diversos tempos sociais vigentes em *Night Journey*, temporalidades sedimentadas e sobrepostas, cíclicas e lineares, universais e subjetivas, passadas e presentes, que nos dizem muito da ambivalência moderna em que Martha

Graham monta sua coreografia e dos caminhos cruzados, continuidades e rupturas que se fazem entre múltiplos tempos históricos e o tempo do espectador, que tem acesso ao mito de Édipo em suas diversas formas até os dias de hoje.

Fonte:

Martha Graham in Performance. Direção: Alexander Hammid. Produção: Nathan Knoll. West Long Branch, New Jersey. Kultur Dance Series. 1961. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=1578s Acesso em: 31 dez. de 2017.

Referências bibliográficas:

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- AU, Susan. *Ballet & Modern Dance*. New York: Thames and Hudson Inc., 1995
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BURT, Ramsay. *Dance, Gender and Psychoanalysis: Martha Graham's "Night Journey"*. Dance Research Journal. Vol. 30, No. 1 (Spring, 1998)
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GRAHAM, Martha. *Blood Memory*. London: Macmillan, 1991
- FRANKO, Mark. *Dance and the Political: States of Exception*. Dance Research Journal, vol. 38, no. 1/2, 2006, pp. 3-18. Disponível em www.jstor.org/stable/20444656. Acessado em 31/12/2017.
- _____. *Dancing Modernism/Performing Politics*. Indiana University Press, 1995.
- _____. *Emotivist Movement and Histories of Modernism: The Case of Martha Graham*. Discourse, vol. 13, no. 1, 1990, pp. 111-128. Disponível em www.jstor.org/stable/41389172. Acessado em 31/12/2017.
- _____. *Martha Graham in Love and War: The Life in the Work*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- _____. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- PÉREZ MIRANDA, Iván; CARBÓ GARCÍA, Juan Ramón, *Hijas de la Noche (I): mito, género y nocturnidad en la Grecia antigua*, en ARYS, 8, 2009-2010 (2011), pp. 129- 140.

POLCARI, Stephen. *Martha Graham and Abstract Expressionism*. *Smithsonian Studies in American Art*, vol. 4, no. 1, 1990, pp. 3–27. Disponível em www.jstor.org/stable/3108994. Acessado em 31/12/2017.

SEIGNOBOS, Charles. *Histoire ancienne: narrative et descriptive de l'orient et de la Grèce*. Paris: Armand Colin, 1915.

SINGAL, Daniel Joseph. *Towards a Definition of American Modernism*. *American Quarterly*, vol. 39, no. 1, 1987, pp. 7–26

SOUZA, José Fernando Rodrigues. *As Origens da Modern Dance – Uma análise sociológica*. São Paulo: Annablume, UCAM, 2009

VERMEULE, Emily. *La muerte en la poesia y en la arte de Grecia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1984, pp. 245-293.

VERNANT, Jean Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

VIDAL-NAQUET, P. *Temps des dieux et temps des hommes. Essai sur quelques aspects de l'expérience temporelle chez les Grecs*. In: *Revue de l'histoire des religions*, tome 157 n°1, 1960, p. 55-80.

WHITROW, Gerald. *O tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Imagens

Imagem 1 Fonte: reprodução https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=3590s
Acessado em 31 dez. 2017

Imagem 2 Fonte: HAMMID, 1961, reprodução https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=3590s
Acessado em 31 dez. 2017

Imagem 3 Fonte: HAMMID, 1961, reprodução https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=3590s
Acessado em 31 dez. 2017

Imagem 4: Fonte: HAMMID, 1961, reprodução https://www.youtube.com/watch?v=30Qz_etlhtg&t=3590s
Acessado em 31 dez. 2017

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

Celso Vieira Jr.*

Resumo: Tomando a fotografia como um documento histórico, analisamos os quatro elementos dominantes de uma imagem obtida em Goodison Park, estádio do Everton FC, em 1971: um relógio, um estádio, uma igreja e uma multidão. A análise dos elementos, tomada individualmente ou em suas relações, nos permite compreender diferentes tempos e usos da história baseados em ideias sobre modernismo, pós-modernismo, usos e costumes do presente e do passado, arquitetura, religião e sociedade.

Palavras-Chave: Tempo; Relógio; Futebol; Igreja; Fotografia; Liverpool.

A fotografia como fonte histórica

Este artigo analisa uma fotografia. Não é o objetivo aqui discutir a importância e o uso da imagem como fonte histórica e sim as possibilidades de análise de tempos históricos por meio deste instrumento. Segundo Le Goff (1979, p. 59):

o pintor reduz o seu quadro ou seu fresco à unidade temporal de um momento isolado, agarra-se ao instantâneo (que por fim será fixado pela fotografia) enquanto que o tempo, o tempo romanesco, poderíamos dizer, está restituído nos seus ciclos murais [...]. Triunfa o retrato, que já não é a imagem abstrata de uma personagem representada por símbolos [...] mas que mostra o indivíduo inserido no tempo, no concreto espacial e temporal.

Ou seja, a partir do instantâneo, tentamos obter a percepção objetiva de uma realidade que, trasladada no tempo, nos permita fazer uma análise a partir de elementos sobre o

*Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Uberlândia. Graduando em História pela Universidade de São Paulo. Contato: celso.vieirajr@yahoo.com.br

passado (e o presente). Interessante notar que a passagem do tempo acaba por constituir o próprio documento. A decisão do fotógrafo, assim como o era para o artista na Renascença, baseia-se numa intuição sobre algo relevante a ele naquele momento, e que Aumont chamará de “instante prenante” (AUMONT, 2004, p. 51). Interessa-nos aqui a abordagem de Aumont pois, embora tenha baseado sua análise na pintura e no cinema, há muitos elementos que se permitem transportar para a fotografia, com vantagem para a esta última na captura do “instante prenante” ideal, no sentido da capacidade tecnológica de capturar o fugidio (AUMONT, 2004, p. 53); algo que o pintor também deseja, porém enfrenta a incapacidade de congelar o tempo para o registro de seu instante. Servimo-nos da análise cinematográfica para a imagem em questão por ter sido obtida por um fotojornalista cuja formação e ambição voltou-se, em meio a linguagens visuais, também ao cinema.

Em uma fotografia, uma boa parte daquilo considerado “natural” ou “corriqueiro” ganha valor ao ser confrontado por um tempo diverso, seja este um tempo cronológico ou não. Este é um dos elementos no qual reside o valor historiográfico de uma fotografia. No que nos concerne neste artigo, encontramos na fotografia que lhe é central três tempos maiores, condensados simultânea e dinamicamente na imagem: o tempo das coisas passadas, representado por elementos que foram fotografados (construções, natureza, pessoas) e registrados simultaneamente; registrados, portanto, em um tempo presente (que nos é “passado”), situado no momento da ação do fotógrafo; e o futuro deste presente “passado”, representado pela transcendência do registro, pela reinvenção da fotografia por toda pessoa que se põe a observá-la num momento que, evidentemente, só pode ser posterior ao registro. Bem se vê, portanto, que esses três tempos maiores se decompõem em muitos outros, ou, de acordo com Aumont, encontram-se pluralmente “pregnantes” de sentido.

O fotógrafo e a fotografia

Peter Robinson, fotógrafo britânico, formou-se na Royal College of Art. Sua primeira intenção era trabalhar como diretor de cinema. Começou sua carreira em 1965 fotografando para documentários. Robinson tornou-se um fotojornalista do futebol por acaso, após

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

receber uma oferta de trabalho *freelancer* para cobrir a final do Campeonato Europeu de 1968 entre Manchester United e Benfica. A partir deste trabalho surgiram outros que culminaram numa carreira com mais de 35 anos e nove Copas do Mundo fotografadas. A característica que percorre a obra de Robinson são os instantâneos sobre os entornos do futebol; raras são suas fotos sugerindo movimento, e boa parte delas são sobre o cotidiano dos clubes, torcidas e estádios. Mesmo suas fotos sobre o jogo em si apresentam um carácter incomum: não foram feitas para a capa do jornal do dia seguinte, e sim como registros que sugerem explicações sociais, políticas e, em alguns casos, emotivas (BEAZLEY, 2006, p. 11).

A fotografia aqui em foco é uma imagem da multidão espremida no *corner end* do Goodison Park, estádio do Everton FC, sediado em Liverpool, com a igreja de St. Luke the Evangelist ao centro e ao fundo. À esquerda, quase em primeiro plano, um relógio. Temos aqui quatro elementos fundamentais: a multidão, o estádio, a igreja e o relógio. Em uma primeira aproximação, pode-se dizer que a principal intenção de Robinson era enquadrar simultaneamente todos estes elementos como forma de registrar o “momento pregnante” (AUMONT, 2004, p. 81), ou seja, carregado de sentidos a partir da composição de elementos temporais diversos. A foto foi feita no ano de 1971. O Everton havia sido campeão da Liga na temporada anterior e disputava neste ano a Copa Europeia dos Campeões da UEFA. Não é possível perceber isso pela imagem, mas segundo o site oficial do Everton, havia uma reforma ocorrendo, mais especificamente no Goodison Road Stand, setor à esquerda do relógio na imagem e que divisa com a Gwladys Street End, setor que ocupa o centro e a parte direita da foto e cuja estrutura é visível no canto superior direito.

A relação entre Goodison Park e a igreja de St. Luke the Evangelist é famosa na Grã-Bretanha. Robinson, fotojornalista de futebol e frequentador de estádios por ofício desde 1968 pelo menos, talvez estimulado pela ideia de mudanças que a reforma da Goodison Road Stand poderia trazer, pode ter entendido a importância em registrar um cenário que poderia vir a deixar de existir. No entanto, devemos lembrar que Robinson deliberadamente propõe a interpretação de sua própria decisão a quem vê a imagem. A Robinson interessam os

cenários e composições para além do jogo em si; detalhes marginais, como por exemplo a capacidade que o futebol tem de atrair a multidão e como este a afeta. Portanto, na linguagem de Robinson, retratar a vizinhança entre igreja e estádio é mais significativo do que informar qual o adversário do dono da casa em mais um jogo corriqueiro da liga.

O que se sabe sobre as circunstâncias da partida na imagem é que, pelo relógio, pela luz do dia e pelo evento, são três horas e seis minutos de uma tarde de sábado em Liverpool. O Everton, por muitos anos jogou todas as suas partidas vespertinas aos sábados. Apenas durante a greve dos eletricitários ingleses os jogos foram disputados à tarde, como aponta Hornby: “no entanto esta permanece sendo a única vez na qual uma partida do time principal tenha acontecido em Highbury em uma tarde de meio de semana durante meus tempos de torcedor assíduo do Arsenal: fevereiro [de 1972] foi a época da greve dos trabalhadores de mineração e energia [no Reino Unido]”¹ (HORNBY, 1992, p. 58). E a alteração de horário que se aplicou ao Arsenal aplicou-se também ao Everton em 1972². Provavelmente, a primeira partida de futebol oficial disputada aos domingos na Inglaterra ocorreu apenas em 20 de janeiro de 1974, entre Millwall e Fulham, válida pela segunda divisão (THE GUARDIAN, 2010). O Everton só viria a disputar uma partida em um domingo no dia 26 de maio de 1985, quando perdeu para o Coventry por 4 a 1. A primeira partida em casa, aos domingos, viria no ano seguinte: vitória por 1 a 0 sobre o Exeter City, válida pela FA Cup (EVERTON RESULTS, 2018). Partidas de meio de semana surgiram quase que concomitantemente com o futebol organizado na Inglaterra e, em 1878, a iluminação artificial foi introduzida para que tais partidas fossem disputadas à noite. A decisão pela noite deu-se como forma de evitar conflitos com a jornada de trabalho de seus potenciais espectadores.

1 No original: “But it remains the only first-team game that has taken place at Highbury on a midweek afternoon during my Arsenal time: February was the time of the power’s workers’ strike”

2 “Strike” no caso refere-se a greve dos mineiros de Saltley, Birmingham. Nos anos 1970 as usinas termelétricas movidas a carvão ainda eram significativas na Grã-Bretanha. No entanto, esta fonte de energia foi sendo reduzida a partir desta greve e hoje em dia é apenas de uso pontual (BBC, 2013).

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)



Imagem 1: O *corner end* do Goodison Park com igreja de São Lucas Evangelista ao fundo, situada na esquina formada entre a Goodison Road e Rua Gladys (*The Church of St Luke the Evangelist in the corner of the ground, with the Gladwys Street End to the right*). Peter Robinson, 1971 Fonte: PA Images.

Uma vez enquadrados igreja e estádio, temos uma espécie de oposição entre ambos, divididos por um muro encimado por arame farpado e mediados pelo relógio à esquerda da imagem. A igreja está de costas ao estádio; o que se vê na imagem é o fundo da igreja cuja fachada principal está voltada para Goodison Road. O estádio e a igreja são de fato vizinhos na mesma rua. Neste cenário, vemos uma multidão que está voltada em sua maioria para o que acontece no gramado. A imagem também nos traz uma sensação de claustrofobia. Centenas de pessoas se espremem de pé num espaço exíguo.

Uma cerca de arame farpado ergue-se sobre o muro do estádio, como forma de contenção (PALIN apud BEAZLEY, 2003, p. 6), sinalizando uma fronteira de hostilidade entre ambos os espaços. No entanto, esta é apenas uma impressão causada pela imagem. A relação entre clube e igreja não é de oposição, e sim de convivência. Os horários entre os

jogos do Everton e da igreja raramente coincidem, porém quando isto ocorreu, a preferência de horário foi dada a igreja. Em 2002, por exemplo, a The Football Association (The FA, Federação Inglesa de Futebol), definiu a partida entre Everton e Crewe United para 17 de fevereiro, às 13 horas, para transmissão via BBC. O reverendo Harry Ross, então responsável pela St. Luke Evangelist, fez um requerimento ao Everton de alteração de horário da partida, pedindo sua prorrogação em pelo menos 30 minutos. O Everton, por sua vez, acatou o pedido e o encaminhou à FA, que alterou o horário de início da partida, conforme reportagem publicada pela BBC, naquele ano. A igreja também tem uma atividade chamada “Tea for Fans”, na qual oferece chá em sua igreja aos torcedores que chegam para assistir às partidas. Do mesmo modo, também oferece seus bancos e jardins para descanso dos torcedores nos dias de jogos. A Everton Football Club Heritage Society, uma associação sem fins lucrativos fundada em 2008 e mantida por torcedores do Everton, realiza no segundo andar da igreja uma recepção a torcedores todas as vezes que o Everton joga em Goodison Park (EFC HERITAGE SOCIETY, 2018). Nestes eventos os voluntários organizam uma exposição de memorabilia e sempre que possível contam com um ex-jogador da equipe que se disponibiliza a conversar e tirar fotos com os torcedores. Tais ações demonstram o forte vínculo entre a igreja e o clube.

O relógio

O relógio ocupa o que seria uma faixa central horizontal da imagem, porém fora do centro; tampouco parece ser o alvo preferencial do fotógrafo; no entanto ele não é menos importante. Pelo contrário: ele é quase que onipresente. Ainda que o relógio se apresente de certa forma periférico, podemos perceber a formação de uma convergência para o relógio pelas linhas traçadas pelo muro, pela igreja e pelo muro estampado com a publicidade da marca de cigarros Benson & Hedges que divide o público do gramado. Ou seja, temos uma composição imagética que aponta uma preponderância ao relógio mesmo quando fora do centro da imagem. O relógio em questão é um dos dois “Littlewoods Clock”, nome pelo qual ficaram famosos os relógios de Goodison Park por conta da empresa de departamentos que

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

estampa sua marca no entorno do relógio. Tais relógios tornaram-se icônicos de tal forma que dele já chegaram a ser vendidas réplicas em miniaturas, dado seu suposto valor estético, histórico e nostálgico (TOFFEEART,2018). Estes relógios, confeccionados pela marca Synchronome, de Londres, só foram retirados do estádio em 1985, quando um novo placar eletrônico foi instalado em Goodison Park. Atualmente há dois telões eletrônicos posicionados onde anteriormente ficavam os “Littlewoods Clocks”.

O relógio já vinha sendo o ordenador dominante da sociedade ocidental desde pelo menos a Revolução Industrial (THOMPSON, 1998, p. 279), e continuava a sê-lo na sociedade aqui representada. A partir da Inglaterra fabril do século XVIII, forja-se a primeira classe operária a ser totalmente regulada pelo relógio, tanto na fábrica quanto fora dela. Do lado de fora do muro (porém bem próximo a ele), emerge na virada do século XIX para o XX uma das principais opções de lazer para as massas: o futebol.

As classes ociosas começaram a descobrir o “problema” (sobre o qual se discute muito hoje em dia) do lazer das massas. Depois de concluir o seu trabalho, uma considerável quantidade de trabalhadores manuais ficava com várias horas do dia a serem gastas como se lhe aprouvesse. (THOMPSON, 1998, p. 298)

E no caso do futebol, o relógio não só é ordenador, como também parte integrante do jogo, todo ele cronometrado. Além do mais, o relógio condiciona seus ritmos: a forma como uma partida se desenrola em seus primeiros minutos é diferente do ritmo como se desenvolve em seus momentos finais, por exemplo. É como se os jogadores possuíssem um acordo sobre qual intensidade aplicar à partida de acordo com o momento de jogo (PRADO, 1989).

O relógio não só é fundamento mediador da sociedade industrial, regulador de tempos sagrados e profanos, como também possui uma própria essência profana. O relógio tem valor econômico expresso pela sua utilidade, mas também pelo trabalho de artesanato nele empregado (os cronógrafos de luxo, por exemplo), e de distinção social. Ao relógio da foto, por exemplo, além das suas características intrínsecas de valor econômico e uso social

corriqueiro, atribui-se também valor histórico e nostálgico por conta de sua presença em um dos estádios mais emblemáticos da Grã-Bretanha. Ao serem substituídos por outros mais modernos, tais relógios foram descartados e posteriormente resgatados. Um deles foi conservado em casa por um torcedor do Everton (LIVERPOOL ECHO, 2015) contratado para retirá-los de Goodison Park em 1985. Como naturalmente muita gente se volta aos relógios por vários momentos durante o dia, entende-se com facilidade a existência, no entorno do relógio da imagem, de uma publicidade da loja de departamentos Littlewoods, mais visível e destacada que a própria marca da manufatura do relógio.

Outro ponto a se destacar na fotografia é a ausência do relógio na igreja. Conforme Thompson (1998, p. 274): “Do século XIV em diante, construíram-se relógios de igreja e relógios públicos nas cidades e nas grandes cidades-mercados. A maioria das paróquias inglesas devia possuir relógios de igreja no final do século XVI”. A construção da St. Luke Evangelist Church é atribuída ao arquiteto James Francis Doyle, famoso em Liverpool pelas construções dos prédios de escritórios da companhia White Star and Royal Insurance, a mesma que operava a linha de navegação do Titanic³. Havia no projeto de um pináculo e de uma torre no plano original que acabou não sendo executado por motivos econômicos (EFC HERITAGE SOCIETY, 2018). Não há informações sobre a provável existência de um relógio nesta hipotética torre, embora tal artefato seja comuns neste tipo de construção. A St. Peter’s Cathedral, a sede do bispado anglicano de Londres, por exemplo, apresenta um, assim como a igreja de St. Luke, conhecida como “Bombed Out Church”, por conta dos danos causados pelos bombardeios aéreos sofridos por Liverpool durante a Segunda Guerra Mundial. A igreja permanece de pé como uma ruína conservada e é utilizada hoje em dia como sede de eventos. É possível ver a presença do relógio em sua coluna principal. Portanto, a ausência do relógio na St. Luke the Evangelist compõe uma oposição de tempos: a composição da imagem nos induz a entender a mudança do regime do tempo cronológico do sagrado para o profano (LE GOFF, 1989, p.53). A igreja agora detém o tempo ritual apenas, prescindindo do relógio. E, um tanto quanto paradoxalmente, a audiência poderia prescindir do relógio uma vez que nos

3 Sítio eletrônico da St. Luke Evangelist Church

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

anos 1960/70 os relógios de pulso já eram mundialmente popularizados. A presença do relógio no *corner end* na imagem reforça a necessidade de tornar público o controle do tempo do jogo de futebol. Não é coincidência que, como afirmamos anteriormente, um dos dois painéis eletrônicos em uso hoje pelo Everton em Goodison Park ocupe o mesmo espaço (o outro situa-se no *corner end* oposto, entre a Bullens Stand e Park End).

O estádio

O estádio de Goodison Park foi erguido em 1892 para ser a nova casa do Everton FC, que deixou Anfield Road devido a uma desavença política e financeira com John Houlding. Ainda que fosse um dos homens fundamentais para a criação e sustentação do Everton, Houlding era acima de tudo um importante empresário de Liverpool, e como tal colocou diversas exigências financeiras para o clube que acabaram causando atrito entre ele e os outros membros do comitê diretivo do Everton (KENNEDY, 2017, p. 12). O Everton acabou despejado de Anfield Road, e o Liverpool, que viria a ser fundado no mesmo ano de 1892 sob a liderança de Houlding, instalou-se sobre as bases deixadas pelo Everton. Ambos estádios se encontram separados por pouco mais de um quilômetro, ocupando lados diferentes do Stanley Park. O bairro de Anfield fica vizinho ao bairro Everton, enquanto que o Everton FC, ao mudar-se para o outro lado do Stanley Park, acabou por fixar-se em Goodison Road, no bairro de Walton.

Os tijolos empregados na construção de ambos sugerem simultaneidade das obras, ainda que adotando estilos característicos e diversos; o estádio, construído em 1892 foi remodelado em 1909 pela orientação de Archibald Leitch (GIULIANOTTI, 1999), arquiteto dos principais estádios da Grã-Bretanha, como o Highbury do Arsenal, The Old Trafford do Manchester United, e o Ibrox do Glasgow Rangers (FOUR FOUR TWO, 2015). O mesmo Leitch retornaria em 1926 para ampliar o estádio, construindo o *double deck* da Goodison Road Stand, que seria reformado em 1971, transformando-se numa arquibancada de três andares.

Goodison Park tem uma tradição pioneira no futebol inglês: foi o primeiro estádio a receber um monarca (o rei Jorge V, em 13 de julho de 1913, em evento beneficente), e por anos esteve na vanguarda tecnológica, usando sistemas de iluminação, irrigação, drenagem e derretimento da neve, incomuns desde os anos 1960. Tais características credenciaram o Goodison Park como um dos principais estádios da Grã-Bretanha, o levando inclusive a ser eleito uma das sedes da Copa do Mundo de 1966 disputada na Inglaterra, sendo o segundo estádio que mais recebeu partidas da competição, atrás apenas de Wembley, palco da final. E mesmo com as adaptações feitas ao estádio por exigência da FIFA (como uma distância maior entre torcida e linha de fundo), as imagens televisadas do torneio surpreendem pela presença massiva do público no estádio. A imagem nos traz uma sensação de claustrofobia e, a exemplo da fotografia aqui analisada, centenas de pessoas se espremem de pé num espaço exíguo. Aqui chegamos ao que poderia ser esboçado como um conflito entre estilos moderno e pós-moderno (HARVEY, 1992, p. 50). Leitch foi um construtor de fábricas antes de tornar-se o principal nome na arquitetura dos estádios britânicos. Logo, emprestou-lhes diversos traços aplicados nas fábricas construídas por ele na virada do século XIX para o XX: arquibancadas cobertas nas laterais e em um dos fundos, um setor descoberto onde os torcedores ficavam em pé, emprego de aço nas estruturas e fachadas externas enormes e maciças, feitas de tijolos, que combinavam prédios de escritórios (os estádios passaram a ser não apenas campos de futebol como também sedes sociais) com arquibancadas. A arquitetura do estádio de futebol tipicamente britânica, inventada por Leitch, tinha por característica comportar o maior número de pessoas possível nesse amplo espaço sob a menor intervenção.

Públicos massivos eram comuns desde o início do futebol britânico, e este espaço, embora amplo, tornava-se apertado pelo enorme número de pessoas. O público era confinado no interior dos estádios sem maiores preocupações com circulação, e isto nunca foi considerado um problema na Grã-Bretanha. Outrossim, os estádios foram desenhados para um público médio de vinte mil pessoas. No caso do Everton, o público médio após a Segunda Guerra Mundial atingiu quarenta mil pessoas, com partidas episódicas (jogos

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

decisivos, fases eliminatórias de Copas, o *Derby* contra o Liverpool, etc.) recebendo até sessenta mil pessoas. Apenas durante a crise do futebol inglês dos anos 1980 (crise por sua vez inserida no complicado contexto social da Grã-Bretanha do final dos anos 1970, com quadro de recessão e desemprego), o Everton viu suas médias recuarem a menos de vinte mil pessoas. Tal arquitetura passou a ser a característica dos estádios britânicos: um grande prédio inserido num bairro populoso, base de sua torcida, por sua vez acanhado, apertado e sem impedimento de acesso ao gramado (ainda assim ninguém arriscava-se a invadir o terreno de jogo, uma característica social inglesa identificada por Elias e Freud como elemento do “processo civilizador” (FRANCO JR., 2002, p.25). Já no resto da Europa, por sua vez, temos os estádios de perfil olímpico, ou seja, com grandes distâncias entre o público e o gramado, pois separados ou por pistas de atletismo ou por fossos e alambrado. Tais estádios surgiram com o advento dos Jogos Olímpicos, em 1896, e passaram a ser adotados como modelos para o futebol também, permanecendo até hoje, embora não em caráter exclusivo. Ou seja, a imagem nos sugere impor estranhamento de uma arquitetura tipicamente britânica. No entanto, a configuração moderna dos estádios passou a sofrer golpes do pós-modernismo. No caso episódico do Everton, a revolução pós-moderna foi “desviada”; embora ocorresse dentro do espaço de tempo classificado como “pós-moderno” por Harvey, a obra pode ser considerada paliativa: a intervenção na Goodison Road Stand foi impressionante pelo tamanho atingido pela arquibancada principal, agora com três andares, porém não representou grande inovação. Deste modo, Goodison Park mostrou-se uma permanência moderna, ou seja, mantida sob os padrões modernistas (retas, espaço dirigido etc), como um resquício de um tempo que já se mostra passado.

No entanto, o caso do Everton não foi nada dramático como os de Ibrox em 1971, Heysel em 1985, e Hillsborough em 1989, todos eventos trágicos cuja a morte de torcedores deveu-se em grande medida à inépcia da polícia para lidar com grandes multidões (GIULIANOTTI,1999), boa parte da culpa foi atribuída às estruturas arquitetônicas,

consideradas inadequadas para uma grande multidão⁴. A pós-modernidade sugeria uma alteração nos estádios britânicos, propondo novos modelos considerados mais seguros e confortáveis. Somente após a sequência das citadas tragédias, que resultaram em mortes envolvendo torcedores dentro de estádios, houve ações estatais visando a remodelação dos estádios. Aqui se faz necessário observar alguns aspectos do Reino Unido dos anos 1970 para compreender tanto a incidência das tragédias em um período curto de tempo, quanto as maneiras adotadas para solucionar o problema. Não por acaso, o pós-modernismo, como aponta Harvey (HARVEY, p. 44), está “em algum ponto entre 1968 e 1972”, que também é momento de crise do pós-guerra, sentido no Reino Unido pelas frequentes greves, sendo a mais famosa o Piquete de Saltley, nas usinas de carvão próximas a Birmingham, bem como o recrudescimento do terrorismo anti-britânico pelo Exército Revolucionário Irlandês (IRA). A incapacidade do governo trabalhista em solucionar a crise, somada às crises do petróleo de 1973 e 1979, levou à troca de gabinete do governo, assumido por Margaret Thatcher no final dos anos 1970. De orientação liberal na economia e conservadora na política, Thatcher seguiu um modelo de privatizações de companhias públicas, controle e corte de gastos estatais e repressão, tanto local, com ações truculentas da polícia ao lidar com piquetes e greves, quanto internacional, vide a adoção da política de guerra contra a Argentina ao tratar das Malvinas. A tragédia de Hillsborough, quando 96 torcedores morreram esmagados ou asfixiados em 15 de abril de 1989, embora envolva a torcida do Liverpool, presente na tragédia de Heysel de 1985, em nada teve a ver como *hooliganismo* (GIULIANOTTI, 1999). A tragédia demonstrou que o futebol local na Grã-Bretanha havia atingido o seu ponto mais baixo em termos de descaso do poder público associado à incompetência da polícia em lidar com multidões em estádios velhos e decadentes. O Relatório Taylor, resultado do inquérito que apurou o desastre de Hillsborough, foi publicado em 1992 e recomendava a adoção de lugares sentados e marcados para todos os torcedores como forma de controlar o público

4 A tragédia de Heysel, na Bélgica, pela final do Campeonato Europeu de Clubes Campeões em 1985 envolvia um clube inglês, o Liverpool, porém as mortes ocorreram por uma combinação entre hooliganismo, incompetência e condição precária do estádio. Torcedores do Liverpool avançaram ao setor reservado aos torcedores da Juventus. Os torcedores viram-se encurralados e acabaram por espremerem-se contra o muro, que desabou, matando 39 pessoas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2015)

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

que estava no interior do estádio. No mesmo ano, os principais clubes ingleses se uniram e romperam com a Federação Inglesa, passando a organizar o próprio campeonato, a Premier League, obtendo vultosos patrocínios financeiros. Isto levou a uma elitização sem precedentes no esporte. De mesmo modo, a remodelação dos estádios, que se por um lado visava expulsar um certo tipo de público, os *hooligans*, associados a vandalismo e violência, por outro permitiu ao futebol inglês se recuperar em termos de poder e prestígio (THE GUARDIAN, 2017). O *corner end* foi substituído por lugares marcados vendidos a preços muito mais elevados. Foi como se o modelo visto no canto superior direito da imagem replicasse por todo o estádio. Não há nada semelhante em termos de preço e acomodação no atual Goodison Park e outros estádios britânicos em comparação com o *corner end*, cujo desaparecimento, aliado à mudança no perfil do público que frequenta estádios ao longo dos últimos quase cinquenta anos. Sendo assim, esta imagem registrada em 1970 por Robinson é, para além de seus componentes estéticos, de representação e de função, um registro de uma realidade que não existe mais.

A ausência do *corner end* e a mudança de hábitos nos estádios pode conduzir a uma nostalgia de um tempo que, se não era necessariamente melhor do que o atual, carrega um significado algo romântico de um futebol realmente popular. Conforme Mircea Eliade, a nostalgia:

Conduz fatalmente à contínua repetição de um número ilimitado de gestos e comportamentos. De certo ponto de vista, pode-se dizer até que o homem religioso – sobretudo o das sociedades primitivas- é por excelência um homem paralisado pelo mito do eterno retorno. (ELIADE, 1992, p. 78)

A igreja

Em 1889, em Goodison Park, ergue-se em madeira a capela anglicana de St. Luke the Evangelist. Como dito anteriormente, a igreja foi reformada pelo arquiteto James Frances Doyle e previa um relógio e um pináculo em seu projeto, que acabaram não incluídos na obra.

As igrejas foram muito importantes para o fomento do futebol no final do século XIX. Muitos clubes foram fundados com o apoio das paróquias locais. O San Lorenzo de Almagro, de Buenos Aires, foi um de muitos clubes que em seus primeiros dias se apoiaram nestas comunidades que se formavam em torno das igrejas (FABBRI, 2005, p. 73-74). Em Liverpool, operou-se da mesma forma e com um componente a mais: a cidade era um dos grandes pontos de atração da imigração irlandesa durante o século XIX, contando com a segunda maior comunidade irlandesa da Inglaterra depois de Londres. Eram 76 mil nativos da Irlanda em 1871, perfazendo 15% da população da cidade (KENNEDY, 2017, p. 7), de forma que o conflito entre protestantes e católicos, presente em todo o Reino Unido, tomou contornos elevados na cidade (KENNEDY, 2017, p. 8). Liverpool, inclusive, está mais próxima de Dublin do que de Londres. O Everton foi fundado em 1878 com o nome de Saint Domingo em alusão à paróquia metodista homônima em torno da qual o clube se organizou; porém, após a cisão de 1892 que levou à fundação do Liverpool FC e a perda da sede de Anfield, o clube notabilizou-se por atrair a simpatia da parcela irlandesa da cidade, em sua maioria católica, ao passo que o rival passou a ser caracterizado como o bastião protestante. No entanto, ao contrário do que ocorre em Glasgow, Edimburgo, Belfast ou Dublin, as características da “Old Firm” (rivalidade religiosa institucionalizada) não se concretizaram em Liverpool, ainda que popularmente haja esta ideia, conforme relato da popular cantora dos anos 1960 e 1970 Cilla Black (liverpooliana e uma das primeiras artistas a assinar com o selo Apple dos Beatles): “*Em Liverpool, muitos dos protestantes eram Conservadores e a maioria dos católicos eram Trabalhistas, assim como o Everton era associado como o time católico enquanto o Liverpool era considerado o protestante*”⁵ (BLACK apud KENNEDY, 2017, p. 9).

Tommy Smith, um dos grandes nomes da história do Liverpool, jogador campeão diversas vezes pelo clube nos anos 1970, reforça o mesmo conceito, ao passo que sua declaração demonstra que há muito mais folclore do que sectarismo, de fato, na cidade de Liverpool:

5 No original: “In Liverpool, even in two-ups and two-downs most Protestants were Conservative and the most Catholic were Labour, just as Everton was the Catholic team and the Liverpool the Proddy-Dog one”

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

Por tratar-se de um colégio vinculado à hierarquia da Igreja Católica Romana, a religião ocupava um importante papel na vida escolar. Padre Moran inclusive tentou me convencer a não ir para Anfield torcedores e jogadores católicos usualmente associavam-se ao Everton, ao passo que o Liverpool era o time protestante. O padre de fato imaginou que eu não poderia ser feliz em Anfield por ser católico.⁶ (SMITH apud KENNEDY, 2017, p. 9)

Ou seja, embora não haja fontes que comprovem a intenção de Robinson, a foto registra a igreja protestante ao lado do Goodison Park, relatando essa ambiguidade na proximidade e relação entre o clube “católico” com uma igreja protestante, ao contrário do que sugere o folclore liverpooliano. Kennedy, demonstra que a lógica associativa entre clube católico *versus* clube protestante existe, porém não apresenta em Liverpool o aspecto sectarista presente em Glasgow ou Belfast, de forma que sim, houve vínculos em seus inícios mas que foram superados pela popularização em massa do futebol na cidade (Kennedy,2017).

Por muitas vezes foi discutido o valor simbólico religioso atribuído ao futebol por seus seguidores, seja pela violência (hooliganismo, torcidas organizadas, etc) seja pela metáfora religiosa em si (FRANCO, 20078, p. 258). Ao enquadrar o público do esporte simultâneo à igreja num determinado espaço delimitado, temos a sugestão da alteração das afeições religiosas em determinado tempo registrado. A imagem nos traz a multidão como em comunhão. A forma de envolvimento com o esporte é maior passando pela experiência do jogo ao vivo no estádio, e a comunhão com os outros torcedores é parte da experiência que cria este impacto. O retorno ao estádio, a programação previsível e ordenada remete a uma replicação do tempo, uma repetição que remete ao ritual. Os jogos repetem-se, têm sempre o mesmo tempo aproximado, com enredos diferentes porém sempre num espectro aguardado. O esporte alterou-se desde seu surgimento até o instantâneo registrado; porém algumas situações são basilares e se repetem: haverá sempre uma assistência, uma equipe adversária, um objetivo a alcançar dentro de 90 minutos (ou pouco mais). Talvez a dinâmica do jogo se dê

⁶ No original: “Being a Catholic Roman School, religion played a large part in our school life. Pop Moran even tried to turn me off football at Anfield – Catholic were traditionally Everton supporters and players; Liverpool were the Protestant team. Pop honestly thought that being a Catholic I wouldn't be happy at Anfield”.

de maneira muito diversa ao longo do tempo, porém a base mantém-se identificável. Sobre a comunhão entre o sagrado e o tempo, Eliade (1998, p. 59-60) afirma: “Participar religiosamente de uma festa implica a saída da duração temporal ‘ordinária’ e a reintegração no Tempo mítico reatualizado pela própria festa”.

Obviamente Eliade está referindo-se a rituais religiosos instalados e consagrados; porém, classificando profanamente a comunhão da plateia futebolística como um ritual, como a imagem sugere, a citação vale destacar as palavras de Franco:

“O futebol é meio de reprodução simbólica do corpo social, da mesma maneira que a guerra nas sociedades tradicionais, nas quais ela está codificada de maneira estrita, visando não perturbar a vida dos grupos envolvidos. Daí haver um calendário para a luta, cujas retomadas periódicas ganham feições lúdicas” (FRANCO JR, 2007, p.201-202).

E os tempos do esporte, especificamente do futebol profissional, conferem. Há as temporadas que regularmente repetem-se em um calendário previsto. Os desfechos dos torneios alteram-se dentro de um tempo estabelecido, da mesma forma que o clima é previsto, porém não exato, repetindo-se dentro dos ciclos das estações conhecido. Há a estação chuvosa, embora não saibamos o quanto irá chover. Há o período de seca cuja extensão temporal pode ser ideal ou desastrosa.

A multidão

Estamos na virada dos anos 1960 para os 1970, e novamente Harvey (1992, p. 45) aponta-nos que é o momento em que surge o pós-modernismo, como o estilo das pessoas jovens sugere-nos: cabelos longos, barbas e bigodes característicos da época. Interessante notar que o pós-modernismo se revela de modo mais fácil no estilo de roupas, barba e cabelo que, quando colocados em conjunto com a igreja e estádio, reforçando o contraste entre moderno e pós-moderno. As construções demandam grandes movimentos e esforços combinados para realizar uma mudança. O Everton somente agora, no século XXI, prevê uma mudança para um novo estádio a ser construído sobre as normas exigidas atualmente (EVERTON FC, 2018). Voltando à fotografia de Robinson, o instantâneo retrata também a atenção da multidão. Com exceção das crianças em primeiro plano, a maioria das pessoas expressa atenção, foco e certa apreensão. Retoma-se aqui uma falsa oposição: a de uma

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

multidão com expressão adequada a um serviço religioso. A fotografia, porém, apresenta, além de uma assistência reduzida, expressões desatentas e muitas vezes sonolentas. A imagem traz esta oposição entre o que era esperado para a igreja em outro espaço e momento e onde de fato o comportamento da massa ocorre. Embora possa haver nesta multidão uma intersecção entre torcedores de futebol e homens religiosos que tenham frequentado o serviço religioso pela manhã, Mircea Eliade oferece um olhar que nos parece adequado também a esta massa:

Ora, o que se pode constatar relativamente a um homem não-religioso é que também ele conhece uma certa descontinuidade e heterogeneidade do Tempo. Também para ele existe o tempo do lazer e dos espetáculos, numa palavra o “tempo festivo”. Também ele vive em ritmos temporais variados e conhece tempos diferentemente intensos: [...] ele experimenta, evidentemente, um ritmo temporal diferente de quando trabalha ou se entedia. (ELIADE, 1992, p. 78)

A fotografia de Robinson nos mostra uma plateia que está experimentando, em conjunto, um tempo parcialmente distinto daquele que o relógio sugere. O jogo havia começado há pouco mais de cinco minutos. As crianças ainda se mostram alegres e empolgadas ao passo que os adultos já se contraem em ansiedade, tensão e nervosismo. Muitos já acenderam, após o início da partida, um cigarro, e muitos outros se seguirão no decorrer do jogo.

Não só um dos tempos experimentados pelos espectadores pode ser muito maior do que os poucos seis minutos do relógio apontam, como também pode ser vivido de forma diferente entre as faixas etárias presentes no *terrace*. A capacidade e compleição física denotam também diferentes formas como o tempo é sentido. Adultos jovens resistem de determinada forma à condição em ficar de pé durante o tempo de jogo. Crianças e idosos tendem a cansar e procurar apoio. Considerando que uma ida ao estádio implica em pelo menos uma hora e meia em pé no estádio, as formas como se sente o tempo pelas diferentes pessoas, no mesmo lugar, também varia.

“Lembro-me da esmagadora masculinidade daquilo tudo – a fumaça de charuto e cachimbo, o linguajar obscuro (palavras que eu já ouvira antes, mas não ditas por adultos e naquele volume)” (HORNBY, 2000, p.19). Esta passagem do livro de Hornby ilustra um outro componente da imagem a ser destacado: a quase completa ausência de mulheres. As duas únicas figuras a quem poderíamos atribuir o gênero feminino não aparentam estar presentes por interesse na partida, e sim por algum motivo paralelo. A provável mulher à esquerda, que se segura junto à grade azul, não olha para o campo, e sim dirige-se a alguém que provavelmente lhe faz companhia. Talvez um filho ou parceiro que seja um genuíno fã e que a compeliu a acompanhá-lo. A segunda pode ser uma garota de aspecto algo andrógino sentada no canto inferior esquerdo, vestindo uniforme entre os colegas, e cuja única diferença reside nos sapatos e nas meias. E assim como a assinalada anteriormente, olha para outro lado que não o campo. A audiência é massivamente masculina, e a relativa familiaridade e proximidade temporal que ainda temos com a época registrada na imagem de certa forma contamina nossa percepção do quão masculino era (e ainda é sob certos aspectos) o estádio de futebol. Fora do estádio, masculino, temos a igreja, de costas, mais uma vez em oposição e, por sugestão de frequência majoritariamente feminina.

Por fim, temos os garotos situados em primeiro plano na arquibancada. As crianças posicionam-se nas primeiras fileiras não só por conta de sua menor estatura como também pela possibilidade de assim descansarem o peso do corpo sobre as pernas, apoiando-se na mureta que divide o público do gramado. Eles estão especialmente próximos a Robinson, e não só compõem a imagem como nela interferem por conta da consciência de estarem sendo fotografados. Eles encaram a câmera e fazem gracejos, quebrando o aspecto contemplativo que a imagem traz, porém, sem anulá-lo. Esta intervenção dos garotos traz outro componente da construção da imagem, uma certa consciência de que a realidade são eles, os garotos que assistem a uma partida numa tarde sábado enquanto a foto será apenas uma representação do que foi aquele momento, em seus muitos aspectos, em seus vários tempos.

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

Conclusão

A imagem existe e tem valor como documento e registro; porém, como o garoto jocoso que mostra a língua sugere dizer, “não sou assim: só faço isso quando vejo uma câmera”. Esta provocação lembra-nos que a imagem é apenas um indício da realidade, portadora de intenções, possibilidades e representações, jamais sendo abarcada de forma “completa”, como aponta Aumont. Mesmo assim, ainda que o instante fugidio que lhe dá razão de ser imediata não seja capaz de abarcar a totalidade de seus significados, podemos utilizá-la não só como um documento, mas como um suporte de legitimidade confrontado com outros artefatos, portadores inclusive de outros tempos.

A imagem em si pode não oferecer explicação de nada; mas sabendo interpelá-la, ela se revela rica fonte para o entendimento da sociedade que a produziu, e das sociedades que a consumiram. No mais, a imagem também apresenta o caráter acumulador, “empilhador” de tempos diferentes e articulados nela presentes, por ela materializados. Antes, durante, depois; passados, presentes e futuros.

Referências bibliográficas:

AUMONT, Jacques. *O olho interminável: cinema e pintura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BEAZLEY, Mitchell. *Football days: classic football photographs by Peter Robinson*. Londres: Octopus, 2003.

CIPOLLA, Carlo. *Las maquinas del tempo*. México: FCE, 1998.

EFC HERITAGE SOCIETY. Disponível em < <http://efcheritagesociety.com/?p=1313>>. Acesso em 12.mar.2018

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano: essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

EVERTON FC. *History Of Goodison Park*. Disponível em: <<http://www.evertonfc.com/content/history/history-of-goodison-park>>. Acesso em: 24.fev.2018.

_____. *Our Former Homes*. Disponível em: < <http://www.evertonfc.com/content/history/history-of-goodison-park/the-grounds-of-everton>>. Acesso em: 24.fev.2018.

_____. *NEW STADIUM key principles*. Disponível em <<http://www.evertonfc.com/functional/your-stadium/key-principles>>. Acesso em 12.mar.2018.

- EVERTON RESULTS. Disponível em < <https://www.evertonresults.com/>>. Acesso em 12.mar.2018.
- EVERTON OBEY holy orders. BBC News. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/sport2/hi/funny_old_game/1791575.stm>. Acesso em: 24.fev.2018.
- FABBRI, Alejandro. *El nacimiento de una pasión*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- FRANCO JR., Hilário. *A Dança dos deuses. Futebol, Sociedade, Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FOUR FOUR TWO. *MEET ARCHIBALD LEITCH*. Disponível em < <https://www.fourfourtwo.com/features/meet-archibald-leitch-man-who-invented-football-stadium>>. Acesso em 12. mar. 2018.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol. Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HORNBY, Nick. *Febre de bola*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- KENNEDY, David. *Merseyside's Old Firm? The Sectarian Roots of Everton and Liverpool Football Clubs*. Liverpool: Amazon Books, 2017.
- _____; KENNEDY, Peter. *Irish Football Clubs in Liverpool*. Liverpool: Amazon Books, 2017
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2012.
- _____. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1979.
- LIVERPOOL ECHO. *Prentice: Times past but Littlewoods clocks are precious artefacts still*. Disponível em < <https://www.liverpoolecho.co.uk/sport/football/football-news/prentice-times-past-littlewoods-clocks-10080068>>. Acesso em 12.mar.2018.
- LIVERPOOL FC. *THE HISTORY OF Liverpool*. Disponível em: < <http://www.liverpoolfc.com/history>>. Acesso em 12.mar. 2018.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *A TRAGÉDIA QUE MUDOU O FUTEBOL*. Disponível em < <http://infograficos.estadao.com.br/esportes/tragedia-futebol-30-anos-heysel/>>. Acesso em 12.mar.2018.
- PRADO, Décio de Almeida. Tempo (e espaço) no futebol. *Revista USP* 2, junho/julho/agosto 1989, p.15-24
- SÔNAGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. *Historiæ*. Rio Grande, v. 1, n.2, 2010.

O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia “futebolística” de Peter Robinson (Liverpool, Inglaterra, 1971)

TOFFEE ART. Disponível em <<http://www.toffeeart.co.uk/product/goodison-desktop-clock/>>. Acesso em 12.mar.2018.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THE GUARDIAN. 20 January 1974: The first Sunday football. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2010/jan/23/first-sunday-football-1974-millwall-fulham>>. Acesso em 12.mar. 2018

_____. *DECEIT, DETERMINATION AND MILLIONS*. Disponível em : <<https://www.theguardian.com/football/2017/jul/23/deceit-determination-murdochs-millionshowpremierleague-was-born>>. Acesso em 12.mar.2018.

Imagens

Imagem 1: PA Images. *A view of the Church of St Luke the Evangelist, which sits in the corner of Goodison Park*. 1971.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985): Antiutopia, ovários e uma história social do tempo¹

Juliana C. Zanezi*

Resumo: Característico de um movimento literário distópico e de finais da Guerra Fria, *O Conto da Aia* nos introduz à Gilead, um sistema político totalitário baseado na coisificação das mulheres e estipulando seus valores a depender de suas funções biológicas naturalizadas, e que possui características e premissas muito próximas às observadas nos dias atuais. O presente artigo preocupou-se em diagnosticar e qualificar algumas facetas temporais presentes no romance, localizando-o dentro do campo de uma História Social do Tempo que, em linhas gerais, busca analisar as temporalidades que estão contidas no objeto de estudo, bem como aquelas nas quais o objeto se situa. Com isso, selecionamos três principais direções para melhor entendimento do romance: a estruturação de uma distopia anti-utópica de Gilead, que é uma espécie de teocracia cristã do século XX; os tempos biológicos humanos, principalmente femininos; e os usos do passado e da História dentro do romance. Para tanto, dialogamos com diversos autores familiares ao gênero de ficção científica, distopias e história dos conceitos, além de artigos sobre feminismo e suas facetas, relógios biológicos e literatura.

Palavras-Chave: tempo, literatura, ficção-científica, feminismo, distopia

¹Este artigo é fruto das discussões realizadas na disciplina de História Social do Tempo ministrada no Departamento de História da USP pelo professor João Paulo Garrido Pimenta, a quem agradeço a paciência e atenção nas leituras e apontamentos. Também cabe agradecimentos imensos às leituras cuidadosas e contribuições preciosas de Cristiane e Maristela.

*Graduanda em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi-USP). Contato: juliana.zanezi@usp.br

Introdução

O chamado gênero “ficção científica” dentro da literatura mundial vem sendo construído desde o século XIX, com Frankenstein, de Mary Shelley, publicado em 1818. Porém, é no início da segunda metade do século XX que este tipo de ficção é consolidada enquanto gênero literário, sendo seus grandes pilares autores “veteranos” oitocentistas como Júlio Verne (Viagem ao Centro da Terra, 1864) e H.G. Wells (A Máquina do Tempo, 1895), passando por Isaac Asimov (Fundação, 1951) e Arthur C. Clarke (O Fim da Infância, 1953) e Ray Bradbury (Fahrenheit 451, 1953), até Philip K. Dick (Androides sonham com ovelhas elétricas?, 1968). Estes autores seguiram principalmente pelas questões de tecnologia, viagem no tempo, o espaço sideral, robótica e impérios intergalácticos, porém, sempre traduzindo as grandes inquietações acerca do mundo em que viviam. Paralelamente, temos a linha de autores como Yevgeny Zamyatin (Nós, 1920), Aldous Huxley (Admirável Mundo Novo, 1932) e George Orwell (1984, 1949), com distopias histórico-políticas e catástrofes humanas, algo voltado mais para as inquietações políticas e intelectuais, a psique do homem na instabilidade política (JAMES; MENDLESOHN, 2003, p.15-17). Todos esses romances têm muito em comum, seja pela inquietude acerca dos tempos históricos nos quais os autores viviam, seja a projeção de um futuro desastre e pouco esperançoso, seja a descrença na humanidade em geral. Além disso, podemos observar que nestes romances do pós-guerras a ameaça nuclear é frequentemente representada, inclusive por meio de sistemas políticos desumanizantes e totalitários.

No entanto, outro ponto comum entre os mesmos é que todos foram escritos por homens europeus ou norte-americanos, brancos. Há de se levar em conta dois pontos sobre essa informação: i) seria sintomático acerca dos leitores e escritores deste horizonte da ficção que, mesmo que este tenha sido fundado por uma mulher, o mesmo foi consolidado e continua ancorado em certo tipo de autor com certos tipos de narrativa? ii) e que as questões levantadas em seus romances, como inquietude e desesperança mencionadas anteriormente, tem caráter universalizante, ou seja, humanidade enquanto um todo praticamente uniformizado sob as mesmas égides sociais?

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

Estas e outras numerosas questões (por exemplo, como agrupar as diferentes temáticas/questões da *sci-fi* em correntes ou categorias de acordo com seus tempos históricos) renderiam muitos trabalhos historiográficos acerca da ficção científica em geral, logo não cabe no presente artigo. O que nos interessa dentro dessa perspectiva é a existência de outra corrente da ficção científica, menos lida e comentada que as anteriores e que vem crescendo a partir da década de setenta com autoras célebres como Ursula K. Le Guin (*A Mão Esquerda da Escuridão*, 1969), Octavia Butler (*Kindred – Laços de Sangue*, 1979), Joanna Russ (*The Female Man*, 1975) e, entre outras, Margaret Atwood. Estas autoras propuseram ao *sci-fi* questões políticas e sociais diversas que até então eram praticamente ignoradas pelos autores anteriores: raça, gênero e orientação sexual tornaram-se as motrizes de suas obras que salientaram diferentes percepções, experiências e projeções de passado, presente e futuro. A leitura destas obras vem principalmente crescendo nos meios feministas e as interpretações e análises enriquecem cada vez mais a construção e debates do gênero da ficção científica. *O Conto da Aia* vem surgindo como um dos maiores expoentes dessa corrente e, felizmente, impulsionando o ramo editorial brasileiro à primeira tradução de algumas obras para o português, como foi o caso de *Kindred – Laços de Sangue*, traduzido pela editora Morro Branco em 2017; e mesmo a reedição de *O Conto da Aia* pela editora Rocco no mesmo ano.

Margaret Atwood, a autora da obra analisada neste artigo, nasceu em 1939 em Ottawa. É graduada em literatura pela University of Toronto, tem mestrado na Radcliffe College e ainda diplomas de doutorados honoráveis em diversas universidades. Lecionou e ganhou prêmios na área de literatura fantástica e ficção científica, inclusive o prestigiado Prêmio Arthur C. Clarke para melhores produções de ficção científica. Com mais de quarenta livros publicados entre romances, contos, críticas literárias e livros infantis, Atwood consagrou-se como uma das maiores escritoras do século XX. Atualmente vive em Toronto, lecionando e publicando (MARGARET ATWOOD OFFICIAL WEBSITE, 2017). *The Handmaid's Tale* é

considerado um sucesso de crítica e de vendas, sendo adaptado para o cinema, teatro, rádio e, em 2017, série de televisão e *streaming*². A edição brasileira utilizada como fonte e referência neste trabalho é a da Editora Rocco, de 2017, reimpressa devido ao sucesso da série de televisão.

As Aias servem a um, e apenas um, propósito: procriação. Seus ovários sadios viraram recurso natural de Gilead, receptáculos das “sementes” para geração de crianças saudáveis para casais de oficiais sem filhos. Em um quadro onde há grande queda de natalidade causada por extrema exposição à radiação nuclear, elas são uma “riqueza da nação”. *O Conto da Aia* é um romance escrito pela canadense Margaret Atwood publicado em 1985, que revela a história da aia Offred e sua significativa trajetória dentro da República de Gilead, uma teocracia cristã do século XX que tomou o poder por via de um golpe. Os Estados Unidos da América dão lugar a um sistema cristão, autoritário e violento, que coisifica as mulheres controlando suas funções e direitos de acordo com pressupostos principalmente bíblicos levados ao pé da letra.

Offred descreve, em primeira pessoa, variadas situações como Aia: deveres cotidianos, rituais de orações e expurgos, violências que sofre e observa, Cerimônias (ato sexual com o Comandante) e, simultaneamente, suas memórias. Seus dias são compostos de poucas atividades e muita espera, sem saber o que vai acontecer, sem perspectiva de emancipação, sem nenhuma função na sociedade além de gerar uma criança saudável, o que, aliás, pode nunca acontecer.

A proposta deste artigo é analisar as diversas concepções de tempo contidas neste romance, muito revisitado pela crítica literária, direito, sociologia, estudos de gênero, dentre

²As adaptações mais notáveis: O filme de produção alemã, de 1990, que conta com elenco de peso como Faye Dunaway e Robert Duvall. Foi traduzido no Brasil como “Decadência de uma Espécie”. Mais informações: <http://www.imdb.com/title/tt0099731/>. A série de televisão é de 2017 e produzida pela Hulo. Ainda está em andamento e promete próxima temporada que escapa aos eventos que ocorrem no romance. Recebeu setenta e uma indicações à prêmios de televisão, ganhando quarenta deles. Mais informações: <http://www.imdb.com/title/tt5834204/>.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

outras³. Porém, no meio historiográfico pouco ou quase nada pode ser encontrado a seu respeito. Portanto, é importante mencionar que esta é uma obra que pode ser uma fonte histórica profícua, inclusive pelas distintas temporalidades ficcionais que apresenta, bem como dos tempos nos quais foi escrita, publicada, adaptada e reeditada. Três de seus aspectos ficcionais podem nos servir à análise: a estruturação de uma distopia anti-utópica; os tempos biológicos, principalmente femininos; e, por fim, os usos do passado e da História dentro do romance. Esta análise se valerá da perspectiva de História Social do Tempo, no qual as temporalidades contidas numa fonte são evidenciadas na análise, inspirada pelos escritos do historiador alemão Reinhart Koselleck.

Para pensarmos noções de tempo neste e em qualquer romance, temos que levar em conta que o tempo da literatura é essencialmente um tempo “humano”, ou seja, compreendido apenas dentro de um contexto e visão de mundo experimentados social e historicamente. Um tempo, portanto, distinto daqueles da natureza. É um tempo pessoal, psicológico, privado. Sem dúvida, a questão da memória também é essencial na formação de uma narrativa literária, principalmente tratando-se aqui de um escrito em primeira pessoa do singular. A centralidade da perspectiva de um indivíduo só é compreendida pela associação com seu contexto e “universo”, gerando uma construção direcionada; afinal, a literatura sempre pintou o indivíduo como centro das forças ativas e dinâmicas, “capazes ou incapazes de controlar, sintetizar e organizar os elementos heterogêneos da experiência humana numa

3Alguns exemplos de diversidade dos trabalhos sobre o romance, mas existem inúmeros mais: COOPER, Pamela. Sexual Surveillance and Medical Authority in Two Versions of *The Handmaid's Tale*. *The Journal of Popular Culture*, ed.28, vol.4, 2004, p. 49–66. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/wol1/doi/10.1111/j.0022-3840.1995.498449.x/abstract>. DIETZ, Mary G. Context Is All: Feminism and Theories of Citizenship. *Daedalus*, vol. 116, no. 4, 1987, pp. 1–24. Disponível em: www.jstor.org/stable/20025121. DODSON, DANITA J. 'We Lived in the Blank White Spaces': Rewriting the Paradigm of Denial in Atwood's *The Handmaid's Tale*. *Utopian Studies*, vol. 8, no. 2, 1997, pp. 66–86. Disponível em: www.jstor.org/stable/20719685. GOTSH-THOMSON, Susan. The Integration of Gender into the Teaching of Classical Social Theory: Help from 'The Handmaid's Tale'. *Teaching Sociology*, vol. 18, no. 1, 1990, pp. 69–73. Disponível em: www.jstor.org/stable/1318234. HAMMER, Stephanie Barbé. The World as It Will Be? Female Satire and the Technology of Power in 'The Handmaid's Tale'. *Modern Language Studies*, vol. 20, no. 2, 1990, pp. 39–49. Disponível em: www.jstor.org/stable/3194826.

unidade, estrutura e identidade funcional denominada personagem.” (MEYERHOFF, 1976, p. 31).

Ao adentrar no romance, é necessário esclarecer alguns pontos preliminares sobre suas personagens para permitir comentários mais claros. Primeiramente, “Offred” constitui um patronímico formado por *of* (do inglês, “de”) e o nome do Comandante. Assim, Offred seria a aia pertencente a Fred, e não uma mulher específica. Nossa protagonista já teve outro “nome”, mas por vir a morar na casa do Comandante Fred, passa a ser unicamente associada a ele. Por exemplo, na trama a protagonista conhece três Ofglen (“Of Glenn”) diferentes, uma substituída após a outra. As Aias perderam até o direito a seu nome próprio. As Martas são mulheres em condições análogas, porém com funções bem diferentes: ser as servas das casas dos Comandantes. Estes, por sua vez, são os oficiais do alto escalão do regime gileadiano e vivem nas partes das cidades cercadas por muros. Cada Comandante tem sua Esposa e, quando estas são inférteis, demandam uma Aia.

GILEAD: UTOPIA, ANTI-UTOPIA E A DISTOPIA

As utopias são ideias acerca do mundo que designam ou uma completa loucura ou a esperança absoluta, permeando os recônditos da imaginação humana de forma muito longa. Em geral, traduzem projetos de futuro para os seres humanos, tanto no plano material, quanto no espiritual ou cósmico. Platão e Thomas Morus, separados por mais de dois mil anos, tem algo em comum: concepções de utopia. Mesmo que de formas distintas, estas são os “não lugares”, ou seja, que não existem empiricamente, mas poderiam vir a existir. A construção das utopias consiste em uma crítica ao presente do autor e sua realidade. Em outras palavras, um plano ou projeto a ser perseguido, visando sucessos políticos, econômicos e religiosos, etc., que são desejáveis no momento que uma utopia é concebida. Torna-se mais uma ideia de futuro perfeito do que um lugar propriamente dito (MUMFORD, 2007, p.57).

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

Se as utopias podem traduzir uma sensibilidade positiva em relação ao futuro, as chamadas “distopias” sempre revelam o pessimismo com o mesmo, podendo inclusive ser tratadas como uma “modalidade” de utopia, decididamente negativas. *O Conto da Aia* entra nessa concepção e numa tradição literária de desesperança com o futuro das estruturas políticas, religiosas e sociais. Gilead não é apenas um sistema patriarcal violento e autoritário distante: nele, percebe-se claramente a degeneração extrema de situações e quadros que já observamos até nos dias atuais, transformando-se incontrolavelmente em um totalitarismo.

Um dos pontos mais importantes na presente análise é que neste romance temos o curioso caráter frágil e delimitado da República de Gilead, sendo a mesma restrita e finita dentro do próprio romance. Em primeiro lugar em relação ao espaço. Uma passagem que exemplifica esta limitação é encontrada no capítulo quinto, quando

Um grupo de pessoas caminham na nossa direção. São turistas e parecem japoneses[...]. As mulheres oscilam sobre os saltos altos [...], suas cabeças estão nuas, o cabelo excessivamente visível em sua escuridão e sexualidade. [...]. Sentimos fascínio e também repulsa. Em tão pouco tempo nossas cabeças mudaram tanto com relação a esse tipo de coisa. [...] – eles querem saber se vocês são felizes – diz o interprete. Posso imaginar a curiosidade deles. Elas são felizes? Como podem ser felizes? (ATWOOD, 2017, p. 39-40).

O território gileadiano cobre a maior parte do que seriam os Estados Unidos e ainda locais chamados de “Colônias”, dos quais temos poucas informações, nenhuma relacionada à sua localização; existe possível escapatória deste sistema ao sair do país, mesmo que ilusórias e praticamente impossíveis para qualquer mulher. As aias de Gilead são motivo de fascinação por parte de turistas, pois os mesmos não conheciam nada parecido. A própria Offred ironiza: “Somos secretas, proibidas, algo que excita.” (ATWOOD, 2017, p. 41).

Em segundo lugar, essa restrição se dá temporalmente. Tudo começa com um golpe, do qual nossa protagonista só conhece o que vê pela televisão e conta

Foi depois da catástrofe, quando o Presidente foi morto a tiros e o Congresso metralhado. O Exército decretou estado de emergência. Na época botaram a culpa nos fanáticos muçulmanos. [...]. Como é que eles tinham entrado, como é que tinha acontecido? Foi então que suspenderam a Constituição [...] (ATWOOD, 2017, p.41)

Logo após essa “catástrofe”, supostamente devido a um ataque muçulmano, há uma espécie de intervenção militar; porém “não era O exército. Era outro exército.” (ATWOOD, 2017, p. 215), dando a entender que não foram as forças militares nacionais atuando, mas uma força paralela. Nossa narradora conta que foi dispensada de seu emprego na biblioteca da cidade quando homens armados e fardados forçavam uma “nova lei” que determinava que nenhuma mulher poderia ter um emprego. Além disso, sua conta bancária e bens foram congelados. As contas femininas foram transferidas para os maridos ou parentes homens mais próximos, e a sua passa a pertencer a seu marido, Luke. A restrição da autonomia das mulheres não veio apenas com objetivos puramente ideológicos ou religiosos, mas também pragmáticos. A baixa taxa de natalidade, devido a vazamentos e envenenamentos radioativos, práticas de anticoncepcionais e abortos, além da alta mortalidade infantil, teriam gerado um problema de esgotamento demográfico. As mulheres então seriam realocadas nesse sistema e, no caso de se tornarem Aias, se converteriam numa espécie de recurso natural a ser explorado em prol do “bem” da nova nação que surgia.

Não sabemos quanto tempo passou entre o golpe e os acontecimentos narrados, e mesmo a narradora não parece se importar com isso. Mas pelas “Notas Históricas” que constituem o epílogo do romance, o leitor é introduzido, com estranhamento, ao “12º Simpósio de Estudos Gileadianos”, no qual há a revelação que Gilead acabou. Neste epílogo, são dadas várias informações que são preciosas para entendimento da obra, como a natureza do golpe do grupo paramilitar “Filhos de Jacó”, os motivos mais ou menos reais (na ficção) da infertilidade e formação das estruturas ideológicas e políticas daquele sistema. Além disso, tomamos conhecimento que qualquer que tenha sido o destino de Offred, ele permanece desconhecido. Porém sua história (e, portanto, os capítulos lidos) foi registrada

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

por ela em cerca de trinta fitas cassetes que foram encontradas em escavações arqueológicas no estado do Maine, lacradas dentro de um armário militar. Todo o resto dessa circunstância é mistério. Portanto temos, primeiramente, grandes expectativas negativas sobre o futuro, mas ao final do romance uma resolução deste conflito dá um tom aparentemente otimista. Mas é justamente o contrário. Contudo, esse epílogo acaba por aumentar as problemáticas temporais da fonte, e para essas “Notas Históricas” tecerei comentários especiais mais adiante.

Assim, Gilead teve uma ascensão e desenvolvimento, mas encontrou seu fim em algum momento bem antes do ano de 2195, quando o mencionado simpósio aconteceu. Daí tiramos o “novo” desta construção distópica; afinal, tradicionais distopias, como as consagradas *Admirável Mundo Novo* (Aldous Huxley, 1932), *Nós* (Yevgeny Zamyatin, 1921) e *1984* (George Orwell, 1949), estabelecem uma noção aparentemente eterna, infundável e contínua dos terrores causados e o inexorável poder da estrutura totalitária e opressiva na qual se ambientam, enquanto *O Conto da Aia* já concretiza, dentro do romance, o final do sistema de Gilead.

Gregory Claeys define que *O Conto da Aia* é “pós-totalitarista”, parte de um movimento do pós-guerras no qual as preocupações principais passam a ter relação com a era da energia nuclear, radiação, mudanças climáticas e degeneração cultural em detrimento das ideias hedonistas do consumo desenfreado (CLAEYS, 2017, p.475-476). Por suas definições deste campo, o romance de Atwood não seria apenas uma distopia, mas também uma anti-utopia: ao mesmo tempo que leva o leitor a um lugar que extrapola o que há de ruim hoje, também tem a ideia de claramente denunciar utopias. (CLAEYS; LYMAN, 1999, p, 1-5)

Fiona Tolan afirma que a visão de utopia de Atwood é muito semelhante à do teórico do pós-modernismo Jean-François Lyotard e seu trabalho de 1986, *Defining the Postmodern*, que associa diretamente as utopias aos totalitarismos e a decadência da confiança no progresso

humano dado pelos últimos séculos: nenhum dos regimes, políticos e econômicos, liberais ou marxistas que emergiram nos séculos XIX e XX, estariam livres da suspeita de conduzirem a genocídios e crimes contra a humanidade. Assim, as utopias seriam os meios mais perigosos de teorizar o futuro por sua facilidade em se transformar em distopia totalitária (TOLAN, 2006, p. 19-20).

Se o pensamento político utópico articula carências que um grupo entende como suas e projeta circunstâncias nas quais as mesmas não existiriam, em teoria, poderia ser uma especulação de cunho positivo. Neste caso, esses elementos de utopia foram mobilizados em *O Conto da Aia* não apenas para falar sobre o totalitarismo cristão, mas também sobre questões feministas efervescentes no momento de concepção da obra. Assim, sendo, é sabido que os anos oitenta foram um momento de reinvenção do movimento feminista, marcando o fim da chamada “Segunda Onda” que, afinal, desde que surgiu nos anos sessenta, já trazia no seu interior muitas divergências. Estas desembocam na constituição da “Terceira Onda”, caracterizada por ser um movimento de maior diversidade, com representantes como Angela Davis e outras teóricas negras, lésbicas, latinas, indianas, etc. que já começam a apresentar o feminismo *interseccional*, inicialmente o “Black Feminism”, cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o “feminismo hegemônico” (HIRATA, 2014, p.62).

O feminismo “hegemônico” considera o sexismo a maior das opressões, desconsiderando questões de classe, etnia e orientação sexual em geral. Suas proposições acabaram tornando parte deste movimento branco, heterossexual e focado em realidades dos Estados Unidos, marginalizando as mulheres de outras partes do mundo, assim como negras, latinas e asiáticas, ignorando os outros tipos de opressão como racismo, LGBTfobia, questões de intolerância religiosa, etc. (THOMPSON, 2002, p. 318). Assim, a utopia do feminismo “hegemônico” constituiria uma equidade com os homens que parte de um ponto

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

de vista baseado em direitos individuais, e não de justiça e transformação da sociedade capitalista e racista por completo.

Voltando ao romance, é importante frisar que o território compreendido pela República de Gilead corresponde aos Estados Unidos da América, tomado por vias de golpe militar. Além disso, é possível que todas as pessoas de Gilead fossem brancas, pois os chamados “Filhos de Cam” (em referência ao livro de Gênesis e Noé) foram perseguidos, expulsos ou executados. No entanto, esta questão fica um pouco dúbia, pois esta alcunha tanto pode ser associada às pessoas negras⁴, mas também é correntemente utilizada ao tratar de islâmicos como “camitas”. Ou seja, pode depender da leitura que Atwood fez do termo no momento de escrita da obra. Em todo caso, é certo que não há islâmicos em Gilead, já que seus idealizadores empreitaram uma perseguição religiosa contra praticantes de outras religiões como a muçulmana, quaker, judaica, católicas e outras não cristãs. As pessoas LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Assexuais, Intersexuais e outros que não se identificam em nenhuma dessas terminações) condenados como “traidores do gênero”, afinal, segundo os preceitos bíblicos, são abominações. Logo, para boa parte das pessoas moradoras deste local antes do golpe, esse sistema gileadiano é um pesadelo. Todos esses grupos foram perseguidos e executados em praça pública. Porém, para outras pessoas, isso poderia significar um bem-estar social e destaque, paradoxalmente, para as mulheres brancas. Justapondo *flashbacks* do passado de Offred que fazem referência à movimentação feminista norte-americana dos anos sessenta, a protagonista acaba por revelar que Gilead atende a algumas demandas feministas (com este termo em si nunca mencionado no romance), porém, deformadas e corrompidas.

⁴O livro de Gênesis conta em seu capítulo nono que Noé amaldiçoou seu filho mais novo Cam após este vê-lo nu e embriagado. Seus descendentes iriam servir os descendentes de seus irmãos; e seus descendentes também carregariam a “marca desta maldição na pele”. Em seguida, no capítulo décimo, os descendentes de Cam voltam-se para o oriente e África edificando línguas, terras e nações naqueles locais. Inclusive esta passagem foi utilizada como forma de legitimação teológica da escravização de africanos a partir do século XV. Para mais informações: MAXWELL, John F. *Slavery and the Catholic Church: The History of Catholic Teaching Concerning the Moral Legitimacy of Institution of Slavery*. Londres: Barry Rose Publishers, 1975.

Temos um sistema que, como o feminismo “hegemônico”, também não leva em consideração outros fatores sociais além da diferença de sexo, colocando ainda as mulheres brancas em posição hierarquicamente superior em relação a todas as outras e, segundo a visão dos idealizadores de Gilead, sem que sofram nenhuma opressão. São muitos os momentos no romance nos quais há distorção proposital de algumas demandas e conceitos do movimento feminista sessentista. Abriu margem para muitas interpretações e escritos em diversas plataformas, acadêmicas ou não, especialmente sobre essas estruturações do enredo de *O Conto da Aia*. Há análises que argumentam que Atwood é antifeminista (e isso um motivo de descontentamento); há interpretações que usam seus modelos da narrativa para justificar o antifeminismo; há ainda aquelas interpretações, tendencialmente mais corretas, de que Atwood traz críticas ao feminismo “hegemônico” que comentamos anteriormente e o caráter do mesmo. Assim, mesmo que não o diga, Atwood é essencialmente parte do movimento feminista intersseccional em construção na década de oitenta.

As personagens que mais transparecem essa deturpação do utópico feminista são as Tias do “Centro Raquel e Lia”, o local onde as moças eram disciplinadas e condicionadas à função de aias. Por exemplo, uma distorcida e grotesca subversão intencional do agir com “sororidade”⁵ é apresentada durante discursos ideológicos com fins pedagógicos por parte das disciplinadoras, chamadas “Tias” durante uma espécie de “treinamento de aias”, por vezes, como “tentem pensar na situação pelo ponto de vista delas [Esposas], dizia, com as mãos apertadas. Não é fácil para elas.” (ATWOOD, 2017, p.23) e,

Paras gerações que vierem depois, dizia Tia Lydia, será tão melhor. As mulheres viverão juntas em harmonia, todas uma única família, vocês serão como filhas para elas e, quando o nível da população voltar a subir de acordo com as expectativas, não precisaremos transferir vocês de uma casa pra outra porque haverá mulheres o suficiente. [...] Mulheres unidas com um fim

5SORORIDADE, do latim “soror” (irmã), é o equivalente a “fraternidade”, do latim “fraternitas” (irmão). Ou seja, sororidade é um sentimento e ação entre mulheres, apoiando e se cuidando mutuamente dentro de um sistema que as oprime. Ver: SARAIVA, F. R. dos Santos. “Novíssimo Dicionário Latino-Português: etimológico, prosódico histórico, mitológico, biográfico, etc.”. Rio de Janeiro: Livraria Garnier. 10ªed, p. 503 e 1114.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

comum! Ajudar umas às outras em suas tarefas cotidianas enquanto percorrem seu caminho na vida juntas. Suas filhas terão maior liberdade. (ATWOOD, 2017, p. 195).

No primeiro trecho, Offred conta como as Tias aconselhavam as aias para considerarem a posição das Esposas como “difícil”. É irônico: Aias que tinham seus corpos usados e descartados, não podiam ter acesso a nenhum familiar, não tinham direito de ir e vir ou de hobbies, nem mesmo podiam ser amigas entre si, e ainda perdiam sua identidade... E a posição difícil era a da Esposa? Atwood está claramente criticando como o feminismo hegemônico desconsiderava as questões de opressão de classe/categoria social: O argumento é de que se o sexismo “não existe mais”, então as mulheres são todas iguais. Mas é claro que não é assim. As Aias e Martas nunca serão equivalentes às Esposas, mas para Tia Lydia todas seriam iguais e viveriam em “harmonia”, mesmo que as primeiras fossem servas das últimas, considerando a servidão como “ajuda mútua”. Há vários trechos no romance nos quais todas as mulheres são tratadas como um único tipo, sendo que na verdade há essas categorizações que determinam funções e direitos. E claro, como já mencionamos acima, todas as mulheres deste sistema são brancas, com as Tias desconsiderando toda a perseguição ocorrida aos negros e a outras identidades não-brancas.

Outro personagem que traz esse aspecto à tona é ninguém menos que o próprio Comandante. Ele acredita realmente que tudo que os idealizadores e executores do sistema gileadiano fazem às mulheres é o melhor para elas:

Demos-lhes mais do que tiramos, disse o Comandante. Pensem nas dificuldades que tinham antes. [...]. Algumas delas [mulheres] ficavam desesperadas, passavam fome para ficarem magras, enchiam os seios de silicone [...] Da maneira como fazemos, estão protegidas e podem realizar seu destino biológico em paz. (ATWOOD, 2017, p.260-261).

O Comandante, ao argumentar sobre os benefícios de Gilead para as mulheres, traz alguns argumentos com situações notáveis e características na vida cotidiana de muitas mulheres no mundo real – desde violências domésticas, traição por parte dos parceiros,

perigo ao andar por ruas, os sacrifícios ao tentar atingir padrões de beleza socialmente impostos pela mídia e revistas de “moda e beleza”. São mais demandas feministas atendidas de forma tenebrosa, pois em Gilead realmente não existem mais revistas, padrões da moda, corporais ou de beleza e para ele isso significa que todas as mulheres “tem um homem com facilidade”.

Gilead é uma sociedade que superestima valores tradicionais, e a fala do Comandante defende que, no sistema antecessor (que seria então, antes do golpe de Gilead), as mulheres tivessem dificuldades para cumprir o tal “destino biológico”, no qual sexo e o gênero binários são naturalizados. O que ele quer dizer é que as reivindicações do feminismo teórico que começou a questionar esses fatores no pós-guerras atrapalhou as mulheres. Havia um determinismo biológico ficcional construído ao longo da história e que agora em Gilead era resgatado; logo, as mulheres podem voltar a cumprir suas únicas funções: a reprodução e quaisquer outras dadas na esfera doméstica.

Finalmente, a ficção distópica vem para subverter as normas e certezas da utopia tradicional, expondo as contradições nos aspectos políticos e sociais do “sonho” utópico, trazendo sob os holofotes o autoritarismo que idealizadores utopistas tentam disfarçar, ignorar ou mesmo esconder. Com sádica ironia, Atwood mobilizou elementos da narrativa distópica de forma a denunciar não apenas as práticas misóginas e o totalitarismo cristão, mas também alerta sobre perigos da facilidade da degeneração de uma determinada faceta do movimento feminista da Segunda Onda. Suas demandas foram “atendidas”, mas em contrapartida, o foram pelas mãos de seus próprios opressores e sendo utilizadas contra elas.

O TEMPO, O SEXO E OS OVÁRIOS

Na primeira fase da história de Gilead, as mulheres solteiras, viúvas ou que tiveram seus casamentos deslegitimados (como Offred), foram separadas em categorias: as Aias, que servem os Comandantes para procriação; e as Martas, que são como criadas das casa dos

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

mesmos. Essa categorização é feita de acordo com a fase de cada mulher dentro de seu ciclo reprodutivo, ou seja, se podem ou não ter filhos: geralmente as mais jovens, que são férteis e saudáveis, capazes de gerar crianças, tornam-se Aias, enquanto as mais velhas e doentes, ou com trompas ligadas ou laqueadura, são Martas.

Como é sabido, em todos os organismos, sejam humanos ou não, encontramos uma série de processos que se repetem em padrão similar e que determinam a frequência de necessidades, como fome, sono, humores, atividade sexual, etc., sendo que a maior parte destes tempos são cíclicos e compõem o ramo de estudo da cronobiologia. Esses processos estão sendo constantemente regulados pelos chamados relógios biológicos, conformando e pautando boa parte de nossas atividades diárias. Não parece haver um relógio próprio em totalidade do organismo, mas uma simultaneidade deles mais ou menos sincronizados (ESPINOZA; VARGAS, 2013, p. 5).

Partindo da constatação de que a temporalidade dos ciclos biológicos é essencial para a compreensão de como os seres humanos organizam suas atividades, as mulheres biologicamente dotadas de um sistema reprodutor feminino possuem um tempo diferenciado: o “tempo do útero”. O desenvolvimento reprodutivo de uma mulher tem início, meio e fim. Sendo, no entanto, ciclicamente linear, já que seu andamento é dado por inúmeros processos menores: os ciclos menstruais. Parece óbvio refletir que as Cerimônias (ato sexual com o Comandante) ocorriam de acordo como estabelecido pelo ciclo menstrual individual e ingovernável (mas previsível) de cada Aia, em datas de período fértil. Mesmo que esse ciclo dite quando essas Cerimônias ocorrem, é notável que em nenhum momento do livro haja menção da palavra “menstruação”. Não fica claro se há definição arbitrária de uma data para a Cerimônia ou se há algum conhecimento ou controle de cada aia, mas há um capítulo inteiro dedicado à ida de Offred ao ginecologista.

O “tempo do útero” tem início na puberdade, com a menarca, a primeira menstruação. Os ciclos da menstruação são mensais e são apenas interrompidos pelo tempo da gestação, cerca de nove meses do calendário gregoriano; constituem uma novidade, um evento extraordinário significativo e cheio de importância, mas que não dura. Tanto uma gravidez de sucesso, como aquela interrompida, apenas as consequências são observadas com o desenrolar do tempo; e, ao “final” do processo, a menopausa. Esses processos biológicos regem boa parte das vidas femininas no mundo real e em Gilead, onde os mesmos são intrinsecamente ligados a preceitos ultra religiosos cristãos que determinam um destino biológico e função social da mulher pautada em sua capacidade ou não de ter filhos. Em Gilead, a história bíblica de Jacó, Lia e Raquel é o principal “modelo” para os usos das mulheres enquanto Aias, como veremos mais adiante.

Vale frisar, que o chamado “tempo do útero” não é uma regra – muito pelo contrário. Nos dias atuais, muitos elementos interferem nesse processo: anticoncepcionais em geral, abortos espontâneos ou não, questões ambientais, alimentares e farmacológicas são alguns fatores que podem alterar, acelerar ou até parar os ciclos, positiva ou negativamente. O importante desta colocação é que organismos humanos femininos “naturalmente” possuem estes atributos. Porém, não estamos aqui advogando pela naturalização ou romantização destes processos, inclusive da gestação: a determinação da gestação e procriação como função social da mulher há tempos já é fortemente desconstruída, bem como a romantização da maternidade.

Porém, é importante mencionar que no romance apenas mulheres cisgênero, ou seja, aquelas que ao nascerem foram consideradas do sexo feminino e identificam-se com o gênero feminino, são alvo da categorização Aia/Marta. Afinal, decorre que para o sistema de Gilead, qualquer designação de gênero que não seja a cisnormativa, foi considerada abominação e, portanto, foram perseguidas e executadas. A autora pouco adentra nessa esfera, porém um exemplo análogo é Moira: a melhor amiga da protagonista antes do golpe,

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

era assumidamente lésbica. Com a tomada de poder pelos Filhos de Jacó, ela se vê obrigada a ocultar sua homossexualidade para sobreviver. Claro que para alguns grupos do espectro LGBT+ tal ocultação não seria possível por diversas questões, mas há de se considerar que se o sistema gileadiano segue preceitos cristãos essencialmente do Antigo Testamento de forma ferrenha e ao pé da letra, então toda diversidade seria amputada do regime. Todos seriam “automaticamente” considerados cisgênero e heterossexuais pela planificação violenta de normatividade sexual cristianizada, uniformizando todas as pessoas na “regra” e os que se rebelassem seriam executados como “traidores do gênero”. Por fim, apenas mulheres dotadas biologicamente de um sistema reprodutor feminino seriam consideradas “verdadeiras” para Gilead e, logo, passíveis do uso que o regime quis designá-las.

Afinal, prefigura que a autora não negligenciou deliberadamente a questão do cis/transgênero, mas parece levantar algumas questões acerca dos debates interseccionais: “Ser mulher” é apenas possuir útero, trompas, ovários, etc.? Uma mulher é “melhor” ou “pior” por ser capaz ou não de gerar filhos? E “ser mulher” é apenas ter tal capacidade? Pode-se determinar uma mulher por ser casada com um homem ou, ainda, não ser casada com nenhum? “Ser mulher” é ter alguma função social? Essas e outras questões vêm sido enfrentadas pelos feminismos intersseccionais e estudos de gênero que avançam cada vez mais na compreensão da sexualidade e gênero de homens e mulheres, buscando fatores não biológicos e/ou biologizantes, distanciando-se largamente de pressupostos religiosos. Enfim, utilizando-se da motriz reprodutiva, a autora levanta questões acerca dos corpos e mentes femininos numa sociedade que as vê como “úteros ambulantes” ao mesmo tempo que tensiona novamente com o feminismo hegemônico e sua “delimitação” do “ser mulher”.

Consideramos, por conseguinte, que o “tempo do útero” é o mais importante motor de toda a narrativa de *O Conto da Aia*. Todas as mulheres deste sistema estão submissas à ele: as Tias geralmente são idosas ou viúvas, portanto seriam o equivalente das Martas nesse

sentido, porém gozam do fato de serem aliadas dos Filhos de Jacó, provavelmente suas familiares que os auxiliaram na montagem do sistema com o uso da religião, como veremos a seguir. As Esposas ao serem privadas de sua capacidade de gestação, submetem-se ao sistema das Aias que, por sua vez, são coibidas a gerarem crianças. Por fim, outro elemento desta trama não trazido até agora são as “Econom esposas”, isto é, as cônjuges dos outros homens do sistema que não são parte da elite e que não tiveram seus casamentos anulados. Estas mulheres devem servir como Esposas, Aias e Martas aos maridos, cumprindo todas as funções e, mesmo que sejam estéreis seus maridos não possuem direito às Aias. Pouco sabemos dessas figuras, mas a opressão sobre elas parece ser multiplicada ainda mais pela questão de classe: sua e de seus maridos, submetidas a servir nas esferas social, doméstica e sexual.

Enfim, se as múltiplas temporalidades vividas pela sociedade em Gilead são hierarquizadas (assim como em todas as sociedades do mundo real), o “tempo do útero” goza de alta importância nessa cadeia, apesar das mulheres não terem nenhuma autonomia ou direitos sob seus corpos. Ironicamente, são esses tempos que organizam boa parte da sociedade de Gilead, não obstante o horror que isso causa nas vidas das mulheres integrantes daquele sistema.

A PROBLEMÁTICA DA HISTÓRIA, A MEMÓRIA E O FUTURO

Através dos séculos, o termo “História” passou por diversas mudanças de concepção e entendimento de como encarar o passado, tanto para historiadores quanto para a sociedade em geral. A História como “mestra da vida”, ideia bem estabelecida por Cícero é, talvez uma das mais longevas concepções, perdurando até os dias de hoje no imaginário mais geral (KOSELLECK, 2016, p. 44-45). Se o conhecimento do passado traria instruções para presente e futuro, isso inclui os exemplos a não serem seguidos, como não agir, como não deixar as coisas acontecerem. Grande formadora do senso comum acerca da “função da história” no mundo real, também é assim a concepção oficial de história dos idealizadores de Gilead e

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

seus defensores: é de que os governos e cidadãos comuns de antes do estabelecimento da Nova República, “cometeram erros, diz Tia Lydia. Nós não pretendemos repeti-los.” (ATWOOD, 2017, p. 138).

Tendo isso em vista, as personagens mais envolvidas com o uso do passado para ensinamentos são as Tias do Centro Raquel e Lia. Ele vem para exemplificar como este era hostil às mulheres, como eram agredidas e violentadas, ou seja, fins coercitivos. Por exemplo, ali as meninas eram expostas aos mais variados tipos de lições, agressivas ou condescendentes antes de serem encaminhadas às casas dos Comandantes, como

uma vez por semana tínhamos uma sessão de cinema [...] por vezes a fita que ela exibia era um velho filme pornográfico dos anos setenta ou oitenta. Mulheres ajoelhadas chupando pênis ou armas, mulheres amarradas ou com coleiras de cachorro, [...] mulheres sendo estupradas, surradas, mortas. [...]. Reflitam cuidadosamente sobre as alternativas, dizia Tia Lydia. Vocês veem como costumava ser? Isso era o que pensavam das mulheres na época. [...] (ATWOOD, 2017, p. 145)

Também no Centro Raquel e Lia as moças passam a conhecer os baixíssimos níveis de natalidade e porque são necessárias. Percebemos que o passado referido pelas Tias sempre vem do mais recente, os anos precedentes ao estabelecimento de Gilead. Deduz-se que o passado “recente” seja o considerado contemporâneo para nós (logo, para a autora), os anos de emancipação feminina, feminismo, lutas sociais de todas as minorias, o capitalismo tardio, assim sendo em linhas gerais, o século XX. Estes anos são considerados de subversão:

aqueles anos foram uma anomalia, historicamente falando, disse o Comandante, apenas uma infeliz causalidade. Tudo o que fizemos foi por as coisas de volta no lugar, de acordo com as normas da natureza.” (ATWOOD, 2017, p. 261)

O Comandante tem esse período como “anomalia histórica”. Fica evidenciado no romance que o mesmo possui quantidade substancial de “materiais heréticos pictóricos e literários”, tais artefatos são revistas femininas como a Vogue, roupas de teatro, baralhos,

livros não autorizados... Enfim, coisas que haviam sido proibidas. Com isso, entendemos que sua preocupação com o passado não seja meramente como objeto de um interesse descuidado, excitante; mas também ideológico já que algumas suas falas em referência ao passado sempre o trazem como perigoso às mulheres, anomalia, erro.

Offred demonstra muita sensibilidade em relação a seu passado. É impossível compreender a vida de alguém, seja ficcional ou real, sem reconstruir seu passado com associações significativas transpondo-se aos fatos históricos (MEYERHOFF, 1976, p. 24). Isso é parte de um instrumento narrativo extremamente importante que Atwood torna ainda mais especial, já que Offred nem sempre foi Offred, nem sempre foi aia, nem sempre fez parte de Gilead. Assim, tomamos conhecimento do que aconteceu com uma população toda a partir de seu relato individual, de suas reconstruções, logo, sua memória, sua capacidade de exprimir uma síntese e uma impressão de suas experiências. A própria protagonista admite que seus relatos são reconstruções posteriores, ela tem conhecimento de sua própria subjetividade, de sua própria memória trabalhando e dos erros interpretativos, propensa a reprimir, esquecer, distorcer ou projetar.

Suas reconstruções sobre seu passado antes de Gilead ocorrem, em sua maioria, em partes do livro intituladas “Noite”. Entre quinze seções do romance, sete se passam durante períodos noturnos, seu tempo de relativa liberdade, não existente em outros momentos. “A noite é minha, meu próprio tempo, para fazer o que quiser, contanto que fique quieta. [...]. Para onde devo ir? Algum lugar bom” (ATWOOD, 2017, p. 48). Assim, como suas ações estão completamente restritas, essa “liberdade” é ilusória e então ela se volta para seu passado, um “lugar bom”, admitindo posteriormente ser uma refugiada nele. Podemos até falar em “três passados” de Offred: primeiramente, sua vida antes de Gilead (esse lugar “bom” o qual ela recorre); em seguida, temos aquele que se dá antes de sua vida como Offred, ou seja, no Centro Raquel e Lia; e por fim, o passado em que se dá a narrativa com a qual temos contato, que para nós parecia seu presente até o epílogo revelar a natureza desse relato. Com isso,

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

parece haver uma distinção clara entre os variados “eu” de Offred que constituem sua identidade como personagem: uma vida antes de Gilead que não existe mais, uma durante suas funções como aia e, por fim, seu destino misterioso que permanece desconhecido para nós, mas que é possível deduzir que tenha sido de sua fuga do sistema. É significativo que a noite seja também o momento de subversão das regras e traição, do “pecado”, com o Comandante solicitando sua presença no gabinete e, posteriormente, o relacionamento de Offred com Nick, motorista da casa.

Outra concepção de passado a ser ressaltada nesta análise é o bíblico. Ora, se para os cristãos a Bíblia significa um relato histórico verdadeiro, logo, o “passado” contido nas escrituras pode entrar na concepção de “história mestra da vida”, podendo - e frequentemente o sendo - uma fonte de lições de vida, comportamentos e práticas. Esse uso dispensa grandes apresentações, afinal, podemos verificá-lo cotidianamente em nossa sociedade, sejam os ensinamentos de amor de Jesus Cristo, seja o uso do Antigo Testamento para condenar os homossexuais, por exemplo. Em *O Conto da Aia*, Gilead como teocracia cristã utiliza-se vastamente do passado bíblico para estruturar seu regime. No vigésimo nono e trigésimo capítulos de Gênesis, passamos pela história de Jacó, Lia e Raquel.

Nesta passagem, conta-se que Jacó, entre muitas mazelas, casou-se com as irmãs Lia e Raquel. Entre tantas desventuras, Raquel viu-se estéril e, perante a ira de Jacó, ela oferece sua serva, Bila, para que ele tenha filhos. Depois Lia também oferecerá outra serva para coabitar com Jacó. Tal processo deu muitos filhos à ele. Dessarte, não são irrelevantes os principais nomes dos agentes de Gilead: Como já amplamente mencionado, foram os “Filhos de Jacó” que estabeleceram esse regime; e as Aias são disciplinadas no “Centro Raquel e Lia”. Ou seja, podemos verificar esse uso do passado na estruturação de um sistema: as Aias são as servas das Esposas inférteis que as oferecem ao marido, o Comandante, para que gerem filhos em seu nome. Mesmo a Cerimônia é montada como na passagem bíblica:

Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel, e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre?

E ela disse: Eis aqui minha serva Bila; coabita com ela, para que dê à luz sobre meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela.

[...]

Vendo, pois, Lia que cessava de ter filhos, tomou também a Zilpa, sua serva, e deu-a a Jacó por mulher. (GÊNESIS, 30:2-9)

Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sobre sua barriga, seu osso púbico sob a base do meu crânio, suas coxas uma de cada lado de mim. [...] Meus braços estão levantados; ela segura minhas mãos, cada uma das minhas numa das delas. Isso deveria significar que somos uma mesma carne, um mesmo ser. [...] Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura,[...] Abaixo dela, o Comandante está fodendo. (ATWOOD, 2017, p. 114-115)

Como podemos ver, a Cerimônia foi moldada totalmente na história de Raquel e Lia. O uso do passado bíblico aparece também como uma forma de conformar as mulheres envolvidas com a organização dos Filhos de Jacó à situação do uso das Aias: Podemos especular que sem a aderência das Esposas e Tias no sistema montado, ele não seria possibilitado, daí a busca da justificativa na Bíblia. Inclusive, o próprio nome da nova república fundada tem inspiração na vida de Jacó⁶. Paralelamente a isto, podemos verificar outro uso do passado bíblico pelos idealizadores de Gilead, agora do Novo Testamento. No décimo capítulo do livro de Lucas, há uma passagem na qual Jesus Cristo adentra numa aldeia onde foi recebido na casa de duas irmãs, Marta e Maria. Enquanto Maria ouvia a palavra de Jesus, Marta ocupava-se de tarefas domésticas exaustivamente, até que o próprio demanda que ela pare de se preocupar com tais afazeres. Portanto, aqui podemos ver o uso deste trecho dos evangelhos aplicado no cotidiano: Gilead designa as servas domésticas das casas dos Comandantes como “Martas”, forçando as mesmas à trabalharem constantemente, exceto durante a pregação da palavra cristã pelo Comandante, antes das Cerimônias. O que é ignorado nessa passagem, é que Jesus era quem estava na casa de Marta e não o contrário; no entanto, a figura de Marta é correntemente associada à mulheres que gostam de realizar

⁶Gileade foi uma montanha para a qual Jacó fugiu e significa “monte de testemunho”, Gênesis 31:21.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

serviços domésticos ou o fazem por feliz voluntarismo, o que não é nem de longe o caso das Martas de *O Conto da Aia*.

É sabido que o uso das escrituras bíblicas são uma forma corrente de legitimar opressões contra mulheres e outros grupos até os dias de hoje, argumentando a vontade de Deus por constarem nos livros. No romance, podemos observar certa lógica em Gilead: se Jacó na Bíblia era um “escolhido” de Deus, os Filhos de Jacó carregaram essa especialidade, constituindo a elite deste regime e, além disso, mercedores de filhos. Daí decorre, por fim, que se sua Esposa não pudesse tê-los, o casal necessitaria de uma “serva”, a Aia, para tal tarefa.

Offred também carrega consigo preocupação com seu futuro. Para o sistema, o futuro já está traçado e aparece em outra concepção do feminino dentro da Gilead,

o futuro está nas mãos de vocês, prosseguia Tia Lydia. [...]. Nas mãos de vocês, dizia, e olhava para as próprias mãos, [...] elas estavam vazias. Eram nossas mãos que deviam estar cheias, do futuro; que podia ser pegado, mas não visto. (ATWOOD, 2017, p. 59).

A ideia da figura feminina como redentora e revolucionária não é nova, e remonta a séculos de experiência humana. Encarnada, dentre outras, na figura francesa de Marianne, a mulher seria aquela responsável por transformar o mundo, levá-lo a um novo momento, estágio ou condição de sua história: o símbolo de um futuro melhor, mais próspero e de sucesso (PERROT, 1992, p. 168-170). Essa elaboração aparece em Gilead sobre a perspectiva de um futuro baseado na geração de crianças saudáveis. Já vimos anteriormente (ao analisar um trecho da página 195 do livro) que as Tias ensinam as futuras Aias que no futuro, quando a população voltar a crescer como esperado, as coisas vão mudar e que tudo será melhor, só dependendo do bom trabalho delas. Novamente, uma idealização do feminino que deveria empoderar as mulheres, sendo voltada contra elas.

Um dos momentos mais curiosos no relato de Offred sobre sua preocupação com o futuro ocorre quando ela tem contato com uma foto de sua filha que vivia com outra família. Ao contemplar o crescimento da mesma, ela pensa que preferiria não tê-la visto, pois, a foto lhe traz a ideia de que

haverá álbuns de família, com todas as crianças neles; nenhuma aia, contudo. Do ponto de vista da história futura, invisíveis [...]. Fui obliterada por ela. Sou apenas uma sombra [...] de uma seremos sombra, como se tornam mães mortas." (ATWOOD, 2017, p. 270-271)

Assim, Offred se sente apagada da história no futuro. Essencial agora, para ter filhos, mas descartada nas fotos. Aias esquecidas pelas famílias e removidas da vida de crianças que geraram e nunca conhecerão. Sujeitos apagados dos registros da cultura material. Ou pelo menos nisso acreditamos até as "Notas Históricas". Pois descobrimos ali que tudo que lemos no romance até este momento constituía uma transcrição das gravações de Offred, organizadas por historiadores de anos muito futuros aos dela. Seu relato tratado como fonte primária para estudo do período gileadiano, que foi "[...] responsável como foi, em última instância, de resenhar o mapa do mundo especialmente neste hemisfério. [...]" (ATWOOD, 2017, p. 351). Ou seja, seu relato acaba sendo essencial entre os escassos resquícios do período, colocando as Aias como protagonistas da história de um período no qual eram silenciadas.

É significativo verificar que mesmo com todos os acontecimentos narrados e com um aparente futuro melhor, "mais civilizado", após Gilead o caráter sexista da sociedade persiste. O professor Piexoto, responsável pelo manejo da fonte, faz algumas piadas de extremo mal gosto durante sua palestra intitulada "Problemas de autenticação com relação ao 'O conto da aia'" (e que corresponde à quase a totalidade o epílogo). Por exemplo, a associação do termo inglês "Tale" (no original, *The Handmaid's Tale*) com o sentido vulgar de "tail": "O Rabo da Aia", segundo ele "[...] por assim dizer, o pomo da discórdia naquela fase da sociedade de Gilead [...]" (ATWOOD, 2017, p. 353), e colocado aqui como tom de chacota entre ele e seu colega, também historiador Wade e gerando risos em sua plateia.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

Com familiaridade e convivência em um espaço universitário e acadêmico sexista e preconceituoso dos anos setenta e oitenta, Atwood também usa esse epílogo para criticar a posição do mesmo dentro do processo de reinvenção e remodelação de imaginários sobre alguns aspectos da sociedade. Ao tratar de tais fontes com tanta frieza e fazendo piadas com uma situação de horror infligida a outras pessoas, um historiador também não seria responsável por reproduzir as opressões? Essa é uma questão importante para a autora e deve ser levada em conta ao pensarmos o ofício desta profissão. Não podemos ignorar que convivemos com esse tipo de atitude frequentemente dentro da academia que, para Atwood, podem agravar uma banalização de experiências terríveis da humanidade. É muito frequente observar o descaso que muitos professores e pesquisadores de História trazem às suas análises e exposições acerca de fontes, principalmente notável quando tratam de momentos históricos delicados como massacres e guerras.

Quantas vezes pudemos nos deparar com algum deles fazendo troça com atrocidades do passado como Piexoto faz no simpósio fictício? Esse tipo de postura do historiador pode colaborar para a progressiva perpetuação de preconceitos e dessensibilização dos momentos históricos, pensando-os quase como uma ficção? Há de se levar em conta que muitos historiadores, por estarem há muito tempo trabalhando com certa temática, tornam-se insensíveis ao seu conteúdo. Muitos até podem “sem querer esquecer” que lidam com fragmentos e resquícios de eventos que foram reais e violentos e, é claro, é uma atitude perigosa: Atwood, com o fictício evento acadêmico e as atitudes dos pesquisadores envolvidos apresentando a violenta repressão ocorrida em Gilead em tom jocoso, ressalta um caráter quase cíclico, mas melhor caracterizado como “pendular” - menos fatalista e conformado -, com seu final dando a entender que a qualquer momento o “pêndulo” poderia retornar à catástrofe, tão “repentinamente” como foi Gilead. E, afinal, qual o papel dos acadêmicos e estudiosos nesse movimento pendular? Será que estamos lutando contra as

ideias violentas ou estamos, de alguma forma, reproduzindo-as? São questões-chave para a autora e acreditamos que devam ser ao ofício do historiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em considerações finais, julgo válido ressaltar que o romance é uma fonte fértil de concepções temporais e que este trabalho não pretendeu explorar todas elas: na verdade, buscou ser uma abertura inicial para estudos historiográficos acerca deste romance. A investigação e problematização das memórias de Offred e seus significados dentro e fora da narrativa literária e, ao final, como fonte primária para uma fictícia – porém verossímil – historiografia especializada, merecem tratamento exclusivo. Outro aspecto que poderia ser vastamente explorado é a questão da modificação dos calendários, seja litúrgico, seja “revolucionário” devido às mudanças realizadas pelos idealizadores de Gilead no que toca comemorações, feriados e mesmo toques de recolher; qualificar a questão da “Noite” como um local-temporal seria muito profícuo também, além de outras noções que caberiam exame mais profundos, não só no campo História Social do tempo, como de outros campos da historiografia.

Pensando na esfera contemporânea, as temáticas abordadas neste romance dos anos oitenta nunca estiveram tão próximas da realidade social vivida recentemente. A grande ascensão da extrema direita conservadora e cristã em diversas partes do mundo trazem os temas de *O Conto da Aia* cada vez mais ao cotidiano. Nos Estados Unidos - local onde inclusive o romance se passa - a ascensão de Donald Trump, assumidamente machista, racista, autoritário, etc., sua campanha e vitória como presidente trouxe muito destas questões de volta à tona. É considerável que este romance tenha sido adaptado para série de televisão em 2017 conforme comentado anteriormente, fazendo o mesmo voltar às agendas de leituras de grupos interessados em histórias feitas por mulheres e sobre mulheres, dada a atualidade das temáticas abordadas, que apresentam grande verossimilhança com diversas situações vividas e presenciadas por mulheres em todas as partes do mundo.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

No Brasil, entre tantas desventuras na política, o mais recente presidente eleito aparece em vídeos gravados por jornalistas - e, depois, em entrevistas - dizendo que não estupraria uma colega deputada opositora porque “ela é muito ruim”, “é muito feia”, “não faz seu gênero” e “porque não merece”, como se alguma mulher, independentemente de sua aparência merecesse ser estuprada em alguma circunstância. Entre tantas atrocidades proferidas que aludem à tortura e exaltação de governos militares, quando confrontado com a questão de desigualdade salarial entre gêneros ocupando mesmos cargos, ele afirma que mulheres “devem ganhar menos porque engravidam”, condicionando o papel da mulher à sua capacidade de gestação - no presente artigo chamado “tempo do útero” - como forma de justificar a repressão e desigualdade.

Afinal de contas, não é coincidência um candidato completamente despreparado e inapto para o cargo de chefe de Estado, porém fortemente autoritário, armamentista, com discurso misógino, racista e anti-minorias ganhe tanta visibilidade e popularizando-se rapidamente entre um grande número de brasileiros. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pesquisa feita pelo Datafolha⁷ em 2016, mais de um terço da população brasileira culpa a vítima pelo estupro sofrido. Segundo o Instituto Maria da Penha, destinado à coibir e prevenir as violências contra a mulher, no Brasil a cada dois segundos uma mulher sofre violência física ou verbal; a cada dois minutos, uma mulher é vítima de arma de fogo; a cada vinte dois segundo e meio, uma mulher sofre tentativa de espancamento e/ou estrangulamento⁸.

Assim, Margaret Atwood escreveu *O Conto da Aia* nos anos oitenta com personagens e sistema político fictícios como um conjunto de representações muito diretas acerca do

⁷Para mais informações acerca dos números ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/mais-de-um-terco-da-populacao-brasileira-responsabilizam-mulher>.

⁸Esses dados são parte do projeto “Relógios da Violência”, baseado em casos encontrados em pesquisa encomendada ao Datafolha em 2017. Especula-se que apenas 10% dos casos de violência contra a mulher sejam denunciados no Brasil. Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>

mundo real tratados de forma anti-utópica, para todos os efeitos, possui uma narrativa ficcional que pode ser muito mais denunciatória que discursos pretensamente diretos sobre o mundo em que vivemos até os dias de hoje. Os usos do passado (principalmente bíblico, no caso) como forma de legitimar um sistema violento e autoritário conversam muito com a sociedade atual dos extremismos; o condicionamento da mulher a seu “papel” e “função social” de reprodução, a misoginia que se tornou “naturalizada” ao cotidiano; o vertiginoso crescimento das ideias autoritárias baseadas em valores pretensamente cristãos, da família, ordem social, progresso e busca por grupo enquanto inimigo universal. Enfim, todas e quaisquer semelhanças das situações descritas na esfera ficcional do romance de Atwood com o mundo real do passado e presente não devem ser consideradas meras coincidências - muito pelo contrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CLAEYS, G. *Dystopias: A Natural History - A Study of Modern Despotism, Its Antecedents, and Its Literary Diffractions*. Oxford: Oxford University Press, 2017

CLAEYS, Gregory; SARGENT, Lyman T. *The Utopia Reader*. Nova York: New York Press, 1999.

ESPINOZA, Ricardo.; VARGAS, Esteban. Tiempo y Edad biológica. *Arbor-Ciencia, pensamiento y cultura*, v. 179, n. 760, a022, mar. 2013. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1563/1618>. Acessado em: 02 Out. 2017.

O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985):

Antiutopia, ovários e uma história social do tempo

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social – Revista Sociológica da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>. Acessado em: 21 Nov. 2017

JAMES, Edward. MENDLESOHN, Farah. *The Cambridge Companion to Science Fiction*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições Semânticas dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARGARET ATWOOD OFFICAL WEBSITE, Canadá. Disponível em: <http://margaretatwood.ca/>. Acessado em: 18 Set. 2017.

MEYERHOFF, Hans. *O Tempo na Literatura*. Tradução Myriam Campello. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MUMFORD, Lewis. *Histórias das Utopias*. Tradução Isabel Donas Botto. Lisboa: Antígona, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Becky. Multiracial feminism: Recasting the Chronology of Second Wave Feminism. *Feminist Studies*, Seattle, v. 28, n. 2. p. 337-360, 2002. Disponível em: <https://carwseattle.files.wordpress.com/2010/08/1st-sun-multiracial-feminism.pdf>. Acessado em: 14 Ago. 2017

TOLAN, Fiona. Feminist utopias and questions of liberty: Margaret Atwood's *The Handmaid's Tale* as critique of second wave feminism. *Women: A Cultural Review*, Londres, v. 16, n. 1, p. 18-32, ago. 2005. Disponível em: http://aplitmorse.weebly.com/uploads/1/3/4/9/13497129/feminist_utopias.pdf.

Acessado em: 10 Ago. 2017.



resenhas

Um Brasil Em Movimento: A marcha para o oeste¹

Thays Fregolent de Almeida*

Elizabeth Cancelli, professora livre docente do Departamento de História na Universidade de São Paulo e pesquisadora no Programa de História Social, possui vasto trabalho na área de História do Brasil República, tendo realizado mestrado e doutorado com temas dentro do Estado Novo de Getúlio Vargas. É autora dos diversos livros, entre eles, O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas e o livro aqui resenhado O Estado Novo em Marcha para o Oeste, publicado pela Editora CRV em 2017.

A obra em questão é um livro paradigmático, destinado a secundaristas e universitários, rompendo com a lógica de uma produção acadêmica exclusivamente voltada para seus pares. Apesar de não constituir uma obra volumosa, cumpre a importante função de suscitar discussões introdutórias sobre o Estado Novo e as diversas faces da Marcha para o Oeste.

A autora, não apenas nesta obra como em outras, é crítica da tradição historiográfica herdada de Boris Fausto, que acabou por aceitar noções e conceitos cunhados pelos próprios varguistas. Para Cancelli o movimento de novembro de 1930 não é uma “Revolução”, mas um “Golpe”, dando ênfase ao caráter autoritário do Regime de Vargas desde o seu início. A partir dessa dissidência teórico/metodológica, Cancelli se posiciona de maneira crítica, frente ao repertório conceitual e historiográfico tradicionalmente usando para compreender o período que, argumenta a autora, acabou por cunhar uma visão positiva sobre o ditador. Como aponta Jacques Le Goff:

¹CANCELLI, Elizabeth. O Estado Novo em Marcha para o Oeste. Editora CRV, 2017.

* Graduação em História em andamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem pesquisa de iniciação científica com financiamento CNPq concluída, referente ao período do Estado Novo, permeando a questão indígena e a discussão historiográfica que consolidou a memória pública acerca dos bandeirantes, cujo título é "Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas no Brasil Central".

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2013, p. 347)

Cancelli trabalha, portanto, no sentido de uma desconstrução da memória cunhada pelo próprio regime. Isso se dá através da elucidação do “discurso político” da época utilizado para a ascensão e a manutenção do poder e através da explicitação da articulação presente entre “ação e discurso”, donatária das leituras que a autora fez de Hannah Arendt.

Na obra em questão, Elizabeth Cancelli joga luz na face expansionista do Estado Novo, momento no qual o esforço nacional para a interiorização de recursos e contingentes populacionais para o desenvolvimento do interior do Brasil foi mais incisivo. Nesse sentido, a autora explora temas relativos à busca de um caráter nacional, a Marcha para o Oeste e a própria figura de Getúlio Vargas.

A primeira metade da década de 1940 ficou marcada pelo início da Campanha da Marcha para o Oeste, na qual Getúlio Vargas viajaria pelo Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. No ano de 1941 foram criadas inúmeras colônias agrícolas pelo território brasileiro, no ano seguinte criou-se a Coordenação de Mobilização Econômica e em 1943 foram criadas duas importantes instituições: a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central. Carregados de um discurso nacionalista, esses esforços, que se deram principalmente por iniciativa do Estado, visavam a reeducação do “homem brasileiro” de forma que ele se identificasse com os desígnios da nação, ou seja, com a busca de seu caráter nacional.

Para os que se encantam com a história brasileira, adentrar o discurso da *Marcha para o Oeste*, tão brilhantemente criado e articulado pelo Estado Varguista, é também questionar a fácil saída do diagnóstico historiográfico preso às noções de “atraso”, “oligarquias”, e de Getúlio Vargas como agente da modernização e de proteção ao homem comum brasileiro. (p.10)

A autora, debatendo com a historiografia acadêmica das últimas décadas, traça uma crítica ao Estado varguista ao contestar sua posição como principal agente da modernização e

Um Brasil Em Movimento: A marcha para o oeste

como provedor da população brasileira. É nesse sentido que Cancelli nos convida a descortinar o discurso da Marcha para o Oeste, a mais efetiva materialização dos anseios pelo desenvolvimento do Brasil. Segundo a autora “ela é sim, como poderemos ver, uma espécie de mito. Não propriamente o mito de origem do capitalismo, mas, certamente, o mito de origem da santificação do autoritarismo” (p.10).

A importância da obra se dá no destaque dado a aspectos centrais do discurso de Getúlio Vargas, de forma a questionar profundamente a análise historiográfica que acabou por consagrar o ditador. Da mesma maneira a obra se faz singular por abordar temas mais periféricos da Marcha, afinal a Expedição Roncador-Xingu, seu trabalho mais efetivo, recebeu pouco destaque ao final do livro.

O ESTADO NOVO EM MARCHA

O lançamento da *Marcha para o Oeste* no primeiro do ano de 1938 estava em completa sintonia com os mais recentes e graves acontecimentos políticos que haviam abalado o Brasil. No dia 10 de novembro de 1937, o país ouvira, em cadeia de rádio, o grave anúncio de Getúlio Vargas (1882-1954): *estava decretado o Estado Novo* (1937-1945). (p.13)

O congresso fora dissolvido, as eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938 foram anuladas, todos os partidos políticos foram fechados e foi outorgada uma nova constituição (1937). A partir dessa data Vargas passou a governar através de decretos-lei, aumentou a repressão do Estado, a censura e mobilizou o país na sua campanha rumo à integração nacional.

No lançamento da campanha dizia-se ao povo brasileiro que a tradição de um passado estava sendo quebrada: o Brasil, nação do futuro, não poderia mais se dar ao luxo de voltar as costas ao interior brasileiro. (p.11)

Elizabeth Cancelli nota que a Campanha da Marcha e seus trabalhos respondiam a uma política pública de altíssima densidade. O Brasil, liderado pelo Estado, fazia a construção da nação. Primeiro com base na geografia - orientando sua expansão nos sentidos das latitudes

-, e também com base simbólica - ao resgatar o bandeirante como os pioneiros dessa expansão que continuaria no século XX.

A Marcha foi um dos projetos políticos de maior dimensão criados por Vargas. De acordo com a autora, devido seu grande apelo ideológico, ela pode ser tida como uma espécie de síntese do pensamento varguista. É nela que podemos observar as principais bases ideológicas que atravessaram as estratégias de dominação e construção do Estado. Nesse sentido, a ocupação do interior vinha acompanhada do nacionalismo autoritário, isto é, a figura do líder, uma promessa futurística de sociedade e a construção de um homem novo - o ser brasileiro. Realizar a Marcha - ou pelo menos acreditar nela - tornou-se uma empreitada cívica e patriótica, representava fazer parte verdadeiramente da vida pública e da construção da nacionalidade.

A autora problematiza a aceitação de que há uma dicotomia entre discurso e ação, como se um não fizesse parte do outro, o que dificulta a análise histórica e a construção historiográfica. Cancelli se propõe a mostrar que não há separação entre discurso e ação, afinal, o discurso, quando produz sentido, vai sendo incorporado em sua atmosfera até que acaba tendo um efeito prático.

DISCURSO E CONTROLE

O Estado Novo utilizou todo seu aparato institucional e de controle sobre os meios de comunicação de massa para produzir uma gama de publicações e programas radiofônicos, estimulando o andamento e o sucesso da Marcha para o Oeste. Em 1939 fundou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sucessor de várias outras agências de controle de informação criadas pelo Regime desde 1931. Esta foi a arma de maior eficácia da disseminação do discurso varguista. Interessante notar que o mito do pai estadista foi reforçado com as próprias comemorações cívicas promovidas pelo Estado Novo, que eram filmadas pelo DIP e posteriormente projetadas nas salas de cinemas em forma de documentários Brasil a fora.

Um Brasil Em Movimento: A marcha para o oeste

Segundo Cancelli, o cerne da campanha da Marcha era o seu sentido cívico. Dessa maneira, Vargas dava ao Brasil uma nova determinação: a “de buscar a ação vitoriosa da coletividade” para a integração nacional. O ponto fundamental utilizado para unir a população foi o nacionalismo. Francisco Campos e Alberto Torres, dois dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, elaboraram uma crítica ao liberalismo, que seria, segundo eles, o gerador da fragmentação brasileira na Primeira República. Suas teses defendiam o nacionalismo como “força aglutinadora de interesses” e como um elemento fundamental para a política de legitimação do Estado. Além disso, era através do nacionalismo que se definiria o papel social do indivíduo: orgânico.

Tentava-se, desta forma, apagar quaisquer vestígios de divisão social, de luta de classes, ou, para irmos mais longe, de espaço público (lugar onde o Homem fala e age), na medida mesmo em que se negava o mundo político, da pluralidade, da diversidade e da possibilidade de conflito. Substituía-se o conceito de sujeito pelo de massa. (...) Este novo homem que surgia, o homem das massas, era agora percebido somente como brasileiro que deveria, antes de mais nada, identificar-se pelo sentimento do nacionalismo. (p.20 e 21)

A partir da atuação do DIP nos jornais, no cinema e no rádio - principal formador da consciência cívica e da opinião pública - foi fabricada a imagem de uma grande comunidade nacional. Portanto, a legitimação do Estado se deu através da propaganda e de um inédito aparato repressivo responsável por garantir ‘o bem-estar social’.

Como mostra Cancelli, Getúlio Vargas representava mais do que a figura de um presidente. Desde sua posse houve um grande esforço de construir uma entidade mitológica, ideia reforçada nas manifestações populares em homenagem ao Presidente. Era o chefe da nação o principal incentivador da Marcha para o Oeste que ‘orientava a caminhada dos novos bandeirantes’, quem assegurava à sociedade identidade e unidade. Por fim, nota Cancelli, o mito do pai da nação, do gênio estadista caminhava lado a lado com um grande outro mito: o do nacionalismo.

Apresentado como o homem que possuía a identidade do ser brasileiro, ele servirá de exemplo, de princípio condutor, para o homem comum, carente,

como homem de massas, de rumo e de identidade. O gênio encaminhará a sociedade rumo ao sonho da nação do *avenir*. (p. 33)

A estratégia estadonovista de realizar o esforço de interiorização do homem e dos recursos estava assentada em três pontos segundo Cancelli:

1. o seu caráter de conquista, que imprimia a noção de uma sociedade sempre a ser construída.
2. a preocupação em construir um novo tipo de homem, o “Homem Novo”, como o estado chamava este sujeito das massas a ser moldado.
3. a interiorização do flagelo que ameaçava a ordem urbana.

Em todos os pontos, a regeneração pelo trabalho era uma tônica constante. Portanto, o enobrecimento do homem - no sentido de construir uma “raça brasileira” mais forte, saudável e capaz - estava baseada no discurso de glorificação do trabalho. Discurso esse presente na própria Constituição de 1937 devidamente trazido pela autora: art. 136 da Constituição: o “trabalho é um dever social”.

Construía-se uma nova disciplina com o intuito de forjar a criação de uma nova identidade nacional. A proposta estadonovista, portanto, se dava pelo que Vargas chamava de “triangulado do progresso”, que seria sanear, educar e povoar. Materializando esses três pilares temos a ampliação das organizações estatais de saúde, uma nova educação cívica que reforçava o culto das tradições nacionais e a campanha da Marcha.

POVOAR A NAÇÃO: A MARCHA PARA O OESTE

Era o próprio Getúlio quem, naqueles tempos de Segunda Guerra Mundial, quando a disputa por territórios e zonas de influência marcavam drasticamente o mundo, dizia “que nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra que é sangue e carne de seu corpo”. (p.46)

A autora, de modo muito apropriado, resgata o contexto internacional. Pois, a partir da perspectiva dos acontecimentos exteriores, a imensidão do Brasil, por muito tempo motivo

Um Brasil Em Movimento: A marcha para o oeste

de orgulho, tornou-se motivo de preocupação com a suposta cobiça gerada pela Segunda Guerra Mundial. O Estado Novo politizou o debate acerca da ocupação do imenso e esparsamente povoado território, para deste modo sustentar o sentido da colonização ligado ao dever que implicava a brasilidade: ‘ocupar as áreas a fim de preveni-las contra o invasor’.

A empreitada visava a combater o conjunto de quatro inimigos do Estado: 1) todos os países que ambicionavam fatias do território brasileiro, especialmente os países limítrofes com o Brasil nas regiões de escassa população; 2) os “judeus-errantes”, homens ideologicamente condenáveis; 3) a cobiça do capital estrangeiro; 4) a apatia e a pobreza. (p.48)

Refletindo sobre os perigos já apontados, a “apatia e a pobreza do homem do campo” constituíam-se em um importante inimigo interno a ser atacado. Sendo um homem socialmente desintegrado, era visto como despreparado para contribuir no sentido do fortalecimento da nação. Desse modo, cabe afirmar que a Marcha para o Oeste recebeu a conotação de um empreendimento de segurança nacional e, portanto, de aparente urgência. Foi na palestra sobre a “Nacionalização e Colonização das Fronteiras”, que o general Francisco José Pinto afirmou que: “(...) a Comissão de Estudos criada para atacar o problema possuía vários projetos, entre eles o de criação de territórios federais e de colônias militares na faixa das Fronteiras, o que seria consolidado em 1943 (...)” (p.52)

Interessante notar que Cancelli aborda aspectos militares da ocupação, principalmente no que diz respeito às colônias na região das fronteiras. Essas terras supostamente doadas pelo governo vinham junto com uma promessa de uma “terra prometida”. Dessa maneira, “o caráter dado à *hinterlandia*, como terra prometida, preenchia um vazio de expectativas de um povo que sofria a diáspora provocada pela miséria e pela seca” (p.52). A autora traz a constatação da Fundação Brasil Central na qual verifica-se que o homem que deixava as grandes cidades ‘era um exército de flagelados’, em sua maioria de origem nordestina, ou provindos do interior de Minas Gerais e da Bahia, sem meios de adquirir terras.

“(...) sem a possibilidade de simplesmente ocupar as terras, como foi feito na expansão da fronteira norte-americana em sua marcha para o oeste, só seria

viável a ocupação do hinterland se o Estado proporcionasse o acesso ao solo através da concessão (...) Uma realidade agravada pela dependência de favores políticos no que diz respeito, especialmente, à caótica situação em que se encontravam os processos de requisição legal dos terrenos. A saída encontrada pelo Estado Novo é a maneira peculiar como tratou a questão da colonização da Marcha para o Oeste. (p. 54 e 58)

Assim, para garantir que a ocupação se realizasse deveria ser reforçada a imagem de um imenso local desocupado. É nesse sentido, que a autora apresenta uma série de tabelas onde se apreende que os estados de Goiás e Mato Grosso, já na década de 40, tinham altos índices de concentração fundiária. Segundo o Conselho de Segurança Nacional, não chegava a 1% da população os que possuíam terra. Parte do Estado do Mato Grosso (assim como outros estados da região Norte) apresentava grande quantidade de terras devolutas, no entanto, distantes do mercado, impossibilitando a ocupação e incorporação econômica.

A intenção sempre repetida pelo Estado Novo era a de fazer com que as fronteiras políticas coincidissem com as fronteiras econômicas: um pressuposto de representação da unidade nacional. O símbolo da unidade nacional, da coincidência econômica e política, carregava um dos elementos-chave que tudo faria possível: a entrega ao trabalho. (p.53)

A política adotada não se tratava de simplesmente ocupar o espaço, mas de ocupar com o trabalho determinados espaços. Sobre essa questão da colonização foi o Conselho de Segurança Nacional que definiu as várias diretrizes que marcam a legislação estadonovista sobre a questão. Sintetizando, as principais ideias dessa política podem ser apreendidas em quatro fases: social, pela incorporação do indígena e sociedade brasileira e pela fixação do indivíduo ao solo; econômico, pelo desenvolvimento das fronteiras a partir desses elementos de produção; científico, pelo estudo de tais regiões; e militar, 'pela ocupação imperiosa de todos esses setores enriquecidos pela ação devidamente protegida'. Ou seja, foi na fixação do homem à terra que o projeto do Conselho de Segurança Nacional encontrou a possibilidade de qualificar a população para o trabalho e também estimular a consciência de ser brasileiro.

O ano de 1943 se fez importante para a Campanha da Marcha para o Oeste através da criação Expedição Roncador-Xingu pelo governo federal. O objetivo era o adentramento ao

Um Brasil Em Movimento: A marcha para o oeste

Brasil Central, a fim de ocupar e colonizar as vastas áreas do Araguaia e Xingu até a Amazônia e o Pará. Nesse mesmo ano, em Xavantina - primeiro posto-base da expedição - foi sediada a Fundação Brasil Central. Seu chefe, João Alberto, também exercia a presidência da Coordenação de Mobilização Econômica, criada em 1942, após a entrada do Brasil na Guerra.

Uma última instituição, criada nesse período, a ser citada é a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, responsável por fixar na região cerca de 22 mil 'soldados da borracha' de 1943 a 1945. O plano de trabalho divulgado previa o assentamento e amparo desses trabalhadores, no entanto 'eram arregimentados ao deus-dará'. Mas, o que nos interessa é que até 1945, ano da queda de Getúlio Vargas, o Estado Novo continuou fazendo sua política de conquista do Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa de Elizabeth Cancelli, é possível compreender que no cerne das grandes estratégias políticas elaboradas após 1930, a Marcha para o Oeste representa o primeiro grande esforço moderno de interiorização de recursos e contingentes populacionais para as regiões mais longínquas do país, entendidas como Centro-oeste e a Amazônia.

A obra da autora é importante para compreender não especificamente as ações e as vitórias e fracassos da Marcha, mas sim o discurso e a atmosfera que a propagou. Ademais a autora também mostra no decorrer do livro que houve diversas ramificações da grande Campanha da Marcha para o Oeste, e que esta encerra em si diversos aspectos. E mais, que esse grande esforço varguista sobreviveu ao seu próprio período, sendo retomada nas campanhas de interiorização dos governos de Juscelino Kubitschek e mesmo dos governos militares pós-1964. Como bem coloca a autora, a Marcha para o Oeste acabou por "ratificar uma grande mítica nacional: a de que ainda não somos, mas ainda seremos" (p.72).

Por fim, a autora nos deixa a seguinte reflexão: acreditar que o genuíno desígnio da brasilidade era o de construir um país novo era também acreditar que seu destino construído em cima da busca de uma unicidade era o de ser um 'país do futuro'.

Tradição e modernidade na família oitocentista^{1 2}

Carlos Eduardo Nicolette*

As dissertações e teses acerca da história da família brasileira têm crescido em número considerável nas últimas duas décadas, não apenas pela criação dos programas de pós-graduação nas Universidades brasileiras, mas também pela ampliação do acesso à documentação. Os temas abordados, também em muito têm variado e as máximas históricas existentes sobre o passado colonial e imperial têm sido reexaminadas, tanto na área da História Social quanto da História Econômica. Em seu livro *As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império*, a historiadora Mariana Muaze se debruça sobre uma família oitocentista brasileira, procurando compreender as transformações e adequações ocorridas dentro do seio dessa esfera social no século XIX. A autora procura, também, mostrar as temporalidades dessa família, mostrando, assim, mais do que seu espaço de sociabilidade, mas também o espaço privado e de que forma as relações intrafamiliares foram importantes em suas modificações e, principalmente, permanências ao longo do século XIX.

A divisão do livro em três partes, a saber, *A Força da tradição* (1), *Vida Material e Manutenção da Riqueza Familiar* (2) e *Múltiplas Temporalidades em Família* (3), não se deu por acaso. A obra tem em seu início uma carga de genealogia, que parte do início do século XIX, ou seja, da formação das famílias senhoriais no Vale do Paraíba Fluminense. A segunda parte relata um período de manutenção do poderio adquirido por tais famílias com o café e as estratégias da própria classe senhorial para a permanência entre as famílias mais proeminentes do Império. A terceira apresenta, através dos retratos dos Ribeiro de Avellar, a

1MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

2Agradeço aos membros da Revista Epígrafe e as(os) pareceristas, seus comentários e contribuições promoveram as maiores virtudes desta resenha.

*Mestrando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar. Integrante do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL). Contato: carlos.nicollete@usp.br

vida da família oitocentista e suas transformações no final do Império, derivadas, principalmente, das mudanças que ocorriam velozmente na Europa.

Sua pesquisa também ressalta parte dos arranjos sociais e políticos envolvendo o casamento de Mariana Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. As famílias de ambos tinham condições bastante distintas: enquanto a dela se consolidara próxima à Coroa portuguesa pela troca de favores e contribuições ao Estado, a dele se alicerçava na riqueza proveniente da terra e do trabalho escravo através da plantação de café. Muaze destaca em seu livro a figura fundamental para a união dessas famílias distantes: o comissário Domingos Alves da Silva Porto. Este, trabalhava para negociar o café dos Avellar no Rio de Janeiro e também para cuidar da educação de Avellar Jr. Foi Domingos que possibilitou a aproximação entre tão diferentes famílias, se utilizando de seu conhecimento da economia moral do dom oitocentista brasileiro e da compreensão dos interesses dos sujeitos envolvidos, principalmente da busca por prestígio social advindo dos Avellar.

A fim de investigar, então, a condição das famílias oitocentistas, a historiadora lança mão de ampla documentação localizada em acervos pessoais referentes ao principal entroncamento familiar com a qual ela lida, os Ribeiro de Avellar. A organização de grande parte da documentação usada por Muaze é derivada de epístolas e fotografias guardadas por Mariana Velho de Avellar, que se tornaria Viscondessa de Ubá, em 1887, e de cartas de seu sogro, Joaquim Ribeiro de Avellar, feito Barão de Capivary em 1846. A partir dessa família, a autora articula uma série de outras documentações para reconstruir seu *habitus*³, ou seja, compreender as formas de agir dentro do seio familiar das mais altas esferas sociais dessa elite. Cabe, aqui, uma contrapartida à reflexão da autora. Ela não especifica de qual família oitocentista se trata. Seria daquelas mais próximas da província do Rio de Janeiro, das estritamente donas de cafezais ou mesmo das que fazem parte da elite financeira do Império do Brasil? E se a autora se refere à família patriarcal, onde estão os escravos em sua análise?

³ Para aprofundamento do conceito de *habitus*, ver ELIAS (1984, p. 90). Para outra discussão sobre a classe senhorial escravista do Vale do Paraíba, ver SALLES (2008).

Tradição e modernidade na família oitocentista

Caso se refira à família extensa, onde aparecem as outras convivências com livres e libertos na fazenda Pau Grande? Nessa reinvenção da família que Muaze defende ao longo de seu livro, como ficam aqueles que não estão no núcleo familiar? Não fica claro, portanto, se a partir de seu exercício de micro-história, ela indica um panorama geral das famílias da elite brasileira na modernidade ou apenas da elite fluminense.

Mesmo com a falta de precisão sobre qual tipo de família a autora se refere, ela defende que as mudanças ocorridas no final do século XIX na Europa – derivadas do pensamento burguês e iluminista, seja na individualidade das ações, na procura pelo amor romântico ou na valorização da infância como crucial fase da vida – refletiram diretamente na classe senhorial, que buscou sintonizar-se com o contexto cultural europeu. Muaze nos mostra essa família oitocentista sempre na busca pelo fortalecimento próprio perante às outras, numa disputa velada para ver qual era mais sofisticada e refinada – seja com viagens para a Europa, *cartes de visite* assinadas por famosos fotógrafos, roupas sempre de acordo com a moda ou até com as relações próximas à família Imperial.

Procurando compreender a formação da elite cafeeira do Vale do Paraíba, Muaze utiliza como arcabouço teórico as afirmações dos renomados historiadores João Luis Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino⁴. Ela inicia sua reflexão a partir da conclusão destes autores, discutindo que, durante o primeiro quartel do século XIX, o movimento de investimento dos comerciantes atuantes na zona do Vale do Paraíba foi impulsionado por um ideal arcaico que era perpassado pelo *ethos* senhorial. Nas palavras de Fragoso, “as relações de poder assumiam o papel de relações de produção e a mobilidade social significava tornar-se senhor de homens” (FRAGOSO, 1998, p. 36).

Para a autora, o movimento de busca pelo prestígio e ascensão social por parte dos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro, aconteceria mesmo se precisassem, para isso, perder dinheiro, pois investir em terras e escravos era sinal decisivo da tão desejada distinção

4 Muaze utiliza uma série de referências de Fragoso para argumentar sobre o conceito de arcaísmo. Ver FRAGOSO (1998) e FRAGOSO; FLORENTINO (2011).

social. Ao longo de seu texto, Muaze volta, várias vezes, a dialogar com as teses de Fragoso, argumentando que a mentalidade operante entre as famílias oitocentistas também se alterou dentro do próprio arcaísmo, dado que, na passagem da primeira para a segunda metade do XIX, não bastava mais tornar-se senhor de escravos e dono de terras, mas impunha-se também a necessidade de se obter títulos de nobreza.

É dessa forma, dialogando diretamente com Fragoso, que a historiadora procura situar a formação das *plantations* cafeeiro-escravistas do Vale do Paraíba, concordando que os comerciantes de grosso trato e outros sujeitos teriam agido com base em um pensamento arcaico. Rafael de Bivar Marquese, autor de vasta bibliografia acerca do escravismo no século XIX a partir do conceito de Segunda Escravidão⁵, debate sobre a expansão do sistema escravista e cafeeiro no Brasil após 1815 e a formação do Vale do Paraíba. Para o autor, tal expansão foi resultado tanto de transformações econômicas, ligadas ao mercado mundial dos produtos coloniais, à crescente demanda por café nos países industrializados e em processo de industrialização e à queda da produção mundial após a revolta de São Domingos, quanto de políticas, ligadas à abertura dos portos, à independência brasileira e às “permissões” feitas à escravidão no Brasil, mesmo após a proibição do comércio de escravos (MARQUESE; TOMICH, 2010, pp. 341-383).

Rafael Marquese e Dale Tomich afirmam que a expansão da cafeicultura no centro-sul do país, a partir de 1820, só foi possível graças à conjuntura que reuniu as melhores condições do mercado mundial e a situação interna do Brasil, que levou à continuidade da escravidão e do tráfico negreiro e conseqüentemente ao aumento da produção agrícola. Foi por tal conjuntura da terceira década do século XIX, afirmam os autores, que grandes

5“Em um ensaio pioneiro publicado originalmente há vinte anos, Dale Tomich propôs a categoria ‘segunda escravidão’, para apreender em um quadro conjunto a novidade da escravidão atlântica oitocentista. De acordo com seu argumento, as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial. (...) Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico” (MARQUESE, 2010, p. 83-84).

propriedades cafeicultoras foram criadas no Vale do Paraíba em um pequeno espaço de tempo. Com elas, o Brasil se tornou o maior produtor de café do mundo. A produção brasileira do fruto saltou de 13,5 mil toneladas, em 1821, para 67 mil toneladas, em 1833, montante equivalente à produção mundial no ano de 1790 (MARQUESE; TOMICH, 2010, p. 355).

Em relação à formação e expansão das plantations escravistas no Vale do Paraíba, Marquese afirma que “pela própria natureza do objeto em questão, desconsiderar o mercado mundial como uma dimensão central de sua formação conduz a uma compreensão reduzida e, portanto, incompleta do fenômeno estudado” (MARQUESE, 2013, p. 251). Mariana Muaze, inclusive, modificou sua base teórica quanto à formação do Vale do Paraíba após o livro *As Memórias da Viscondessa*. Em seu artigo posterior à publicação do livro, intitulado *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial* (2010), a autora não utiliza mais como arcabouço teórico as teses de Fragoso e Florentino; ao invés disso, procura relacionar a formação do Vale do Paraíba Fluminense às teses relativas à Segunda Escravidão, com textos de Rafael Marquese e Dale Tomich.

Mariana Muaze traz diversos autores para a discussão em seu livro. Primeiramente, Gilberto Freyre e seu conceito de família, que ela concorda ser o grande fator colonizador do Brasil, sendo a família uma unidade política, colonizadora e produtiva, na qual os casamentos têm crucial função para a manutenção e aumento das riquezas (MUAZE, 2008, p. 45). Assim, a autora reitera a função arcaica dos casamentos e a convergência de troncos familiares distintos como reprodução da “dinâmica hierarquizante fundadora da composição do Império” (MUAZE, 2008, p. 55).

Para a discussão do amplo acervo fotográfico que utiliza em seu livro, a autora tem como suporte teórico principal as formulações da historiadora Ana Maria Mauad (1996), a qual entende fotografia como uma forma privilegiada de representação da sociedade oitocentista. Representação esta que foi arquitetada a partir das famílias mais abastadas

daquela sociedade e caracterizada pela busca incessante de formas de prestígio social, encontrado, então, na reformulação das práticas burgueso-europeias de fins do XIX, na manutenção do poderio econômico e na aquisição de títulos nobiliárquicos.

A autora também dialoga com o sociólogo Norbert Elias, mostrando que, em seu trabalho *A Sociedade de Corte* (1995), a autorrepresentação dos grupos e indivíduos está intimamente ligada ao fato de serem sociedades altamente hierarquizadas. Partindo dessa base, Muaze afirma que a sociedade por ela estudada se encaixa nesses padrões, ou seja, que essa elite procura a todo momento se autorrepresentar. Nas palavras da autora “as categorias do “ser” e do “parecer” tendiam a se identificar, cada vez mais, reforçando a hierarquia constituída ou contribuindo para subvertê-la” (MUAZE, 2008, p. 53).

Existe um problema quanto ao silêncio da relação entre essa elite e os escravizados em *As Memórias da Viscondessa*, pois, segundo Muaze, o *habitus* senhorial se transformou durante o século XIX, justamente por que essa classe obteve um vasto poderio econômico e adquiriu expressiva influência europeia – vestimentas, individualidade, amor romântico etc. –, mas todas essas influências só foram possíveis por meio da brutal exploração e do controle da mão de obra escrava, visto que foi por meio desta que se deu o enriquecimento desses senhores, sobretudo no que se refere às elites do Vale do Paraíba. Entretanto, a documentação utilizada por Muaze é marcada pelo ocultamento das relações escravistas, o que permite evidenciar as intenções senhoriais, mas decerto não demonstra a realidade vivida por aquelas famílias, as quais tinham o vínculo escravista subentendido em cada momento do seu dia: nas refeições, nos negócios e, no caso das famílias que viviam diretamente nas fazendas de café, no seu quintal – o seio da produção e da exploração, logo, de sua riqueza.

A própria autora não se coloca criticamente perante essas relações, as mesmas que não podem ser esquecidas ao tratar das famílias senhoriais, mesmo que essas prezassem pelo refinamento em suas relações, procurando ocultar ao máximo a brutalidade da escravidão do

Oitocentos. Cabe o questionamento à autora se os mais de 700 escravizados do Barão de Capivary, em 1863⁶, não teriam sido personagens históricos ativos na construção do poder dessa família oitocentista. A historiadora contou o silêncio de suas fontes, nos mostrou apenas as omissões da viscondessa. Entretanto, este mesmo silêncio sobre a escravidão poderia ter contribuído, e muito, na compreensão daquela realidade familiar senhorial.

Isto posto, a obra de Muaze buscou compreender as estratégias aplicadas pelas famílias oitocentistas para subir aos patamares mais dignos daquela sociedade que, para a autora, são o prestígio social advindo de terras, a aquisição de títulos nobiliárquicos – num sistema arcaico de sociedade – e, posteriormente, agregação de valores europeizados – liderados pela ascensão da individualidade. Ela conclui *As Memórias da Viscondessa* refletindo sobre as temporalidades da vida familiar para a elite do Oitocentos, utilizando, para isso, os retratos daqueles sujeitos e as transformações significativas neles presentes, evidenciadas pelas poses, vestimentas, configurações do cenário fotografado e, especialmente, pelo endereçamento dos *cartes de visite*, muito utilizados devido ao pequeno tamanho e o baixo custo, facilitando a distribuição e circulação entre a elite.

Por fim, apesar da problemática envolvendo a formação do complexo agrícola do Vale do Paraíba Fluminense e do silêncio perante as relações escravistas, Mariana Muaze nos apresenta uma interessante reflexão acerca da adoção e da resignificação das práticas burgueso-europeias pela família Ribeiro Avellar. Também se mostra louvável e frutífero seu esforço na busca pela compreensão das estratégias familiares no contexto da economia cafeeiro-escravista do século XIX. A autora identifica e qualifica os métodos pelos quais a família oitocentista se reinventou e reordenou seu *habitus*, sendo o entroncamento criado a partir do casamento entre Joaquim Ribeiro de Avellar Jr. e Mariana Velho da Silva no ano de 1849 o principal o foco de Muaze. Essa família se apresenta e representa como um exemplo que buscou, em laços familiares e políticos, ascensão social e privilégios político-econômicos no Brasil Imperial.

⁶ Sendo 213 escravizados apenas na fazenda Pau Grande, residência principal da família Ribeiro de Avellar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert (1984). *A Sociedade de Corte*. 2a ed. Lisboa: Estampa, Mi Trayectoria Intelectual. Barcelona: Ediciones Península, 1995.

_____. *O Processo Civilizador: Uma história dos costumes*. São Paulo: Jorge Zahar, volume I, 1998.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (1ª edição 1993, edição revista).

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionário da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 18, n.º 1, jan./jul. 2010, p. 83-128.

_____. *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*. São Paulo: Revista de História, n.º 169, p. 223-253, julho-dezembro, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/69188/71640>. Acesso em: 27/09/2017.

_____; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX in: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – Interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/20486128/1000117760/name/Mauad+Fotografia+e+Hist%C3%A9ria.pdf>. Acesso em: 22/09/2017.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. In: *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense – fase III*. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2010, v.3, p. 293-340. Disponível em: http://www.instituto cidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpzontent/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf. Acesso em: 15/09/2017.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008



entrevista



Entre a História e a Arquivologia: entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto

Por

Matheus de Paula Silva

Pedro José de Carvalho Neto

No dia 27 de agosto de 2018 – curiosamente o mesmo dia em que fizemos a entrevista de número inaugural da Revista, em 2013 –, a professora Heloísa Liberalli Bellotto recebeu a Revista *Epígrafe* em sua casa, em São Paulo. Rodeados pelos livros organizados cuidadosamente nas estantes, realizamos uma longa e frutífera entrevista sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional. No ano em que se comemora os 40 anos da regulamentação da profissão de arquivista no Brasil, obtivemos um amplo relato vindo de um dos principais nomes da Arquivologia, tratando principalmente da história desta ciência no país, assim como das relações entre a Arquivologia e a História.

Formou-se em Biblioteconomia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956) e em História pela Universidade de São Paulo (1959). Doutorou-se pela mesma universidade com a tese “O governo do Morgado de Mateus: primórdios da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775)”, defendida em 1976. Foi a responsável pela descrição documental da coleção Alberto Lamago, depositada no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, iniciada em 1969. Tornou-se professora associada em 1972, cargo em que permaneceu até 1990, quando se aposentou. Estruturou no ano seguinte o curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, no qual também foi professora. Ao longo de toda sua carreira, prestou numerosas consultorias a arquivos e ministrou cursos em todo Brasil e no exterior. Foi membro, entre 1998 e 2011, do Projeto Resgate, encarregada de recuperar documentos da história do Brasil em arquivos europeus. Embora professora aposentada, continua orientando no Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da USP. Pela entrevista, agradecemos o apoio da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo, do Departamento de História da USP, que intermediou nosso contato com a Prof.^a Bellotto, e também ao Prof. Dr. José Francisco Guelfi Campos, do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, pela leitura e comentário das perguntas. Ao fim da entrevista, apresentamos uma bibliografia selecionada em conjunto com a professora Heloísa Bellotto das suas principais obras.

Epígrafe_ Podemos começar falando um pouco da vida pregressa à academia: como foi sua infância e formação escolar?

Heloísa Bellotto_ Eu nasci no Rio de Janeiro, vim para cá aos 9 anos, porque meu pai veio trabalhar em São Paulo, como diretor científico do Laboratório Fontoura, emprego que, alguns anos mais tarde, ele passou a acumular com a função de professor titular (naquele tempo dizia-se catedrático), da então Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP, até a sua aposentadoria. Fiz só os 2 primeiros anos do então ensino primário lá no Rio, sendo em escola pública, tendo sido depois toda a minha formação em São Paulo.

Epígrafe_ Em quais colégios, professora?

Heloísa Bellotto_ O resto do curso primário em dois colégios aqui do bairro do Jardim Paulista (Externato Teixeira Branco – já inexistente - e Colégio Assunção), onde sempre morei, com exceção dos meus anos no interior em função da UNESP e do tempo em que morei em Brasília. Quanto ao ensino médio, então dividido em curso ginásial e curso científico, respectivamente o primeiro no Colégio Stafford - também já inexistente - no bairro dos Campos Elíseos – e o segundo, no Colégio Dante Alighieri, que é também aqui no meu bairro. Meus anos no Dante foram decisivos para a minha formação.

Epígrafe_ Por que a senhora se interessou por História? De alguma maneira já havia interesse pelas ciências humanas? A família incentivou essa escolha? Havia uma pressão, como há hoje, para uma escolha rápida por um curso superior?

Heloísa Bellotto_ Interessei-me por História por influência do meu pai e de um excepcional professor de História que tive ali no Dante, Oreste Rosolia, que falava português com muito sotaque italiano e com muito entusiasmo, conseguindo deixar os alunos fascinados pela matéria. Meu pai, Carlos Henrique Robertson Liberalli, embora fosse um cientista (teve formação em Medicina, Farmácia e Bioquímica) era apaixonado por História, principalmente História Antiga e História da Ciência. Ele publicou muitos trabalhos nessas áreas e estava sempre falando de História ao filho e às três filhas, nos fazia ler e comentar até História da Arte. Se vocês observarem aí a minha biblioteca

herdei um bocado de livros dele referentes à História Antiga, História Grega, História Romana. Não houve pressão familiar para o curso superior, mas nós, da classe média, achávamos meio natural que isso ocorresse. Minhas irmãs, meu irmão e eu pensávamos assim.

Epígrafe_ Então seu pai incentivou a senhora a fazer História?

Heloísa Bellotto_ Como carreira, digamos, foi sim. Eu pensei fazer vestibular para História e Geografia, que até 1956 eram um só curso. Eu também gostava muito de Geografia, adorava fazer mapas... Eu até ganhei um prêmio uma vez no Dante numa daquelas exposições de trabalhos de alunos com um mapa de barro em relevo do centro de São Paulo no século XVI. Eu terminei o colegial em 1954, assim poderia ter feito o vestibular em 1955 e teria feito a formação dupla. Mas perdi a data da inscrição porque a minha certidão de nascimento não chegou a tempo. Naquele tempo era assim: meu tio lá do Rio mandou a fotocópia por correio, não havia fax, muito menos digitalização. Só pude fazer o vestibular em 1956, quando os cursos já estavam separados e então optei por História. Mas, para não ficar um ano parada, meu pai, que era da Comissão de Biblioteca da Faculdade de Farmácia e Odontologia, sugeriu-me que eu tentasse Biblioteconomia no único curso superior que havia na época em São Paulo, na Fundação Escola de Sociologia e Política. Ele andava entusiasmado com o trabalho desenvolvido na biblioteca daquela faculdade onde era professor, biblioteca então considerada, juntamente com a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a da Faculdade de Economia e Administração também da USP, como as melhores da nossa universidade. Era uma área que poderia me ser útil mais tarde como historiadora, realmente como foi. Assim, entrei na Biblioteconomia em 1955 e a História em 1956.

Epígrafe_ Em outras entrevistas, a professora dá a entender que cursou Biblioteconomia e História concomitantemente, porém em seu Currículo Lattes os períodos são diferentes. A professora manifestava interesse igual pelas duas disciplinas?

Heloísa Bellotto_ Os períodos são diferentes porque os cursos tinham durações diferentes, mas são concomitantes no ano em que fiz o primeiro de História junto com o segundo de Biblioteconomia.

Epígrafe_ Pensando em uma observação recorrente entre professores universitários de que os estudantes entram no ensino superior sem uma base consistente, você acredita que vocês saíram do colegial com uma base suficientemente boa para o ingresso no ensino superior? Atualmente, você pensa que os estudantes vêm do ensino médio com uma formação consistente?

Heloísa Bellotto_ Não tenho tido contato com alunos da graduação desde os fins dos anos 90 quando lecionei em Brasília na UnB e no Rio de Janeiro, na UNIRIO. Atualmente tenho alunos de pós-graduação aqui na USP e tenho podido notar que, embora eles não venham realmente com todo aquele arcabouço de cultura geral, disciplina para o estudo e treinamento sistemático que trazíamos do curso secundário e colegial, os da minha geração, eles trazem uma outra bagagem de vivências que podem render positivamente na vida universitária. Naquele tempo poucos faziam cursinho (e não fiz) pois a bagagem de conhecimentos que nos dava o colegial era suficiente para enfrentarmos o vestibular. Creio que, se houvesse hoje maiores possibilidades e oportunidades de diálogo entre alunos e professores no ensino médio seria algo altamente positivo para ambos os lados.

Epígrafe_ Falando no ensino superior, como ocorria a entrada no curso de História da USP e como ele era estruturado na época? Havia uma distinção clara entre a pesquisa ou docência?

Heloísa Bellotto_ O vestibular era diretamente feito na própria Faculdade, na Rua Maria Antônia, no Departamento de História e consistia em provas escritas (em forma de dissertação) e provas orais de História Geral, História do Brasil, Geografia, Português e Língua Estrangeira, a escolher o inglês ou francês. Não passava muito pela cabeça da gente que poderíamos sermos pesquisadores como profissão. Enquanto estudantes de História, fazíamos pesquisas na bibliografia e em certos casos mais raros em documentação primária para nossos seminários e para nos prepararmos para as provas escritas. A gente sabia que em alguma altura, quem quisesse dar aulas no ensino superior teria de realizar pesquisas para fazer doutorado. Porque naquele tempo, pelo menos aqui na nossa FFLCH, não se falava em mestrado. O que era certo é que estávamos ali para nos prepararmos basicamente para sermos professores do que então se denominava ensino secundário, a maioria iria

fazer o concurso para professor efetivo da rede estadual de ensino público. As oportunidades no ensino privado eram poucas e muito discrepantes quanto aos salários.

Epígrafe_ E o curso, como ele era estruturado?

Heloísa Bellotto_ As disciplinas eram anuais, com aulas teóricas e seminários, estes a cargo de professores assistentes. Tínhamos, no primeiro ano, Introdução aos Estudos Históricos, História Antiga subdividida em Antiguidade, História Grega e História Romana, História Medieval, Antropologia, Geografia. No segundo, História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil Colônia, História da América, subdividida em América Espanhola e América Inglesa, com professores diferentes. No terceiro, História do Brasil Império, História dos Descobrimentos Marítimos, Etnografia Geral, Paleografia, Diplomática, Etnografia do Brasil e Tupi-guarani. No quarto, Psicologia Educacional, Didática Geral, Didática Especial da História e estágio.

Epígrafe_ Quais foram os professores e as obras historiográficas marcantes?

Heloísa Bellotto_ Depois de passados 60 anos não vou me lembrar de todos e nem seria necessário, porque isso vocês podem obter facilmente em qualquer fonte informativa da nossa faculdade. Creio que os professores marcantes serão os mesmos de quem vocês já devem ter ouvido falar, seja pelos legados científicos e culturais que deixaram, seja pelo lado humano, compreensivo e receptivo que os marcaram: os de Antiga e Medieval, catedrático Professor Eurípedes Simões de Paula, Professor Pedro Moacyr Campos, Professor Paulo Pereira de Castro, professor Aldo Janotti; os de Antropologia, catedrático Egon Schaden e Gioconda Mussolini; os de Etnografia e Tupi-Guarani, catedrático Professor Plínio Ayrosa, Professor Carlos Drummond; os de Moderna e Contemporânea, catedrático Professor Eduardo de Oliveira França, Professor Manuel Nunes Dias, Professora Emília Viotti da Costa; os de América, catedrático Professor Astrogildo Rodrigues de Mello, Professor Luís Lisanti e Professor Rozendo Sampaio e Professora Fernanda Paca Wright; os de História do Brasil, catedrática Myriam Ellis, Maria Theresa Petrone e catedrático Sérgio Buarque de Holanda. Os catedráticos davam as aulas teóricas e os assistentes os seminários. Quanto às obras marcantes que estavam nas bibliografias passadas pelos professores e que, em geral, retirávamos da biblioteca do Departamento, que funcionava no último andar da Maria Antônia ou que líamos, nos fins de semana, na Biblioteca

Municipal. Essas obras eram principalmente frutos da historiografia francesa da época. Também pesquisávamos muito nos volumes da História Geral da Civilização Brasileira, excelente coleção que começava a ser publicada. Também usávamos a Revista de História publicada pelo Departamento e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico, tanto do de São Paulo como a do Rio de Janeiro. Era um tempo ainda sem internet e outras facilidades trazidas pela informática. As pesquisas para nosso estudo, seminários e trabalhos escritos eram feitas nas bibliotecas, a Municipal, as da USP, a do IHGSP, as particulares... A do meu pai foi bem útil para mim e meus colegas mais próximos, sobretudo para o estudo de História Antiga e Medieval.

Epígrafe_ Está ótimo, mas só para finalizar com o tema da faculdade, e a gente já entra no tema do doutorado, como eram as avaliações?

Heloísa Bellotto_ As notas eram dadas a partir dos seminários individuais ou em grupo e, além disso, tinha prova escrita. Em geral, os seminários estavam a cargo dos assistentes e eles davam as notas. Quase todas as disciplinas tinham prova escrita, a maioria corrigidas pelos catedráticos das respectivas disciplinas. As disciplinas eram em geral anuais. Então, a nota era isso; era a prova escrita e seminário. Havia professores que não davam prova, davam só um trabalho de fim de semestre e aí a gente era aprovado ou reprovado. E era por disciplina, então tinha gente que já estava no segundo ano, estava devendo disciplina do primeiro... Acho que hoje também é assim, não é?

Epígrafe_ Sim. O período em que a senhora se graduou, na segunda metade da década de 1950, foi marcado pela efervescência intelectual e cultural do Brasil, pela pluralidade de projetos para o país. O que significava ser jovem e estudante nesse período? O que isso impactava na formação e no ambiente da universidade?

Heloísa Bellotto_ Sim, foi o período do governo Juscelino Kubitschek do avanço para o oeste, da construção de Brasília, do aparecimento de novas indústrias, discussões e propostas no meio científico, cultural, intelectual abriam caminho para a fundação da FAPESP, que se deu em 1960. No Grêmio da Faculdade que funcionava no subsolo da Maria Antônia, havia certa efervescência de ordem política, com reuniões e discussões acaloradas por parte de alunos mais engajados, não só

de História, mas também de Filosofia, Letras e de Ciências Sociais, cursos que também funcionavam lá (Geografia funcionava na Alameda Gleite), mas eu e algumas colegas mais chegadas, não fazíamos parte desse grupo. Nosso tempo livre era passado principalmente na preparação dos seminários e das provas e na preparação das viagens em grupo que fazíamos tanto nos feriados prolongados, como nas férias de julho, dentro do Brasil e para os países vizinhos.

Epígrafe_ Como foi a escolha do tema de doutorado?

Heloísa Bellotto_ Ao contrário do que se dá hoje em dia, quando os mestrados e doutorados começam a serem realizados logo após a graduação, tínhamos então a preocupação de primeiro “mergulharmos” na vida profissional, exercer a profissão na qual nos graduamos, a de professores de História do que seria o atual ensino médio. Honrar aquele diploma recebido solenemente no Theatro Municipal de São Paulo, com a presença de muitos dos professores vestidos com a sua beca universitária. Em geral esse tempo que decorria desde um duro, é verdade, concurso da Secretaria de Educação para obtermos uma “cadeira” (quase sempre numa longínqua cidade do interior) no ensino oficial do Estado, era de 5 a 10 anos. Em geral, só os que haviam sido convidados para dar aulas em universidades é que se preocupavam mais em buscar seu doutorado e, depois das reformas dos anos 70, em buscar a pós-graduação compreendendo disciplinas, mestrado, doutorado. Assim foi o caminho do meu marido (Manoel Lelo Bellotto), que primeiro passou pelo concurso da Secretaria da Educação, lecionou em cidades do interior e foi fazer o doutorado em 1964 quando começou a lecionar História da América no Curso de História da UNESP, campus de Assis. Não haviam ainda disciplinas a cumprir, apenas reuniões periódicas com o orientador e os prazos em geral eram de 5 anos. Meu caso foi diferente. Quando resolvi fazer concurso da Secretaria da Educação eu já lecionava História Antiga naquele mesmo campus. Passei então a acumular o ensino universitário com o secundário por algum tempo. Ao me matricular na Pós da História da USP, em 1972, já nos novos moldes, cursei 4 disciplinas e fui isentada do mestrado, o que era e é permitido se o orientador, como foi o meu caso, apresentava razões para essa isenção, por exemplo que o candidato já tinha prática de pesquisa, já dava aulas no ensino superior, já tinha trabalhos publicados, participação em congressos etc. Entre as disciplinas obrigatórias cursei a da então professora do Departamento de História e minha futura orientadora Professora. Maria Theresa Schoerer Petrone

sobre a introdução do cultivo da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no século XVIII durante o governo do Morgado de Mateus. Eu me apaixonei por toda a dinâmica da ação deste governador colonial. Quanto mais quando a professora logo declarou nas primeiras aulas que havia pouca bibliografia sobre ele e sobre a sua gestão. O tema do doutorado estava escolhido.

Epígrafe_ Então, foi assim que a senhora chegou ao Morgado de Mateus...

Heloísa Bellotto_ Sim, a Maria Thereza me entusiasmou e porque, vocês sabem, como tema da tese tem que se pegar uma coisa nova, inédita, que ninguém tenha feito. De História do Brasil, meu período preferido era colônia, porque sempre me interessei pelo século XVIII português, pela virada do iluminismo. Falei com a Professora Maria Theresa, ela aceitou, fiz o projeto e comecei a fazer as disciplinas. Fiz algumas disciplinas em 1972, comecei a pesquisar aqui em São Paulo na bibliografia e no Arquivo do Estado. Sabe que a gestão do Morgado de Mateus é a que mais possui documentos no acervo daquele arquivo? Durante todas as férias de 1972 e de 1973 estive no Rio de Janeiro para pesquisar no chamado Arquivo de Mateus, que é o seu arquivo pessoal que em 1968 foi vendido por seus descendentes em Portugal à nossa Biblioteca Nacional. Pesquisei no Rio, pesquisei no Arquivo do Estado... Esgotada a minha busca em São Paulo e no Rio, decidi pedir uma bolsa ao governo português porque sabia que lá encontraria o material que necessitava para completar meu projeto. Fiquei entre Lisboa, Évora, Porto, Coimbra e sobretudo no Palácio de Mateus, em Vila Real (Trás os Montes) de março a outubro de 1974, completei a pesquisa (sim, eu estava lá Lisboa no 25 de abril de 1974, na Revolução dos Cravos, que derrotou o salazarismo...). E aqui estou até hoje, porque ainda estou trabalhando na edição com transcrição e notas do volumoso Diário de Governo do Morgado de Mateus com suas quase 1000 páginas manuscritas... Estou há 40 anos trabalhando com o Morgado de Mateus. É até engraçado, porque todo mundo fala do Morgado de Mateus e já olha pra mim assim... [risos], mas eu realmente me entusiasmei muito. Qualquer coisa em história é inesgotável, você faz a tese e começa a descobrir que ainda tem mais, mais, mais... Por isso não saio deste tema, ainda há muito a fazer...

Epígrafe_ A senhora, então, fez o clássico trabalho analisando o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. Tendo em vista o tema, quando e por que houve uma guinada para a Arquivologia?

Heloísa Bellotto_ Voltando a 1967-1968, antes, portanto, de entrar na Pós de História, de trabalhar com arquivos no IEB e antes mesmo do Morgado de Mateus. Eu acabei desistindo da cadeira de História no Ginásio Estadual de Cândido Mota (próximo a Assis), assim como pedi uma licença na UNESP e com meus filhos acompanhei meu marido que tinha uma bolsa de estudos para pesquisas em Portugal, em uma estada de 6 meses na Europa. Aproveitei então esse tempo pra voltar um pouco à Biblioteconomia e Documentação. Eu não tinha bolsa, me "autofinanciei" e solicitei um estágio de 3 meses na área de bibliografia e referência na França, na redação do Bulletin Signalétique, que era a publicação onde constavam resumos de livros e artigos científicos em várias áreas do conhecimento. Assim, eu estava em Paris com meus filhos e minha sogra e uma tia entre março e maio de 1968 e entre maio e junho em outro estágio no Serviço de Informação Bibliográfica da Biblioteca Nacional da Espanha em Madri. Quando regressei passei a dar aulas na UNESP de Assis agora já no campo da Biblioteconomia, de Bibliografia e Referência para alunos de História e de Letras, acumulando com as aulas de Didática Especial de História. Em seguida, resolvida a voltar para São Paulo, após aqueles efervescentes fóruns de debates que tivemos na UNESP em consequência dos acontecimentos franceses de maio de 1968, soube do concurso que haveria no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP para historiógrafo, um cargo de pesquisador em História do Brasil, interessei-me imediatamente. Quando fui admitida no IEB em agosto de 1969, logo o primeiro encargo era o de tratar de fazer o inventário de uma coleção de manuscritos, a Coleção Lamego. Comecei a identificar aqueles documentos datados principalmente dos séculos XVIII e XIX versando sobre temas variados de interesse da História do Brasil e da História da Literatura Brasileira, encadernados em códices ainda em tempos do colecionador Alberto Lamego. Em outros concursos entraram outros colegas como historiógrafos e a descrição levou alguns anos a ser concluída. Ao identificar que aqueles manuscritos me dei conta que não poderiam ser descritos com as normas da catalogação biblioteconômica, porque eram muito diferentes de livros e artigos de revistas. Assim, comecei a frequentar congressos de Arquivologia até que em 1977 apareceu a oportunidade de fazer uma especialização em Arquivologia, portanto já depois do doutorado, defendido em dezembro de 1976. Concorri a uma bolsa da OEA [Organização dos Estados Americanos] destinada a profissionais de arquivos da América Latina para, durante 7 meses de aulas teóricas, práticas e

estágios, em Madri e outras cidades da Espanha, fazer o curso de Administração e Organização de Arquivos. As disciplinas eram Planificação de Arquivos; Paleografia e Diplomática; Arquivos públicos e privados; Conservação e Restauração de Documentos; Administração, Classificação Ordenação de Arquivos; Instrumentos de Pesquisa; Bibliografia; Instituições Ibéricas; Organização e Métodos; Arquivos de Empresa; Informática. Foi realmente meu verdadeiro aprendizado em Arquivologia.

Epígrafe_ Então a professora acha que o curso de História que fez não deu base em como trabalhar em arquivos, porque pela descrição que você dá...

Heloísa Bellotto_ Não deu essa base mesmo. E nem deveria preparar arquivistas. Trata-se de outra profissão. A finalidade do curso de História é preparar professores e pesquisadores de História e que vão usar os documentos de arquivo como informação e testemunho. Agora, isso sim, talvez o curso de História pudesse preparar os futuros historiadores a entenderem o que são, como surgem, como e porque aqueles documentos, desde os mais remotos até os mais recentes, estão nos arquivos. Não é finalidade do curso de História preparar quem os vá identificar, classificar, organizar, descrever e sim quem vá analisá-los e explicá-los.

Epígrafe_ A professora, em uma entrevista anterior, diz que seu conhecimento arquivístico somente se consolidaria depois de 1987, quando termina o curso nos Estados Unidos. A professora poderia dizer qual foi importância de uma formação em diferentes instituições e países no desenvolvimento de seu trabalho na Arquivologia? Seria possível destacar a contribuição da Escuela de Documentalistas de Madrid (Espanha), do Archives Nationales (França) e do National Archives and Records Administration (Estados Unidos)?

Heloísa Bellotto_ Digo isso pois foi nos finais dos anos 80 que julguei que a minha formação na área dos arquivos estava consolidada. Essa consolidação, aliás, posso dizer, que deu um passo significativo a partir de 1982, quando dei início a minha larga cooperação com o Arquivo da Câmara de Deputados em Brasília. Isto porque a então grande responsável pela excelência daquele arquivo, a arquivista Nilza Teixeira Soares, introduziu-me e tem me conduzido anos a fio de maneira indelével nos meandros da ciência arquivística. Em 1986, estruturei e fui a primeira coordenadora do Curso de

Especialização em Organização de Arquivos primeiramente na ECA, tendo a seguir passado para o IEB onde, durante 22 anos capacitou muitos profissionais de muitos estados brasileiros e de alguns países estrangeiros. Em 1988 saiu a primeira edição do meu livro Arquivos Permanentes. A partir daí, foi um período frutífero, quando dei cursos, orientei organização de arquivos, em 1991 implantei o curso de Arquivologia da Universidade de Brasília com currículo inovador, já como aposentada da USP. Meu primeiro contato com a teoria e com a metodologia arquivística tinha sido em 1972 foi em um pequeno curso dado por uma das pioneiras da área no Brasil, a então arquivista da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Marilena Leite Paes, dentro do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Este congresso foi presidido por José Pedro Esposel, recentemente falecido que podemos considerar como o fundador da moderna Arquivologia no Brasil. Ele era então arquivista do Arquivo do Banco Central; fundou a Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971 com um grupo entusiasmado de colegas cariocas e começou a batalhar pelos cursos universitários específicos da área, pela regulamentação da profissão e em 72 deu-se o I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Pela primeira reuniam-se arquivistas do Brasil inteiro. Nesse congresso houve pouco de teoria e metodologia. Na verdade, cada um vinha apresentar seu arquivo e como desenvolvia seu trabalho técnico. Eu mesma fui apresentar o Arquivo do IEB. O conhecimento arquivístico até então vinha muito da prática tradicional e de alguns cursos de pequena duração feitos aqui ou no exterior. O Arquivo Nacional tinha um curso anual que a maioria daquele grupo do Rio de Janeiro havia feito. Este curso de uma semana, mais voltado até para os arquivos correntes, para arquivo de empresa (que era a especialidade da professora) abriu-me os olhos. Arquivo não era nada do que eu estava pensando em fazer com os documentos da Coleção Lamego, procurando mesclar princípios de classificação de Biblioteconomia com análises próprias da pesquisa histórica. Aliás, nem arquivo ou fundo de arquivo era aquela coleção. Era uma coleção e isso mudava todo. Para um historiador pode haver semelhanças entre fundo de arquivo e coleção, mas para um arquivista, não.

Vocês me perguntam sobre o aprendizado mais sistematizado feito no exterior. Do curso (que já não existe) feito na Escuela de Documentalistas na Espanha com a bolsa da OEA já falei, quanto aos outros fiz sem ajuda de bolsas, mas com o afastamento devidamente autorizado pela USP, com permanência dos vencimentos. Eles correspondem praticamente a uma especialização, chamam-se

respectivamente Stage Technique International des Archives (3 meses) no Arquivo Nacional francês e o Modern Archives Institute (1 mês) no Arquivo Nacional dos Estados Unidos consistem em aulas teóricas, práticas, visitas e estágios dentro dos temas próprios dos cursos de Arquivologia em qualquer parte do mundo: Teoria e fundamentos, Classificação, Avaliação, Descrição, Difusão, Serviços Educativos. Essa experiência deu-me a dimensão universal da área dos arquivos, reforçada pelos 3 congressos internacionais promovidos pelo Conselho Internacional de Arquivos que compareci na Inglaterra, na Alemanha, na China e no Canadá e pelos congressos de Arquivologia do Mercosul nos países que o compõem. Em toda a minha formação e minha atuação na área dos arquivos sinto que o fato de ter a graduação em História e de ter tido alguma experiência na pesquisa e no ensino desta matéria foi útil para mim na Arquivologia, embora sejam ciências distintas.

Epígrafe_ A senhora começou sua vida docente na UNESP, mas logo foi para a USP. Apesar de ser professora do Departamento de História, grande parte da sua atuação foi no IEB. A senhora poderia falar um pouco sobre sua atividade no IEB?

Heloísa Bellotto_ Sim, comecei a docência universitária na UNESP em 1964 até 1969, quando vim para a USP. Isto, com a interrupção do primeiro semestre de 1968 para estar na Europa, como já disse. Mas antes de começar no IEB ainda dei duas disciplinas na Biblioteconomia, curso que então se iniciava na recém-criada ECA na USP: História do Livro e Bibliografia Especializada, disciplina essa que também lecionei, na mesma época, na Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo. No IEB, inicialmente como historiógrafa e depois das reformas havidas na USP em 1972 como professora ligada ao Departamento de História da FFLCH com função de pesquisador no IEB, as atividades eram de pesquisa, as próprias e as coletivas do Instituto, assim como muitas colaborações que prestei nos 20 anos em que ali trabalhei por meio de assessorias, orientações e cursos dados em quase todos os estados brasileiros. Como docência universitária, lecionei ainda em 1989 Tipologia Documental na Universidade Clássica de Lisboa; Introdução à Arquivologia e Diplomática, no curso de Arquivologia que implantei e fui a primeira coordenadora na UnB em Brasília de 1991 a 1993; e Diplomática na Arquivologia da UNIRIO, Rio de Janeiro, de 1994 a 1996. Comecei na Pós da História da USP em 1999 e, mesmo no tempo em que atuava de 2 a 4 meses por

ano, no Projeto Resgate em Lisboa, entre 1998 e 2011, continuei orientando mestrados e doutorados aqui na USP. Também fui professora de Arquivística Geral na Maestria Anual em Gestão de Documentos e Administração de Arquivos da Universidade Internacional de Andaluzia em Huelva, Espanha.

Epígrafe_ Aproveitando o tema da Arquivologia, quais são, para a senhora, as aproximações e os distanciamentos entre História e Arquivologia, quais recursos a Arquivologia pode usar da História e a História da Arquivologia?

Heloísa Bellotto_ Como eu já disse numa das respostas anteriores, a Arquivologia tem mais a ver com a Administração e com o Direito. A História trabalha com o material na altura em que o conteúdo dos documentos não é mais vigente. As pessoas têm de entender que a Arquivologia é uma questão da Administração, ou pública ou privada, até a administração da nossa vida particular. Os documentos são os testemunhos dos atos e fatos que se passaram, são presunção de prova. Então, o documento de arquivo sai disso, da administração pública, da administração das entidades, da administração da nossa vida civil, quer dizer, nossa certidão, nosso título de eleitor, nossa matrícula na faculdade, tudo isso, ou da empresa privada, que também são as contas os relatórios, tudo isso. Então, os documentos de arquivo não foram feitos para a História. Foram feitos para a empresa funcionar, para a nossa vida civil, profissional, pessoal funcionar, para aquele partido político poder funcionar, mostrando tudo que faz... O documento de arquivo tem o que se chama de valor primário, que é a razão pela qual foi feito. Passado o valor primário (valor de prova), passada a sua vigência ou validade, ele pode ter valor secundário (valor de testemunho), valor com que trabalha o historiador. Se a técnica específica da Arquivologia chamada avaliação demonstrar através das tabelas de temporalidade que o valor testemunhal é nulo ou fraco, o documento poderá ser eliminado, sem prejuízo para a historiografia. Quanto mais os especialistas de uma e de outra, isto é, historiadores e arquivistas, melhor compreenderem o objeto, os objetivos e os métodos de trabalho de uma e outra ciência, melhor será para todos.

Quanto à aproximação ou distanciamento entre História e Arquivologia podemos dizer várias coisas. Em primeiro lugar, que, na realidade é de historiografia que aqui se trata. Sim, porque na realidade,

estamos tratando de compreender e analisar a História para poder, profissionalmente, interpretá-la, “explicá-la aos alunos,” descobrir o que de fato aconteceu no passado, não é mesmo? A Arquivologia vai ser útil à historiografia, ou quando muito ao conhecimento, à interpretação, à análise da História, a História como ciência não como o conjunto dos fatos passados. A verdade é que a historiografia precisa da Arquivologia, mas a Arquivologia não precisa da História e nem da historiografia. A Arquivologia não foi feita para isso, ela está aí para comprovar e agilizar o funcionamento dos governos, da nossa vida civil, da vida das empresas, assim como de todas as instituições privadas de cunho social, econômico, político, cultural, esportivo, artístico etc. A Arquivologia guarda e torna acessíveis os testemunhos que vão ser úteis para à compreensão da História. Assim, portanto, no curso de História o aluno não precisa estar aprendendo como é que faz tabela de temporalidade, a elaborar planos de classificação segundo as características das atribuições de cada órgão público, saber estabelecer prazos para destruir documentos, ele não precisa aprender isso. Mas ele deve, para o próprio rendimento de suas pesquisas, aprender como o arquivo histórico onde está pesquisando está organizado, quais as diferenças entre um fundo e outro... só sabendo como o arquivo está organizado, ele já vai saber onde procurar, né? E, depois saber identificar tipologia documental, porque o tipo denota a função de cada documento. Quanto mais os profissionais de uma e outra conhecerem os princípios e os métodos de uma e outra, mais aperfeiçoado será o trabalho de um e de outro.

Epígrafe_ Em 2018 faz 40 anos que a profissão de arquivista foi regulamentada no país. Sabendo disso e do constante desenvolvimento da ciência da informação no Brasil, o historiador tende a perder seu espaço, estando o arquivista de formação a substituir o historiador na organização e gestão dos arquivos. Como vê esse processo? A Arquivologia perde ou ganha com esse movimento? O historiador perde uma possível área de atuação?

Heloísa Bellotto_ Não se trata de substituição. Vocês são historiadores, ou melhor, futuros historiadores. É compreensível que estejam voltados para os arquivos permanentes, os comumente chamados arquivos históricos. Como já disse em resposta anterior, os arquivos não foram feitos para a historiografia. Foram feitos para que as relações humanas, seja entre governos e governados e

mesmo entre pessoas (para isso estão os cartórios e tabeliães), fiquem registradas e assim são provas necessárias para o funcionamento e para o bom andamento dessas relações. O historiador em muitos países e também no Brasil tem atuado profissionalmente em arquivos, mas sua formação universitária não prevê isso. Só uma graduação ou uma especialização em Arquivologia poderiam prepará-lo devidamente. É lógico e natural que o desenvolvimento dos cursos de graduação em Arquivologia, formando profissionais com habilitação para atuarem em arquivos, tratando dos documentos em todas as suas fases de vida, vá trazer restrições ao emprego de historiadores nos procedimentos técnicos próprios dos arquivos. Antes de termos o crescimento de arquivistas devidamente habilitados era natural que os historiadores fossem aproveitados na organização e atendimento ao público nos arquivos históricos, mas, já nos arquivos corrente, os chamados de primeira idade, quem se ocupava deles era o pessoal de secretaria e de escritórios, assim como bibliotecários. O historiador tanto quanto o bibliotecário, passaram a atuar em arquivo onde não havia ainda o profissional verdadeiramente formado. Aqui no Brasil tinha muito historiador trabalhando nos arquivos públicos, onde está a documentação dita histórica e que cometia erros quanto à metodologia arquivística. É claro que quando o arquivista não sabe nada de história, ele também comete erros. Então era assim, o historiador trabalhando em arquivo cometia erros de organização e o arquivista que também não sabe história, erra quanto ao contexto de produção do documento, o que o induzirá a distorções fatais na classificação e na descrição.

Epígrafe_ O tipo de trabalho do arquivista é visto como menor ainda que exija uma pesquisa extensa e uma erudição sobre o objeto estudado? Ainda é um resquício da ideia de ciência acessória? Como catálogos, inventários e instrumentos de pesquisa se inserem no ofício do historiador?

Heloísa Bellotto_ O trabalho do arquivista não exige propriamente “pesquisa extensa” ou “erudição” a respeito dos documentos custodiados pelo arquivo onde trabalha. Isso quase se aproxima da tarefa do historiador. O arquivista deve, isso sim, saber identificar, para efeitos de classificação, avaliação e descrição, antes de mais nada, as funções e atividades da entidade produtora/acumuladora dos documentos sob seu encargo. Os documentos de arquivo obrigatoriamente derivam dessas funções e atividades. Não há mal nenhum, vergonha nenhuma em considerar-se esse lado, como tradicionalmente se fazia no passado, de considerar-se a Arquivologia como “ciência acessória ou

auxiliar da História". Só que, na realidade, a Arquivologia é muito mais do que isso: ela tem, antes da História, muito mais a ver com a Administração e com o Direito. Que grande empresa privada, que órgão público, que entidade social, que comunidade, que pessoa, até, pode viver, pode cumprir a razão pela qual existe, e funciona, vindo a produzir os resultados que justificam a sua existência, se não tiver arquivos, sem ter um corpo lógico e estruturado de provas e testemunhos do que comprovem tanto a sua existência, como o desenvolvimento do seu dia-a-dia e seus resultados. O historiador vai trabalhar com os resíduos, com uma parte - muitas vezes ínfima - do universo arquivístico que aquele fenômeno, acontecimento, fato, pessoa ou comunidade que ele está pesquisando e analisando, produziu.

Epígrafe_ É comum ouvir a afirmação de que Arquivologia é uma área dominada por mulheres, o que a senhora opina sobre essa afirmação?

Heloísa Bellotto_ Isso é no Brasil, talvez na América Latina. Mas, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá pelo que constatei nos cursos que fiz, congressos que fui e visitas a arquivos que fiz, a maioria dos arquivistas e professores de Arquivologia eram homens. Aqui no Brasil, não sei se porque antigamente como não havia ainda cursos universitários sistematizados, a maior parte dos que trabalhavam em bibliotecas e arquivos tinham formação e prática anteriores atuando no então denominado ensino primário como professoras normalistas ou como secretárias em empresas ou órgãos públicos e ficou um pouco essa tradição. Mas hoje se pode verificar que nos cursos universitários de Arquivologia no Brasil há muitos rapazes.

Epígrafe_ A professora poderia falar sobre a entrada da Arquivologia no Brasil?

Heloísa Bellotto_ A organização de arquivos para a humanidade existe desde os impérios da Antiguidade. Já havia arquivos no Egito antigo. Já que arquivos existem para registrar direitos e deveres entre governantes e governados, entre senhores e subordinados, é norma que eles existam desde que os homens se organizaram em sociedades. É claro que não estou discutindo a questão dos regimes de governo; é claro que na história da humanidade os arquivos foram usados muitas vezes para privilegiar os deveres dos governados e não seus direitos. A verdade é que o uso dos

arquivos de documentos de arquivo dentro de cada sociedade acompanhou a história dessa mesa sociedade. Referindo-me aos documentos públicos, com o Brasil não foi diferente. Primeiro, enquanto colônia de Portugal, os documentos públicos aqui acompanharam a organização arquivística que já havia no Império Português, sobretudo a partir do século XVI, bastante consistente para a época. Junto aos governos das capitanias, depois províncias e, na República, estados, sempre houve arquivos, assim como no governo imperial, depois federal. E os estabelecimentos comerciais, industriais, educacionais, culturais, recreativos etc., idem. Se não nem teriam como funcionar e nem como desenvolver de forma eficiente suas atividades-meio e suas atividades-fins. E as pessoas sempre organizaram, ainda que empiricamente seus papéis da vida civil, profissional e familiar. Agora, cientificamente falando, como área profissional e disciplina de capacitação de quem iria atuar nela, começou no começo do século XX com um curso anual no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, progrediu muito com a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971, e sua luta pelo registro profissional e pela implantação de cursos universitários de Arquivologia no país, além de congressos e seminários específicos da área que foram se realizando congressos sistematicamente a cada 2 anos, até hoje. Acho que já me referi a isso em resposta anterior, não?

Epígrafe_ A senhora já citou sua atuação no Projeto Resgate, em Portugal, que consistiu na recuperação de documentos sobre o Brasil em arquivos estrangeiros. Poderia falar um pouco mais sobre suas atividades no projeto?

Heloísa Bellotto_ Aquele trabalho que desenvolvi entre 1998 e 2011, período em que fiz temporadas de 2 a 4 meses em Portugal por ano, já que aqui, aposentada, apenas tinha compromissos com a orientação da Pós, o que resolvia nos meses que aqui ficava. Sob a coordenação da bibliotecária da nossa Biblioteca Nacional, especialista em microfilmagem, Esther Bertolotti, conseguiu-se microfilmar na íntegra, descrever em verbetes individualizados cerca de 300.000 documentos redigidos de forma sistemática, publicando-se catálogos correspondentes a cada uma das capitanias, os futuros estados brasileiros, tais como elas se apresentavam no século XVIII. Mais de 100 pesquisadores brasileiros de diversos estados, entre historiadores e arquivistas atuaram nessa descrição entre 1995 e 2012. Minha atuação foi, além do trabalho de descrição como participante da equipe de São Paulo, foi também a de orientação e preparo do pessoal quanto à tipologia

documental, uniformização de verbetes descritivos e outros detalhes diplomáticos. Foi um trabalho um pouco de ensino, mas também de muito aprendizado e aprofundamento na teoria e na prática, tanto na área da Arquivologia, como na de História do Brasil colonial.

Epígrafe_ A senhora consolidou seu trabalho com o estudo de documentação do período colonial, trabalhando em instituições como o Arquivo Histórico Ultramarino. Em termos de tratamento do documento, o que diferencia um documento do período colonial para um produzido hoje?

Heloísa Bellotto_ Respondendo à questão da produção do documento colonial versus a produção atual de documentos públicos, devo dizer, como reza a teoria arquivística que o documento de arquivo público é produto do estabelecimento e do cumprimento de funções e atividades da administração pública. Assim sendo, eles só diferem ao refletirem as diferenças naturais que vão acontecendo com o passar dos séculos nas relações entre a sociedade e governo. Porém, ficou essa denominação de “documento histórico” dada em muitas línguas, acho que foi dada por historiadores (não sei bem), mas os arquivistas não gostam dessa expressão, documento histórico. Acho que, na verdade, talvez nem historiador dos dias de hoje gosta, porque parece que quando a gente fala em documento histórico está tratando de um documento que nasceu para isso, para ser histórico, no sentido de valioso, de incomparável... Para os arquivistas há os documentos de valor permanente, eles são em geral os normativos, tipo decreto, lei, os que criam ou extinguem direitos e deveres, etc. É um pouco complexo para explicar aqui em poucas palavras. A Arquivologia evita usar essa expressão, documento histórico. Para nós existem documentos de valor temporário e de valor permanente. O de valor permanente sempre vai ter algo de interesse para historiografia. O que tem de ficar claro é que nenhum nasce para ser histórico. Nada nasce para ser histórico, mas o próprio tipo documental, por exemplo, um ato normativo fundamental, já denota a sua importância. Seu conteúdo é para perdurar, é pra ficar, tipo a Lei Áurea, só que a História não é só feita com essas leis áureas da vida, não é mesmo? Na verdade, a Lei Áurea só é um ponto final das discussões do parlamento imperial, de todo um trabalho do abolicionismo, da situação dos escravos, da situação econômica e política, da pressão internacional, etc., etc. Tudo isso gerou documentos que estão nos arquivos. Todos alimentarão pesquisas historiográficas... todos são documentos históricos...

Epígrafe_ Nesse sentido, a professora acha que tem algo, essencialmente, que diferencia a documentação do período colonial (onde se inseriram suas pesquisas), do período imperial, o da Lei Áurea que a senhora citou, para o período atual em termos de espécie, de tipo documental?

Heloísa Bellotto_ Não, nada diferencia, pois como já disse ao responder outras perguntas que vocês apresentaram, se a documentação que está nos arquivos públicos históricos (e eu os cito como exemplo mais marcante, pois é neles que a maioria dos historiadores realiza suas pesquisas) emana do cumprimento de funções jurídico-administrativas, as espécies documentais e suas subdivisões em tipos, ainda que, com o passar do tempo, alguns tenham seus nomes alterados, significarão as mesmas coisas: uma lei é sempre uma lei, um decreto, um mandato, um requerimento, um passaporte... Todos têm propósitos semelhantes desde a Antiguidade até hoje.

Epígrafe_ Qual a importância do estágio e do trabalho em arquivos na formação do arquivista e do historiador?

Heloísa Bellotto_ Sendo profissionais de áreas diferentes e independentes, o estágio e a atuação em um arquivo de uns e de outros é distinta e não deve ser confundida. De qualquer forma, vejo o estágio como bastante importante e fundamental para o iniciante na vida profissional. Para o arquivista, vai conviver com o lado prático, com a aplicação da teoria e das metodologias aprendidas aos fundos de arquivo como conjuntos a identificar, classificar, descrever independentemente dos conteúdos propriamente ditos; para o historiador, o contato com as fontes primárias, com o conteúdo dos documentos, sua compreensão, análise e síntese, independentemente da sua identificação técnica, sua classificação e descrição genérica. Entretanto, ainda que de forma mais geral e sucinta, essas etapas do trabalho de um e de outro, se forem conhecidas e reconhecidas em seu âmago pelos dois profissionais, suas respectivas tarefas serão indubitavelmente enriquecidas.

Epígrafe_ A senhora pode fazer um breve balanço do que anda pensando atualmente sobre Arquivologia e História? Quais pesquisas que anda desenvolvendo no momento?

Heloísa Bellotto_ Os profissionais acadêmicos nunca deixam de estar sempre realizando ou pensando em pesquisas, sejam as relacionadas a novos temas ou sobre algo que deixaram de fazer

em relação a antigos temas já desenvolvidos de alguma forma. Essas, quando concretizadas, resultam em livros ou em trabalhos de grau (dissertações e teses). Isso, fora as pesquisas mais curtas e pontuais motivadas por elaboração de artigos para revistas, para preparação de aulas dadas em cursos regulares ou para apresentações em congressos, workshops, minicursos, conferências, mesas-redondas, etc. Aliás, quase todos nós temos uma pesquisa maior, “a de toda a vida” que nunca acaba, a que a gente deixa de lado toda vez que tem algum trabalho datado, urgente. Mas, sempre acabamos voltando a ela. No meu caso essa pesquisa eterna é o Morgado de Mateus. No momento, sigo com a transcrição e notas para a publicação do “Diário de Governo” de Morgado de Mateus, algo iniciado nos tempos do doutorado (1972-1976). Trata-se do relato do ritual diário daquele capitão general, nos dez anos de duração da sua gestão, descrevendo sua trajetória desde a saída de Lisboa, os detalhes da travessia atlântica, o seu dia-a-dia: acordar, vestir-se segundo fosse exigido pelo cerimonial de determinada atividade a ser exercida, assistir à missa, receber os governados em audiência ou os auxiliares e autoridades em despacho, escrever ou ditar cartas e comparecer a festividades religiosas ou profanas e a solenidades públicas.

Como panorama de fundo destas atividades, há comentários e notícias que deixam entrever a vida cotidiana da cidade de São Paulo e os hábitos sociais das autoridades e do povo em geral. Trata-se de uma raridade para a história do Império Português no século XVIII. De diários desse tipo, são conhecidos apenas um de um governador português na Índia e outro de um capitão general em Pernambuco também do século XVIII já publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, mas reduz-se a poucas páginas. A importância do “meu” Diário em comparação com esses outros é que ele é infinitamente mais extenso e mais completo. Trata-se aqui de cerca de 900 páginas manuscritas reunidas em 13 códices. O original acha-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dentro do conjunto documental que foi comprado pelo governo brasileiro da atual família do Morgado, em 1968. Tenho trabalhado no correr desses anos na transcrição paleográfica e redação das notas explicativas. É um trabalho que deixo de lado quando tenho outros afazeres mais urgentes. Por isso vai muito lentamente sendo feito. Quando terminar a transcrição completa, a introdução e todas as notas é que procurarei a instituição que possa publicá-lo. Assim, respondendo sobre a parte da pergunta relativa em minhas leituras, procuro sempre meu aperfeiçoamento no conhecimento

do século XVIII, em especial, relativamente ao mundo ibero-americano do Antigo Regime. Isso em História e em Arquivologia tenho me preocupado em me acercar das tendências da teoria, da metodologia e da prática arquivísticas e relação ao dito documento digital, uma vez que na época da minha formação no conhecimento dos arquivos, ele era inexistente ou, pelo menos, não se apresentava nos moldes como hoje se apresenta.

Epígrafe_ A professora acha, por exemplo, que uma boa formação em arquivística seria como acontece em algumas universidades europeias, onde os alunos têm oportunidade de escolher uma dupla formação, por exemplo, uma graduação com o majeure em Filosofia e o mineur em História, por exemplo.

Heloísa Bellotto_ Por exemplo, em Portugal, eu dei aula de Arquivologia, mas lá não há Arquivologia como graduação universitária, aliás como em quase todos os países europeus. Lá é assim: você é formado no ensino superior em qualquer área, se trabalha em algum arquivo, melhor ainda, pode fazer um exame de admissão, e faz um curso de dois anos, um ano com disciplinas de Biblioteconomia e o outro, de Arquivologia e sai com o título de bibliotecário e de arquivista. Nos Estados Unidos e Canadá há graduação, mas muito mesclada com a de biblioteconomia. Na América Hispânica, em grande parte há cursos de graduação como os nossos. Isso, em parte por influência da prestigiada Escuela de Archivologia da Universidade de Córdoba, que foi a primeira entre todos esses cursos. Acho muito difícil que se pense no Brasil fazer alguma reforma no ensino universitário no modelo desta especificidade francesa que você menciona.

Epígrafe_ Os cursos de História no Brasil não preveem preparo dos futuros historiadores, não para trabalharem propriamente em arquivos, mas, pelo menos para os entenderem, saberem como usá-los com mais resultados, como a senhora já deixou claro em suas respostas anteriores. Entretanto, temos agora uma optativa que se chama "Introdução à Arquivologia", dada pela professora Ana Maria Camargo. O que a professora pensa sobre isso?

Heloísa Bellotto_ Penso que é uma ótima iniciativa, já que não há atualmente nenhum outro curso sobre arquivos na USP, nem graduação, nem especialização. Há anos houve uma tentativa de criação de uma graduação. Em 1983, o professor José Sebastião Witter, professor já falecido do nosso

Departamento de História que na ocasião era diretor do Arquivo do Estado, referindo-se à minha experiência dos cursos de arquivo no exterior e ao fato de estar ministrando uma disciplina sobre arquivos na Pós da ECA dentro da disciplina do Professor Frederic Litto, pediu-me que redigisse um projeto para uma graduação em Arquivologia para ser apresentado à Reitoria da USP. Fiz o tal projeto, procurando inovar o conteúdo do então currículo mínimo da área, aumentando a carga horária para Administração e Direito. E insisti que fosse destinado à FEA já que Administração é a área mais pertinente aos arquivos. Mas o projeto não foi assim compreendido pela congregação da FEA que entendeu a área como pertencente à Biblioteconomia e Documentação. Esse departamento da ECA declarou que não poderia arcar com a implantação de uma graduação, mas estaria disposto a implementar uma especialização com o apoio do IEB. Assim foi feito, tendo, em 1986, começado a funcionar com professores da USP e profissionais de fora, seguindo-se as mesmas disciplinas que havia no currículo mínimo de Arquivologia no país, só que com cargas horárias bem menores, é claro. Funcionou primeiramente na ECA, passando em 1988 para a inteira responsabilidade do IEB. Foi um curso que teve muito êxito, foi muito procurado, capacitou para atuarem em arquivos nos seus 22 anos de duração (de 1986 a 2010) mais de 500 alunos. Creio que já me referi a esse curso em outra pergunta.

Epígrafe_ Agora, as últimas perguntas, professora, como se trata aqui de uma revista para graduandos de História a gente queria encerrar com, primeiro, quais são os livros que senhora acha fundamental, seja na área de História, seja na área de Arquivologia, para uma boa formação?

Heloísa Bellotto_ Primeiro vamos ver na Arquivologia, que é a área em que tenho trabalhado mais atualmente. É uma disciplina que mudou muito depois do aparecimento da Informática, tem havido muitas transformações sobretudo no próprio suporte dos documentos, que vai abandonando o suporte-papel em direção ao documento eletrônico. Mas os manuais podem ser os tradicionais porque a teoria básica é a mesma. Assim, para a Arquivologia moderna - quem é da área sabe - há 2 livros fundamentais: o Manual de arranjo e descrição de arquivos da pela Associação dos Arquivistas Holandeses com tradução publicada pelo Arquivo Nacional do Brasil em 1960 e o do americano chamado Theodore Roosevelt Schellenberg: Manual de Arquivos publicado também pelo

nosso Arquivo Nacional, primeira edição em 1955. Esses são manuais que mostram o quanto a Arquivologia tem a ver com administração, que ela depende das funções da entidade produtora do documento. Depois outros livros fundamentais posteriores importantes de autores italianos, ingleses, canadenses, estadunidenses. O mais recente que inclui de arquivistas australianos e norte-americanos intitula-se, na tradução brasileira de 2016 do original de 2009 denomina-se Correntes atuais do pensamento arquivístico e traz as modernas reflexões, metodologias e práticas da área. Agora, quanto à área de História, eu perdi um pouco o contato com a historiografia mais recente e mais geral. Fiquei um pouco restrita ao século XVIII, vamos dizer assim, isto é a historiografia relativa ao Brasil Colônia: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior Capistrano de Abreu, Raymundo Faoro, Afonso de Taunay e Ernani da Silva Bruno (os dois últimos para o caso da história de São Paulo) e os contemporâneos que admiro muito, Fernando Novais e Evaldo Cabral de Mello, ambos historiadores que têm um novo olhar sobre a história colonial. Em Portugal, Jorge Borges de Macedo, essencial para o período que estudei, António Hespanha, que é historiador, mas ligado ao Direito, assim como os brasilianistas excepcionais, Dauril Alden, Kenneth Maxwell e Stuart Schwartz. Na área de Colônia também temos Laura de Mello e Souza, a Alice Canabrava e tantos outros...

Epígrafe_ Mas teria algum livro de História que a professora já leu e disse “esse livro é o que eu mais gostei, o que eu achei mais incrível”?

Heloísa Bellotto_ Para a minha tese, esse livro a que você se refere acabou sendo o livro de um brasilianista, o Dauril Alden, o *Royal Government in Colonial Brazil* de 1968 (afinal, nunca saiu a prometida tradução prometida por Fernando Novais). De forma muito bem escrita e original, muito bem documentado e analisado, ele estuda o governo do vice-rei Marquês de Lavradio no Rio de Janeiro, que foi vice-rei no período 1769-79. É muito bom esse livro, repito, muito bem estruturado, conclusões inéditas relativamente ao Brasil da segunda metade do século XVIII. A forma como a documentação é encontrada por esses americanos é incrível. Neste livro eu achei a lista dos passageiros do navio no qual o Morgado de Mateus foi embora de volta para Portugal, que eu nunca achei aqui no Brasil nem em Portugal, mas ele achou no arquivo do Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro... Neste livro de Alden há um capítulo que é a briga entre o Morgado de Mateus e o vice-rei porque o Morgado de Mateus era muito legalista, ele afirmava que um governador e

capitão-geral tinha independência, que um vice-rei é mais um título, que na verdade ele era apenas o capitão-geral do Rio de Janeiro, só isso. Há mesmo um capítulo no livro chamado: “Luís Antônio versus o marquês de Lavradio”. Os artigos e os livros do conhecido historiador português de história econômica, Jorge Borges de Macedo também foram bem importantes para minha tese. Ele foi o orientador da pesquisa da minha tese em Portugal durante o ano de 1974. Dentro da sistemática da bolsa que ganhei do Ministério da Educação de lá, deveria haver um orientador da pesquisa, independente da minha orientadora aqui da USP.

Epígrafe_ Professora, então para finalizar poderíamos...

Heloísa Bellotto_ Poderíamos colocar os dois profissionais frente a frente. De um lado, o arquivista; de outro, o historiador. Carreiras diferentes com diferentes formações, objetivos profissionais também distintos, mas com algo comum, sobretudo quando o arquivista é o que atua em arquivos permanentes (ou históricos): o documento. Se ele, o documento, é, para o historiador o seu objeto de leitura, análise, síntese, inspirador de ilações, indagações e conclusões, para o arquivista ele é objeto de identificação, classificação, descrição, indexação, enfim, de todo um preparo que dá acesso à informação nele contida ao historiador. E, na verdade, não só ao historiador, porque ainda há o interesse de todo e qualquer cidadão no conhecimento dos fatos que moldaram a sociedade em que vive. Então, creio eu que, justamente, em torno do benefício de esclarecimento, de entendimento e de progresso para essa sociedade que a ação profissional de historiadores e de arquivistas possa trazer, é o que ambos têm em comum. O que, certamente, não é pouco.

Bibliografia selecionada

Livros

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. DIAS, Érika. Simone Almeida Carlos. *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/IICT/Portugal (1581-1834) referentes à Ultramar, serviços de parte, Visita do ouro, Contratos do sal, Brasil-geral*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2011.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

_____. *Nem o tempo nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-1798)*. Lisboa: Aletheia, 2007.

_____. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *Archivística, arquivos y documentos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

_____; NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. *Manuscritos da Coleção Lamego*. 2ª ed. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 2003.

_____; REIS, Gilson Matos. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo I (1644-1830). São Paulo: FAPESP/EDUSC, 2000.

_____; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 1996.

_____. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1979.

Capítulos de Livros

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Archivística, arquivos y documentos*. In: *Archivos & Documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 3-41.

_____. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida et alii. *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, p. 272-284.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como prova e testemunho. In: Lídia Silva de Freitas et alii. (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010, p. 161-174.

_____. Razões de Estado: a extinção e os primórdios da Restauração da Capitania de São Paulo (1748-1755). In: NILO, Odalia; CALDEIRA, João Ricardo. (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / UNESP, 2010, p. 105-133.

_____. O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativa e Fiscal. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.). *O império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986, p. 261-300.

Artigos

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. A Diplomática como chave da teoria arquivística. *ARCHEION ONLINE*, João Pessoa, v. 3, nº2, 2016.

_____; BERTOLETTI, Esther Caldas; DIAS, Érika de Almeida. O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da História do Brasil existentes no exterior. Dossiê História Colonial. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n.29.1, 2011.

_____. Qualificação profissional e código de ética do arquivista. *Registro*, Indaiatuba, v. 7 (7), p.7-215, 2008.

_____. A terminologia nas áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, p.47-56, 2007.

_____. A dinâmica das Monções na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Ethnos*, São Paulo, v. 1, n. 2, p.69-82, 2002.

_____. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, p.167-175, 2002.

_____. Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e descendentes. *Páginas arquivos e bibliotecas*, Lisboa, n.3, p.19-39, 1999.

_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 201-207, 1998.

_____. Patrimônio Cultural, arquivo e universidade. *Boletim do Centro de Memória da Unicamp*, Campinas, v. 6, n.11, p. 11-18, 1994.

_____. Presença do Brasil no Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa: catálogo / seletivo da Série Azul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.33, p. 165-189, 1992.

_____. Arquivos públicos: avaliação e eliminação de documentos. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, v. 42, n.10, p. 745-749, 1990.

_____. Arquivologia: objetivos e objetos. *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, n.10, p. 9-20, 1989.

_____. Tipologia documental em arquivos. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, n.2, p. 9-20, 1989.

_____. Política indigenista no Brasil (1570-1757). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.29, p. 49-60, 1988.

_____. Arquivos para a administração e para a história. *Ágora*, Florianópolis, n.2(3), p. 10-13, 1986.

_____. Direito à História: Microfilmagem de Arquivos Coloniais, *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, n.37(6), p. 943-946, 1985.

_____. A economia militar na política militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 13, nº especial, p. 813-824, 1983.



PÓS-GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE CLÁSSICA DE LISBOA

LEBR

DOCÊNCIA

UNESP

DOCUMENTO

UNI-RIO

PESQUISA

USP

PROJETO RESGATE

UAB

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

ARQUIVOLOGIA

ARQUIVÍSTICA

FESPSP

FONTE

ESCUOLA DE DOCUMENTALISTAS

BIBLIOTECA

ECONOMIA

JR 1852

H.L.B.

ARGUO 1954-1955 T.R.S.

